



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Romulo Thiago Oliveira de Sousa

**“DO DESPOVOAMENTO À NECESSIDADE DE COLONIZAR”:
CULTURA POLÍTICA E AÇÕES DE GOVERNOS NO AMAZONAS DOS
ANOS 30**

MANAUS

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Romulo Thiago Oliveira de Sousa

**“DO DESPOVOAMENTO À NECESSIDADE DE COLONIZAR”:
CULTURA POLÍTICA E AÇÕES DE GOVERNOS NO AMAZONAS DOS
ANOS 30**

Orientador: Prof. Dr. Davi Avelino Leal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH – da Universidade Federal do Amazonas – UFAM – como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

MANAUS

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

S725d Sousa, Romulo Thiago Oliveira de.
“Do despovoamento à necessidade de colonizar”: cultura política e ações de governos no Amazonas dos anos 30 / Romulo Thiago Oliveira de Sousa. 2021
193 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Davi Avelino Leal
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Extratores. 2. Cultura política. 3. Ações de governos. 4. Colonização. I. Leal, Davi Avelino. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**“DO DESPOVOAMENTO À NECESSIDADE DE COLONIZAR”:
CULTURA POLÍTICA E AÇÕES DE GOVERNOS NO AMAZONAS DOS
ANOS 30**

Área de concentração: História Social

Linha de pesquisa: Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia

Data de aprovação

13/04/2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Davi Avelino Leal – Presidente
(Universidade Federal do Amazonas – PPGH – UFAM)

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida – Membro externo
(Universidade do Estado do Amazonas – PPGI.CH – UEA)

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro – Membro interno
(Universidade Federal do Amazonas – PPGH – UFAM)

DEDICATÓRIA

Dedico aos que suportaram o peso das estruturas, lutando e não esmorecendo, agindo obstinadamente para sobreviver.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é extensão da graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), proporcionada pelas políticas de assistência estudantil, das quais usufruí de algumas e que por meio delas e das pessoas que as colocaram em prática, permitiram que eu escrevesse esses agradecimentos.

Sou extremamente grato aos servidores e técnicos administrativos do Departamento de apoio ao estudante (DAEST-UFAM). Agradeço a minha amiga, Irlen Furtado, hoje residente em Goiânia, mas que nos momentos de aperto financeiro, consequência do desemprego pós-formatura, me abrigou em seu lar e me incentivou a estudar para o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM (PPGH-UFAM); ao meu irmão Rafael Sousa, que desistiu de muitos sonhos para trabalhar e ajudar financeiramente a mãe e a irmã caçula enquanto eu estava em Manaus.

Agradeço aos professores da graduação e da pós-graduação em História da UFAM. Ao Prof. Dr. Davi Leal, orientador desta pesquisa e da caminhada durante os anos que estive vinculado ao PPGH-UFAM, suas leituras atentas, as observações, os diálogos entusiastas e acima de tudo sua paciência foram essenciais para chegarmos a esse resultado; ao Prof. Dr. César Queirós que possibilitou que eu desenvolvesse um projeto de iniciação científica durante a graduação, ajudando a trilhar o meu caminho na pesquisa; às professoras e aos professores que ministraram as disciplinas obrigatórias e optativas do PPGH-UFAM no ano de 2018: à Prof.^a Dr.^a Patrícia Melo, a quem me incutiu uma grande admiração pela História da Amazônia desde a graduação, quando ministrou a disciplina *História da Amazônia II* para apenas 4 alunos, dentre eles eu, naquele semestre anormal de poucos alunos matriculados numa disciplina obrigatória do curso, ministrando aulas em arquivos junto as documentações, prática importante para nós naquele momento; ao Prof. Dr. Luís Balkar, pelas dicas valiosas que ajudou na construção do plano de redação e a leitura pormenorizada que fez do relatório de qualificação; ao Prof. Dr. Luís Munaro, vinculado a Universidade Federal de Roraima (UFRR), que desenvolveu um projeto de pós-doutorado no PPGH-UFAM no ano de 2018, com quem pude ter profícuos diálogos; À Prof.^a Dr.^a Patrícia Silva que ministrou a disciplina *História, trabalho e movimentos sociais na Amazônia*, cuja ementa foi uma superdosagem de textos sobre e de E. P. Thompson, importantes para o diálogo com a História Social do Trabalho; Agradeço à Prof.^a Dr.^a Alba Pessoa pela

leitura do relatório de qualificação e pelas dicas valiosas quanto aos procedimentos de pesquisa histórica. Cada um, à sua maneira, me ajudou a pensar o objeto de pesquisa.

Sou igualmente grato aos colegas de laboratório, de profissão e amigos: Davi Abreu, Dhyene Vieira, Isabel Saboia. Estendo meus agradecimentos a Nonato Braga do Arquivo Público; a Jaílson Soares, secretário do PPGH-UFAM; a Robert Calisto, amigo e secretário do Departamento de História da UFAM; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa disponibilizada que financiou a pesquisa; a Jéssica Duarte, amiga e parceira de arquivo; a José Miranda, amigo e servidor público na UFAM; a Gerson Oliveira, amigo e psicólogo no interior amazonense; ao Centro de Pesquisa de Psicologia Aplicada da UFAM (CSPA-UFAM), afinal de contas esta foi uma pesquisa desenvolvida em meio a crises de ansiedade, a pandemia do vírus *Sars-Cov-2* e do tratamento dos pulmões, cujas sequelas persistiram por meses, além de ter estado presente em sala de aula, imposição da Secretária de Educação do Amazonas-SEDUC-AM, lidando com todas as problemáticas advindas da crise de saúde pública intensificada pelas infecções do vírus e complicações da COVID-19 em Manaus. Enfim, sou grato ao Universo e a Deus por ter sobrevivido durante o ano de 2020 e podido escrever esta dissertação de mestrado.

RESUMO

Esta dissertação procura analisar o processo discursivo que a elite político-econômica amazense construiu em torno do “êxodo dos seringais”, decorrente da crise exportadora da borracha, que intensificava o “vazio demográfico” da Amazônia. Os discursos foram elaborados e disseminados em documentos oficiais e em textos jornalísticos, assim como a elite encaminhava suas preocupações ao governo federal, tendo como consequência a construção de políticas desencadeadas em ações de fixação de extratores de produtos florestais ao solo e do planejamento de uma colonização da Amazônia com intuito de integrá-la e de constituí-la numa “grande civilização”. Para que as ações dos interventores e governadores nos anos 30 tivessem adesão de seus pares, elas foram intermediadas por uma cultura política de amor a terra, o “glebarismo”, constituída e usada como justificativa para cooptar extratores por meio de uma rede de imobilização da força de trabalho junto as grandes propriedades de exploração da *Hevea brasiliensis* e da *Bertholletia excelsa*, esta última se destacando em número de exportação no mercado externo com suas castanhas num determinado momento dos anos 30.

Palavras-chave: extratores; cultura política; ações de governos; colonização.

RÉSUMÉ

Cette thèse cherche à analyser le processus discursif que les élites politico-économiques amazoniennes ont construit autour de «l'exode des plantations d'hévéas», résultant de la crise des exportations de caoutchouc qui a intensifié le «vide démographique» en Amazonie. Les discours ont été élaborés et diffusés à partir des documents officiels et des textes journalistiques, de même que les élites renvoyaient leurs préoccupations au gouvernement fédéral, avec la conséquence de la construction de politiques déclenchées par des actions de fixation des extracteurs de produits forestiers au sol et de la planification d'une colonisation de l'Amazonie avec l'intention de l'intégrer et de la constituer dans «une grande civilisation». Pour que les actions des intervenants et des gouverneurs dans les années 30 aient l'adhésion de leurs pairs, elles ont été intermédiées par une culture politique d'amour pour la terre, le «glébarisme», constituée et utilisée comme justification de la cooptation des extracteurs à travers un réseau d'immobilisation de force de travail dans les grands propriétés d'exploration de *Hevea brasiliensis* et *Bertholletia excelsa*, cette dernière, occupant une place importante dans le nombre d'exportations sur le marché extérieur avec ses châtaignes à une certaine époque dans les années 30.

Mots-clés: extracteurs; culture politique; actions des gouvernements ; colonisation.

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

Imagem – Imobilidade cósmica, Revista Cabocla, 1936.....	63
Tabela 1 – Cultivo nos núcleos de Coari e Tefé.....	120
Tabela 2 – Culturas de colheita permanente.....	121
Tabela 3 – Obstáculos a serem superados para o desenvolvimento de agricultura no Amazonas.....	128
Tabela 4 – Programa do Ministério da Agricultura de incentivo a agricultura no Amazonas.....	132

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	8
RÉSUMÉ	9
LISTA DE IMAGENS E TABELAS	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	19
O PASSADO DOS ANOS 30 AMAZONENSE: A CRISE DA ECONOMIA EXPORTADORA DA BORRACHA E A MOBILIDADE DOS TRABALHADORES EXTRATORES	19
Um olhar historiográfico: A expansão da empresa mercantil de extração do látex da <i>Hevea brasiliensis</i> e a imobilização dos trabalhadores extratores.....	19
“Êxodo dos seringais” ou mobilidade dos trabalhadores extratores?	41
CAPÍTULO II	58
A CULTURA POLÍTICA “GLEBARISTA”: ENTRE HOMENS DE IMPRENSA, DISCURSOS POLÍTICOS E CONSTITUINTES NOS ANOS 30.....	58
Do “vazio demográfico” à necessidade de povoar	60
Identidade regional e cultura política “glebarista”	71
O povoamento do Amazonas nas Constituintes Federal, Estadual e Constituições	92
CAPÍTULO III.....	109
AS AÇÕES DE GOVERNOS PARA FIXAR TRABALHADORES EXTRATORES NO AMAZONAS DOS ANOS 30	109
Os campos experimentais de cultivo da indústria extrativa e agricultura	111
Os planos de incentivo para o cultivo da indústria extrativa e agricultura	128
As “escolas de emergência” e o Aprendizado agrícola do Paredão	134
Assistência aos trabalhadores extratores e aos agricultores	146
As concessões de terras devolutas com castanhais.....	152
Povoar, fixar e civilizar: o plano de colonização da Amazônia	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
FONTES PESQUISADAS	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	183

INTRODUÇÃO

O projeto inicial desta dissertação foi fruto dos resultados do desenvolvimento de projeto empreendido em âmbito de graduação, subsidiado pelo *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC*, entre os anos de 2014 a 2016, resultando na monografia de conclusão de curso intitulado de *Trabalho e cidade em Manaus nos anos 30: o governo do estado do Amazonas e a questão social* que foi supervisionada pelo professor Dr. César Queirós que escrevera, além do que resultou na monografia, outros dois projetos de PIBIC que estavam vinculados a uma grande iniciativa de estudo que possuía o intuito de verificar a partir da perspectiva da História Comparada as relações entre o Estado, o Patronato e os trabalhadores nas cidades de Manaus e Porto Alegre durante os anos de 1930.

Após reuniões de apresentação dos projetos e das tarefas a serem cumpridas, fui designado a obter o máximo de informações em arquivos sobre as relações que o Estado mantinha com os trabalhadores de Manaus durante a década pesquisada. Contudo, os primeiros passos da investigação histórica ajudaram a definir o tema desta dissertação, visto que dei prioridade, num primeiro momento, pela consulta de documentos oficiais do executivo do Amazonas, ocasionando mudanças nos objetivos do projeto no decorrer da investigação.

Ao lermos os documentos oficiais do executivo amazonense constatamos que as preocupações mais recorrentes relatadas pelos interventores federais de Getúlio Vargas e do governador constitucional faziam larga menção para as tentativas de resolução do problema denominado por eles de “êxodo dos seringais”, ou seja, a mobilidade de trabalhadores extratores que abandonavam os seringais e transitavam em direção aos núcleos urbanos.

Os discursos que representavam a realidade de trabalhadores que anteriormente estavam ligados a extração do látex da *Hevea brasiliensis*, culminou nos planejamentos de ações que os fixassem no interior amazonense. Notabilizava-se, a partir dos documentos, que as ações dos governos foram justificadas e expostas no que a mobilidade de trabalhadores extratores¹ em

¹O uso do termo extratores e não extrativistas tem apoio nos documentos históricos. Uma pesquisa rápida dos termos “extrativismo”, “extrativista”, “extrativistas”, “extracção”, “extractor” e “extractores” no *Jornal do Comércio* disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, verificou-se o aparecimento do termo extrativismo e seus derivados a partir do ano de 1945, diferente do termo extrator, que apesar da mudança em sua grafia, seus significados perduram e estão presentes desde das primeiras edições do jornal disponível na hemeroteca e referindo-se aqueles que extraíam produtos da floresta. Não sabemos ainda se esta mudança na denominação carrega algum significado pertinente para compreensão diacronicamente desses trabalhadores e se esta mudança está apoiada em algum discurso científico, como o discurso dos agrônomos.

direção a Manaus ocasionava à capital e ao imenso território do Amazonas cujo processo de povoamento fora interrompido,² havendo a urgente necessidade de políticas que tinham caráter civilizatório, compreendendo inúmeros esforços a serem executados para fixar extratores³ de produtos florestais ao solo, para os quais as técnicas de agricultura deveriam ser ensinadas. Portanto, o objeto desta pesquisa ao longo dos anos transmutou-se de acordo com os documentos que foram selecionados, lidos, fichados e analisados.

Esta era uma dissertação que tinha a pretensão, tão somente, de analisar ações de governos do Amazonas nos anos de 1930 a partir de uma perspectiva da História Política. Contudo, ao longo de minha trajetória no mestrado, desde as primeiras disciplinas cursadas no PPGH-UFAM até a escrita do último capítulo (que foi o primeiro a ser escrito), ocorreu o processo de mutação do projeto, com alteração nos usos de conceitos e noções analíticas, escrita e reescrita do plano de redação, abandono de laudas fichadas e digitadas de documentos históricos, retirada e inserção de trechos escritos, citações de autores, notas de rodapé e bibliografia que já não satisfaziam a análise do objeto estudado.

Como esta era uma dissertação que pretendia analisar fatos históricos políticos, no projeto inicial havia optado por um recorte temporal tradicional, o que facilitaria a seleção e análise dos documentos históricos. Contudo o processo de pesquisa demandou o alargamento temporal, retornando aos anos 20 (com os documentos) e final do século XIX (com a análise historiográfica), bem como avançando com os documentos até o início dos anos de 1940. Contudo optamos por manter a expressão “anos 30”, pois grande parte dos documentos históricos que aqui foram analisados teve sua produção na década de 1930, apesar de sabermos, a partir da historiografia nacional, que nos anos 30 existiram diferentes projetos em disputa no

²Diversos autores das humanidades que se debruçaram sobre temas relacionados à Amazônia vêm desconstruindo a ideia, tão enfatizada e disseminada através dos documentos oficiais do Estado, de “vazio demográfico” do vasto território amazônico. Autores como Eduardo Góes Neves, arqueólogo; Renan Freitas Pinto, cientista social; Neide Gondim, crítica literária; João Pacheco de Oliveira Filho, antropólogo; Alexandre Cardoso e Davi Leal, historiadores, são apenas alguns dos que desmitificam a ideia de “vazio demográfico”, além de outros.

³A escolha pela utilização da categoria trabalhadores extratores e não seringueiros está assentada no fato que esses trabalhadores extraíam outros produtos da floresta além do látex da *Hevea brasiliensis*, mesmo no denominado período áureo da borracha. A prática de retirada de outros produtos como, por exemplo, a castanha e o cultivo de “roças de subsistência” ou de agricultura familiar é mais evidente no período anterior à expansão da empresa mercantil que produzia borracha para exportação e no período posterior à decadência dela. João Pacheco de Oliveira, no capítulo intitulado de *A conquista do Vale Amazônico: Fronteira, Mercado Internacional e Modalidades de Trabalho Compulsório*, dá base a proposta ao diferenciar o “Seringal Caboclo” do “Seringal do Apogeu da Borracha”. OLIVEIRA, João Pacheco de. **A conquista do Vale Amazônico: Fronteira, Mercado Internacional e Modalidades de Trabalho Compulsório** / João Pacheco de Oliveira. In: ____ O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016; p. 136-145.

jogo político, da mesma maneira que entre o movimento de 1930 que culminou no golpe de Estado e instalação do governo provisório e o outro golpe de Estado, instaurando a Ditadura do *Estado Novo* em 1937, houve continuidades e rupturas.⁴

Esta foi uma dissertação escrita “de trás pra frente”, impulsionada por um olhar em retrospecto que foi possibilitada pelo conceito de cultura política⁵ que norteou a compreensão de ações governamentais entre os anos aqui pesquisados. Serge Bernstein concebeu cultura política como uma chave que permite ao historiador aprofundar a compreensão de comportamentos políticos complexos, colocando-a no *hall* que possibilita a interpretação de representações e realidades sociais. Cultura política tornou-se um elemento de compreensão dos fatos históricos e um meio de análise dos discursos políticos e jornalísticos que representavam a realidade social dos trabalhadores extratores de produtos florestais e do território amazonense. Ao analisarmos o objeto de estudos pela cultura política, pudemos perceber como a elite amazonense possuía uma leitura comum do passado histórico antes dos anos de 1930, produzindo discursos em que este passado sempre estava presente, justificando a construção de políticas de colonização por meio da fixação de trabalhadores ao solo, mais as projeções futuras idealizadas de um Amazonas próspero que só seria possível mediante ações governamentais.

O último capítulo foi o primeiro a ser escrito, sendo o resultado direto da pesquisa em arquivos documentais desenvolvida durante a graduação. Os documentos oficiais do executivo amazonense fazia larga menção à necessidade da elite político-econômica de empreender ações governamentais que viessem impedir o deslocamento contínuo de extratores sempre fazendo alusão a necessidade de superação da crise gomífera e ao passado recente do “êxodo dos seringais” que encheu Manaus com desempregados, esvaziando o interior que tanto necessitava

⁴PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930: as incertezas do regime**. In: __ O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. - 6ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013; PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYSZPAN, Mário. **Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites** / Dulce Chaves Pandolfi, Mário Grynszpan. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, 48p.

⁵Cultura política como chave de leitura e compreensão de fatos políticos históricos se difere da revista *Cultura Política*, aquela que circulou em território brasileiro entre os anos de 1941 a 1945 e foi criada para ser a voz oficial da proposta estado-novista, segundo Ângela Maria de Castro Gomes, a revista se propunha a ser “*um órgão informativo de amplo espectro, combinando tal tarefa com a preocupação explícita de formar consciências em apoio aos ideais do Estado Novo, em sua ótica, aos ideais da nacionalidade brasileira*”. A autora afirmou que a orientação editorial de *Cultura Política* era “*aliar o tratamento das questões políticas socioeconômicas mais candentes e atuais à dimensão cultural e histórica da nação, produzindo um discurso integrado e voltado para o objetivo direto da publicação: a propaganda do regime*”. GOMES, Ângela Maria de Castro. **O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro**. In: __ História e historiadores / Ângela de Castro Gomes. — Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996; 220p.; p.125-132.

de trabalhadores. Foi alicerçado nessa premissa que sentimos a necessidade de explicar o que foi o “êxodo dos seringais” e de analisar como se estruturou nos discursos políticos e jornalísticos a necessidade de fixar trabalhadores extratores ao solo amazonense.

O primeiro capítulo está dividido em duas partes. No primeiro tópico, em diálogo com História Social do Trabalho e com parte da historiografia sobre os seringueiros, fizemos uma análise historiográfica de como ocorreu o processo de imobilização de grande parte da força de trabalho que extraía o látex da *Hevea brasiliensis* no período de expansão da empresa mercantil da goma elástica. Esta primeira parte é de extrema importância para compreendermos a dissertação como um todo, talvez sendo a mais problemática em termos de análise, porque será a partir da proposição de que houve imobilização da força de trabalho extratora, formas de trabalho não livre ou compulsório, que iremos analisar o “êxodo dos seringais” e as ações governamentais de fixação dos extratores ao solo nos anos 30.

As formas de trabalho não livre foram, num primeiro momento, conceitualmente expressadas em artigo intitulado de *Labor – Free or Coerced? A historical reassessment of differences and similarities*, escrito por Robert J. Steinfeld e Stanley L. Engerman,⁶ no qual apontaram variadas formas de trabalho coercitivo, indo além da escravidão institucional, e não se encaixando na categoria de trabalho livre como elaborado por Marx.⁷ Marcel Van Der Linden em *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*⁸ construiu uma grande síntese sobre as variadas possibilidades de tipos de trabalho existentes na sociedade capitalista, havendo formas intermediárias de trabalho entre o que foi classicamente denominado de trabalho assalariado ou livre e a escravidão, sugerindo aos historiadores que a partir de suas práticas e pesquisas conceituassem essas formas intermediárias de trabalho, indo além do que foi analisado por Karl Marx.

⁶Artigo publicado no livro: BRASS, Tom; LINDEN, Marcel Van Der. **Free and unfree labour: the debate continues**. Organizado e editado por Tom Brass e Marcel Van Der Linden. Bern; Berlin; Frankfurt a. M; New York; Belin; Paris: Lang, 1997.

⁷Sobre a categoria de trabalho livre elaborado por Marx ver LINDEN, Marcel Van Der. **Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial**. / Marcel Van Der Linden. Tradução: Alexandre Fortes. História, São Paulo, v.24, nº 2, p. 11-40, 2005, p.13.

⁸A primeira parte do livro denominada de *Conceituações* e os três tópicos contidos nela: *Quem são os trabalhadores? Por que trabalho assalariado “livre”? e Por que escravidão?* São os capítulos que nos interessam nesse primeiro momento, pois os tomamos como modelos analíticos para compreendermos as relações existentes entre os seringalistas e os trabalhadores extratores. LINDEN, Marcel Van Der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho** / Marcel Van Der Linden. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p.27-75.

No Brasil, a partir dos anos de 1980, ocorreu um movimento historiográfico com a inserção de novos procedimentos metodológicos e modelos analíticos que questionaram perspectivas consagradas em dois campos da História Social até então dissociados: os estudos sobre a escravidão e os estudos a respeito da classe operária.⁹ Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira¹⁰ apontaram Ângela Maria de Castro Gomes como uma das historiadoras brasileiras a notar o paralelismo existente entre as problemáticas da História Social da Escravidão e da História Social do Trabalho, dando vigor a uma melhor reflexão em relação à constituição de variadas formas de relações de trabalho na sociedade brasileira que eram marcadas pela experiência da escravidão, indo além da categoria denominada de trabalho livre.

Partindo da proposta exposta acima os livros e dissertações selecionados que fazem parte do *hall* da historiografia acerca dos trabalhadores extratores do látex da *Hevea brasiliensis*, são: *Amazônia: um paraíso perdido*¹¹ de Euclides da Cunha, *Amazônia: formação social e cultural* de Samuel Benchimol,¹² *O seringal e os seringueiros* de Arthur Cezar Ferreira Reis,¹³ *A borracha*

⁹Claudio H. M. Batalha ao fazer um balanço sobre as pesquisas escritas sobre a História do Trabalho no Brasil nos primeiros anos do século XXI apontou que um dos aspectos mais evidentes foi a ampliação de enfoque que enfatizou na “*discussão sobre quem englobar em uma história do trabalho. Qual, afinal, seria seu objeto? Hoje, em tese, quase todos os seus praticantes estão de acordo que a redução da história do trabalho ao operariado fabril é inaceitável, que seria necessário incluir trabalhadores livres e não livres, urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais. Refletindo essa perspectiva, já há pesquisadores da escravidão e do mundo rural que se identificam na história do trabalho.*” BATALHA, Cláudio H.M. **Os desafios atuais da história do trabalho**. Anos 90, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p.87-104, jan./dez.2006. p.89.

¹⁰Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira em artigo denominado de *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980* fizeram uma análise da historiografia desses dois campos da pesquisa histórica, onde o argumento central da investigação está fundamentado na revisão historiográfica, iniciada nos anos de 1980 fortemente influenciada pelo contexto político da época e do contato dos historiadores com os estudos de E. P. Thompson, de obras cujas perspectivas canonizaram a ideia de uma ausência de cultura política vinculado aos trabalhadores escravizados e aos trabalhadores urbanos “livres”. Além de apontarem para as dificuldades de diálogo entre esses dois campos temáticos por causa da presença de um muro de Berlim historiográfico. CHALHOUB, S. e SILVA, Fernando T. **Sujeitos no Imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira**. *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009, p.37.

¹¹Primeira parte, cujo título é *Amazônia: Terra paraíso perdido*, da segunda edição de uma coletânea de textos escritos por Euclides da Cunha a respeito da Amazônia, organizada por Tenório Telles. CUNHA, Euclides da. **Amazônia: Um paraíso perdido**. / Euclides da Cunha. Organização: Tenório Telles. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2011.

¹²Quinto capítulo intitulado de *Os “cearenses”*: *Nordestinos na Amazônia* do livro *Amazônia: Formação social e cultural*. BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. / Samuel Benchimol. 3ª ed. – Manaus: Editora Valer, 2009.

¹³As partes do livro utilizadas são: *Parte II- O comportamento do homem Parte, III- O processo histórico, Parte IV- A estrutura econômica e Parte V- O processo social*. REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro** / Arthur Cezar Ferreira Reis. 2ª ed. rev. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1977.

na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920) de Barbara Weinstein,¹⁴ *Servidão humana na selva: O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia* de Carlos Corrêa Teixeira,¹⁵ a dissertação *Entre barracões, varadouros e tapiris: Os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)* de Davi Avelino Leal¹⁶ e a dissertação *Nem sina, nem acaso: A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)* de Antônio Alexandre Isídio Cardoso,¹⁷ esta última tratando sobre os processos migratórios que ocorreram dos estados nordestinos para a Amazônia na segunda metade do séc. XIX.

Ricardo Figueira¹⁸ sintetizou e analisou, em artigo denominado de *Por que o trabalho escravo?*, o “problema da escravidão” contemporânea, um fenômeno costumeiro em fazendas do interior do Pará, nos anos de 1970, demonstrando suas diferentes características:

“(…) entre elas as atividades produtivas, o tempo de execução das tarefas, as formas de reter a pessoa na área de trabalho, ou as formas de retenção dos refratários ou insubordinados. Em comum havia sempre a dívida, que podia ser real ou fictícia, e a obrigação de saldá-la antes de sair do imóvel.”¹⁹

Ao evidenciar as variadas questões para compreensão da realidade social analisada, o autor produziu o que consideramos aqui, um manual metodológico que nos permitiu caracterizar e, posteriormente, categorizar a relação social analisada. Algumas das questões norteadoras da primeira parte do primeiro capítulo foram: como os autores que falaram da relação de trabalho entre seringalistas e seringueiros categorizaram esta relação? Quais são as características do trabalho considerado não livre ou compulsório? Por que o trabalho realizado pelos trabalhadores

¹⁴O capítulo *Seringueiros e comerciantes* do livro WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920** / Barbara Weinstein; tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. – São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

¹⁵TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva: O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia** / Carlos Corrêa Teixeira. Manaus: Editora Valer/Edua; 2009.

¹⁶LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do rio Madeira (1880-1930)** / Davi Avelino Leal. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras; orientado por Hideraldo Lima da Costa, 2007.

¹⁷CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso: A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico** / Antônio Alexandre Isídio Cardoso. Dissertação orientada por Eurípedes Antônio Funes (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades; Fortaleza, 2011.

¹⁸Autor da tese *Pisando fora da própria sombra: A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*.

¹⁹FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo? Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 31-50,2000; p.33.

extratores do látex da *Hevea brasiliensis*, no início do século XX, deveria ser considerado uma forma de trabalho não livre?²⁰

A segunda parte do primeiro capítulo, tentamos compreender o processo que foi classificado como “êxodo dos seringais”, a ideia de “êxodo” estava assentada na *economia política* e foi reclamada para explicar acontecimentos consequentes da crise da economia exportadora da borracha, bem como acreditamos que tal categoria não explicou totalmente o fenômeno da mobilidade de trabalhadores extratores em tempos de crise, ela foi consequência de vários elementos que se conjugaram na decisão dos extratores de sair dos seringais, sendo um desses elementos a crise da estrutura econômica vigente no território amazônico que se reestruturou nas décadas seguintes junto aos processos de imobilização da força de trabalho extratora.

O segundo capítulo está dividido em três partes. A primeira parte evidenciamos como alguns textos jornalísticos da imprensa amazonense dos anos 30 representavam o território amazônico como um grande “vazio demográfico” que estava à espera de trabalhadores para o cultivo de seu solo, permitindo que políticos usassem de tais ideias em debates públicos. A segunda parte, procuramos dar visibilidade ao movimento identitário da elite político-intelectual do Amazonas denominado de “glebarismo” e explicar a partir do conceito de cultura política as representações elaboradas e as discussões que propiciaram a constituição de um ar cultural que funcionou para a recepção de projetos políticos e ações governamentais. Na terceira parte evidenciamos como alguns constituintes em nível federal e estadual apresentaram a necessidade de povoamento do Amazonas com trabalhadores nacionais, constando pontos específicos nas Constituições Federal e Estadual no período de redemocratização com o fim do governo provisório entre os anos de 1933-1934.

O terceiro capítulo se divide em seis tópicos. Constam algumas das ações governamentais de superação da crise econômica que assolava o Amazonas, os planos e os incentivos de cultivo da chamada indústria extrativa e agricultura. As escolas de emergência e o ensino agrícola eram meios pelos quais se pretendia educar e ensinar técnicas agrícolas que possibilitariam que as futuras gerações se fixassem no interior amazonense. A localização de desempregados na cidade de Manaus e outros centros urbanos, bem como o seu posterior reenvio aos grandes seringais e

²⁰São questões que foram reformuladas e que estão presentes em FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** op. cit.; p.33.

castanhais, foram ações governamentais usadas por agentes estatais para a imobilização de extratores. As concessões de pequenos lotes de terras foram amplamente discutidas na esfera política, contudo poucas ou quase nenhuma foram de fato concedidas, pois tais ações iam de encontro com os interesses de donos de terras com seringais e castanhais que requisitavam um maior número de trabalhadores em suas propriedades e a concessão de pequenos lotes os transformariam em produtores independentes. Arriscamos em dizer que os discursos políticos e ações governamentais postas em prática nos anos 30 culminaram nos grandes projetos de povoamento e de colonização da Amazônia que o Estado brasileiro empreendeu durante o século XX.

CAPÍTULO I

O PASSADO DOS ANOS 30 AMAZONENSE: A CRISE DA ECONOMIA EXPORTADORA DA BORRACHA E A MOBILIDADE DOS TRABALHADORES EXTRATORES

No final do século XIX e início do século XX, a partir da expansão da empresa mercantil vinculada à extração do látex da *Hevea brasiliensis* para produção de borracha a ser exportada, houve a constituição da relação social entre o seringalista, também denominado de “patrão”, e o seringueiro, chamado de “freguês”, apontada por muitos como uma relação de produção dentro de um peculiar sistema denominado de aviamento. Poderia se pensar, também, que houve a coexistência da livre negociação dos produtos com as formas de trabalho não livre (trabalho compulsório), mais os atos de resistência, onde a coerção elevada a um determinado nível ocasionou a imobilização da força de trabalho extratora do látex que foi moldada nas experiências que as elites brasileira e amazônica possuíam da escravidão e das formas legais de compulsão ao trabalho que existiam na Amazônia antes do chamado período áureo da borracha.

Com a crise da economia gomífera houve um processo de mobilidade de parte da força de trabalho extratora que antes estivera imobilizada nos grandes seringais da Amazônia. Na década de 1920, os grandes jornais locais denunciavam o denominado “esvaziamento das selvas” que consistia no movimento de grupos de trabalhadores extratores que saíam de seringais em decadência e chegavam ao porto manauara causando transtornos para a cidade e seus moradores, segundo os documentos oficiais, levando o governo a solicitar passagens para que esses grupos de pessoas retornassem aos seus estados natais.

Um olhar historiográfico: A expansão da empresa mercantil de extração do látex da *Hevea brasiliensis* e a imobilização dos trabalhadores extratores

No início da relação social entre os agentes da empresa mercantil extrativa da borracha, o “patrão” que posteriormente foi denominado de seringalista, em algum momento fora chamado de seringueiro, aquele que explorava economicamente a *Hevea brasiliensis*, e o seringueiro, o

que extraía o látex, também, podia ser denominado de “freguês”.²¹ O termo “freguês”²² foi utilizado para designar o que deveria ser uma relação comercial, deveria evidenciar uma relação de livre negociação de duas ou mais partes interessadas. Todavia, parece ter ocorrido no decorrer da constituição da relação “patrão” x “freguês” (seringalista x trabalhador extrator, o seringueiro) algo que descolou o significado do termo que deveria evidenciar as características da realidade social.²³

O que queremos dizer é que com a expansão da empresa mercantil extrativa do látex da *Hevea brasiliensis* e a efetivação das relações de trabalho entre seringueiros e seringalistas, deveria haver a coexistência da livre negociação dos produtos com outras formas de trabalho, mas ao que parece houve a não adequação conceitual do termo à relação comercial que em tese vigorava. A peculiar relação entre seringalista e seringueiro possibilitaria outro uso para o termo “freguês”, que fugia do uso convencional, para nomear um agente social de um novo fenômeno

²¹Leandro Tocantins traçou a mudança de denominação dos agentes das relações de trabalho no seringal, afirmou que “*chegando ao conhecimento dos portugueses tais objetos, saudados como úteis à civilização, o seu nome passou a ser, também, o da árvore que jorra o leite. Árvore de seringa. E de seringa surgiu o seringal, o espaço físico-social onde se erguem, dispersas pela floresta, as espécies vegetais da borracha. E do seringal, o seringueiro, o homem que se associa à planta, para explorá-la. Uma trilogia marcadamente ecológica.*” Ainda na mesma página e em nota de rodapé, o autor fala “*depois do ano de 1920, apareceu o neologismo seringalista, para designar o proprietário do seringal, que, antes, era o patrão ou mesmo seringueiro, confundindo-se, na nomenclatura, com verdadeiro extrator da borracha. Hoje, a palavra está definitivamente integrada no vocabulário regional. Assim, passou a ser um quarteto ecológico: seringa, seringal, seringalista e seringueiro.*” TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo.** Coleção temas brasileiros, sob a direção de Arthur Cezar Ferreira Reis. Editora Conquista; Rio de Janeiro, 1960; p.165.

²²A definição do termo “freguês” e alguns dos seus derivados e/ou termos dos quais a palavra derivou-se: “**Freguês, (fré) m.** Habitante de uma freguesia. Cliente. Aquelle que compra ou vende habitualmente a determinada pessoa. (Cast. feligrés, talvez do lat. filius gregis); **Freguesa, (fré)** (fem. de freguês); **Freguesia, (fré) f.** Paróchia. Igreja parochial. Conjunto dos parochianos. Hábito de comprar a certa pessoa ou em certo estabelecimento. Concorrência de compradores a um estabelecimento ou a um vendedor. Clientela. (De freguês); **Afreguesado, (fré)** adj. Que se tornou freguês. Cliente. (De afreguesar); **Afreguesar, (fré)** v. t. Tornar freguês, cliente. Adquirir fregueses, clientes, para: afreguesar um botequim.” FIGUEIREDO, Candido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueiredo de 1913.** Projeto Gutenberg EBook; Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível para pesquisa em: <http://dicionario-aberto.net>; p.52 e 908.

²³Esta mudança dialoga, apesar das diferenças marcantes, com o fenômeno que Prabhu Mohapatra analisou no artigo intitulado de *Informalidade regulamentada: construções legais das relações de trabalho na Índia Colonial (1814-1926)* que ao questionar a identificação corrente entre informalidade e ausência de regulação das relações de trabalho na Índia, Mohapatra alegou que o crescimento do setor informal é resultado de longa intervenção estatal naquele país. O Autor afirmou que não tem como definir as relações informais sem recorrer à negação das relações formais, e toda investigação histórica das relações informais de trabalho tem de partir da explicação do surgimento de estruturas formais de regulamentação. Para isto, ao longo do texto, Mohapatra demonstrou como ocorreu o processo de regulamentação do trabalho, pelo Estado colonial, baseado na criminalização do trabalho livre, com a repressão de mecanismos costumeiramente utilizados pelos trabalhadores indianos, mecanismos que possibilitavam a mobilidade dos trabalhadores, o que caracterizava o trabalho livre. MOHAPATRA, Prabhu. **Informalidade regulamentada: construções legais das relações de trabalho na Índia Colonial (1814-1926).** Cad. AEL, v.14, nº 26, 2009; p.58.

que fora moldado nas experiências²⁴ da escravidão e nas formas legais de compulsão ao trabalho?²⁵ Qual o intuito de utilizar um termo que deveria expressar a livre negociação?

Geralmente os seringalistas, donos de grandes áreas de terras com seringais, “arrendavam”²⁶ as estradas com as seringueiras aos extratores de látex da *Hevea brasiliensis*. A interpretação de que havia uma relação comercial, talvez, advinha do fato de que o seringueiro trocava a borracha produzida no “barracão” do seringalista ou do comerciante mais próximo que “negociava” “a produção dos seringueiros e mantendo-os abastecidos de ferramentas, víveres e quaisquer extravagâncias a que pudessem dar ao luxo.”²⁷

A não circulação de dinheiro ou papel-moeda nos seringais proporcionou a constituição de um modo de comercialização da borracha que era produzida pelos seringueiros. Eles trocavam-nas por produtos que os seringalistas disponibilizavam, este tipo de comércio foi denominado de sistema de aviamento.²⁸ Arthur Cezar Ferreira Reis falou, no livro *O seringal e o seringueiro*, sobre a relação entre o “patrão” e o “freguês”, realçou uma das características desta relação:

“Porque, se o aviador e o seringalista exploram o seringueiro, este não se comporta melhor. Vinga-se com as armas de que dispõe e de acordo com primarismo de sua

²⁴Conceito formulado por E. P. Thompson, explicitado no capítulo intitulado de *O termo ausente: experiência* do livro *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*, no qual disse: “Exploramos tanto na teoria como na prática, os conceitos de junção (como “necessidade”, “classe” e “determinação”), pelos quais, através do termo ausente, “experiência”, a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história. (...). E quanto à “experiência” fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (...): parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência (...) tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (...) sua pressão sobre o conjunto.” THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; p.188 e 189.

²⁵Patrícia Melo em artigos intitulados de *Africanos e Índios na Amazônia: Experiências de precarização da liberdade* e *Nos confins do Império: Diversidade e etnicidade no mundo do trabalho na Amazônia do século XIX* ao tratar dos encontros entre índios, escravos e africanos livres no mundo do trabalho amazônico, dialogando com autores como Beatriz Mamigonian e Sidney Chalhoub, mostrou como o Estado imperial contribuiu para limitar a mobilidade de trabalhadores, o que nos ajudou a pensar a problemática passagem do trabalho escravo para o livre e as diversas formas de trabalho existentes da segunda metade do século XIX e início do século XX. SAMPAIO, Patrícia Melo. **Nos confins do Império: Diversidade e etnicidade no mundo do trabalho na Amazônia do século XIX**. In: Histórias da escravidão e do pós-abolição para escolas. Org. por Giovana Xavier. Belo Horizonte: Fino Traço Editora; Rio de Janeiro: MC&G Editorial; Brasília: MEC, 2015, p.179-194; p.181.

²⁶A ideia de propriedade privada deveria levar os donos dos seringais a classificar os extratores de trabalhadores e não de fregueses. Acredito que o fato de serem donos de grandes extensões de terras e de arrendarem as “estradas” aos extratores do látex, que se tornavam donos “temporários” do pedaço de terra e posteriormente, em tese, “negociariam” a borracha, tenha possibilitado a classificação de fregueses dos que extraíam o látex, produziam a borracha e as trocavam no barracão.

²⁷WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**., op. cit.; p.31 e 33.

²⁸REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. op. cit.; p.176.

inteligência, das coisas e dos homens. Assim é que negocia às escondidas a produção de sua safra, lesando o seringalista, entrega-se à madraçaria, diminuindo a produção ou extraindo látex por processo proibido para aumentar a purgação e dispor de safra maior que lhe garantirá saldo-credor.”²⁹

O fato dos extratores do látex da *Hevea brasiliensis* negociarem às escondidas suas produções com os regatões – os últimos também agentes da empresa mercantil – e a necessidade da criação de regulamentos³⁰ pelos proprietários dos seringais, fez com que autores, a luz dos avanços das revisões e discussões da História Social, interpretassem tais práticas, respectivamente, como uma das muitas formas de resistência³¹ e de controle sobre os trabalhadores, o que de fato foram.³²

A questão que fazemos aqui é: poderíamos interpretar, também, a negociação às escondidas da borracha pelos seringueiros com outros interessados pelo produto, como tentativa de praticar a livre negociação conceitualmente evidenciada no termo “freguês”? E a necessidade de criação de regulamentos dentro dos seringais, culminando na imobilização da força de trabalho, como um processo que caracterizaria uma forma de trabalho não livre (trabalho compulsório)? Reinhart Koselleck afirmou que apesar da palavra possuir determinado significado e permanecer a mesma estrutura morfológica não significa, “por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por *ela* designado”³³ e sabemos que poderia existir a possibilidade de pensarmos o uso destas categorias, não como uma evolução, ou mesmo regressão, da livre negociação para uma das formas de trabalho não livre, e sim, como apontam muitos historiadores, a coexistência de ambos³⁴ e a conveniência dos patrões, que

²⁹REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. op. cit.; p.178.

³⁰Davi Leal em sua dissertação intitulada de *Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do rio Madeira (1880-1930)* mostrou como os regulamentos dos seringais tinham a função de controle da força de trabalho e apresenta-os como a forma mais direta de estabelecimento do contrato de trabalho entre o “patrão” e o “freguês”. LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris**; op. cit.; p.99.

³¹Em artigo intitulado de *Parceiros no crime: O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional* David McGrath escreveu como o regatão, pequeno comerciante itinerante, exerceu um papel de resistência, juntamente, com o produtor independente, o seringueiro, a margem das relações comerciais do capitalismo mercantil em voga na Amazônia do final do século XIX e início do século XX. MCGRATH, David. **Parceiros no crime: O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional**. Novos cadernos NAEA, vol. 2, nº 2 – dezembro de 1999; p. 64.

³²Aqui não é uma negação da interpretação dada aos fatos históricos relacionados ao ato de resistir de povos e grupos subalternizados. O que queremos é, apenas, olhar por outra perspectiva que nos permita melhor compreender a imobilização da força de trabalho de grupos humanos no Amazonas do início do séc. XX, no pós-abolição.

³³KOSSELLECK, Reinhart. **História dos conceitos e história social**. In: Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos / Reinhart Koselleck. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maos, Carlos Almeida Pereira: revisão da tradução de César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC – Rio, 2006, 368p.; p.105.

³⁴Quanto à possibilidade de existência de variadas formas de trabalho coercitivo ver LINDEN, Marcel Van Der. **Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial**; op. cit.; p. 11-40; STEINFELD,

baseados nas experiências que tinham da escravidão e das formas legais de compulsão ao trabalho, de quererem controlar a força de trabalho extratora,³⁵ numa clara tentativa de aumentar seus lucros. Apesar disso, nos parece que o termo “freguês” juntamente com a ideia de livre negociação é bastante falaciosa e camufla a compreensão da relação seringalista x seringueiro.

David McGrath em *Parceiros no crime: O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional* explicou através das diversas literaturas sobre o tema, como funcionavam as relações comerciais entre os sujeitos do sistema de aviação:

“Como é implícito nessas relações, existem dois componentes no sistema de aviação: de um lado, o sistema comercial, com transações baseadas principalmente no escambo e no crédito, raramente envolvendo dinheiro em moeda; do outro, a rede comercial, baseada neste tipo de relação, com produtores individuais ligados as casas aviadoras específicas através de uma rede de intermediários.”³⁶

Mas o que nos interessa aqui são alguns dos argumentos apresentados por McGrath, em diálogo com Barbara Weinstein, quanto à resistência do produtor individual, o seringueiro, que vendia as escusas seus produtos aos regatões, afirmando que o isolamento relativo dos seringueiros dificultava o controle da força de trabalho pelos patrões e facilitava a resistência.³⁷ Baseado nos relatos de um gerente de seringal de propriedade inglesa, de nome Russan que escreveu, em 1902, o quanto achava incomum que nos seringais do Brasil a produção não pertencia ao dono do seringal e, sim, ao seringueiro que a trocava com o “patrão”, evidenciando uma confusão quanto aos significados que deveriam se ligar aos termos usados.³⁸ McGrath afirmou o seguinte:

“(…) Russan dá o exemplo da *Rubber States of Pará*, que produzia em média 250 toneladas de borracha por ano sob controle brasileiro, mas que conseguiu apenas 50 toneladas por ano sob duas firmas inglesas sucessivas. “O que houve com a diferença, as duzentas toneladas?”, pergunta Russan. “Há pouca dúvida”, ele escreve, “de que algo como essa quantidade de borracha foi vendida aos piratas fluviais” (Russan, 1902:7).

Robert J.; ENGERMAN, Stanley L. **Labor – Free or Coerced?** op. cit.; p.108-126; LINDEN, Marcel Van Der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho / Marcel Van Der Linden.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p.27-75.

³⁵Sidney Chalhoub em artigo denominado de *Costumes Senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império*, a partir do diálogo com o aparato conceitual de E.P. Thompson evidenciou como a elite brasileira do século XIX considerava costumeiro os atos, com a condescendência das instituições imperiais, de escravização de pessoas livres de cor, formulando o conceito de *precarização da liberdade*. CHALHOUB, Sidney. **Costumes Senhoriais: escravidão ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império.** In: AZEVEDO, E. *et alli* (orgs) *Trabalhadores na cidade.* Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2009, p.23-62; p. 25.

³⁶MCGRATH, David. **Parceiros no crime**; op. cit.; p.59.

³⁷MCGRATH, David. **Parceiros no crime**; op. cit.; p.58.

³⁸Ao que parece Russan fazia alusão ao significado do termo “trabalhador” ou “assalariado” que deveria se ligar à ideia de uma pessoa que trabalha na propriedade de alguém que, em tese, deveria pagar um “salário” pelo trabalho realizado. MCGRATH, David. **Parceiros no crime**; op. cit.; p.59 e 60.

(...). Foi através de uma vigilância constante e a disposição de “remover o infrator da face da terra”, uma opção não disponível para firmas estrangeiras, que os seringais brasileiros foram capazes de manter a resistência dos seringueiros e regatões em níveis aceitáveis. Portanto, apesar do fato de os regatões não terem um papel significativo no comércio ou na acumulação de capital nesse período, eles tiveram um impacto considerável no caráter do sistema de aviamento e na direção do desenvolvimento amazônico;”³⁹

O que explicaria a discrepância da produção da *Rubber States of Pará* sob controle brasileiro atingindo a média de 250 toneladas de borracha por ano, mas sob o controle das firmas inglesas conseguiu apenas 50 toneladas por ano? O controle coercitivo da força de trabalho pela elite comercial da Amazônia, provavelmente tenha sido uma maneira de acumular capital e, ao mesmo tempo, rechaçar a possível livre negociação implicando em resistência dos extratores do látex da *Hevea brasiliensis* que vendia aos regatões, cujas atividades não tiveram um papel proeminente na acumulação de riqueza, consequência ou não deste controle, visto que esta relação foi costumeiramente negada, com consentimento do Estado,⁴⁰ como aponta a historiografia sobre o tema.

Carlos Teixeira ao defender sua dissertação em sociologia em fins da década de 1970, apontou que o sistema de aviamento considerava o seringueiro, teoricamente, como produtor livre ou “freguês”, interpretando que esta relação estava impregnada de um conteúdo ideológico que deu ao seringueiro o *status* de participante das relações da empresa mercantil, o autor julgou esta situação como artificial, pois como “freguês”, o seringueiro, não poderia participar livremente negociando seus produtos, e como trabalhador, não se encontrava livre para vender sua força de trabalho. Portanto, qual seria a condição do trabalhador que extraía o látex da *Hevea brasiliensis*? Carlos Teixeira direcionou uma resposta:

“Nesse sentido, se é inclinado a admitir tratar-se de uma forma específica de sujeição do trabalhador, ao capital, sujeição que se dá mediada pelo aviamento e mais particularmente pelo barracão.”⁴¹

Barbara Weinstein afirmou que era muito provável que o sistema de produção e de troca dos produtos retratasse uma relação de “patrão” e “freguês” funcionando com certa suavidade,

³⁹MCGRATH, David. **Parceiros no crime**; op. cit.; p.68.

⁴⁰McGrath evidenciou como os comerciantes vinculados à extração da borracha, coadunados com a política regional, impuseram altíssimos impostos aos regatões. MCGRATH, David. **Parceiros no crime**; op. cit.; p.62.

⁴¹TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva**; op. cit.; p.130.

mascarando os conflitos e tensões onde o seringueiro “era a principal vítima de tais fraudes e maus-tratos.”⁴²

A partir das argumentações acima, inferimos que muito provavelmente inexistia a livre negociação como o conceito requer que exista, o termo “freguês” era inadequado ou utilizado de má fé, por aqueles que dominavam a relação, com o intuito de mascarar a realidade social posta, pois como argumentou Reinhart Koselleck existe uma fenda “entre fatos sociais e o uso linguístico a ele associado”⁴³ e mais, nos parece que o uso semântico de “freguês” não serve mais para apreender a relação entre seringalista e seringueiro, pois parou de fluir como categoria analítica em virtude de sua definição.⁴⁴

Caracterizando o trabalho não livre ou compulsório: as peculiaridades da relação de trabalho entre seringueiros e seringalistas

Para ser considerado trabalho não livre ou compulsório, uma forma intermediária entre a escravidão institucional e o trabalho livre assalariado,⁴⁵ é preciso que haja algumas características que foram apontadas por autores citados na introdução desta dissertação e que nos ajudarão a evidenciar esta forma de trabalho existente no processo de expansão da empresa mercantil de extração do látex.

⁴²WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia.**, op. cit.; p.36.

⁴³KOSELLECK, Reinhart. **História dos conceitos e história social.**, op. cit.; p.111.

⁴⁴Mark Harris ao tratar sobre as sociedades camponesas na Amazônia referenciou alguns autores que analisaram as relações de produção existentes na região nos períodos de *boom* de produtos exportáveis, reiterou que “a economia campesina é formada pelo capital mercantil que gera lucro a partir do aumento serial do preço de um produto quando comercializado, ao invés de a partir da mão de obra, o que é contraditório, pois a produção é orientada para o mercado externo, mas as relações e a organização da produção prevalecentes não são capitalistas, havendo a evidente separação entre trabalhador e “patrão”. As relações de produção nunca são transformadas, pois o trabalho nunca é plenamente incorporado, apenas os produtos desse trabalho e por meio da escravidão da dívida”. HARRIS, Mark. **Presente ambivalente:** uma maneira amazônica de estar no tempo. In:___ Sociedades cacoclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. / Editado por Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves. – São Paulo: Annablume, 2006; p.90 e 91.

⁴⁵Norberto O. Ferreras em artigo cujo título é *O Brasil e o trabalho análogo à de escravidão: a questão das migrações* disse que: “(...) Desde o momento em que a escravidão passou a ser legalmente abolida nos diferentes países, outras alternativas de controle compulsório de trabalhadores foram acionadas. Uma vez que a abolição da escravidão foi consagrada, vieram à luz outras formas de controle do trabalho, como a dívida e o tráfico de pessoas, que passaram a ser os principais meios de forçar os grupos vulneráveis de pessoas ao trabalho compulsório. Muitas vezes estas formas de recrutamento de trabalhadores estavam no limite da legalidade. A escravidão legal acabava, mas apareceram novas e velhas formas, fossem legais ou ilegais, de sujeição dos trabalhadores.” FERRERAS, Norberto O. **O Brasil e o trabalho análogo à de escravidão: a questão das migrações.** / Norberto O. Ferreras. Revista do arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro. N.º 11, 2016, p. 407-422; p.411.

Um dos agentes envolvidos no processo de recrutamento e, em muitos casos, na imobilização da força de trabalho, foi o Estado,⁴⁶ complacente com as demandas comerciais que impunha altos impostos aos regatões, como forma de impedir a livre negociação.

Os “patrões” ou seringalistas, que muitas vezes, também faziam o papel de agenciadores, os chamados *Paroaras*⁴⁷ que vieram para Amazônia no decorrer da segunda metade do século XIX. É muito provável que alguns tenham sido os sujeitos dos primeiros grupos de migrantes que procediam, geralmente, das províncias do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e outras, que com a expansão da empresa mercantil conseguiram acumular fortuna e voltavam para suas terras bem vestidos e com indícios de riqueza, levando aos seus conterrâneos a imagem do *homem que deu certo* em terras longínquas, tornando-se intermediários do processo de recrutamento da força de trabalho.⁴⁸

Outros agentes envolvidos no processo de recrutamento e imobilização da força de trabalho extratora foram as forças policiais e judiciais, como os juízes municipais que na prática, vez ou outra, também exerciam as funções de chefe de polícia.⁴⁹ Como apontou Davi Leal em dissertação defendida em 2007, eles tinham o papel preponderante no processo coercitivo da força de trabalho que extraía o látex. Visto que, no ano de 1900, os juízes municipais condenaram à prisão seringueiros que tinham cometido crime de furto, por terem resistido e

⁴⁶Arthur Reis no capítulo intitulado de *As condições sanitárias. Epidemias mais constantes. O desgaste humano e econômico. A ação dos curandeiros* disse que “(...) na voracidade de tirar da floresta o que ela possuía capaz de satisfazer ao apetite da indústria estrangeira que crescia numa velocidade espantosa exigindo a matéria-prima que a alimentasse, nem o Estado, interessado apenas nos lucros que lhe advinham dos impostos, nem os aviadores, preocupados no maior volume de produção que lhes chegava da selva, nenhum deles se preocupou com a modificação daquele quadro.” REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro** op. cit.; p.262.

⁴⁷Alexandre Cardoso salientou “(...)que João Gabriel de Carvalho e Melo foi um sujeito que fugiu a regra, figurando entre uma minoria que prosperou economicamente, estabelecendo-se enquanto proprietário de terras no território que atualmente situa-se entre os estados do Acre e Amazonas(...) é importante entender como foi o constituir-se das escolhas dos migrantes, como foram articulados os caminhos que os levaram até o Amazonas. (...) A figura do Paroara, ricamente descrita na obra de Rodolpho Théophile, era um dos vetores de disseminação desse tipo de informação, apresentando aos seus conterrâneos um mundo farto resguardado na distante e rica floresta.” CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso**; op. cit.; p.90 e 137.

⁴⁸Samuel Benchimol diz que “(...) os paroaras, como eram chamados, no Ceará, os filhos da terra quando voltavam enriquecidos do Pará. BENCHIMOL, Samuel. **Os “cearenses”**: Nordestinos na Amazônia. In: Amazônia: Formação social e cultural. / Samuel Benchimol. 3ª ed. – Manaus: Ed. Valer, 2009; p. 164. WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia.**, op. cit.; p.39.

⁴⁹Alexsandro Nascimento afirmou que “(...) a atribuição dos cargos era confusa. Com funções parecidas para os responsáveis da justiça e punição, possivelmente os juízes e membros da polícia deviam discutir quem era o responsável a realizar uma determinada atribuição.” NASCIMENTO, Alexsandro Ribeiro do Nascimento. **A Justiça quase perfeita**: Discussões sobre os Juízes municipais na Comarca do Recife. XXVII Simpósio de Nacional de História-ANPUH; Conhecimento histórico e diálogo social; Natal-RN; 22 a 26 de julho de 2013; p.03.

praticado a livre negociação da borracha que produziram com Antônio Xavier da Fonseca, um provável regatão.⁵⁰

Quais são os elementos do processo de recrutamento da força de trabalho que culminou na imobilização de trabalhadores extratores? A conjugação de diversos fatores, sendo um deles o desemprego e a pobreza nas áreas de recrutamento,⁵¹ os sujeitos vindos das diversas províncias do que hoje denominamos de Nordeste brasileiro, que segundo Arthur Reis haviam emigrado, primeiramente pela impiedade das secas e posteriormente pelas possibilidades de enriquecimento que a empresa mercantil de extração do látex oferecia.⁵²

Sabe-se que houve variados movimentos migratórios das províncias nordestinas para a vasta região amazônica, ocorridos por motivos e momentos diferenciados. Alexandre Cardoso, em dissertação defendida em 2011, evidenciou como ocorreu alguns dos fluxos migratórios ao longo da segunda metade do século XIX, afirmando ser um processo histórico constituído por uma pluralidade de fatores que vão além dos interesses oficiais e econômicos, perpassando pela construção de redes de sociabilidade que propiciaram as escolhas dos próprios sujeitos pela migração.⁵³

Outro elemento seria a propaganda⁵⁴ que atraía pessoas para a região onde se tornariam a força de trabalho. Alexandre Cardoso atentou que o deslocamento para a Amazônia era uma realidade bastante propagandeada pelas políticas de colonização da região. O deslocamento fora possibilitado pelas sociabilidades daqueles que já tinham migrado com os que ainda migrariam,

⁵⁰Davi Leal no capítulo *Heterotopias: construindo espaços de resistência* apresentou o caso: “A borracha desviada furtivamente, continua a nota, foi vendida a Antonio Xavier da Fonseca, comerciante no Alto Madeira. Para o juiz municipal, os seringueiros citados cometeram o crime de furto, pois subtraíram e se apropriaram de coisa alheia móvel, contra a vontade do respectivo dono, que no caso é Fidel Bacca, patrão e aviador dos seringais onde a borracha foi subtraída e vendida (HUMAYTHAENSE, Humaitá, domingo, 28 de março de 1900).” LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris**; op. cit.; p.136.

⁵¹FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** op. cit.; p.43.

⁵²REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro** op. cit.; p.233 e 234; Samuel Benchimol disse que “(...) procediam geralmente das zonas do agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e outros estados nordestinos, sendo tangidos pela seca – imigração por fome –, ora simplesmente atraídos pelo apetite da seringa – imigração por cobiça, fortuna e aventura, ou simultaneamente ambos.” BENCHIMOL, Samuel. **Os “cearenses”**, op. cit.; p.153 e 154; No capítulo I intitulado de *A ocupação da terra e o problema da mão de obra*, o autor falou que vários foram os fatores que levaram as migrações de contingentes humanos do Nordeste para a Amazônia, mas “a grande seca de 1877 foi o fator mais imediato, pois coincidiu com o período em que a produção de borracha iniciava uma fase de considerável expansão.” TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva**; op. cit.; p.36.

⁵³CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. **Nem sina, nem acaso.**, op. cit.; p.31-32 e 137.

⁵⁴FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** op. cit.; p.32.

mais as facilitações de navegação com a implantação da *Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas*.⁵⁵

Um terceiro componente do processo de recrutamento da força de trabalho seria o aliciamento feito por meio de promessas.⁵⁶ Franciane Gama Lacerda trouxe à tona um ponto pouco lembrado pela historiografia. Em artigo intitulado de *Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses*, afirmou que “nem sempre se emigrava por ‘motivo de fome, ou falta de trabalho’, mas também (...) ‘pela falsa ideia de que se tinha salários na Amazônia (...), resultado ‘da sedução empregada por ambiciosos, que iam recrutar as vítimas até os remotos sertões.’”⁵⁷

Um quarto componente seria a conivência das autoridades, sejam elas estatais, judiciais ou policiais.⁵⁸ Estes são alguns dos fatores que contribuía para os deslocamentos de pessoas para a região amazônica,⁵⁹ no decorrer da segunda metade do século XIX e no início do século XX, levando ao desenraizamento de indivíduos⁶⁰ e de sua imobilização. O que nos fez pensar que muitos desses trabalhadores, apesar das redes de sociabilidade, comunicação e transporte que facilitavam o processo de migração apontados por Alexandre Cardoso, possivelmente em certas ocasiões ao chegarem na região amazônica não conseguiram manter por muito tempo as relações entre si, espalhando-se pelo vasto território amazônico, possibilitando que fossem submetidos ao trabalho compulsório, no período de expansão da empresa mercantil.

Um bom exemplo da conivência das autoridades policiais no processo de imobilização da força de trabalho junto à empresa mercantil de extração do látex no Amazonas foi encontrado na imprensa. O jornal *Correio do Norte* e o *Jornal do Comércio*, em 1906, numa querela em que se opuseram e produziram narrativas a respeito do que o primeiro jornal havia noticiado como “Gravíssimo: Um cidadão português escravizado”.

⁵⁵CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. **Nem sina, nem acaso.**, op. cit.; p.19.

⁵⁶Euclides da Cunha no tópico *Judas-Asvero* representou o quanto o seringueiro se punia “(...) da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafrenta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes, que o iludiram.” CUNHA, Euclides da. **Amazônia: Terra sem história.**, op. cit.; p. 74.

⁵⁷LACERDA, Franciane Gama. **Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses** / Franciane Gama Lacerda. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº51, 2006; p.197-225; p.213.

⁵⁸FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** op. cit.; p.32.

⁵⁹Alexandre Cardoso afirmou que havia participação de casas aviadoras e do Estado no processo migratório: “(...) a sanha por novos seringais, a abertura de novos campos de exploração, puderam guiar, (viabilizadas pelo financiamento de várias casas comerciais, seguidas de perto pelo Estado), a ida de trabalhadores para locais tão longínquos das praças de Belém e Manaus.” CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. **Nem sina, nem acaso.**, op. cit.; p.57.

⁶⁰ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** op. cit.; p.37.

No dia 23 de maio de 1906, o jornal *Correio do Norte* informou aos seus leitores que no dia anterior, o comandante do vapor *Canutama*, José da Silva Peixinho tinha ido à sede do jornal agradecer por terem saído em defesa de seu primo, o português chamado de José Gonçalves Pereira, acusando a polícia amazonense de ter agido de forma arbitrária contra o estrangeiro, enviando-o para o interior do Amazonas e posteriormente escravizando-o. O fato naquele momento era de conhecimento do cônsul de Portugal residente no estado amazonense.⁶¹

No dia 28 de maio daquele ano, o *Jornal do Comércio* publicou uma matéria explicativa em resposta ao *Correio do Norte* informando sobre os motivos pelos quais o português José Gonçalves Pereira havia sido preso e deportado para o rio Branco. Afirmou que o português “não era *um* homem de bons costumes e que fora detido por gatunagem e arrombamento de malas dos hóspedes do Hotel Adamastor”,⁶² insinuando que ele talvez fosse um dos que assaltavam casas particulares em Manaus. O *Jornal do Comércio* acusou o *Correio do Norte* de “explorar os brios da digna Colônia portuguesa com este fato” que ainda estava em processo de apuração, não sendo provada a inocência de José Gonçalves Pereira.

No dia 29 de maio de 1906, o *Correio do Norte* publicou outra nota em resposta ao *Jornal do Comércio* ressaltando que a polícia amazonense mantinha sigilo sobre a situação do português que fora deportado. O *Correio do Norte* afirmou que o jornal opositor reforçava o silêncio em relação ao caso, trazendo à tona a justificativa da prisão e da deportação por: “gatunagem e arrombamento de malas” que inocentaria os atos da “autoridade criminosa”.⁶³

O *Correio do Norte* defendeu o estrangeiro afirmando que ele não era ladrão nem vagabundo, que inclusive havia trabalhado como mestre de barca do transporte português *Leonor*, de propriedade de João Alves de Freitas, além de ser conhecido pelos muitos dos empregados do pontão *Rio Negro*, que estava localizado no porto de Manaus, no qual poderiam atestar a boa conduta do homem que fora escravizado. O jornal defensor afirmou na nota que o português havia descido doente o rio Pauini, hospedando-se no hotel Adamastor, onde ali permaneceu por um mês:

“Durante a sua estadia naquela casa de pasto, nenhuma desordem e jamais roubo ali se praticaram. Um fato de pouca importância se passou naquela casa, mas que de maneira alguma afeta a dignidade de Pereira.

Esse fato simples é o seguinte? Um seringueiro conhecido de Pereira perdeu umas chaves de malas. As malas não foram arrombadas nem objeto algum foi subtraído.

⁶¹CORREIO DO NORTE, Manaus, quarta-feira, 23 de maio de 1906, ano I, número 104.

⁶²JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, segunda-feira, 28 de maio de 1906, p. 02.

⁶³CORREIO DO NORTE, Manaus, terça-feira, 29 de maio de 1906, ano I, número 109.

Suspeitar que Pereira é um gatuno sem provas e sem testemunhas e por isto deportá-lo, é o requinte da perversidade.

(...)

Não será com subterfúgios e evasivas tardias que inocentarão a autoridade ou autoridades que cometeram o crime inaudito de escravizar um cidadão livre e, ainda mais, estrangeiro.⁶⁴

No dia 30 de maio de 1906, o *Correio do Norte* informou que o desembargador chefe de segurança pública havia oficiado ao comendador Machado e Silva, vice-cônsul português no Amazonas, informando-o que José Gonçalves Pereira não havia dado entrada nos xadrezes da prefeitura e que, se de fato havia sido preso, dera um nome diferente, o de José Francisco dos Santos. Este último nome foi o que fora registrado como “preso por gatunagem e arrombamento de malas no hotel Adamastor”. O jornal noticiava que a deportação e o processo de escravização do português teriam sido a mando da polícia do subprefeito Alberto Pinto:

“A gatunagem e arrombamento de malas no hotel Adamastor é uma invenção da polícia, e mesmo que José Gonçalves fosse um gatuno a polícia não tinha competência para escravizá-lo.

É preciso que esse ato de selvageria e de degradação social não fique à mercê dos esbirros policiais do Amazonas.”⁶⁵

O caso ficou em evidência, tomou tal proporção pela simples constatação de que José Gonçalves Pereira era para além de um cidadão livre, um estrangeiro, um português e muito provavelmente, um homem branco, que possuía uma rede de sociabilidade e laços consanguíneos com pessoas que puderam auxiliá-lo, denunciando o caso para a imprensa opositora do governo, para o consulado português e para aqueles que puderam averiguar os motivos da prisão.

Esta situação é reveladora, pois atesta que no início do século XX existia uma rede que consubstanciava o processo de imobilização de pessoas junto à empresa mercantil de extração do látex da *Hevea brasiliensis* no Amazonas, onde pessoas consideradas “vadias” ou suspeitas de cometerem pequenos crimes poderiam sofrer com deportação para o interior amazonense sendo submetidas ao trabalho compulsório, como forma de reparação por atos pelos quais foram acusados e não provados de praticar.⁶⁶

⁶⁴CORREIO DO NORTE, Manaus, terça-feira, 29 de maio de 1906, ano I, número 109.

⁶⁵CORREIO DO NORTE, Manaus, quarta-feira, 30 de maio de 1906, ano I, número 110.

⁶⁶Claúdia Maria Fuller, em artigo intitulado de *Os corpos de trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará -1838-1859*, analisou como ‘índios e mestiços’ foram recrutados e coagidos a trabalharem nos Corpos de Trabalhadores “que tinham sua existência justificada de evitar que houvesse ‘vagabundos e homens ociosos’ espalhados na província”, os discursos diziam que o intuito era de transformá-los em homens industriais ultrapassando a subsistência que era associada ao ócio. O recrutamento vinha no intuito de também conter a itinerância de indivíduos em mobilidade pelo território. A autora conclui o artigo ressaltando que havia naquele período “diversas outras formas de trabalho efetivamente acontecendo e outras sendo discutidas e experimentadas,

A estratégia do *Correio do Norte* de recorrer aos sentimentos patrióticos da comunidade portuguesa residente no Amazonas, escrevendo de forma que indignasse seus leitores e formasse uma opinião pública a ponto de pressionar as autoridades para que o caso fosse solucionado em favor do português, talvez seja explicado pelo que a elite político-econômica amazonense sempre enfatizava em discursos sobre o chamado “vazio demográfico” do território e da necessidade em povoá-lo com gentes, de preferência europeias, que pudessem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas, bem como sabemos que o Estado propagandeava as facilidades de colonização do território amazonense com tais indivíduos.

Ressaltamos que a escravização de pessoas no pós-abolição era considerada, nos discursos elaborados na época, como “uma degradação social” de um Estado Nacional em constituição. E esse caso de escravização foi exposto na imprensa amazonense quando praticada contra um estrangeiro, uma ofensa à comunidade portuguesa que aqui vivia. Portanto, imaginemos os casos não noticiados de pessoas não estrangeiras, pretas ou pardas, que sofreram com a conivência das autoridades policiais no processo de imobilização da força de trabalho junto à empresa mercantil de extração do látex no Amazonas.⁶⁷

Quanto a cor dos indivíduos que compunham a força de trabalho nos seringais, podemos vislumbrar no que o francês Auguste Plane encarregado de missões comerciais em território amazônico, a mando de instituições francesas, no denominado período áureo da economia gomífera no início do século XX, escreveu em relatório⁶⁸ no qual ressaltou, a partir do seu olhar estrangeiro, a cor dos homens que trabalhavam nos grandes seringais num dos afluentes do rio Madeira, o rio “Machado” (atual rio Jiparaná), afirmou que “Os seringueiros do (*rio*) Machado são, em grande parte, de maranhenses, entre os quais muitos negros e mestiços.”⁶⁹

nas fronteiras entre a escravidão e a liberdade.” FULLER, Cláudia Maria. **Os corpos de trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará -1838-1859** / Cláudia Maria Fuller. Revista Mundos do Trabalho, vol. 3, nº 6, julho-dezembro de 2011, p.52-66.

⁶⁷Jéssyka Costa já havia comentado em artigo publicado sobre a existência de que “*novas fontes e pesquisas têm nos apresentado como a base da força de trabalho dos seringais era formado por uma miríade de formas de exploração da mão de obra (escravo, compulsório e livre), sendo os trabalhadores escravizados uma força de trabalho bem presente nesses espaços*”. COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. **Notas de Pesquisa sobre Escravidão nos rios Madeira e Purus (1850-1889)**. Revista Canoa do Tempo. DOI: <https://doi.org/10.38047/rct.v11i01.5734>, p. 38 e 39.

⁶⁸O relatório das viagens pelos rios da Amazônia foi publicado em língua francesa, e sua segunda edição é do ano de 1903 e se encontra disponibilizada na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados brasileira. PLANE, Auguste. **A travers l'Amérique Équatoriale: L'Amazonie**. Deuxième édition, Librairie Plon, Paris, 1903; 286p.

⁶⁹Tradução nossa. “*Les seringueiros du Machado sont, en majeure partie, des Maranhenses, parmi lesquels beaucoup de noirs et de métis.*” PLANE, Auguste. **A travers l'Amérique Équatoriale: L'Amazonie**. Deuxième édition, Librairie Plon, Paris, 1903; 286p; p.122 e 123.

Em outro trecho Auguste Plane ao falar sobre as possibilidades futuras de colonização do território amazônico enfatizou sobre as precariedades e condições de vida de pessoas que viviam na Amazônia, as quais ele denominou de “mestiços índios, negros e cearenses” e que tais condições implicaria em dificuldades à “imigração dos pequenos colonos europeus”.⁷⁰

A mais nova historiografia produzida, brasileira e amazônica, sobre o pós-abolição aponta para questões pouco exploradas em pesquisas anteriormente consagradas, mas que vêm ganhando espaço no debate acadêmico. Os temas da imobilização da força de trabalho e da compulsão ao trabalho cruzadas às ideias raciais, mais aos papéis e relações de gênero ganham força neste debate. E poucos são os documentos históricos que trazem informações consideradas fidedignas e que estão alheios aos julgamentos de contemporâneos dos que os produziram, diferentes dos documentos oficiais que foram escritos com intenção de evitar a crítica daqueles que condenariam a prática de imobilização da força de trabalho e compulsão ao trabalho de pessoas de cor preta, anos após a abolição da escravidão no Amazonas e no Brasil. E o relatório de Auguste Plane traz informações a parte, que os documentos oficiais evitaram, como a explicitação da cor dos indivíduos que compunham os seringais amazônicos.⁷¹

Sigamos, quais são as características dos trabalhadores para que ocorresse, com maior efetividade, a imobilização da força de trabalho, caracterizando uma forma de trabalho não livre ou compulsória? Baixa escolaridade ou ausência de escolaridade, mais situação de vulnerabilidade socioeconômica.⁷² Arthur Reis ao falar sobre o cotidiano das relações de trabalho no seringal afirmou que após o fim de cada período de coleta do látex e produção da borracha, a qual ele denominou de safra, o seringueiro ia ao barracão ou sede do seringal, lugar onde eram conferidas as contas e verificado se tinha saldo a receber. Contudo, no sistema os

⁷⁰ PLANE, Auguste. *A travers l'Amérique Équatoriale: L'Amazonie*. Deuxième édition, Librairie Plon, Paris, 1903; 286p; p.210.

⁷¹ Maria José Nunes Moreira de Aleixo e Patrícia Melo iniciaram as possibilidades de pesquisa sobre a presença de negros e outros grupos étnicos nos seringais, as autoras supracitadas analisaram o romance *A Selva* demonstrando a presença de pessoas pretas na representação de seringais amazônicos elaborada pelo autor português Ferreira de Castro. ALEIXO, Maria José Nunes Moreira de; SAMPAIO, Patrícia Melo. “**Gente sem crônica definitiva**”: negros e mulatos n’A Selva. In: __ O fim do silêncio: presença negra na Amazônia / Patrícia Melo Sampaio (Org.). Belém: Açai / CNPq, 2011, p.219-238. O artigo fora produzido em disciplina de pós-graduação intitulada de “Escravidão, Raça e Etnicidade” e publicado, em 2011, na coletânea *O fim do silêncio*. MELO, Patrícia Alves. **Rompendo o silêncio sobre a presença negra no Amazonas**: um breve balanço historiográfico. In: __ Historiografia Amazonense em perspectiva / César Augusto B. Queirós (Orgs.); Manaus: Editora Valer, 2020; p.272.

⁷² FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** p.34; FERRERAS, Norberto O. **O Brasil e o trabalho análogo à de escravidão.**, op. cit.; p.407-422.

trabalhadores ficavam sujeitos à desonestidade dos “patrões”, visto que eles eram em sua maior parte analfabetos.⁷³

Quanto a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos migrantes, como é conhecido, em sua maioria, eram migrantes⁷⁴ em busca de melhorias de vida, pessoas cujas condições de sustento eram limitadas. Porém não devemos pensar as secas e as ações estatais como os causadores que determinaram o processo histórico, anulando a capacidade de ação dos migrantes⁷⁵ como ressaltado por Alexandre Cardoso.

Qual a forma de reter o indivíduo na área de trabalho e quais as características de imobilização dos trabalhadores? A sujeição física e/ou psicológica do trabalhador que tinha a obrigação de quitar uma dívida, antes de sair do local de trabalho.⁷⁶ Esta seria a forma mais comum nos seringais de reter a força de trabalho. Euclides da Cunha na primeira parte de *À margem da História* falou sobre como o tratamento dos poderes públicos ao colono italiano, nas fazendas de São Paulo, era diferenciado do tratamento dado aos migrantes nordestinos que estavam imobilizados nos seringais a uma cadeia de dívidas:

“(…) o cearense efetua, à sua custa e de todo em todo desamparado, uma viagem mais difícil, em que adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados de parcelas

⁷³Arthur Reis disse que “(...) *Estão, assim, sujeitos à honestidade ou não dos que lhes são devedores ou credores. A escrita dos seringais, onde deverão encontrar averbado o produto de todo o trabalho a que se entregam no seio da floresta, será exata? Os que por eles podem lê-la, falarão a verdade?*”. REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro** op. cit.; p.175 e 176; Barbara Weinstein afirmou, também, que “(...) *alguns observadores acusavam o patrão de adulterar suas contas para trapacear ainda mais o seringueiro analfabeto, de desestimular a pequena agricultura no tempo da estação morta, e de forçar o seringueiro a aceitar mercadorias desnecessárias e supérfluas.*” WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia.**, op. cit.; p.37.

⁷⁴Euclides da Cunha escreveu que “(...) *Tem um reverso tormentoso que ninguém ignora: as secas periódicas dos nossos sertões do norte, ocasionando o êxodo em massa das multidões flageladas. (...) Quando as grandes secas de 1879-1880, 1889-1890, 1900-1901 flamejavam sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia, de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões bárbaras moribundos que infestavam o Brasil. (...) Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços da família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido, e ia, com os seus famintos, os seus febreros e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. (...) Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem.*” CUNHA, Euclides da. **Amazônia: Terra sem história.**, op. cit.; p.52

⁷⁵Alexandre Cardoso compreendeu “(...) *que os migrantes não tiveram que cumprir uma sina predestinada por fatores externos a sua vontade, e nem seus caminhos foram feitos ao acaso, sem nenhuma reflexão sobre as possibilidades da travessia. Refuta-se o posicionamento que articula seus argumentos através da anulação das ações humanas nos processos históricos, que consideram os sujeitos impotentes diante de imperativos estruturais, lidos através de cânones teóricos que superdimensionam os poderes de ordem econômica e política.*” CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso.**, op. cit.; p.155.

⁷⁶FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** op. cit.; p.37.

fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente. (...). A sua atividade, desde o primeiro golpe de machadinha, constringe-se para logo num círculo vicioso inaturável: o debater-se exaustivo para saldar uma dívida que se avoluma, ameaçadoramente, acompanhando-lhe os esforços e as fadigas para saldá-la.”⁷⁷

Esta era uma situação de quase permanente dívida⁷⁸ e foi elucidada por inúmeros autores, divergindo apenas em suas interpretações que perpassam pelas diversas perspectivas de análise. As características que nos auxiliaram na compreensão de como ocorreu o processo de imobilização da força de trabalho extratora do látex da *Hevea brasiliensis* foram: o ambiente do local de trabalho era desconhecido, além do isolamento a que era submetido o trabalhador.⁷⁹ Para a maior parcela dos trabalhadores recém-chegados aos seringais da Amazônia, este era um ambiente novo e desconhecido e representação por mais fidedigna que seja é diferente da realidade. Alexandre Cardoso considerou um equívoco afirmar que os migrantes desconheciam completamente as características das vivências amazônicas, visto que:

“Um dos meios de comunicação que esteve presente nesse cenário foram as cartas enviadas por esses sujeitos, embebidas de testemunhos, de relatos de experiências, que davam sentido à construção de referências sobre a floresta em outras paragens.”⁸⁰

Quanto ao isolamento da maioria dos seringueiros? Era consequência do próprio processo de extração do látex, visto que as seringueiras estavam dispersas pela imensidão da floresta. Semanalmente ou mensalmente, dependendo da localização dos trabalhadores dentro dos seringais, eram abastecidos pelos chamados comboios com os produtos e alimentos que solicitavam. Arthur Reis disse que estes eram aguardados ansiosamente pelos trabalhadores, uma vez que, para o seringueiro isolado era um momento de contato com outras pessoas.⁸¹

⁷⁷CUNHA, Euclides da. **Amazônia: Terra sem história.**, op. cit.; p.54

⁷⁸Arthur Reis fez uma crítica aos escritos de Euclides da Cunha e de outros literatos ao analisar o sistema de aviação e o processo de endividamento dos seringueiros “(...) *Essa situação de quase permanente dívida, amarrando o seringueiro ao seringalista e este ao “aviador”, como consequência de safras más, de preços que não compensaram, aviltando-se em face às despesas realizadas nos seringais, como fruto da exploração impiedosa que se fazem entre si, deu margem a uma literatura que acusou seringalista e aviadores de manterem os seringueiros na condição de escravos e não de homens livres*”. REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro** op. cit.; p.178; A questão do endividamento dos trabalhadores da extração do látex foi analisada, também, por WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia.**, op. cit.; p. 37; TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva**; op. cit.; p.131.

⁷⁹FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** op. cit.; p.32 e 43.

⁸⁰CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso.**, op. cit.; p.202.

⁸¹REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro** op. cit.; p.213; WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia.**, op. cit.; p.42.

Euclides da Cunha ao retratar o isolamento do seringueiro, influenciado pelos escritos de Dostoiévski, representou a agonia⁸² desses homens no processo de extração do látex, considerando a floresta como se fosse uma prisão:

“E vê-se completamente só na faina dolorosa. A exploração da seringa, neste ponto pior que a do caucho, impõe o isolamento. Há um laivo siberiano naquele trabalho. Dostoiévski sombrearia as suas páginas mais lúgubres com esta tortura: a do homem constrangido a calcar durante a vida inteira a mesma “estrada”, de que ele é o único transeunte, trilha obscurecida estreitíssima e circulante, ao mesmo ponto de partida. Nesta empresa de Sísifo a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida, automaticamente, por simples movimentos reflexos – se não o enrija uma sólida estrutura moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças, e as ilusões ingênuas, e a tonificante alacridade que o arrebatarem aquele lance, à ventura, em busca da fortuna. (...) Sobretudo isto, o abandono. O seringueiro é, obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário. (...) É a conservação sistemática do deserto, e a prisão celular do homem na amplitude desafogada da terra.”⁸³

A coerção física ou ameaça que impedia que o trabalhador se afastasse sem sanção, além da vigilância permanente,⁸⁴ são componentes também do processo de imobilização da força de trabalho extratora. Arthur Reis ao ressaltar as características do “patrão” afirmou que este era um disciplinador por excelência e muitas vezes se utilizava de métodos violentos. Contudo, segundo o autor, a violência era necessária para manter a ordem nos seringais, o que rendeu aos seringalistas, por seus interpretes, a acusação de explorarem desumanamente os seringueiros e os títulos de “senhor de escravos” e “barão feudal”.⁸⁵ Arthur Reis narrou os processos de coerção do “patrão” sobre aquele que praticava a resistência e tentasse sair do seringal apresentando uma das formas de repressão aos refratários ou insubordinados:⁸⁶

“O senhorio que exerce precisa ser mantido sem hesitações. (...) Quando os fregueses ousam fazer-lhe exigências, pretendem abandonar o trabalho, cometem faltas, empregam processos condenados na extração do látex, os meios de punição ou de correção que aplica são realmente violentos. Tortura-os, prendendo-os nos troncos, como se fossem negros da época da escravidão. Se entende que sofreu uma desfeita que lhe macula a dignidade, pondo em jogo a própria honorabilidade, não treme na ordem para eliminar o ofensor. Age, assim, sem freios. Sua vontade é lei. A autoridade do magistrado civil ou militar que vive na sede da Comarca e, pela distância e falta de

⁸²HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna / Francisco Foot Hardman; São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.47.

⁸³CUNHA, Euclides da. **Amazônia**: Terra sem história., op. cit.; p.54 e 55.

⁸⁴FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** op. cit.; p.34.

⁸⁵REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro** op. cit.; p.222.

⁸⁶FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** op. cit.; p.34.

elementos materiais, quase não pode chegar ao seringal para o policiamento moralizador e disciplinador, ele a exerce (...). Faz justiça como lhe parece que deva ser feita.”⁸⁷

Ainda sobre a coerção física a que os seringueiros eram submetidos, mais o tipo de castigo, pode ser vislumbrada no tópico *Limites do Amazonas com o Pará*⁸⁸ contida na mensagem de governo lida perante a Assembleia Legislativa em 1916, que em sua maior parte tratou sobre o litígio em torno do território fronteiro entre os estados paraense e amazonense. A mensagem citou uma situação em tom cômico envolvendo os soldados que lutavam pelo Amazonas e José Ferreira de Carvalho, guia da expedição paraense e possível autoridade daquele estado:

“Uma nota cômica: José Ferreira de Carvalho, guia da expedição paraense, e, *soit-disant*, autoridade paraense, - no território do Amazonas -, autor de várias atrocidades contra infelizes seringueiros que escraviza, tendo tornado celebre o terrível suplício das argolas, de sua invenção, contrabandista conhecido, ia pelo caminho contando valentias e vociferando contra o governo amazonense, prometendo tirar a pele dos soldados amazonenses, como o caçador da fábula que vendera a pele do urso antes de matá-lo; porém, quando rompe o tiroteio, atirou-se o meliante do animal que montava ao chão, fingindo-se morto.

Dispersada a força paraense, após o combate, um dos praças que conhecia Carvalho aproxima-se rapidamente dizendo por gracejo: “Este bandido, vou acaba-lo à faca!” Mal terminara a frase, já o Carvalho ressuscitava e de um pulo galgava a mata. Em fuga furiosa e desordenada, acompanhado de ruidosas gargalhadas dos circunstantes!”⁸⁹

O relatório cita “o terrível suplício das argolas”, invenção de uma possível autoridade do estado paraense para castigar seringueiros que eram escravizados. Na Mensagem, é afirmado que o destacamento do Amazonas era formado de trinta praças no momento em que ocorrera o ataque paraense, contando com o auxílio de populares do Tapajós que “sentiam-se felizes com a implantação da ordem, moralidade e respeito a todos os direitos” e que segundo o documento havia terminado as atrocidades praticadas contra os trabalhadores extratores que naquela região viviam.⁹⁰

Quanto a vigilância permanente, podemos citar o caso do seringal em *Calama*, seringal situado no rio Madeira. No início dos anos 20, o Amazonas possuía grandes seringais, por todo o território, que mantinham sob controle trabalhadores extratores. Uma Missão Norte-Americana

⁸⁷REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro** op. cit.; p.224.

⁸⁸PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa** na abertura da primeira sessão ordinária da nona legislatura pelo exm. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, Governador do Estado, a 10 de julho de 1916, Manaus-AM, 1916. p.08-69.

⁸⁹PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem**, 1916; op. cit.; p.66.

⁹⁰PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem**, 1916; op. cit.; p.61 e 62.

em conjunto com o *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio* brasileiro visitaram diversas áreas com seringais e castanhais, percorrendo toda a Amazônia entre 1923 e 1924.⁹¹

No dia 4 de setembro de 1923, no vale do rio Madeira, a Missão chegou em *Calama*, grande estabelecimento comercial que pertencia à firma *M. Corbacho & Cia.* de Manaus. Lá encontraram cerca de 600 trabalhadores extratores, descrevendo como funcionava o sistema comercial entre os trabalhadores e a firma:

“O extrator entrega a firma proprietária na boca das “estradas” ou nas “colocações”, isto é, local em que trabalha a borracha produzida, ao preço que, em regra, é de metade da cotação de Manaus, a importância total correspondente é creditada e o pagamento feito em mercadorias.”⁹²

Os técnicos da Missão Norte-Americana afirmaram que a empresa, *M. Corbacho & Cia.*, zelava “pela conservação dos seus seringais, mantendo os extratores sob a fiscalização constante de ‘mateiros’”. Cada “mateiro” tinha sob inspeção cerca de 30 trabalhadores extratores, afirmavam que a fiscalização consistia em “percorrer as ‘estradas’ para verificar o estado das seringueiras, a prática das incisões na sua casca pela ‘machadinha’ e se são todas sangradas ou ‘cortadas’”.⁹³ Afirmaram que os trabalhadores não tinham à disposição medidas básicas de prevenção contra doenças, e ao questionarem o gerente do seringal sobre os porquês de não terem tomado medidas preventivas a respeito da saúde dos trabalhadores, o gerente Neves achou melhor esconder as reais intenções “pela falta de critério profilático”, irritando os técnicos da Missão.⁹⁴

Barbara Weinstein apesar de considerar que o seringueiro era extremamente móvel⁹⁵ e como consequência, ele estava longe do controle do seringalista para que suas dívidas funcionassem como meios de coerção,⁹⁶ acabou por evidenciar como era posta em prática a coerção física ou a ameaça que imobilizava a força de trabalho extratora:

⁹¹A Missão Norte-Americana saiu de Belém do Pará no dia 15 de agosto de 1923 e percorreu diversos pontos do vale Amazônico com intuito de avaliar áreas para o plantio de seringueiras para amenizar e contrapor as consequências do *Plano Stevenson* que foi posto em prática um ano antes, em 1922. HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da Agricultura na Amazônia:** da era pré-colombiana ao terceiro milênio. / Alfredo Kingo Oyama Homma. – Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003; p.84.

⁹²RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Serviço de informações), 1926, p.75.

⁹³RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.75 e 76.

⁹⁴RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.75 e 76.

⁹⁵WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia.**, op. cit.; p.29.

⁹⁶WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia.**, op. cit.; p.38.

“Contudo, a maior parte dos seringalistas e dos comerciantes não tinha como impedir totalmente a seus aviados o acesso aos meios de subsistência – caça e pesca, por exemplo, sempre foi uma atividade comum entre os seringueiros – e dificilmente podiam responder por cada quilo de borracha extraído em suas terras. Ainda assim, decidiam ocasionalmente castigar algum seringueiro transviado. O gerente de uma propriedade inglesa, muito atormentado pelo hábito dos seringueiros de vender a borracha aos piratas do rio, acreditava que o único meio de intimidação eficiente contra esse tipo de comportamento só poderia ser empregado por quem “tivesse perdido todo o respeito pelo sexto mandamento”. E não fazia um chiste, mas sim reconhecia que os aviadores empregavam frequentemente a ameaça de violência, ou a própria violência, para manter o sistema funcionando.”⁹⁷

Sendo assim, consideramos que a coerção física ou ameaça impediu que o trabalhador que extraía o látex se afastasse sem sofrer sanção por parte do “patrão”, além de serem vigiados frequentemente pelos funcionários dos seringais com intuito de evitar que vendessem a borracha a outros interessados.⁹⁸ Porém, alguns dos seringueiros conseguiam escapar desta relação como podemos vislumbrar no trecho escrito por Euclides da Cunha:

“O impaludismo significa-lhe, antes de tudo, a carta de alforria de um atestado médico. É a volta. A volta sem temores, a fuga justificável, a deserção que se legaliza e o medo sobredourado de heroísmo, desafiando o espanto dos que lhe ouvem o romance alarmante das moléstias que devastam a paragem maldita. (...). Porque é preciso coonestar o recuo.”⁹⁹

Outro aspecto citado por Ricardo Figueira que impediria o afastamento do trabalhador sem sanção seria o controle sobre a documentação pessoal e ausência de contrato,¹⁰⁰ apesar de Davi Leal apresentar os regulamentos¹⁰¹ como a forma mais direta de estabelecer o contrato de trabalho¹⁰² entre o seringalista e os trabalhadores extratores, ainda assim, podemos pensar que a necessidade de criação de regulamentos dentro dos seringais poderia ter culminado na imobilização da força de trabalho extratora.¹⁰³

⁹⁷WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia.**, op. cit.; p.40.

⁹⁸REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro.** op. cit.; p.246 e 247.

⁹⁹CUNHA, Euclides da. **Amazônia: Terra sem história.**, op. cit.; p.48

¹⁰⁰FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** op. cit.; p.34.

¹⁰¹Barbara Weinstein afirmou que os “regulamentos dos seringais” que determinavam que seringueiros fugitivos fossem devolvidos aos patrões anteriores foram tidos como letras mortas em locais onde os extratores eram escassos. WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia.**, op. cit.; p.46.

¹⁰²LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris;** op. cit.; p.99.

¹⁰³Francisco Jorge dos Santos em artigo intitulado *Euclides da Cunha no tempo dos seringais na Amazônia* tratou sobre os regulamentos dos seringais mencionando Charles Wagley e o próprio Euclides da Cunha que explicitaram suas considerações sobre os regulamentos que acreditamos tenham possibilitado, em alguns casos, a imobilização da força de trabalho extratora: “*‘contrato unilateral’ (...) tal regulamento torna o seringueiro ‘eterno hóspede dentro da própria casa’*”. SANTOS, Francisco Jorge dos. *Euclides da Cunha no tempo dos seringais na Amazônia*. In: __ *Historiografia Amazonense em perspectiva / César Augusto B. Queirós (Orgs.); Manaus: Editora Valer, 202; p. 73-103.*

No tocante às formas de resistência, foram várias e algumas foram expostas ao longo do texto, as questões são: quais foram os artifícios que os extratores utilizaram como forma de defesa? Sabotagem? Engano? Fuga?¹⁰⁴ Para cada um desses modos, as novas análises historiográficas elucidadas por novos conceitos, que vão surgindo a todo o momento, vêm respondendo de forma satisfatória.¹⁰⁵

Por que o trabalho realizado pelos trabalhadores extratores do látex da *Hevea brasiliensis*, com a expansão da empresa mercantil, no final do séc. XIX e com sua decadência no início do séc. XX, deve ser considerado como uma forma de trabalho não livre ou compulsório?

Escritos sobre os trabalhadores extratores, ao longo dos anos, categorizaram a relação existente nos grandes seringais da Amazônia, a partir do aparato teórico-metodológico que dispunham no momento da elaboração de seus respectivos apontamentos. Um exemplo desta tentativa, foi quando Euclides da Cunha narrou o que viu, deixando para a historiografia¹⁰⁶ uma interpretação que foi utilizada ou refutada pela posteridade:

“Há, certo, naquela sociedade principiante, os vícios e os desmandos imanes dos grandes deslocamentos sociais (...). O rude seringueiro é duramente explorado, vivendo despeado do pedaço de terra em que pisa longos anos – e exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legislativas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços. O afastamento em que jaz, agravado pela carência de comunicações, redu-lo, nos pontos mais remotos, a um quase servo, à mercê do império discricionário dos patrões. (...) De feito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das “estradas”, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se.”¹⁰⁷

Euclides da Cunha utilizou a denominação servo, mas não um servo como ele conhecera em suas leituras, mas “a quase um servo”. É evidenciado nesta passagem que na falta de uma denominação adequada frente a uma nova e diferente realidade social, o autor procurou como recurso a comparação com intuito de nomear a relação que estava em processo de constituição. Utilizou de fatos históricos que existiram e eram conhecidos literariamente por ele, possivelmente a servidão europeia e a instituição da escravidão brasileira.

Euclides da Cunha finalizou o trecho afirmando que o seringueiro realizava uma tremenda anomalia, que ele trabalhava para escravizar-se. O médico Oswaldo Cruz, em agosto

¹⁰⁴FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que Trabalho Escravo?** op. cit.; p.34.

¹⁰⁵O capítulo terceiro da dissertação de Davi Leal foi dedicado às resistências praticadas pelos trabalhadores extratores do látex. LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris**; op. cit.; p.134-182.

¹⁰⁶BENCHIMOL, Samuel. **Os “cearenses”**., op. cit.; p.159; REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro** op. cit.; p.178 e 222; TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva**; op. cit.; p.130 e 131.; WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**., op. cit.; p.38

¹⁰⁷CUNHA, Euclides da. **Amazônia: Terra sem história**., op. cit.; p.16 e 28.

de 1910, numa entrevista à imprensa, na cidade do Rio de Janeiro, falaria algo parecido. Disse que apesar das proibições de venda de álcool na cidade de Porto Velho e nos seus arredores, “entretanto, bebe-se extraordinariamente nos seringais, onde o extrator da goma elástica é um escravo. Há uma exploração ignóbil com o pobre trabalhador.”¹⁰⁸ Paul Ricoeur¹⁰⁹ ao falar de uma especificidade da prática histórica nos ajudou na compreensão da distância histórica existente entre o fato estudado e o historiador:

“Um novo traço dessa objetividade incompleta vincula-se àquilo que se poderia denominar o fenômeno de “distância histórica”; compreender racionalmente é tentar reconhecer, identificar (...). Ora, a história tem por tarefa dar nome àquilo que foi abolido, que foi *outro*. A velha dialética do *mesmo* e do *outro* ressurgiu aqui; o historiador de profissão encontra-se sob a forma assaz concreta de dificuldades de linguagem histórica, sobretudo da nomenclatura: como denominar e inserir na linguagem contemporânea, na língua nacional atual, uma instituição, uma situação hoje abolida, senão pelo emprego de semelhanças funcionais, em seguida corrigidas pela diferenciação? Baste-nos lembrar as dificuldades vinculadas a termos como *tiranía*, *servidão*, *feudalidade*, *Estado*, etc. Cada qual atesta a luta do historiador em prol de uma nomenclatura que permita ao mesmo tempo identificar e especificar; eis por que a linguagem histórica é necessariamente *equivoca*. Não pode o historiador escapar a essa natureza do tempo, na qual, desde Plotino, temos reconhecido o fenômeno irredutível do afastamento em relação a nós próprios, do estiramento, da distensão, em suma, da alteridade original.”¹¹⁰

A reflexão feita por Paul Ricoeur ajuda a problematizar o processo de construção conceitual de uma realidade social apresentada por um observador de seu próprio presente. Euclides da Cunha não era historiador, ele era engenheiro, jornalista e literato. Contudo, como um leitor e escritor assíduo que era, conceituou e a historiografia posterior utilizou, refutou e difundiu as categorias arranjadas¹¹¹ por ele.

Desta maneira, como afirmou Jurandir Malerba, há a necessidade de retificar as versões do passado histórico, ou seja, o fazer historiográfico é operado a cada geração e apoia-se em

¹⁰⁸CORREIO DO NORTE. Manaus, sexta-feira, 30 de setembro de 1910, ano II, nº 554.

¹⁰⁹No tópico chamado de *A objetividade da História e a Subjetividade do Historiador* RICOEUR, Paul. **Perspectivas críticas:** Objetividade e Subjetividade em História. / Paul Ricoeur. In: RICOEUR, Paul. História e verdade. tradução de: F. A. Ribeiro. 1ª ed. brasileira; Editora Forense. Rio de Janeiro, 1968.

¹¹⁰RICOEUR, Paul. **Perspectivas críticas.**, op. cit.; p.30 e 31.

¹¹¹Ângela Gomes utiliza-se de Reinhart Koselleck, ao introduzir o artigo *Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema*, afirmando que “os conceitos são palavras que concentram uma multiplicidade de significados, e em o fazendo, podem dar a ver (e a sentir) dimensões complexas da realidade social, a um grande conjunto de pessoas. Conceitos, por isso, são sempre polissêmicos, transformando-se no tempo e no espaço e guardando tensões nas relações que estabelecem com os fatos que designam.” GOMES, Ângela Maria de Castro. **Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema.** História Oral, UFC, v.11, nº 1-2, p. 11-41, jan.-dez. 2008; p.11.

recentes descobertas documentais e/ou no alargamento do horizonte teórico-metodológico do conhecimento cientificamente válido.¹¹²

Podemos concluir que na constituição das relações existentes entre o seringueiro e o seringalista, além da livre negociação dos produtos que foi sistematicamente repreendida pelos agentes que compunham o sistema de aviamento e o Estado possibilitando a resistência, existia o trabalho compulsório no ápice e no período de decadência da empresa mercantil vinculada a extração do látex da *Hevea brasiliensis*, em fins do séc. XIX e início do séc. XX, possuindo todas as características de uma relação de trabalho não livre que era marcada pelas experiências que as elites brasileira e amazônica possuíam da escravidão e das formas legais de compulsão ao trabalho.

“Êxodo dos seringais” ou mobilidade dos trabalhadores extratores?

“(…)o êxodo constante, progressivo, ininterrupto, das populações da hinterlândia, rumo às capitais, notadamente Manaus, em cujas cercanias enxameiam milhares de barracas, construídas e ocupadas por esses egressos da selva, que preferem, em qualquer circunstância, a moradia ao pé de civilização, mesmo quando os nossos produtos reais atingem preços astronômicos.”¹¹³

A decadência da economia exportadora da borracha, no início do século XX, possibilitou que trabalhadores extratores que tiveram sua força de trabalho imobilizada pela coerção da relação de trabalho vigente obtivessem mobilidade e pudessem decidir entre ficar nas localidades onde se encontravam, migrar para Manaus ou para outra localidade.

Os agentes públicos que produziram os documentos oficiais, relatórios e mensagens de governos, interpretaram e denominaram a mobilidade dos trabalhadores extratores de “êxodo”, alguns a chamaram de “êxodo dos seringais”, uma possível inadequação conceitual para explicar a mobilidade dos extratores.

¹¹²Jurandir Malerba afirmou que “(…) A retificação, motivada e condicionada pela própria inserção social do historiador em seu contexto, costuma apoiar-se também em recentes descobertas documentais e / ou no alargamento do horizonte teórico metodológico da disciplina. Desse modo, como ensina Rüsen, cada geração conhece mais e melhor o passado do que a precedente. É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga ao historiador a haver-se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica.” MALERBA, Jurandir. **Teoria e história da historiografia**. In: A história escrita: teoria e história da historiografia. Organizador Jurandir Malerba. – São Paulo: Contexto, 2006; p. 17.

¹¹³ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. **Problemas da Amazônia**: Memorial apresentado pela Associação Comercial do Amazonas ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, digno Presidente da República, por ocasião de sua visita à sede deste Instituto. Elaborado pela Secretaria Executiva da Associação Comercial sob a direção do Snr. Cosme Ferreira Filho. Manaus-Amazonas-Brasil. outubro de 1940, p.15.

A categoria “êxodo” foi utilizada pelos editores do *Jornal do Comércio* nos anos 20 e 30 para classificar uma diversidade de processos da realidade social, notamos três tipos de mobilidade de pessoas que foram classificados como “êxodo” pelo jornal: era costumeiramente tratado como “êxodo” a mobilidade de pessoas ocasionada pelos fenômenos naturais como, por exemplo, enchentes; a palavra “êxodo” era solicitada para explicar a mobilidade de indivíduos motivada por conflitos armados ou guerras; por último e que mais nos interessa, o “êxodo” foi reivindicado para especificar o abandono sistemático dos seringais pelos trabalhadores extratores em tempos de crise da economia exportadora da borracha.

Quanto à categoria “êxodo rural”, ela indica na maioria das vezes um processo pelo qual indivíduos vinculados ao campo migram em massa para as cidades mais próximas em crescimento, consequência do desenvolvimento do sistema capitalista, mecanização da lavoura, mais a expansão de indústrias, serviços e comércio nas cidades em desenvolvimento, o que pressupõe uma inadequação conceitual àqueles que recorreram ao “êxodo rural” para explicar o trânsito de trabalhadores extratores pelo território amazonense nos anos 20 e 30.

Karl Marx no Livro I de *O Capital* falou que em 1834 com o grande incremento de fábricas e maquinaria, escassez de mão obra, mais a Lei dos Pobres, ocasionaram o êxodo dos trabalhadores agrícolas para os distritos fabris.¹¹⁴ Num outro momento de sua escrita analisou que:

“A constante emigração para as cidades, a constante transformação dos trabalhadores rurais em ‘supranumerários’ por meio da concentração de arrendamentos, a transformação de lavouras em pastagens, a maquinaria etc., e o constante desalojamento da população rural pela destruição dos *cottages* andam de mãos dadas. Quanto mais despovoado o distrito, tanto maiores sua ‘superpopulação relativa’ e a pressão que esta última exerce sobre os meios de ocupação, tanto maior o excedente absoluto da população rural a seus meios habitacionais e tanto maiores, portanto, a superpopulação local e o amontoamento mais pestilencial dos seres humanos nos vilarejos (...) o campo, em que pese sua ‘superpopulação relativa’, está ao mesmo tempo, subpovoado. Isso se mostra não só localmente, naqueles pontos onde o fluxo humano para as cidades, minas, construções de ferrovias etc., avança com demasiada rapidez (...).”¹¹⁵

Eric Hobsbawm afirmou que na “primeira metade do séc. XVIII, e mesmo até 1780, Londres poderia ter-se despovoado, se não fosse a migração do interior”, o futuro centro de industrialização

¹¹⁴MARX, Karl. **Livro I**: o processo de produção do capital. In: ____ *O Capital: crítica da economia política.* / Karl Marx. Tradução de Rubens Enderle. Boitempo Editorial, 2013; p.641/1493.

¹¹⁵MARX, Karl. **Livro I**: op. cit.; p.935/1493.

crescia em número de pessoas.¹¹⁶ A partir de 1790, “a conseqüente decadência dos camponeses pobres havia alcançado proporções catastróficas” em partes da Inglaterra, sendo o êxodo rural para as áreas industriais uma possibilidade de melhoria de vida.¹¹⁷ Nos anos de 1850, Eric Hobsbawm afirmou que houve um melhoramento de vida dos trabalhadores rurais que permaneciam em seus vilarejos:

“(…) embora isso não devesse, não a quaisquer melhorias na agricultura, e sim ao êxodo rural em massa – para as estradas de ferro, minas, cidades e ultramar –, o que gerou uma benvinda escassez de mão de obra e salários ligeiramente mais altos.”¹¹⁸

E. P. Thompson afirmou que após 1834, os comissários da *Lei dos Pobres* estimulavam a migração de indivíduos para as fábricas de Lancashire e Yorkshire,¹¹⁹ se somando aos muitos trabalhadores que emigravam, das vilas para as cidades, aumentando o contingente populacional das últimas.¹²⁰

De acordo com a historiografia regional o “êxodo dos seringais”, em tempos de crise da economia exportadora da borracha, causavam transtornos para cidade de Manaus e o Amazonas,¹²¹ o inchaço urbano da capital com os chamados “sem trabalho”, termo que foi utilizado para designar os desempregados que deixavam o interior¹²² e se deslocavam para os

¹¹⁶HOBBSAWM, Eric J. **A agricultura**, 1750-1850. In: ____ Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Eric J. Hobsbawm, tradução de Doria Edson Magalhães Garschagen; revisão técnica de Francisco Rego Chaves Fernandes. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000; p.41.

¹¹⁷HOBBSAWM, Eric J. **A agricultura**., op. cit.; p.96

¹¹⁸HOBBSAWM, Eric J. **A agricultura**., op. cit.; p.98.

¹¹⁹THOMPSON, E. P. **Os trabalhadores rurais**. In: ____ A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão. E. P. Thompson; tradução de Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; p.55.

¹²⁰THOMPSON, E. P. **Os trabalhadores rurais**., op. cit.; p.56.

¹²¹PRAIA, Benta Litaiff. **A crise da economia gumífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910-1930)** / Benta Litaiff Praia. Orientador: Ricardo José Batista Nogueira; Dissertação de Mestrado em História; UFAM-ICHL, Manaus: [s.n.], 2010, 165f, p.67; BENTES, Dorinethe dos Santos. **Outras faces da História: Manaus de 1910-1940** / Dorinethe dos Santos. Manaus-AM: UFAM, 2008, 208 f; il. Dissertação de Mestrado em História, UFAM; ICHL, p.59.

¹²²Em *Seminários de pesquisa II*, foi sugerido o uso do conceito de ‘reemigração’ de Jorge Fernandes Alves que no livro *Os “brasileiros”: Emigração e retorno no Porto Oitocentista* argumentou que o conceito está assentando na efetivação duma segunda emigração daqueles que tinham emigrado uma primeira vez. O autor analisou o processo de migração de pessoas que saíam de Portugal para o Brasil e retornavam para Portugal, muitas vezes frustrados, e posteriormente, emigravam mais uma vez (reemigração) na possibilidade de conquista dos objetivos não alcançados na primeira emigração. Talvez, o conceito não explique a situação analisada dos extratores, migrantes em trânsito, que emigraram do Nordeste brasileiro para o Amazonas, agora em processo de retorno para seus estados de origem ou para outras localidades, o que exemplifica, que a situação dos extratores não se tratava de ‘reemigração’, haja vista que não estamos analisando uma segunda emigração daqueles que retornaram para os seus respectivos lugares de origem. ALVES, Jorge Fernandes. **Reemigração**. In: ____ Os “brasileiros”: Emigração e retorno no Porto Oitocentista. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1993; p. 303-306.

centros urbanos, ocupando espaços na cidade e esvaziando grandes extensões de terras que estavam em processo de ocupação territorial.

Em 1920, Mauricio de Lacerda e Ephigênio de Salles explanaram na câmara dos deputados sobre a questão do “despovoamento” do Amazonas, consequência da crise que a região enfrentava.¹²³ Representantes da Associação Comercial do Amazonas (ACA) e políticos já haviam solicitado apoio do governo federal para que ajudassem de alguma forma a situação do estado amazonense.

Em abril de 1921, o *Jornal do Comércio* publicou uma troca de telegramas entre o secretário do gabinete da presidência da República, Toscano Espindola e o presidente da ACA, o coronel Carneiro da Motta. O último recebeu uma resposta nada agradável para os anseios da classe comercial amazonense, o secretário do líder maior do executivo brasileiro respondeu dizendo que:

“O sr. Presidente da república incube-me de comunicar, em resposta ao vosso telegrama de vinte e seis do mês findo, que o governo não cogita de fazer emissão. A situação da borracha não é a mesma da do café, cujo mercado brasileiro pode dominar. O governo está empenhando-se na *warrantagem* da borracha na Europa e, quanto à Amazônia, está tomando providência ao seu alcance. Saudações.”¹²⁴

O presidente da ACA respondeu prontamente ao telegrama, informando que o comércio amazonense não pedia esmolas, e sim, solicitava que o governo do país amparasse o “único produto que (...) *estava* apto a produzir” empregos. Ressaltava que se a “indústria da borracha” desaparecesse, ocasionaria o “despovoamento” e isto constituiria num erro para o futuro do Amazonas.¹²⁵

Comerciantes residentes em Manaus que possuíam seringais no interior amazonense e no território do Acre recebiam notícias, de funcionários que tomavam conta de suas propriedades, sobre as consequências da crise exportadora da borracha na região acreana. Um exemplo desta situação foi a do comerciante J. Carneiro da Mota, domiciliado em Manaus, que recebeu o seguinte radiograma:

“A situação do Acre piora, dia a dia. Os seringueiros abandonam os seringais, em geral desprovidos de mercadorias, afluindo às cidades, maltrapilhos e famintos como os flagelados das secas do Nordeste. Não há meio de deter o despovoamento dos seringais.

¹²³JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, quarta-feira, 1 de dezembro de 1920, p.01.

¹²⁴JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, domingo, 24 de abril de 1921, p.01.

¹²⁵JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, domingo, 24 de abril de 1921, p.01.

A imprensa local prevê que a fome trará, como horrível consequência, o assalto às propriedades, nenhuma confiança inspirando a continuação da indústria extrativa.”¹²⁶

Em fevereiro de 1921, foi publicada uma entrevista no *Jornal do Comércio* dada pelo sr. Oscar Braun, também comerciante residente em Manaus que acabara de chegar do território do Acre,¹²⁷ relatando o “êxodo dos seringais”. Afirmou que a crise era pavorosa e causava lassidão nos centros produtores de borracha da região, onde vários seringais estavam na iminência de parar por completo o trabalho de coleta do látex.

Relatou que diariamente grupos de seringueiros transitavam, acompanhados de mulheres e crianças, em direção à cidade de Rio Branco, Xapuri e outros centros urbanos. Oscar Braun disse que a principal causa do “êxodo” era a escassez de gêneros de primeira necessidade e que um outro fator que contribuía para o agravamento do estado de crise era o período de chuvas que causava grandes enchentes nas várias vilas e cidades do território acreano. Falou que uma das fontes de recursos que substituía a borracha era o período de coleta de castanha que ajudava a manter alguns trabalhadores extratores nos seringais.¹²⁸

Em maio de 1921, em entrevista ao *Jornal do Comércio*, outro recém-chegado do território do Acre em Manaus, Jairo Thomé de Souza relatou o que vira na região do alto Rio Tarauacá. A crise estava causando danos aquela região, pois o “êxodo” era enorme, diariamente desciam do alto rio, em balsas, famílias que abandonavam os seringais. Segundo o relator, os seringueiros desertavam dos centros de coleta do látex, em consequência da fome e muitos deles andavam nus. Desciam para o destino mais próximo, Vila Seabra, o ponto principal de escala das embarcações e de lá tomavam outros destinos. Os que não conseguiam recursos para as passagens, saíam em canoas na esperança de embarcar em navios que cruzavam a foz do Tarauacá.

Relatou um estado de completa crise, que ocasionava o abandono sistemático de seringais e de outras propriedades, afirmou que algumas dessas propriedades havia terras aradas com plantações, contudo os seringueiros não permaneciam nas localidades, porque faltavam recursos para compra de materiais, sementes e outros elementos indispensáveis à agricultura. Afirmou que o “despovoamento” do solo não permitiria o progresso da agricultura, mas que tinha esperanças de que os governos locais, com o auxílio do governo federal, conseguiriam parar o “êxodo” e

¹²⁶JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, quinta feira, 10 de fevereiro de 1921, p.01

¹²⁷JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, quinta feira, 10 de fevereiro de 1921, p.01.

¹²⁸JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, quinta feira, 10 de fevereiro de 1921, p.01.

estabelecer um serviço de colonização em todos os municípios do Acre, fomentando a agricultura.¹²⁹

Muitos dos que abandonavam os seringais do alto rio Tarauacá, encaminharam-se para Manaus na esperança de retornarem aos seus estados natais. A partir de 1921, começou uma jornada discursiva em torno da concessão ou não de passagens para que ex-trabalhadores extratores retornassem as suas cidades de origens. Em 19 de maio de 1921 o coronel J. J. Rodrigues Martins, agente do *Lloyd Brasileiro* em Manaus, concedeu passagem a 100 trabalhadores cearenses que chegavam de seringais acreanos e que ocupavam espaços nas ruas da capital amazonense:

“Esses infelizes destinam-se ao seu estado natal e seguiram a bordo do paquete Manaus, que deixou ontem, o nosso porto. Entre eles contam-se muitos seringueiros que vieram ultimamente da região acreana, acassoados pelas inclemências da miséria que lavra nos seringais. Sabemos que a maior parte desses flagelados será aproveitada nos serviços de obras contra as secas que estão sendo realizadas em vários municípios do Ceará.”¹³⁰

O *Jornal do Comércio* publicou, em suas colunas, durante os meses seguintes, notícias sobre o “despovoamento” do solo e a chegada de grupos de ex-trabalhadores extratores que deixaram a região do Acre em busca de ajuda na capital amazonense.¹³¹ Afirmavam que o “despovoamento” do solo contribuiria para “o aniquilamento da mais opulenta região brasileira”, pediam ajuda do governo federal para que fornecesse materiais agrários e que possibilitasse a distribuição de lotes de terras aos ex-extratores que estavam sem trabalho.¹³²

Na edição do dia 27 de maio daquele ano, o *Jornal do Comércio* publicou outra matéria sobre o “despovoamento” do solo amazônico, afirmou que a saída de cem trabalhadores cearenses do estado do Amazonas, no primeiro grupo que seguiu em direção ao Nordeste era o prenúncio evidente do aniquilamento da Amazônia. O jornal enfatizou a indiferença do governo federal em relação “a sorte da Amazônia, o abandono dos seringais, o deslocamento dos habitantes, a fuga dos peregrinos do Nordeste”, clamava por ajuda para que não os deixasse abandonar a Amazônia, não permitindo que o “retrocesso faça de novo ecoar nos campos a inúbia do selvagem e que os irracionais, no povoamento do solo, venham os afugentar à luz da civilização”, numa clara alusão a contraposição aos povos indígenas que eram tidos como primitivos nos discursos jornalísticos. Os editores solicitavam ajuda do governo federal, para que se evitasse o “êxodo dos

¹²⁹JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, sábado, 07 de maio de 1921, p.01.

¹³⁰JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, quinta-feira, 19 de maio de 1921, p.01.

¹³¹JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, terça-feira, 17 de maio de 1921, p.01.

¹³²JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, domingo, 22 de maio de 1921, p.01.

seringais”, com ações que viessem conceder pequenos lotes de terras, a beira dos rios, aos trabalhadores para que pudessem se fixar ao solo.¹³³

Os redatores do *Jornal do Comércio* culpavam a última instância do executivo pelo “despovoamento” da região, pois a ajuda ofertada pelo governo federal foi o fornecimento de passagens para que os indivíduos que se encontravam em Manaus pudessem retornar aos seus estados federativos. Em 5 julho de 1921, denunciavam que grupos de pessoas deixavam o Amazonas em embarcações rumo aos seus estados de origem, afirmando que o governo da república brasileira prosseguia na sua desastrosa “ajuda” de despovoar o território amazonense que um dia tanto contribuiu para o aumento da receita da União, nos tempos em que o seu principal produto “pesava na balança dos mercados estrangeiros”:

“A obstinação do governo central, sempre contrária aos interesses do Amazonas, como se saiu (...) na sua obra desastrosa de despovoamento do nosso solo. Mais uma leva de habitantes, em número de trezentos e setenta e seis, seguiu ontem, para o Ceará, no pacote do Acre, do Loyd Brasileiro. Somando-se esse número aos das levas, que *foram em outras embarcações* temos um total de novecentos e cinquenta e uma pessoas.”¹³⁴

Em 28 de julho daquele ano, o jornal noticiou novos embarques de ex-trabalhadores extratores para o estado cearense, trezentos e vinte e nove pessoas, somando um total de mil quinhentos e cinquenta e três indivíduos embarcados, num curto período de tempo, envidados para fora do Amazonas. Em 14 de setembro de 1921 foi noticiado mais embarques:

“**O êxodo – o embarque de outra leva de flagelados.** Para infelicidade nossa continua a se verificar o êxodo desta capital. Ainda ontem, embarcou no pacote João Alfredo, de Loyd Brasileiro mais uma leva de flagelados, composta de duzentas e quarenta e três pessoas, inclusive homens, mulheres e crianças. Os infelizes passageiros são todos cearenses e, acossados pela tremenda crise, que nos assoberba, regressaram ao seu torrão natal com passagens fornecidas pelo governo federal, que permanece no firme propósito dever o desmoronamento completo desta infeliz terra, procurando dia a dia despovoa-la totalmente. Somando-se o número destes desventurados que acabam de deixar Manaus, com os que têm embarcado nestes últimos meses, temos um total de dois mil duzentos e quarenta e sete.”¹³⁵

Em 2 de outubro de 1921 mais outro grupo de cento e onze pessoas, entre homens, mulheres e crianças deixaram as “plagas amazonenses em busca de melhores ventos” do Ceará. Somando um total de dois mil trezentos e cinquenta e oito¹³⁶ indivíduos desde a primeira leva,

¹³³JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, sexta-feira, 27 de maio de 1921, p. 01

¹³⁴JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, terça-feira, 05 de julho de 1921, p.01.

¹³⁵JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, sexta-feira, 14 de setembro de 1921, p.01.

¹³⁶JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, domingo, 02 de outubro de 1921, p.03.

contribuindo para o tão temível “despovoamento” da região que tanto necessitava de trabalhadores para o seu desenvolvimento industrial e agrícola, segundo sua elite.

A elite reportava ao governo federal solicitando que tomassem medidas necessárias para a criação de núcleos coloniais e a instalação de fábricas para o beneficiamento e aproveitamento de tantas riquezas que faziam parte da flora amazônica. Afirmavam que o *Serviço de Proteção aos Flagelados do Amazonas*, chefiado pelo engenheiro Agnello Sousa, mais a abertura de um crédito não seria capaz de atenuar a crise, sendo o crédito de valor irrisório, alertando para as consequências que o “despovoamento” causaria as fronteiras do país.¹³⁷ Não era apenas o território do Acre e parte do estado do Amazonas que sofriam com o processo de abandono dos seringais pelos trabalhadores, o *Jornal Comércio* afirmou que o Pará também relatou processos similares e a oferta de passagens para os que quisessem, retornar aos estados nordestinos, pudessem partir.¹³⁸

Na edição de 8 de janeiro de 1923 do *Jornal do Comércio*, Agnello Bittencourt fez uma apresentação do segundo capítulo do livro *Através do Amazonas*, com as impressões de viagens realizadas no rio Purus por Joaquim Gondim no ano de 1921,¹³⁹ o ano em que o “êxodo dos seringais” foi mais intenso. Afirmou que o que se passava no rio Purus, assim como nos demais rios amazonenses, era uma calamidade ocasionada pela desvalorização da goma elástica no mercado internacional que encareceu os gêneros alimentícios de primeira necessidade. Ratificava a percepção de muitos afirmando que fora testemunha “do êxodo de centenas de famílias famintas ao desabrigo, em pequenas canoas, a esmolar de porto em porto um pouco de farinha, descendo o rio, durante muitas semanas, em rumo de Manaus”. Falou da castanha como possibilidade de superação da crise em substituição da borracha e previa o ressurgimento do progresso amazonense. Afirmou que ainda havia pessoas na região do Purus que estavam “entregues à sorte, cobertas de farrapos, lavradas pela verminose, pela leishmaniose e pelo impaludismo”. Joaquim Gondim ajudou a constatar que não tinha sido apenas a crise da economia exportadora da borracha que possivelmente tenha ocasionado o deslocamento de inúmeros trabalhadores extratores do Território do Acre e da região do Purus para Manaus, junto à crise se fez presente as enchentes dos rios que acabou por intensificá-la e dar o ultimato:

¹³⁷JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, quinta-feira, 28 de julho de 1921, p.01.

¹³⁸JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, segunda-feira, 6 de fevereiro de 1922, p.03.

¹³⁹JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, segunda-feira, 08 de janeiro de 1923, p.01.

“Não foi somente a crise amazônica o motivo principal das aludidas inclemências; mas, ainda, as sucessivas e extraordinárias enchentes do rio, um verdadeiro dilúvio devastador da criação e da incipiente agricultura. Esses fatos não passaram despercebidos ao Sr. Gondim, que presenciou e comentou as suas conseqüências, não deixando, bem assim, de patentear que, no baixo Purus, o sofrimento é maior, principalmente nos municípios de Canutama e Lábrea. É deste modo que afirma tão desoladora verdade; ‘No baixo rio pude aquilatar do grau de miséria dos habitantes, penetrando em barracas onde muitas pessoas não apareciam, envergonhadas do seu estado de nudez. Muitas moças pobres usam saias de estopa e, as que não possuem este vestuário ridículo e atestador da miséria, cingem parte do corpo com o próprio coberto que lhes serve durante o sono.’”¹⁴⁰

No capítulo sobre o rio Purus, Joaquim Gondim se colocou como testemunha ocular dos acontecimentos em torno da cheia do rio, naquele ano de 1921, afirmou que ficara surpreso com o tamanho espetáculo que a natureza causara aos moradores:

“Na minha recente viagem ao Purus fui testemunha ocular dessa verdade. O rio havia transbordando com a cheia, ultrapassando os limites da sua largura e envolvendo, na sua enorme caudal, os barracões e as pequenas habitações, que, como pontos isolados, se estendem pelas margens. Fiquei deveras surpreso com o espetáculo, vendo que os moradores dessas casas, conformados com a sua penosa situação ali permaneciam abrigados em jiraus de paxiúba que eram elevados quase a altura do teto e além deste, à medida que o volume de água tomava as suas proporções gigantescas.”¹⁴¹

Alegou que no período das alagações era comum que as roças fossem devastadas pelas águas e que os peixes e as tartarugas, principais alimentos das famílias do interior, desaparecessem ao buscarem os lagos ou igarapés mais distantes. Apesar disto, alguns grupos se preveniam buscando alternativas econômicas como o final da safra da castanha e criação de galinhas, se servindo delas como alimentos na calamidade pública que foi a cheia do Purus em 1921.¹⁴²

Joaquim Gondim continuou sua descrição afirmando que a calamidade era mais intensa nos pontos ribeirinhos, que nos centros a condição diferia, “porque o homem encontra os produtos de sua roça não atingida pela ressaca e enfia-se pelos lagos piscosos à procura do peixe.”¹⁴³ Outra forma que encontraram de resistir à cheia, dos muitos “proprietários ribeirinhos”¹⁴⁴, foi a venda de seus estoques de lenha para as embarcações que trafegavam pelo Purus, lenha cortada pelos

¹⁴⁰JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, segunda-feira, 08 de janeiro de 1923, p.01.

¹⁴¹GONDIM, Joaquim. **Através do Amazonas**: impressões de viagens realizadas em 1921 / Joaquim Gondim. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria do Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2ª ed.; 2001; 105p; p.37.

¹⁴²GONDIM, Joaquim. **Através do Amazonas**: impressões de viagens realizadas em 1921. op. cit.; p.37 e 38.

¹⁴³GONDIM, Joaquim. **Através do Amazonas**: impressões de viagens realizadas em 1921. op. cit.; p.38.

¹⁴⁴Essa é a expressão usada por Gondim e acreditamos que faça referência aos donos dos seringais.

trabalhadores e que substituía a receita dos seringais impedindo a mobilidade¹⁴⁵ de roceiros e extratores da goma elástica.

“No rigorismo da cheia, os navios trafegam até a boca do Acre, fazendo escala em todos os portos e beneficiando a muitos proprietários ribeirinhos, que, vendendo os seus “stocks” de lenha para o consumo das embarcações, tira desse, negócio, um resultado compensador.

A lenha desses portos é cortada pelos trabalhadores, a razão de vinte mil réis, por milheiro, sendo vendida pelos proprietários a quarenta mil réis.

Constitui uma fonte de receita que, de algum modo, tem atenuado a miséria nos seringais, evitando a completa deserção dos roceiros e extratores da goma elástica.”¹⁴⁶

Além do rio Purus, Joaquim Gondim visitou os rios Branco, Madeira, Negro e Solimões. Quanto aos outros rios não houve caso de cheias que viabilizasse o decreto de estado de calamidade pública. Quanto ao rio Madeira, Joaquim narrou que a população do posto de proteção aos índios “Rodolpho Miranda” aumentava com a chegada de “índios e civilizados”, pois haviam recebido ordens para acolher mais dez “famílias nacionais” que se encontravam em estado de penúria:

“Estabeleceu-se assim um humanitário serviço de proteção aos flagelados, pois vi chegar ali, ultimamente diversos infelizes, que logo foram abrigados em barracas e cercados do melhor conforto, passando a trabalhar no desenvolvimento da cultura agrícola.”¹⁴⁷

Em relação à visita feita ao rio Solimões, Joaquim Gondim narrou o que a cheia ocasionara aos ribeirinhos, enfatizou que era exatamente no período de cheia que muitos moradores partiam em busca de refúgio nos centros mais próximos:

“No rigorismo do inverso os habitantes das margens do Solimões sofrem as inclemências da cheia do rio, que alaga as suas barracas e invade as suas roças, produzindo estragos consideráveis. É nesse período que alguns moradores batem a linda plumagem, buscando refúgio nos centros, enquanto outros se conservam na zona alagada, dormindo em jiraus que são elevados à medida que as águas crescem.”¹⁴⁸

A apresentação que Agnello Bittencourt fez do segundo capítulo do livro de relatos de viagem de Joaquim Gondim, *Através do Amazonas*, nos parece dar ênfase a crise da economia gomífera resultando na calamidade pública vivenciada pela população do Purus, que difere um pouco do próprio Gondim que foi testemunha ocular, segundo suas palavras, das consequências da cheia do Purus no ano de 1921, ano em que houve mais relatos sobre o “êxodo dos seringais”

¹⁴⁵Gondim utiliza o termo deserção, optamos por usar mobilidade em contraposição ao processo de imobilidade de trabalhadores, situação comum no período que trata este texto.

¹⁴⁶GONDIM, Joaquim. **Através do Amazonas**: impressões de viagens realizadas em 1921. op. cit.; p.41.

¹⁴⁷GONDIM, Joaquim. **Através do Amazonas**: impressões de viagens realizadas em 1921. op. cit.; p.79.

¹⁴⁸GONDIM, Joaquim. **Através do Amazonas**: impressões de viagens realizadas em 1921. op. cit.; p.98.

no *Jornal do Comércio* do Amazonas. Ao lermos os relatos do autor, tivemos a impressão que Joaquim Gondim responsabilizou principalmente as enchentes dos rios pela calamidade pública vivenciada naquele ano e não apenas a crise da economia gomífera que parece ter sido lembrada e posta em primeiro plano pelo comentador e apresentador do capítulo, Agnello Bittencourt.

Os fatos noticiados no *Jornal do Comércio* do Amazonas geralmente representavam a realidade do Território do Acre e da região fronteira do estado amazonense, a partir de radiogramas e relatos de comerciantes que chegavam daquela região, lugar onde era mais evidente a crise e a mobilidade de trabalhadores extratores que foram intensificadas pelas enchentes dos rios em 1921, podendo ser corroborado junto aos jornais acreanos *A Reforma* e a *Folha do Acre*.

Contudo, Manaus era o ponto de chegada de inúmeras famílias de ex-trabalhadores extratores que vinham dos seringais acreanos em busca de novas possibilidades, recebendo passagens para retornar aos seus estados natais, a partir de ações do governo federal que as concediam.

As consequências da crise exportadora da borracha eram muito mais evidentes na cidade de Manaus com a chegada dos “flagelados” que vinham dos seringais acreanos em decadência do que de fato do vasto e múltiplo interior amazonense, que também mantinham trabalhadores extratores imobilizados. Todavia o discurso estava se construindo, a impressão que se tem ao ler sobre o “êxodo dos seringais” é que a elite amazonense tomaram para si as dores do que acontecia no Território do Acre, inclusive os números de ex-trabalhadores extratores que chegavam e enchiam as ruas de Manaus, afirmando serem trabalhadores que saíam em sua maior parte dos seringais do interior amazonense, o que muito possivelmente não eram. O discurso foi criado, reproduzido e utilizado para solicitar ajuda do governo federal.

Em julho de 1921, o governador Cesar do Rego Monteiro defendeu o processo de povoamento do solo amazonense perante a Assembleia Legislativa.¹⁴⁹ Utilizou como base argumentativa as ideias de autores como Torquato Tapajós, Thomas Robert Malthus e Rudolf Von Ihering, respectivamente autores do *Relatório sobre Colonização e Imigração: Povoamento do Estado do Amazonas* (1897), *Ensaio Sobre a População* (1798) e *A Luta pelo Direito* (1872).

¹⁴⁹MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa**, na abertura da terceira sessão ordinária da décima legislatura, pelo exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, governador do estado, a 10 de julho de 1921, p.42-51.

O governador do Amazonas afirmou que num território tão vasto e de difícil comunicação, como o do Amazonas, não se poderia cogitar melhoramentos sem primeiro dar-lhe uma população correspondente. Dizia ser uma antiga verdade que nenhum valor teria as terras onde não existissem vestígios de trabalho humano, sendo que a primeira necessidade do estado amazonense deveria ser o seu povoamento com “elemento válido e operoso a respeito do qual se possa inverter a lei malthusiana”.¹⁵⁰

Utilizou de princípios de *economia política* para elaborar seus argumentos na tentativa de defender seu posicionamento perante a Assembleia Legislativa quanto à necessidade de povoar o Amazonas, afirmando que “o homem, como produtor do trabalho, é o principal fator da riqueza pública”, enfatizando que a ação isolada de um homem não seria capaz de produzir tudo aquilo que exigiria o seu próprio bem-estar, sendo necessário o comércio entre eles¹⁵¹ e que a “população é a matéria viva da economia política”, a força e a riqueza dos Estados.

Cesar do Rego Monteiro afirmou que se o estado amazonense atingisse uma população densa, esta poderia proteger seu território contra as nações imperialistas. Utilizou-se dos escritos de Rudolf Von Ihering, afirmando que um povo isolado que evita contato com os outros povos, “mostra-se incapaz de haurir do solo as riquezas que este por ventura encerre”:

“Estes conceitos, emitidos por um notável pensador, exprimem a tendência dos povos fortes e pletóricos para se infiltrarem nas populações disseminadas e se apoderarem do solo de que elas não sabem ou não podem aproveitar-se. Nos tempos atuais, como se vê, o povoamento do território é uma condição indispensável para que um povo se possa impor ao respeito dos outros.

Assim, pois, o Amazonas, que tem uma população ridícula em relação ao seu território, não pode alcançar completo desenvolvimento em sua vida econômica e política, enquanto não estabelecer em seu seio núcleos coloniais abundantes e seletos.”¹⁵²

O governador do Amazonas não só defendia a colonização para que se evitasse a cobiça de nações estrangeiras, como defendia também que um povo deveria fortificar-se com uma grande população para que assim pudesse criar forças para explorar a natureza. Contudo, defendia uma colonização diferente das que ocorreram no passado:

“Não devendo ser colonizado sob a ação dos outros povos, porque a soberania nacional não o permitiria, o Amazonas não pode descurar esse problema a que direta e intimamente está ligada a prosperidade de sua vida econômica.

Não se trata de fundação de colônias pelo processo empregado pelas velhas nações populosas e ricas, que transportam para países longínquos pessoal e capitais.”¹⁵³

¹⁵⁰MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem**, 1921., op. cit.; p.42 e 43.

¹⁵¹MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem**, 1921., op. cit.; p.44.

¹⁵²MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem**, 1921., op. cit.; p.47.

O governador defendia um processo colonizatório interno realizado pelo próprio Estado brasileiro, afirmou que o Amazonas deveria preocupar-se com o seu povoamento levando em consideração os princípios eugênicos, a fim de que no Amazonas penetrassem “os elementos válidos que representassem uma utilidade social”.¹⁵⁴

O antropólogo João Pacheco de Oliveira alertou que uma das preocupações “do historiador é proceder à crítica dos documentos disponíveis sobre o passado”, analisou *a posteriori* o seringal como fronteira, ou seja, o que implica em considerá-lo como um “mecanismo de ocupação de novas terras e de sua incorporação, em condição subordinada, dentro de uma economia de mercado”.¹⁵⁵ Apontou alguns elementos da teoria da colonização e sabe-se que alguns dos argumentos sobre a colonização da Amazônia, em meados do século XX, estavam assentados em teóricos de *economia política* que escreveram sobre outras regiões de séculos anteriores, abrindo possibilidades de sua renovação.

“Na verdade, o sustentáculo daqueles autores é exatamente uma formulação do problema da colonização em termos que invertem as razões de sua eficácia ideológica: trata-se de ver que, concebida como integrada a um sistema capitalista, a fronteira existe para *aniquilar ou subordinar o pequeno produtor independente*. É por meio da destruição do pequeno produtor independente que em um contexto histórico capitalista as várias teorias sobre colonização se integram em um todo, as distinções tradicionalmente utilizadas (...) não ferindo aquele fator de unidade.”¹⁵⁶

Em julho de 1923, Cesar do Rego Monteiro discorreu perante a Assembleia Legislativa sobre o que ficou denominado de “êxodo dos seringais”, afirmando que foi necessário estudá-lo, haja vista todos os problemas decorrentes dele. O governador afirmava que os trabalhadores compreenderam que não podiam continuar trabalhando de modo “que lhes arruinavam a saúde sem lhes proporcionarem os meios para a competente reparação”, restando apenas desertarem do posto de trabalho que ocupavam e seguirem rumo aos centros urbanos. Cesar do Rego Monteiro indicou que um dos motivos para que tivesse havido a mobilidade de trabalhadores extratores seria a falta de enraizamento desses indivíduos ao solo amazonense:

¹⁵³MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem**, 1921., op. cit.; p.48 e 49.

¹⁵⁴MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem**, 1921., op. cit.; p.50 e 51.

¹⁵⁵OLIVEIRA, João Pacheco de. **A conquista do Vale Amazônico**: Fronteira, Mercado Internacional e Modalidades de Trabalho Compulsório / João Pacheco de Oliveira. In: ___ O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016; p.118 e 119.

¹⁵⁶OLIVEIRA, João Pacheco de. **A conquista do Vale Amazônico**., op. cit.; p.126 e 127.

“Desde que não se achavam radicados ao solo por interesses vitais, só tinham motivo para apressarem a partida, organizando um êxodo coletivo, como esses bandos de aves de arrição que as estações impelem para regiões mais distantes.”¹⁵⁷

Relatava que o “êxodo” e as consequências observadas no Amazonas foram enormes, quando os extratores da borracha abandonavam os seringais, sulcando os rios, em grupos, depredando e destruindo propriedades que iam encontrando em suas passagens. Explicava que este era o efeito que a fome e a falta de trabalho faziam aos extratores, tiravam-lhes “os bons princípios e lhes tiravam a noção dos direitos alheios”.¹⁵⁸ Isto fez com que o governo tomasse providências e tentasse “compreender” os trabalhadores, “não lhe parecendo que se tratasse de criminosos vulgares”.

“Do exame que fiz sobre o caso, verifiquei que esses bandos eram compostos de famintos que sofriam por falta de uma ocupação honesta, que lhes proporcionasse recursos para lhes matarem a fome e lhes cobrirem a nudez. Em vez de prisão, tinham eles necessidade de trabalho, pois que a causa dos seus atos antissociais não era daquelas que revelam a tendência criminosa do agente, mas, antes, daquelas que se geram nos lugares onde se desenvolve a miséria orgânica por falta do estritamente indispensável para a satisfação de necessidades inadiáveis.”¹⁵⁹

Os agentes públicos, assim como o governador Cesar do Rego Monteiro tinham uma visão espasmódica das ações dos trabalhadores extratores em mobilidade, considerava ser apenas uma reação às consequências da crise da economia gomífera.¹⁶⁰ Não podemos analisar as ações dos trabalhadores extratores a partir de alguma noção legitimadora¹⁶¹ perante as propriedades que foram destruídas, por falta de mais informações sobre os acontecimentos. Apesar disto, questionamos por que os trabalhadores extratores em trânsito e em direção aos centros urbanos destruíam por onde passavam as propriedades de donos de seringais e castanhais? O governador do Amazonas entendeu os comportamentos destrutivos como sintomáticos dos efeitos que a fome causava, porém podemos apontar como hipótese que esta foi uma forma que os

¹⁵⁷MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa**, na abertura da segunda sessão ordinária da décima primeira legislatura, pelo exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, governador do estado, a 14 de julho de 1923, p.16, 17 e 18.

¹⁵⁸MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem**, 1923., op. cit.; p.17 e 18.

¹⁵⁹MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem**, 1923., op. cit.; p.18 e 19.

¹⁶⁰THOMPSON, E. P. **A economia moral da multidão inglesa no século XVIII**. In: _____ *Costumes em comum* / E. P. Thompson; revisão técnica de Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes – São Paulo: Companhia das letras, 1998; p.150-202, p.150. “Durante décadas, a história social sistemática tem se mantido na retaguarda da história econômica, e isso continua até os dias de hoje toda vez que se admite que uma qualificação na segunda disciplina automaticamente confere proficiência na primeira.” THOMPSON, E. P. **A economia moral da multidão inglesa no século XVIII**. op. cit.; p.151.

¹⁶¹THOMPSON, E. P. **A economia moral da multidão inglesa no século XVIII**. op. cit.; p.152.

trabalhadores extratores encontraram de punir os proprietários,¹⁶² que por anos os subjugarão, ou de impossibilitar uma nova imobilização com a destruição dos lugares que muito possivelmente poderiam retornar.¹⁶³

O governo afirmou ter cuidado de localizar os trabalhadores em mobilidade, “dando-lhes o trabalho e garantindo-lhes os resultados”, possivelmente impedindo a saída de ex-extratores do território amazonense e os imobilizando em castanhais e seringais do Amazonas. Os governantes gostariam de evitar o “despovoamento” do solo que definhava, segundo eles, por falta de trabalhadores que o cultivassem, colocando os extratores em núcleos agrícolas. Contudo, para que tal obra se processasse, necessitavam de ajuda pecuniária do Estado brasileiro, que por esta dirigiram-se novamente ao governo federal, expondo-lhe o caso e requisitando ajuda. Utilizaram como argumento que propriedades estavam sendo violadas, pondo em risco o direito de as tê-las, haja vista que indivíduos “famintos” em mobilidade ameaçavam o direito de propriedade privada.

O governo do Amazonas obteve uma resposta do presidente da República, por intermédio de um dos seus ministros, que o aconselhava a facilitar o “êxodo” dos “sem trabalho”, pondo à disposição as companhias de navegação para ajudar no processo de saída das pessoas que quisessem migrar para os estados do Nordeste.¹⁶⁴ Cesar do Rego Monteiro julgou culpado o Estado brasileiro e as obras contra as secas do Nordeste pelo “despovoamento” do Amazonas, afirmando que:

“(…)o presidente da República, dominado pela grandiosidade das obras que estava realizando no Nordeste contra as secas periódicas que assolam aquela região(…) longe de se comover com o despovoamento de uma das unidades da Federação, exultou com o socorro inesperado que lhe vinha de uma calamidade pública.

(…) Se o Nordeste precisava de braços para a rápida conclusão das obras custosas que o passado quadriênio presidencial considerava a mais bela joia do seu escritório administrativo, nada mais natural do que aproveitar os que a Providência lhe mandava de uma região sofredora.

Não podendo eu, porém, compreender a solução que se me oferecia, mesmo porque não cogitava de perpetrar o crime do despovoamento do solo amazonense, deixei sem resposta o telegrama do ministro e limitei-me a assistir, impotente para impedi-los, aos embarques quase diários de levas de famílias e trabalhadores que se dirigiam, apressados e alvissareiros, para os pontos em que supunham encontrar a salvação.

¹⁶²THOMPSON, E. P. **A economia moral da multidão inglesa no século XVIII**. op. cit.; p.182

¹⁶³Nos anos 30 a concentração de extratores nos centros urbanos do Território do Acre e nas vilas fronteiriças do Amazonas – Brasileia, Xapury e Lábrea – ocasionará conflitos e desordens sociais que preocuparão as autoridades públicas amazonenses no pós golpe de Estado que levará Getúlio Vargas ao poder. MAIA, Álvaro. **Exposição lida pelo Dr. Álvaro Maia**, Interventor Federal, ao povo Amazonense, 5 de julho, no Alcazar. publicado no Diário Oficial; Manaus, 9 de julho de 1931, p.12.

¹⁶⁴MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem**, 1923., op. cit.; p.20 e 21

E assim, com o auxílio do governo federal, se despovoou o nosso solo para que outro mais feliz pudesse aproveitar os elementos que dele se desagregavam.
É por isso que se pode dizer que as obras do Nordeste nos têm feito um mal incalculável, pois que têm atraído grande parte das forças produtoras que o nosso solo abrigava.”¹⁶⁵

A ajuda, oferecida pelo Estado brasileiro ao Amazonas, causava grandes danos à elite político-econômica amazonense, fornecendo aos ex-trabalhadores extratores os necessários meios de transporte, prejudicando consideravelmente as safras de borracha e de outros produtos florestais. Pois se os trabalhadores tivessem permanecido no território seria mais fácil para o Estado amazonense e para os donos de seringais o processo de cooptação de indivíduos, pois teriam trabalhadores ao seu alcance, não sendo necessário irem buscar para onde tinham voltado, o que dispndia dinheiro e tempo da elite que explorava produtos florestais.¹⁶⁶

Num dos capítulos escritos para o relatório de pesquisa coordenado por Moacir Gracindo Soares Palmeira, redigido por Alfredo W. B. de Almeida em fins dos anos 70, foi analisado a ideia de “êxodo” como uma categoria de uma determinada realidade em processo, que traz consigo noções secundárias para explicar a realidade social ocorrida. Afirmaram que a ideia de “êxodo” estava assentada em discursos sobre a migração e foi caracterizada pelo tom hiperbólico que traz consigo ao tratar sobre a realidade social que se pretenda analisar.¹⁶⁷

O discurso construído em torno do “êxodo dos seringais”, consequência do processo de decadência da empresa mercantil de extração do látex e da economia exportadora da borracha, carrega consigo, em tom hiperbólico, a ideia do abandono sistemático dos seringais com o “despovoamento” do Amazonas, o que implicaria na amplificação do “vazio demográfico” da região, na qual os governantes lutavam para povoar com trabalhadores considerados válidos que estivessem vinculados a empresa mercantil.

Os discursos que intentavam explicar a realidade amazônica eram pautados e alicerçados em escritos de teóricos de *Economia Política*, que por sua vez tomaram como objeto de análise os países do Hemisfério Norte. Acreditamos que a categoria “êxodo dos seringais” ajudou na disseminação de ideias equivocadas sobre a população que vivia no Amazonas em tempos de crise da economia gomífera. Decerto, podemos pensar que o estado de crise econômica em que

¹⁶⁵MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem**, 1923., op. cit.; p.21,22,23 e 24.

¹⁶⁶MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem**, 1923., op. cit.; p.24 e 25.

¹⁶⁷PALMEIRA. Moacir Gracindo Soares. **Êxodo: uma tradição paralela**. In: ____ A invenção da migração. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. Coordenado por Moacir Gracindo Soares Palmeira. UFRJ: Museu Nacional, 1977.

se encontrava o Amazonas nas décadas de 20 e 30 ajudou a reconfigurá-lo a partir da mobilidade de grupos de trabalhadores extratores que antes estavam imobilizados junto ao sistema de endividamento dos seringais da região e que agora podiam decidir entre ficar ou sair do estado amazonense, apesar da cooptação e de nova imobilização de extratores junto aos grandes seringais e castanhais nos anos 30. Este é o passado recente do Amazonas dos anos 30 e dele a elite política se utilizou para criar projetos postos em prática por meio de ações governamentais com intuito de modificar a realidade dos trabalhadores extratores, cuja finalidade última era de prendê-los ao solo amazonense.

CAPÍTULO II

A CULTURA POLÍTICA “GLEBARISTA”: ENTRE HOMENS DE IMPRENSA, DISCURSOS POLÍTICOS E CONSTITUINTES NOS ANOS 30

A ideia de existir um grande “vazio demográfico” no Amazonas foi constantemente difundida em jornais e revistas que circulavam pela Manaus dos anos 30. Concepção disseminada por literatos, intelectuais e políticos que não hesitavam em utilizá-la para fundamentar seus argumentos, tendo em vista a percepção mais palpável dos leitores e daqueles que acreditavam ser esta uma verdade irrefutável. Ditavam a necessidade de evitar o esvaziamento da selva, ocorrido sistematicamente durante a década de 1920, consequência direta da retomada de mobilidade dos trabalhadores extratores, sugerindo a elaboração de políticas que os fixassem ao solo, pondo em prática os projetos de colonização.

Álvaro Maia, talvez tenha sido a personalidade política mais proeminente nos anos aqui estudados, pela sua trajetória política, seus discursos e ações de seus governos em relação ao processo de ocupação do território, defesa da economia extratora e busca por soluções para fixar trabalhadores ao solo. Álvaro Maia, para além de um governante foi partícipe na construção e difusão de uma cultura política que viabilizou a elaboração e efetivação de ações governamentais durante a década de 1930. Uma cultura política elaborada, conjuntamente, ao processo de constituição de uma identidade regional da elite política e intelectual que, ao se perceberem diferentes das outras que possuíam privilégios primeiros, frente ao governo federal, expressavam em textos publicados pela imprensa manauara suas indignações, ideais e imensa vontade de ser parte constitutiva da Nação brasileira.

O processo de redemocratização, por meio da Constituinte de 1933-34, possibilitou ao Amazonas que escolhesse seus representantes para compor a bancada amazonense, o que viabilizou a exposição de angústias e temores que amedrontavam sua elite em tempos de crise da economia exportadora da borracha¹⁶⁸ e seus ideais influenciados pelos acontecimentos na

¹⁶⁸“(…) *As culturas políticas(…) surgem em resposta aos problemas fundamentais enfrentadas pela sociedade em que elas emergem e para os quais apresentam soluções globais. Assim é que as vemos surgir durante as grandes crises que afetam o grupo.*” BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. In: ____ *Cultura política, memória e historiografia* / Orgs. Cecília Azevedo... [et al.] – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; p.29-46, p.38.

Europa. A bancada amazonense obteve atuações relevantes na Constituinte Federal, saindo em defesa dos interesses econômicos da Amazônia.

Serge Berstein já nos lembrou de que as culturas políticas da elite são diferentes das culturas políticas da massa popular, enfatizou que a diferença está em como ela é expressada e não o “fundo” cultural em que vivem, que pode ser compartilhado por todos,¹⁶⁹ sendo a imprensa, neste caso particular, um dos meios como a elite amazonense expressou esta cultura política.

A cultura letrada é o ponto que liga a História Cultural à História Política, uma explicação viável para os posicionamentos políticos de Álvaro Maia, que adquiriu grande capital político e cultural¹⁷⁰ junto ao mundo das letras, recheado de representações em relação ao Amazonas e ao povo que aqui vivia, capital adquirido durante suas diversas fases de vida, dos anos aqui determinados, de sua trajetória como professor, homem da imprensa e político.¹⁷¹ Esta é uma das tarefas aqui empreendidas:

“compreender as motivações que *levaram* o homem a adotar este ou aquele comportamento político (...). O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da ação futura (...) *é um fenômeno individual (...) e um fenômeno coletivo.*”¹⁷²

O desafio proposto neste capítulo é o manuseio de dois conceitos que, talvez, se complementem nas circunstâncias aqui apresentadas: o de identificação e diferenciação, significativo na análise das identidades em construção, sendo a identidade regional importante no feito, daquilo que chamaremos de cultura política “glebarista”, uma vez que, na busca por legitimação da identidade constituinte, os sujeitos reivindicavam um passado comum, muitas vezes, glorioso para fundamentá-la, passado que também é notável na configuração de “glebarismo”,¹⁷³ e, o próprio conceito de cultura política, importantíssimo, pois possibilitou que

¹⁶⁹BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: ____ Rioux e Sirinelli (org.). Para uma história cultural. Lisboa: Estampa; 1998, p.349-363, p.353.

¹⁷⁰Patrícia Thomson num capítulo do livro *Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais*, organizado e editado por Michael Grenfell, afirmou que em *A nobreza do Estado*, “*Bourdieu demonstrou que a educação nas universidades de elite era um capital cultural necessário para os agentes assumirem posições dominantes no campo do poder universal através dos campos do governo, comércio, política, arte e educação. (...) A educação como capital simbólico trabalhava em conjunto com outros capitais para oferecer vantagens e desvantagens, e para posicionar agentes em múltiplos campos*”. THOMSON, Patrícia. **Campo**. In: ____ Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais. Organizado e editado por Michael Grenfell ; tradução de Fábio Ribeiro. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018; p.107.

¹⁷¹BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. op. cit.; p.359.

¹⁷²BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. op. cit.; p.359.

¹⁷³“(…)uma leitura comum e normativa do passado histórico com a conotação positiva e negativa com os grandes períodos do passado (...) uma concepção da sociedade ideal tal como a veem os detentores dessa cultura e (...) um

compreendêssemos, talvez, não em sua totalidade, os motivos que levaram determinados sujeitos políticos a aderirem ou a elaborarem certas ideias, influenciando-os em decisões e na construção de projetos socioeconômicos que foram postos em práticas por meio de ações governamentais.

Como o “glebarismo” ganhou adesão de indivíduos múltiplos e diferentes? Serge Berstein nos permitiu analisar, ao afirmar que uma cultura política surge em resposta a um problema da sociedade, tornando-se mais complexa ao longo dos anos e transformando-se, adaptando-se ao desenvolvimento da própria sociedade. “Glebarismo”, uma relação telúrica, foi apenas a síntese deste processo, se tornou uma cultura política quando ganhou a adesão de grupos importantes da sociedade, após processos discursivos que pouco a pouco foram se constituindo em problemas reais que deveriam ser solucionados. Como bem afirmou Serge Berstein, foi “então, somente então, que *esta cultura política se tornou* um dos móveis do comportamento político”,¹⁷⁴ o “glebarismo” pertenceu tanto ao tempo longo da tradição quanto ao tempo curto do fato presente,¹⁷⁵ mobilizou grupos políticos, bem como a construção de discursos que serão basilares nas futuras construções de grandes projetos de povoamento e de colonização da Amazônia. Em vista disso, cultura política é a nossa principal chave de leitura para compreendermos os comportamentos políticos que se caracterizam em sua complexidade e que estão no centro das representações e realidades sociais do Amazonas dos anos 30.¹⁷⁶

Do “vazio demográfico” à necessidade de povoar

Do “vazio demográfico”...

A revista *Vitória-régia: literatura, ciências, história*, em seu editorial dizia ter o objetivo de propagar e revelar intelectuais regionais para além das fronteiras do Amazonas. Produzida em terras manauaras, a revista foi denominada de *vitória-régia*, flor símbolo,¹⁷⁷ homenageando *Victoria amazônica*, nome científico da famosa “herbácea aquática, fixa, com folhas flutuantes, encontrada em águas calmas” por toda Amazônia.¹⁷⁸ *Vitória-régia* recebia textos de diversas personalidades da sociedade amazonense que transitavam pelos círculos elitizados buscando

discurso codificado(...). É dizer que a cultura política supre ao mesmo tempo “uma leitura comum do passado” e uma “projeção no futuro vivida em conjunto.” BERSTEIN, Serge. **A cultura política.** op. cit.; p.351.

¹⁷⁴BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia.** op. cit.; p.38 e 39.

¹⁷⁵BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia.** op. cit.; p.41.

¹⁷⁶BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia.** op. cit.; p.44.

¹⁷⁷VITÓRIA-RÉGIA, Manaus, 24 de outubro de 1931, p.01.

¹⁷⁸ROSA-OSMAN, Sônia Maciel da et al. **Morfologia da flor, fruto e plântula de Victoria amazônica (Poepp.) J.C. Sowerby (Nymphaeaceae).** Acta Amazônica, Vol. 41(1) 2011: 21-28, p.22.

notoriedade ou que já possuíam grande visibilidade, através de seus escritos, na Manaus dos anos 30.

Agnello Bittencourt, então presidente do *Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas* (IGHA), em 1932, ao defender a imigração japonesa em terras amazonenses, denominou o Amazonas de “o deserto verde”, afirmando ser o território desta unidade federativa uma das zonas mais despovoadas da Terra, afirmou em publicação na revista que:

“(…) vivemos num Estado de imensos latifúndios, de população muito escassa, cujo coeficiente de densidade é expresso apenas por 0,4, ou seja, mais de cem vezes menos que na Europa. Equivale dizer que o Amazonas é uma das zonas mais despovoadas do globo. Deserto verde, raramente interrompido por pequenos núcleos demográficos engastados em nossas *espessas* florestas, constituindo essas pobres cidades, vilas, povoações do quase infindo “hinterlândia” amazonense.”¹⁷⁹

No texto *Pelo ressurgimento do Amazonas*, Ruy Gama e Silva,¹⁸⁰ em abril de 1932, defendia proteção aos trabalhadores das selvas que abandonados pelos poderes públicos, viviam sós pelo interior como “párias”, sem assistência alguma. Afirmava ainda, que as leis protetoras dos trabalhadores não ultrapassavam os centros urbanos, no mínimo chegando a pequenos povoados, argumentando ser necessário dar assistência aos trabalhadores das selvas como, também, distribuir pequenos lotes para que assim pudessem dar continuidade ao povoamento do grande território “demograficamente vazio”:

“As leis protetoras não têm aplicação, porque (...): não passam das cidades e povoados, centros parasitários que vivem da exploração do trabalhador das selvas. Com uma densidade insignificante de população para uma superfície tão grande, ainda há quem veja dificuldades em distribuir terras aos que delas carecem. O Estado longe de seguir esse rumo(...). Urge radicar quanto antes o pequeno produtor ao meio em que labora, concedendo terras gratuitamente, e dispensando uma assistência social menos hipócrita.”¹⁸¹

Carlos Mesquita, em uma de suas crônicas publicada em 1935, ao falar sobre as relações diplomáticas e migratórias entre o Japão e o Brasil, defendeu de forma veemente a imigração japonesa em terras amazonenses, argumentando que o Amazonas não possuía progresso em virtude do “vazio demográfico” ou da falta de trabalhadores que o povoassem, caso imigrassem, que fossem localizados nas julgadas “cidades atrasadas” do interior, ao invés de serem instalados e viverem na capital:

¹⁷⁹VITÓRIA-RÉGIA, Manaus, abril de 1932, p.10 e 11.

¹⁸⁰Ruy Gama e Silva foi um dos maiores expoentes da Aliança Liberal no Amazonas, coligação-partidária que em 1929 havia lançado a candidatura de Getúlio Vargas ao cargo máximo do executivo brasileiro e que fora derrotado. SILVA, José Lopes da. **Aspectos sócio- econômicos (1930- 1939)**. Manaus: 1995, p.27.

¹⁸¹VITÓRIA-RÉGIA, Manaus, abril de 1932, p.24.

“O Amazonas, Estado federado quase que sem população, tão rico como a mais rica terra mundial, não tem ainda progresso, quase que não produz, não se suporta a si mesmo, depende, totalmente, para a vida de seus habitantes, da importação de todos os gêneros – mesmo aqueles com a vantagem e facilidade podiam aqui ser obtidos – devido, unicamente, à falta de braços. A solução desse problema transcendente está na vinda de emigrantes: que sejam eles brancos, amarelos, caboclos, mulatos, negros, pouco importa. O principal é que sejam ativos, enérgicos, honestos; o essencial é que se dirijam, que sejam encaminhados para o interior, e que não *sejam* permitidos a viver como parasitas na capital; o necessário é que sejam localizados nas atrasadas cidades do Amazonas, que levem para elas, não só a força produtora, como também as medidas sanitárias que o governo tem obrigação de tomar.”¹⁸²

Numa entrevista, em agosto de 1935, ao ser perguntado sobre a ideia de monocultura da borracha, o já governador Álvaro Maia respondeu ao jornal *Tribuna Popular* que possivelmente, a partir de cálculo realizado, haveria cerca de 300 milhões de seringueiras espalhadas pela imensidão do território amazonense e que faltavam trabalhadores e capital para que o ideal de monocultura da seringueira fosse concretizado:

“- Está, então, afastada a ideia da monocultura da borracha?
- Não. Temos até uma pequena cotação e, com o iniciar de julho, os seringueiros retomam os machadinhos para sangrar a árvore-mártir. Não podemos prescindir desse lastro duro, que dorme em trezentos milhões de árvores nativas, no cálculo do chanceler Macedo Soares, e na maior parte ainda em abandono por deficiência de braços e capitais (...).”¹⁸³

O jornal *Tribuna Popular* ao republicar uma matéria sobre *A assistência à saúde no Amazonas* que fora publicada no *Jornal do Brasil*, em agosto de 1935, dizia que o maior estado federativo do Brasil tinha um território vasto, todavia, com pouca densidade populacional, com núcleos isolados, dificuldades de comunicação e sem saneamento básico, exigindo, desta forma, ajuda dos poderes públicos:

“Território vastíssimo, o maior dentre os dos demais estados brasileiros, com uma população escassa e rarefeita em pequenos núcleos quase isolados entre si, a falta de comunicações e transportes; recortando, em todos os sentidos, por um verdadeiro labirinto de rios e igarapés, muitos dos quais ainda, insaneados, circunstância esta agravada pelos inumeráveis igapós e lagos de águas pardas e palustres, - o Amazonas é, assim, a unidade federativa que mais esforços exige dos poderes públicos (...).”¹⁸⁴

Em julho de 1936, *Cabocla* que tinha o intuito de ser uma revista de atualidades, publicou um texto intitulado de *Imobilidade Cósmica* sem, todavia, revelar o nome do autor. A edição mostrava ao lado da redação a imagem de um homem, classificado como

¹⁸²MESQUITA, Carlos. **Glebarismo** / Carlos Mesquita. Crônicas; Manaus-AM, 1935, p.56.

¹⁸³TRIBUNA POPULAR, Manaus, 12 de agosto de 1935, p.01 e 04.

¹⁸⁴TRIBUNA POPULAR, Manaus, 11 de novembro de 1935, p.03.

“caboclo”,¹⁸⁵ deitado na proa de uma canoa, com chapéu de palha colocado por cima de seu ventre, com olhos fixos n’algum ponto da mata, possivelmente repousando após uma intensa jornada de trabalho. O texto empenhava-se em analisar aquele “flagrante”, dizia que o Amazonas apresentava o problema do povoamento e que os “caboclos” tinham por função natural procriar e encher a terra, pois eles eram indivíduos prolíficos. Todavia, foram interpretados como preguiçosos pelos estrangeiros que os teorizavam em função da imensidão geográfica do território, o texto evidenciava a difícil tarefa daquele homem, de ser considerado a origem da tão sonhada futura “civilização” amazônica:

“Se a terra (...) apresenta o problema do povoamento, e a experiência demonstrou que a criação dos filhos absorve a capacidade de trabalho, o caboclo, que é prolífico, está coerente com a necessidade da terra, cumpre uma imposição natural do espaço por encher (...).

Os estrangeiros que teorizam, à vista da amplitude amazônica, diminuindo o homem que o habita, só erram por ausência de autocrítica. A sua fuga de densidade demográfica acovarda-se ante a exigência demográfica da Amazônia. No vazio imenso da terra imensa, a alma de sua tese é uma preguiça, ou seria uma preguiça, se quiséssemos especular com a mesma lógica. Preguiça para a grande renúncia de morrer anônimo na selva, preguiça para povoar, falta de paciência para reproduzir, desânimo e incapacidade em face da gigantesca missão de ser origem que se lhes oferece, a eles, (...) Mas a verdade é que plantar um povo não é fazer uma colheita (...)”¹⁸⁶



Imobilidade Cósmica, Revista Cabocla, 1936

O termo “caboclo” é uma categoria de classificação social empregada por estranhos para referenciar e identificar o outro. A antropóloga Deborah de Magalhães Lima analisou a construção histórica do termo, afirmando que esta é uma categoria de classificação que abrange

¹⁸⁵Aníbal Quijano nos alertou em texto, *A colonialidade do poder e classificação social*, sobre como a ideia de classe foi absorvida dos estudos da natureza e introduzida como mecanismo de interpretação da sociedade, enfatizando que geralmente eram as pessoas dominadas, dentro das relações de poder, que foram classificadas de acordo com as instâncias da vivência social dos indivíduos, trabalho, raça e gênero. Sendo as diferenças fenotípicas justificativa para a produção da categoria raça. QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do poder e classificação social**. In: ____ Epistemologias do Sul / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – (CES) ISBN 978-972, Biblioteca Nacional de Portugal, Editora Almedina, 2009, p.96, 97,104 e 106.

¹⁸⁶REVISTA CABOCLA, Manaus, julho de 1936, sem número de página.

dimensões geográficas, raciais e de classe, bem como uma categoria relacional.¹⁸⁷ Contudo, neste caso, no discurso produzido pelo autor desconhecido, a categoria foi usada por um indivíduo que possivelmente era considerado um estudioso pelos leitores da *Revista Cabocla* e que fez referência ao estilo de vida de uma parte da população interiorana do Amazonas dos anos 30, que fora estereotipada como preguiçosa, o que o autor tentou desconstruir a partir de uma análise determinista da relação que o indivíduo fotografado teria com a imensa terra em que vivia. Acreditamos que o termo foi utilizado, neste contexto, em referência ao nativo, que talvez já não estivesse tão ligado a uma etnia indígena e que foram classificados como “caboclos”. Ao que parece, segundo o discurso produzido pelo autor desconhecido e reproduzido pela revista, o homem fotografado talvez fosse ao que a antropóloga Deborah Lima definiu como “o Amazônida típico da época *que foi* definido em contraste com aqueles que são migrantes recentes e os povos indígenas.”¹⁸⁸

Mark Harris ao analisar o modo de vida dos ribeirinhos, fez um levantamento historiográfico sobre a formação das sociedades camponesas amazônicas e sobre a denominada “cultura cabocla”, citou autores que explicaram o processo de caboclicização, ou seja, a integração dos povos indígenas à sociedade brasileira, ocorrido entre os séculos XVIII e XIX, criando uma nova categoria de pessoas e cultura, “o resultado é o caboclo, uma consequência da heterogeneidade das forças conquistadoras da Amazônia”.¹⁸⁹ O texto *Imobilidade Cósmica*, escrito e publicado em 1936, pode ser explicado a partir das análises dos autores acima, haja vista, que a integração dos povos originários ainda era pauta em discursos políticos na primeira metade do século XX e notório o esforço do autor desconhecido em classificar o homem fotografado como caboclo, o “não indígena”, o já integrado à sociedade amazonense.

Huascar de Figueiredo em texto intitulado de *A ditadura do deserto* e publicado na revista *A Selva*, em setembro de 1937, apresentou um panorama de como o território brasileiro era um grande deserto, ainda por ser habitado, e cujas estatísticas demográficas demonstravam que este era um verdadeiro problema nacional que deveria ser combatido com urgência e cobrava a

¹⁸⁷ “A exuberância da floresta e magnitude do meio ambiente amazônico impõem um contraste em relação à pobreza e, junto com a questão da raça, essa comparação é responsável pelo fato de os caboclos serem julgados preguiçosos e, em muitos juízos, como fracassos.” LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo:** sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. Novos Cadernos NAEA, vol. 2, nº 2 – dezembro de 1999, p.14.

¹⁸⁸ A antropóloga analisa a categoria diacronicamente, nos anos 30 a categoria “caboclo” abrangia os sujeitos citados acima. LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo**, op. cit.; p.20.

¹⁸⁹ HARRIS, Mark. **Presente ambivalente:** op. cit.; p.88.

necessidade de ser considerado como uma pauta de ordem política. A questão do povoamento da Amazônia foi posta como uma necessidade primeira e, sobretudo nacional, achando-se necessário livrá-la dos títulos de “inferno verde ou paraíso maravilhoso”, pois fazia fronteira com nações estrangeiras, colocando em perigo, caso não fosse povoada com brasileiros, sua soberania, segurança e progresso:

“(…) na iminência de graves acontecimentos, tem mais relevância o problema do povoamento da Amazônia do que se possa imaginar à primeira vista. Essa preeminência política decorre de duas ordens de fatores, independente do ponto de vista propriamente nacional – o prisma das contingências continentais, o aspecto das ameaças internacionais.

(…)

Temos que vencer a ditadura do deserto no Brasil, mas a da Amazônia, não se lhe dando a forma imediata de uma equação nacional, trará para a outra a certeza do seu aniquilamento. Se o Brasil não vier para a Amazônia, antecipando-se às raças que lhe podem dar solução ao seu deserto, a derivante econômica e as consequências políticas do abandono se tornarão irremediáveis.

Enquanto estivermos figurando na carta das necessidades brasileiras pelo símbolo do deserto maravilhoso, acimado de inferno verde e de paraíso maravilhoso, o problema político do Brasil não estará resolvido – o de sua autonomia, de suas prerrogativas de soberania, de progresso e de segurança.”¹⁹⁰

Cosme Ferreira Filho, possuía a mesma concepção de “vazio demográfico”, afirmando em maio de 1938, no texto *A borracha: problema brasileiro*, que a região continuava desabitada, constituindo dever daqueles que a conheciam de formular políticas que a conduzisse ao progresso:

“A Amazônia permanece pobre e desabitada. Para reerguê-la, todavia, não se faz mister a genialidade criadora. A simples cooperação dos homens que a conhecem e dos governos que lhe devem assistência, poderá conduzi-la aos seus luminosos destinos.”¹⁹¹

Os escritos que expunham a percepção de “vazio demográfico”, na maioria das vezes, vinham acompanhados com a ideia de que o território amazonense sofrera um processo de esvaziamento da selva desencadeado pela crise da economia exportadora da borracha. Quando não vinha como argumentação secundária, era exposto como motivo central para que se pensasse e empreendesse, em território amazonense, a fixação de trabalhadores e a colonização. Era o que dizia Agnello Bittencourt no texto *Os japoneses no Amazonas*, em 1932, que a política de colonização era um caso de prudência para que se evitasse o esvaziamento do território que fora

¹⁹⁰ A SELVA, Manaus, setembro de 1937, p.05.

¹⁹¹ FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha: problema brasileiro**. Inquérito sobre a atual posição da borracha amazônica e proposição de medidas para sua valorização. Biblioteca Instrutiva do Conselho Técnico de Economia e Finanças, Número II. Manaus, 1938, p.48.

denominado de “êxodo dos seringais”: “É um fato providencial, para contrabalançar o êxodo de quantos, aqui, se deixaram vencer pelo desânimo.”¹⁹²

...à necessidade de povoar

Vianna Moog, gaúcho que esteve algum tempo em Manaus, escreveu ensaios sociológicos sobre a Amazônia que foram publicados em revistas e jornais da região nos anos 30. No texto *Ciclo do ouro negro* publicado na revista *Cabocla*, em julho de 1936, Vianna Moog descreveu um panorama de abandono e esvaziamento dos antigos núcleos que outrora estiveram ocupados por trabalhadores vinculados à extração do látex, afirmando que nem mesmo um arqueólogo, como Heinrich Schliemann, seria suficientemente eficiente para descobrir que ali estiveram pessoas trabalhando interligadas ao sistema de aviação:

“Quem se aventura pelo rio Amazonas e seus afluentes em demanda de longes terras, à vista de tanto vilarejo em ruína, de tanta ruína em desagregação, sobre as quais investe impetuosamente a selva com a vanguarda de sua vegetação rasteira e daninha, mal pode imaginar que esses sítios melancólicos já tivessem servido de base nos mais promissores começos de uma autêntica civilização. Lugares há, outrora florescentes, onde não resta nenhum traço, nenhum vestígio, nenhum sinal da passagem de agrupamentos humanos. Ali, na crista dos barrancos, mesmo um Schliemann não seria capaz de suspeitar da existência pretérita de uma intensa agitação industrial e social. (...) A floresta tentacular acabou reconquistando, por inteiro, os seus antigos domínios.”¹⁹³

O autor prosseguiu declarando que, a classificada por ele, cidade de Barcelos, antiga sede da Capitania do Rio Negro, sofria com o processo de esvaziamento dos núcleos do interior amazonense, a descreveu como em estado de abandono de seus prédios, casas, fábrica e do convento dos Carmelitas, afirmando que em outras localidades, como Borba e Humaitá, classificadas, igualmente, como cidades¹⁹⁴ sofriam o mesmo movimento de esvaziamento:

“A cidade de Barcelos, a velha capital do Alto Rio Negro, (...) estava reduzido a um agrupamento desgracioso de casas em decomposição. O antigo e imponente palácio das Demarcações, com a sua cobertura indígena de sapê e palha de paxeúba, era a definição viva do ridículo e do grotesco arquitetônico. A famosa fábrica de tecer panos de algodão desaparecera. Idêntico foi o destino do convento dos Carmelitas e da casa de campo do governador. O que ocorreu em Barcelos, vai se repetindo em maiores ou menores

¹⁹²VITÓRIA-RÉGIA, Manaus, abril de 1932, p.10 e 11.

¹⁹³REVISTA CABOCLA, Manaus, julho de 1936, p.09 e 10.

¹⁹⁴Vianna Moog se equivocou, já que documentos oficiais do executivo amazonense de 1937, listou vilas e cidades do Amazonas e suas fontes de receita, classificando Barcelos e Borba como vilas e não cidades como foi descrito pelo autor no texto, Humaitá era a única, listada por Moog, que possuía o título de cidade, em 1937. MAIA, Álvaro. **Mensagem do governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa**, na abertura da sessão ordinária, em 3 de maio de 1937; Estado do Amazonas; Imprensa Pública; Manaus, 1937, p.309; LIMITES MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS, organizado sob a orientação de Manuel Severiano Nunes, Raymundo Nicolau da Silva, Raymundo Paes de Andrade Oliveira. Manaus, 1936, p.15, 17, 32.

proporções com Borba, Humaitá, e uma infinidade de povoações da província, que ainda pavoneiam o título pomposo de cidades.”¹⁹⁵

Agnello Bittencourt em *Os japoneses no Amazonas*, em 1932, ao defender a imigração japonesa, já falava da necessidade de fixar o trabalhador ao solo amazonense, pois apenas desta maneira é que seria possível ao Amazonas desenvolver-se economicamente e a imigração seria tão importante quanto o capital a ser investido para a empreitada:

“Propositalmente, coloquei em primeiro lugar, braços dispostos e capitais, como a evocar os dois elementos que, reunidos à Natureza, formam o tríptico do desenvolvimento econômico das nações. Que fazer, quando faltam ou escasseiam aqueles, para dominar este? A imigração é o recurso das terras como a nossa, se desejamos que ela se torne valorizada pela atividade humana.

(...)

Felizmente, um outro povo, o japonês, (...) vem fixar-se no Amazonas, ensaiando uma penetração larga e fecunda, adaptando-se ao meio brasileiro, como se fosse em sua própria terra.

Quando todos os evitam, (...) *eles* assentam arraiais em nossas plagas, sem pedir o mínimo favor, senão na garantia das terras incultas, em que vêm trabalhar e prosperar, em seu e em benefício da região que hospeda.”¹⁹⁶

Ruy Gama e Silva, em 1932, ao classificar o trabalhador florestal como um “caboclo nômade”, explicou esta condição como sendo consequência das políticas governamentais que negaram o acesso a terra, sem enraizamento, restou-lhe a colheita, ou seja, a extração de produtos florestais:

“O beduíno é nômade porque não pode dominar o deserto; o caboclo o é, porque, embora adaptado às dificuldades da região, foi sempre considerado um intruso pelos governantes, que lhes negaram tudo, a começar a terra.

Sem os liames da tradição formados por um lar, por uma sepultura, ou por uma árvore amiga, o homem pobre erra pela imensidão deste mediterrâneo, colhendo para viver, o que a natureza lhe dá generosamente.”¹⁹⁷

Cosme Ferreira Filho, em 1938, acreditava que a exploração dos castanhais nativos do Amazonas, atividade vista como nômade, não tinha o poder de fixar os trabalhadores ao solo: “A própria exploração dos castanhais(...), embora acentuadamente nômade, isto é, sem o poder de fixação das populações”,¹⁹⁸ evidenciando que a fixação dos trabalhadores ao solo era um anseio disseminado entre a elite político-econômica do Amazonas que culminariam nos projetos de povoamento. Todavia, antes de adentrarmos na análise dos projetos de ocupação do território, tentaremos

¹⁹⁵REVISTA CABOCLA, Manaus, julho de 1936, p.09 e 10.

¹⁹⁶VITÓRIA-RÉGIA, Manaus, abril de 1932, p.10 e 11.

¹⁹⁷VITÓRIA-RÉGIA, Manaus, abril de 1932, p.24.

¹⁹⁸FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha**: problema brasileiro. op. cit.; p. Manaus, 1938, p.45 e 46.

demonstrar como as ideias ganharam corpo, através de escritos e discursos difundidos pela imprensa manauara nos anos 30.

Álvaro Maia, então professor da disciplina de *Instrução Moral e Cívica*,¹⁹⁹ em 1928, proferiu um discurso com finalidade didática aos alunos do *Ginásio Amazonense Pedro II*. Afirmava que tinha um dever para com o país, como professor, de ensinar “o amazonense a querer o seu torrão natal, a defendê-lo contra calúnia, a agricultá-lo com amor, a ser um cidadão.”²⁰⁰ Prosseguiu dizendo que viviam “na manhã da história”, ainda no processo de ocupação do território e estabelecimento de núcleos que, possivelmente, seriam as futuras cidades amazonenses, projetando porvindouro o tão ambicionado progresso:

“Após essas missões, ano a ano, virão torrentes de sangue hígido; entrarão pelas matas abruptas para fundar núcleos, e, findo esse admirável ciclo migratório, a nossa terra será uma das maiores e melhores do Brasil.

No futuro, quando se traçar a história desse progresso surpreendente, um orgulho supremo fulgurará ao lábio de todos: ela venceu quase só, ora cambaleando, ora de pé, como um filho de pai rico, que, tamanhinho ainda, começasse a trabalhar para viver (...). Respondereis aos blasfemadores que não se povoam, em uma semana, dois milhões de quilômetros quadrados e que estamos na manhã da história.”²⁰¹

Álvaro Maia, filho de cearense,²⁰² foi desta maneira que se apresentou no texto *Em torno do caso do Amazonas*, ele escreveu sobre a colonização amazônica e ficava maravilhado com a coragem daqueles que a desbravaram, dizia que a grandeza do Amazonas era igual ou provinha de todos aqueles que trabalhavam nos núcleos de sua *hinterlândia*:

“Sou filho de cearense e, mais de uma vez, escrevi sobre o poema da colonização amazônica, deslumbrado com o destemor de quantos desbravaram as nossas florestas, de quantos ainda lhes rasgam as veredas da penetração. A beleza e a grandeza do Amazonas irmanam de todos os homens, que lutam nos centros da hinterlândia, ou lhe impulsionam o progresso e a administração nas cidades e vilas.”²⁰³

A consciência histórica de estar vivendo processos importantes da constituição e ocupação territorial não era uma percepção isolada de Álvaro Maia, era uma reflexão compartilhada por alguns do círculo intelectualizado do Amazonas. Arthur César Ferreira Reis

¹⁹⁹SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla** / Eloína Monteiro dos Santos. Manaus: Ed. Da Universidade do Amazonas, 1997. 170f. Nota de rodapé nº 66 da p.41.

²⁰⁰MAIA, Álvaro. **Antes das férias**: (Preleção aos alunos do Ginásio Amazonense Pedro II, após o encerramento das aulas, a 14 de novembro de 1928). Livraria clássica; Manaus-AM; 1929, p.22 e 23.

²⁰¹MAIA, Álvaro. **Antes das férias**. Manaus, 1929, op. cit.; p.29 e 30.

²⁰²SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.20.

²⁰³MAIA, Álvaro. **Em torno do caso do Amazonas**. 1931, p.16.

afirmou em artigo publicado na revista *Vitória-régia*, em 1931, que faltava um capítulo na crônica nacional, o da “Expansão Brasileira na Amazônia”.²⁰⁴

Em *Ciclo do Ouro Negro*, Vianna Moog que foi lido através da revista *Cabocla* fez referência ao período anterior a expansão da economia exportadora da borracha, falou sobre a perda de lavouras, afirmando que houve um desaparecimento de “velhos” lavradores, que para aquele momento, seriam de extrema importância, pois levaram consigo experiências e conhecimentos de grande valor para os que padeciam na região com a crise:

“Mas, entre todos os danos causados, nenhum se compara ao que resultou do desaparecimento das lavouras, era este o que devia ter maior repercussão no futuro. Somente quem adverte (...), ao contato dos rudes agricultores que hoje procuram retomar um caminho abandonado, pode avaliar a enormidade do que se perdeu com o desaparecimento dos velhos lavradores, que levaram consigo um cabedal de experiência inestimável. Eles seriam atualmente mais úteis à Amazônia do que todos os sábios e cientistas que o percorreram.”²⁰⁵

Em *Rumo de oeste*, publicado na *Revista do Estudante*, em 1937, Arthur Reis asseverou que a expansão brasileira na Amazônia não datava daquele momento em que escrevia, mas tinha continuidade em seu presente, afirmando que isto tinha que ser algo que deveria orgulhar o povo. Entretanto, o mesmo povo não deveria esquecer-se de homenagear os que, no passado, expandiram territorialmente o país para o oeste:

“A expansão brasileira no vale amazônico não data de hoje. Vem de longe. Da era colonial. (...) Quase um século depois daquele trabalho memorável de sertanistas, soldados e religiosos, continuamos a expansão. (...) A Amazônia brasileira finda, para as bandas de Oeste, em Tabatinga, Javari é linha para o Apaporis. Podia ser mais além. Basta-nos, todavia, o que temos. (...) A atitude nobilitante, para causar o orgulho de um povo, não deve impedir, contudo, a homenagem aos maiores gigantes que porfiaram em nos levar adiante para riqueza territorial do Brasil.”²⁰⁶

No dia 8 de setembro de 1937, chegava ao Amazonas o ministro da agricultura do governo constitucional de Getúlio Vargas, depois de um longo itinerário pela jovem companhia aérea de viagens *Panair do Brasil*, trazendo consigo sua esposa, filho e secretário pessoal. Dias depois de sua chegada, o ministro Odilon Braga foi recebido pelo governador Álvaro Maia e por membros da Associação Comercial do Amazonas (ACA) que ofereceram um banquete no salão do *Ideal Club* no qual discursaram o próprio Álvaro Maia e, posteriormente, o ministro.²⁰⁷

²⁰⁴ “Há um capítulo novo, inédito, na crônica nacional – o da Expansão brasileira da Amazônia. (...) Falta continuá-la no inquérito rigoroso acerca da expansão”. VITÓRIA-RÉGIA, Manaus, 24 de outubro de 1931, p.06.

²⁰⁵ REVISTA CABOCLA, Manaus, julho de 1936, p.09 e 10.

²⁰⁶ REVISTA DO ESTUDANTE, Manaus, junho e julho 1937, p.08-12.

²⁰⁷ A SELVA, Manaus, setembro de 1937, p.06.

Odilon Braga falou, perante a comitiva do governo e dos associados da ACA ali presentes, que após conhecer a Amazônia teve a certeza da necessidade de criação de projetos que viabilizassem o povoamento sistemático e a exploração racional da região, através de serviços federais que fossem contínuos, ou seja, os projetos tornar-se-iam de Estado, não mais de governos, e se fosse preciso, revisariam a legislação necessária para que tal empreendimento fosse posto em prática.

O ministro afirmou que os serviços teriam uma orientação que despontasse nos técnicos e agrônomos um sentimento de pertencimento ao solo amazônico ou a ideia de que estavam fazendo parte de algo glorioso que seria participar dum processo que daria início as futuras cidades amazônicas. Lamentou que pouco utilizariam do conhecimento indígena para a empreitada, o conhecimento que tivera tamanha importância para os colonizadores do passado:

“Eis porque, se me firmou, depois de conhecer a região amazônica, a convicção de que urge aparelhar o povoamento sistemático e a exploração racional de tão grandioso império, mediante criação de serviços federais permanentes, prepostos a esclarecer, desde já, pelo estudo e pela investigação, pesquisada ou experimental, as singularidades de sua portentosa natureza. Torna-se igualmente de extrema necessidade a revisão das leis que com ela se não coadunem.

Para que tais serviços resulte uma orientação nova e prática, de grande alcance e eficiência, cumpre fazer nascer nos técnicos, pela sua fixação à gleba amazônica, a “paixão da terra inundada” a exemplo da “paixão da terra seca” que domina os técnicos federais do Nordeste. Aos que se deixarem arrebatar por ela, caberá a glória (...) de escolher os pontos de mais assinalada conveniência para a localização de suas cidades vindouras, uma vez que nos falecem hoje as indicações de sabedoria quase indistintiva do indígena, que tanto aproveitaram as gerações colonizadoras do passado.

(...) os agrônomos hão de ir experimentando o solo e o sujeitando a diversos tratamentos, ora ao sol ora à sombra, com essa ou aquela variedade de cultura, partindo da adaptação da seringueira, da castanheira, do timbó, da uaicima e das mil outras espécies vegetais a que se possa atribuir valor econômico, de tal sorte que a agricultura da região amazônica se alicerce nos mais profícuos e oportunos avisos científicos.”²⁰⁸

Fernando de Sousa Costa, ministro da agricultura que substituiu Odilon Braga que deixara o ministério, em novembro de 1937, por discordar da implantação do regime anticonstitucional denominado de Estado Novo.²⁰⁹ O novo ministro falou sobre a importância que teria a agricultura naquele momento. Ao assumir a pasta, Fernando de Sousa Costa com discurso eugênico afirmou que aquele era o tempo dos agrônomos, pois o solo brasileiro deveria produzir o que a Nação necessitava, uma vez que era da terra que saíam os produtos naturais transformados pela indústria, sendo mais tarde comercializados:

²⁰⁸ A SELVA, Manaus, setembro de 1937, p.06 e 21.

²⁰⁹ PANTOJA, Sílvia. **Verbetes:** COSTA, Fernando. Bibliografia Geral. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-de-sousa-costa>.

“Estamos na época dos agrônomos, de espalhá-los por todos os recantos do país, na cruzada santa de fazer a terra produzir o quanto a Nação necessita para restaurar suas finanças, para poder aumentar seu Exército e a sua Armada, para abastecer a sua população com gêneros bons e baratos, para melhorar a sua raça criando uma geração de homens sadios e fortes, higiênica e espiritualmente aptos para lutar contra as agruras da vida, de modo a colocar a pátria entre as mais consideradas do mundo. (...) E é, entretanto, da terra que saem todas as riquezas que a indústria transforma e o comércio coloca.”²¹⁰

Discursos e falas que enfatizavam o “despovoamento” do solo e a necessidade de colonização da região eram recorrentes na imprensa amazonense daqueles anos, muitas vezes, traziam em seu bojo sentimentos de defesa da região e da necessidade de ampará-la nos momentos de necessidade, ignorada pelos poderes públicos a nível federal em anos anteriores. As solicitações de ajuda da elite político-econômica do Amazonas foram, em muitas ocasiões, frustradas pelas prioridades e escolhas do governo central no período de crise. Intensificando o sentimento de pertencimento desses indivíduos ao território amazonense, ao descobrirem-se diferentes ou de pouca importância em relação aos “irmãos” do sudeste e sul.

Identidade regional e cultura política “glebarista”

Nos anos 30 ocorreu um processo de identificação e diferenciação²¹¹ forjado em tempos de crise econômica da elite amazonense, cuja identidade nunca ficou completamente acabada, às vezes confusa, como bem admitiu Eloína dos Santos em sua tese.²¹² O regionalismo desses anos não se configurava como os sentimentos que influenciaram os movimentos “nativistas” de períodos anteriores, pois a elite que o configurou desejava ser vista, ouvida, respeitada e gostaria de se integrar, definitivamente, à Nação brasileira.

É comum ao lermos os documentos da década de 1930 e nos depararmos com manifestações de defesa da “gleba amazonense” ou vislumbrarmos uma marcha em direção a constituição de uma identidade regional, às vezes denominada de “cabocla”, “amazonense” ou “amazônida”, junto a um forte sentimento de pertencimento ao território amazonense.

Foi neste panorama que emergiram textos que realçavam as características regionais do Amazonas que tinham como pressuposto os sentimentos de amor à terra amazonense e que foram

²¹⁰A SELVA, Manaus, novembro de 1937, p.07.

²¹¹HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: ____ Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. / Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15ª ed. – Petropolis, RJ: Vozes, 2014, p.105.

²¹²SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla.** op. cit.; p.26.

classificados junto a um movimento literário pela posteridade intelectual que os estudaram.²¹³ Dito isso, realçaremos o aspecto político do fenômeno denominado de “glebarismo”, que teve sua essência utilizada em discursos, falas e comportamentos conduzindo ações governamentais de interventores e do governador constitucional do Amazonas nos anos 30.

Afirmamos que, talvez, estejamos frente a uma manifestação que pode ser interpretada pelo arcabouço teórico de cultura política, como sintetizada pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta que embasado em obras de autores que elucidaram minuciosamente o conceito, o condensou como equivalendo a “um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas”, partilhado por pessoas que expressem identidade e forneçam “leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.²¹⁴

Rodrigo Patto asseverou, também, que o conceito serve “para designar (...) coletividades reunidas à volta de projetos específicos de ordenamento da sociedade.”²¹⁵ Afirmou que as pesquisas sobre culturas políticas regionais poderiam ser profícuas, caso contrário, as representações políticas que foram elaboradas pela elite do Amazonas dos anos 30 serão, ao menos, nesta dissertação, captadas e servirão para outros que as queiram estudar.²¹⁶

Sendo assim, traçaremos uma sequência discursiva que acreditamos ter grande relevância para compreendermos a constituição de um fenômeno identitário ou como queira Stuart Hall, um processo de identificação. E ao articularmos trajetórias de sujeitos com suas práticas discursivas, enfatizaremos no processo contínuo de construção da identidade, que jamais esteve completamente acabada.²¹⁷

Eloína dos Santos, historiadora e biógrafa, em tese escrita nos anos 90, intitulada de *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*, analisou alguns textos da década de 1920, que foram escritos e proferidos em conferências pela personalidade política estudada que naquela época era apenas um homem de empregos públicos e, posteriormente, professor.²¹⁸

Textos que são de suma importância para compreendermos o desenrolar e ascensão de “glebarismo”, mais precisamente, os escritos *Canção de fé e esperança* pronunciado em

²¹³SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.35.

²¹⁴MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política**. In: ____Culturas Políticas na História: Novos Estudos / organização Rodrigo Patto Sá Motta. 2. Ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014, p.21.

²¹⁵MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política**. op. cit.; p.24.

²¹⁶MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política**. op. cit.; p.32.

²¹⁷HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** op. cit.; p.105 e 106.

²¹⁸SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.22-23 e 40-41.

novembro de 1923 no teatro Amazonas;²¹⁹ *O elogio do caboclo* publicado na Revista Amazonense, também, em novembro de 1923;²²⁰ *Imperialismo e Separatismo* tese de concurso de 1926;²²¹ *Em nome dos Amazônidas* carta aberta ao senador e presidente eleito Washington Luís escrito e publicado 1926; e *Pela glória de Ajuricaba* conferência proferida no *Ginásio Amazonense Pedro II* em 1930. Destes textos, nos concentraremos em dois: *Canção de fé e esperança* e *Imperialismo e Separatismo*, apoiado em trechos transcritos e analisados na tese de Eloína dos Santos.

Em *Canção de fé e esperança*, Álvaro Maia afirmou que deveriam resolver a tão evidente desigualdade de forças entre os estados, defendendo a integração do Amazonas ao Brasil.²²² Este texto tornou-se essencial, pois Eloína dos Santos atestou que as ideias de “salvação” e “redenção” do Amazonas estavam assentadas num discurso pautado na crise da época em que foi escrito, com representações do passado em que houvera resistência e com projeções de futuro que tinha tudo para ser glorioso.²²³

Álvaro Maia metaforizou o presente amazonense como *Gulliver*, personagem escrito pelo irlandês Jonathan Swift, que gigante em terras estranhas, ao acordar numa praia depois de naufragar, viu-se cercado e amarrado mediante cordões por criaturas minúsculas que prenderam seus membros ao chão, dificultando seus movimentos.²²⁴ O Amazonas seria esse gigante que por falta de confiança em seus membros, sua força, muito tempo levaria para quebrar os cordões que as criaturas minúsculas, possivelmente seus administradores e políticos que o amarraram ao estado de crise.²²⁵ Apesar disto, sua força era a natureza, na qual seus sulcos arados estavam sendo abandonados, onde os trabalhadores “nômades”, que mudavam facilmente de direção, sobreviviam de um *modus operandi* autônomo, não mais preso àquele sistema que estava em desmantelamento, para ele, a gleba amazonense ainda não tinha sido aproveitada, ela possuía selva, água e solo, esperando pelos trabalhadores para explorá-la.²²⁶

²¹⁹SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.24 e 25.

²²⁰SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.33.

²²¹SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.41.

²²²SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.27 e 28.

²²³SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.29.

²²⁴SWIFT, Jonathan. **Parte I: Uma viagem a Lilibute**, capítulo I. In: ____ Viagens de Gulliver. Título original: *Gulliver's Travels* / Jonathan Swift. Tradução, adaptação, apresentação e notas: Paulo Sérgio De Vasconcellos. 3.^a edição, corrigida; Editora SOL; São Paulo, 2006.

²²⁵MAIA, Álvaro. **Canção de fé e esperança**, Manaus, 1923, p.06. In: **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.32.

²²⁶MAIA, Álvaro. **Canção de fé e esperança**. Manaus, 1923, p.08. In: **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.32.

Além disso, Álvaro Maia falava dos indivíduos que compuseram o povo amazonense: dos nativos, povos indígenas que morriam honrados se defendendo; dos sertanejos que de queimados pelo sol nordestino tornaram-se desbravadores no Amazonas; dos religiosos que morriam realizando suas missões no vazio e imenso território; e dos seringueiros, os alicerces da chamada “civilização da borracha”.²²⁷ Dizia que os homens não haviam aprendido, pois se adaptavam como os indivíduos inferiores, fazendo clara alusão preconcebida aos povos originários, visto que, os homens do seu tempo subiam em árvores, mergulhavam em rios e varavam trechos, muitas vezes, perigosos.²²⁸

Em *Canção de fé e esperança*, Álvaro Maia representou o passado do Amazonas de 1923, afirmando que antes da crise da economia exportadora da borracha, as cidades em seus estágios embrionários, movimentadas e fartas, consequências da extração do látex que fazia “a alegria e a felicidade por estas ribas torrenciais”.²²⁹ O escritor revelou nos imaginários,²³⁰ o que o Amazonas significava para aqueles que um dia desejaram estar aqui:

“Mas éramos o Eldorado, estendendo planícies fecundas para pedestais de cidades de ouro; mas éramos o paraíso verde com círculos azuis de atividade, florindo em campos gerais como em florestas virgens, em chapadões de terras firmes como em vales luminosos; mas éramos o oásis sumarento, fadado para acolher os perseguidos de todos os desertos e de todos os simuns; mas éramos o trato infinito, onde ainda se ouvia, revelado pelas vozes das águas e das selvas, o estrépito de nossas avós-centauros; mas éramos o Amazonas, princípio e fim, berço e túmulo, riso e lágrima, cárcere e redenção de nossa vida”.²³¹

Além do passado comum que ajudava no processo constitutivo da identidade em formação, *Canção de fé e esperança*, projetou um futuro para o Amazonas, ainda não era um projeto político como o conceito de cultura política requer que seja, foi o início de uma inspiração. Era a idealização de Álvaro Maia que por meio do sacrifício de todos os que aqui habitavam chegariam a um Amazonas livre e integrado ao Brasil, onde compartilhariam a terra, a raça, o idioma e a história.²³²

²²⁷É muito provável que os seringueiros citados por Álvaro Maia sejam os pioneiros a explorar economicamente a *Hevea brasiliensis* e que se tornaram donos de seringais, os seringalistas. MAIA, Álvaro. **Canção de fé e esperança**. Manaus, 1923, p.11-12. In: **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.31.

²²⁸MAIA, Álvaro. **Canção de fé e esperança**. Manaus, 1923, p.14. In: **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.31.

²²⁹MAIA, Álvaro. **Canção de fé e esperança**. Manaus, 1923, p.06. In: **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.31.

²³⁰“(…)o discurso de cada uma delas, as culturas políticas, (...) falam por si mesmo e significam, para quem os vê, um longo discurso em que se misturam às lembranças, o imaginário, as emoções, a adesão ou a recusa.” BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. op. cit.; p.29-46, p.36.

²³¹MAIA, Álvaro. **Canção de fé e esperança**, Manaus, 1923, p.07. In: **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.30.

²³²MAIA, Álvaro. **Canção de fé e esperança**, Manaus, 1923, p.03. In: **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.28.

Arriscou-se, até mesmo, em prever o Amazonas de um século depois, o do ano de 2023, que poderia ser uma pátria, economicamente poderosa, que celebraria uma nova era, cujos sustentáculos seriam “as fábricas plantadas nos campos, os armazéns com incalculáveis valores, as cidades debruçadas à margem dos rios nervosos e barrentos”.²³³ Pois, que estavam apenas num período transitório de crise, necessitando de renovação ou de ressurgimento.²³⁴ Mas, para chegar a isto, deveriam estimular os jovens, fazendo com que se desapegassem das coisas de pouca importância, como o que estimulou Ajuricaba a agir contra aqueles que foram causa de sua morte, o amor pela terra e pelo seu povo.²³⁵ Foi neste período que houve uma releitura de versões da história amazonense, incluindo a construção da figura heroica de Ajuricaba.²³⁶

Canção de fé e esperança provocou efeitos, pela sua retórica, na política e na poesia amazonense²³⁷ de cunho regionalista, foi escrito exaltando os conquistadores e colonizadores e pondo os povos indígenas como não conscientes de sua agência.²³⁸ O texto, apesar da tentativa de fazer um apanhado histórico do Amazonas, falou mais sobre o período em que foi escrito do que sobre o passado que tentou representar, ele sabia que os esforços colonizadores e civilizadores matavam, contudo as mortes para Álvaro Maia eram justificáveis pelo amor a terra e pela construção da futura pátria.²³⁹ O texto revela um tipo de consciência histórica que Álvaro Maia possuía²⁴⁰ e um pensamento teleológico que o fazia acreditar que o Amazonas progrediria²⁴¹ rumo à integração ao Brasil.²⁴²

Álvaro Maia, para ser professor de *Instrução Moral e Cívica* escreveu *Imperialismo e Separatismo*, tese defendida em concurso para ocupação da vaga na disciplina de *Instrução Moral e Cívica* do Ginásio Amazonense Pedro II, em 1926,²⁴³ que foi analisada por Eloína dos

²³³MAIA, Álvaro. *Canção de fé e esperança*, Manaus, 1923, p.07. In: *Uma Liderança Cabocla*. op. cit.; p.30.

²³⁴MAIA, Álvaro. *Canção de fé e esperança*, Manaus, 1923, p.08. In: *Uma Liderança Cabocla*. op. cit.; p.32.

²³⁵MAIA, Álvaro. *Canção de fé e esperança*, Manaus, 1923, p.16. In: *Uma Liderança Cabocla*. op. cit.; p.28.

²³⁶“Justamente neste momento, os intelectuais... se articulam em torno de valores como o regionalismo, dispensando maior atenção à cultura e ao homem nativo da Amazônia – em especial do rio Negro –, buscando estes valores no passado... a ideia do orgulho “nativo”, qualidade extremamente valorizada no discurso dos intelectuais amazonenses da década de 30.” GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. *Histórias de Brancos: memória, historiografia dos índios Manao do rio Negro (sécs. XVIII-XX) / Décio Marco Antônio de Alencar Guzmán*. Dissertação de mestrado. Campinas – SP: [s.n.], 1997, p. 123, 125 e 127.

²³⁷FARIAS, Elson. *A poesia na paisagem*. Revista da Academia Amazonense de Letras. Ano 100, nº 37. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2018; p.122-131, p. 123.

²³⁸MAIA, Álvaro. *Canção de fé e esperança*. Discurso pronunciado no Teatro Amazonas. Manaus, 1923; p.05.

²³⁹MAIA, Álvaro. *Canção de fé e esperança*. op. cit.; p.21.

²⁴⁰MAIA, Álvaro. *Canção de fé e esperança*. op. cit.; p.31.

²⁴¹MAIA, Álvaro. *Canção de fé e esperança*. op. cit.; p.29.

²⁴²MAIA, Álvaro. *Canção de fé e esperança*. op. cit.; p.33.

²⁴³SANTOS, Eloína Monteiro dos. *Uma Liderança Cabocla*. op. cit.; p.41.

Santos afirmando que os textos e as conferências produzidas, por Álvaro Maia, nos anos de 1920, propuseram mudanças para o Amazonas em crise:

“(…) em seus discursos e conferências pronunciadas nesse momento, propôs mudanças para o Amazonas, expostas anteriormente *em conferências* (...) e, posteriormente desenvolvidas na sua tese *Imperialismo e Separatismo* (1926). Tratava-se de um projeto político que tinha o caráter de uma “missão salvadora” e no qual se acentuava uma glória passada a ser resgatada e uma futura a ser construída.”²⁴⁴

Em *Imperialismo e Separatismo*, Álvaro Maia defendia a ideia de que a educação *Moral e Cívica* desenvolveria o sentimento de nacionalidade nos aprendizes, possibilitando a constituição de uma república mais forte.²⁴⁵ Que a partir de *Moral e Cívica* teriam o arcabouço necessário para lutar contra a “inércia e o arrivismo”, ou seja, contra alguns estados federativos que triunfavam sobre os demais, menores ou menos populosos.²⁴⁶ Portanto, seria necessário inflar o civismo nos jovens estudantes e futuros cidadãos ativos na sociedade.

A historiadora evidenciou o principal argumento da tese de Álvaro Maia: a existência de “imperialismos estaduais” que ao defender os interesses de seus respectivos estados federativos ocasionavam a desunião da nação brasileira, despertando sentimentos regionalistas nos demais estados, estimulando-os a cindir o território nacional.²⁴⁷ Álvaro Maia, desta maneira, formaria almas e teria como objetivo, ao ensinar em *Instrução Moral e Cívica*, a destruição “dos imperialismos estaduais pelo respeito à autonomia política e econômica dos estados (...) fortalecendo a unidade da pátria (...) e impedindo qualquer ideia de desmembramento.”²⁴⁸

E foi exatamente isto que fez em 1928. Numa preleção, o professor de *Moral e Cívica* dava suas últimas instruções aos alunos finalistas que não retornariam no ano seguinte ao *Ginásio Amazonense Pedro II*, supondo que estivessem longe, dando continuidade aos estudos que os levariam a outras terras em busca de sucesso, especulou que possivelmente ouviriam opróbrios contra o Amazonas, o berço natal, mas ali e naquele momento estavam sendo aperfeiçoados para que tivessem “reações construtoras”²⁴⁹ e defendessem a gleba maculada:

“Se estudardes, triunfareis por distantes glebas, (...). Ouvireis, talvez, anátemas, injustiças contra o berço natal; falarão falsamente do clima, do homem, do meio, prognosticando épocas escuras. O vocábulo, que proferirdes em defesa do rincão

²⁴⁴SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.25.

²⁴⁵SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.41.

²⁴⁶Acredito que fazia referência aos estados de SP e MG, já que viviam um período em que estes mantinham forte influência político-econômica no país. SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.42.

²⁴⁷SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.44.

²⁴⁸MAIA, Álvaro. **Imperialismo e Separatismo**. Manaus, 1923, p.08. In: **Uma Liderança Cabocla**. op. cit.; p.49.

²⁴⁹MAIA, Álvaro. **Antes das férias**. Manaus, 1929, op. cit.; p.21 e 22.

maculado, terá a translucidez de uma hóstia, e cantará na mais pura das eloquências, porque brotará soberanamente das raízes dolorosas do coração, atingido pelo insulto e pela ignorância.”²⁵⁰

O professor Álvaro asseverava aos seus alunos para que quando fossem solicitados que regressassem ao berço natal e auxiliassem os que ali ficassem.²⁵¹ Dizia que eles seriam os sucessores dos que deixariam os cargos públicos, e “vós sois os seus substitutos na política, na administração, no poder”. Pois, que tudo era novo e as primeiras personalidades públicas, levantavam-se naquele momento,²⁵² instruídas e impregnadas “de superiores aspirações nativistas”²⁵³, (...) em defesa do território e das tradições, em acatamento ao direito, em autonomia política e moral no cenário da nação.”²⁵⁴ Reiterou que por mais que dissessem que este sentimento tivesse nascido de idealismo, que respondessem, que “à sua luz, têm surgido as maiores conquistas do Brasil”.

Como professor, ele foi memorável para alguns de seus alunos, Mário Ypiranga Monteiro, em 1931, escreveu uma carta aberta que foi publicada no *Jornal Correio de Manaós*, ao já nomeado interventor federal do Amazonas, exaltando a figura de quando fora professor, disse que foi com Álvaro Maia com quem aprendera *Instrução Moral e Cívica* e gramática da língua portuguesa, dizendo que o admirou profundamente durante cinco anos, e:

“(...) certamente foi ele quem, a mim e aos meus condiscípulos, hoje todos nós bacharéis, incutiu o sentimento da independência moral, o sentimento de revolta ao

²⁵⁰MAIA, Álvaro. **Antes das férias**. Manaus, 1929, op. cit.; p.24, 25 e 26.

²⁵¹MAIA, Álvaro. **Antes das férias**. Manaus, 1929, op. cit.; p.27 e 28.

²⁵²É muito provável que Álvaro Maia se referia aos indivíduos partícipes ao que sua geração denominou de “Revolução de 1924”, possivelmente, ele a compreendia como resultado do decurso de uma tomada de consciência do papel dos cidadãos em relação à política. A chamada “revolução” veio na tentativa de interromper o uso da máquina administrativa por “facções”, que ele incansavelmente disse que combatia em seus governos, a “politicalha”, os “dilapidadores dos cofres públicos”. SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus** / Eloína Monteiro dos Santos. 3ª edição revista – Manaus: Editora Valer, 2001, p.116 e 117.

²⁵³Nesse processo de constituição identitária, emergiram interpretações que o ligavam aos denominados “movimentos nativistas” que foram objetos de estudos pela historiografia ligada ao Estado que propusera interpretações acerca de rebeliões e movimentos separatistas, muito tinham do processo de identificação e diferenciação de indivíduos das províncias marginais em relação ao governo central que ocorreram em períodos anteriores. A Cabanagem foi um dos movimentos que ganhou uma nova roupagem de interpretações neste período, o historiador Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro afirmou que “os historiadores do IHGPA se empenharam na tarefa de apresentar a Cabanagem como movimento nativista, (...) apareciam, agora, identificados como heróis da luta pela destruição da antiga ordem, ainda calcada na proposta colonialista portuguesa e, portanto, como heróis da Independência e da construção do Estado Nacional Brasileiro.” PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **A revolta popular revisitada**: apontamentos para uma história e historiografia da Cabanagem. Revista Campo / Cidade. Projeto História – 19, São Paulo, novembro de 1999, p.231 e 232.

²⁵⁴MAIA, Álvaro. **Antes das férias**. Manaus, 1929, op. cit.; p.21 e 22.

jugo, o amor à Pátria e à terra, coleguismo, e bateu palmas ao nosso rasgo de independência na tarde memorável de 12 de agosto de 1930.”²⁵⁵

Em 1931, no mesmo jornal, foi publicado um protesto contra a ideia de fusão do Amazonas, Acre e Pará, tal ideia veio em resposta aos constantes pedidos de ajuda financeira ao governo federal, o protesto convocava os amazonenses a saírem em defesa de sua terra, o rincão natal, pois que eram vigias persistentes do futuro do Amazonas, protestavam contra a ideia de se tornarem subordinados a qualquer outro estado federativo e lutariam se fosse necessário por sua independência do Estado brasileiro:

“É um dever sacratíssimo de todo amazonense que ama a sua terra, protestar violentamente contra esta ideia chã que nos vem rebaixar os brios, lançar-nos ao desprezo, confundir-nos perante o Brasil inteiro, perante o universo inteiro!
O Amazonas, que até hoje, tem vivido por si só, viverá por si só, sem auxílio de quem quer que seja!
(...)
Antes República do que mera província sujeita a uma lei ditada por outro estado!
O Amazonas é nosso, e conosco há de viver *ad aeternam*.”²⁵⁶

A revista *Vitória-régia* surgiu dos anseios e sentimentos dos editores, de pertencimento à terra amazonense, que afirmavam ser ela fruto do amor à gleba e de suas belezas. Alguns dos textos publicados em *Vitória-régia* representavam a imagem de Álvaro Maia como um grande expoente da cultura amazonense e o tratavam como “nosso amigo particular e irmão de gleba”.²⁵⁷

Álvaro Maia ao escrever sua versão explicando os motivos pelos quais foi exonerado do cargo de interventor federal do Amazonas, em 1931, afirmou que os líderes dos partidos haviam cometido o grande erro de não terem consultado as “forças nativas” do Amazonas, ao invés disto, “tentaram esmagá-las, surdos às gerações da própria terra e às do povo”,²⁵⁸ contudo, dizia não ser mais possível ocultar tal força.

Aconselhava uma diretiva, o da necessidade de serem utilizadas pessoas que trabalhassem e vivessem no Amazonas, porque eram elas que conheciam os seus mistérios e se sacrificariam, caso fosse necessário, pelos interesses coletivos. O ex-interventor federal do Amazonas ressaltou que tais ideias não eram oriundas de um regionalismo exacerbado²⁵⁹ e sim da “defesa da gleba”, da “defesa das classes produtivas”, bem como de todos aqueles que de alguma

²⁵⁵JORNAL CORREIO DE MANAÓS. Manaus, 01 de fevereiro de 1931, p.02. No dia 12 de agosto, a que faz referência, ocorreu o motim no *Ginásio Amazonense Pedro II* que foi fortemente reprimido pela força policial de Dorval Porto.

²⁵⁶JORNAL CORREIO DE MANAÓS. Manaus, 17 de janeiro de 1931, p.02.

²⁵⁷VITÓRIA-RÉGIA. Manaus, 24 de outubro de 1931, p.01 e 04.

²⁵⁸MAIA, Álvaro. **Em torno do caso do Amazonas**. 1931. op. cit.; p.13 e 14.

²⁵⁹MAIA, Álvaro. **Em torno do caso do Amazonas**. 1931. op. cit.; p.16.

forma defendiam sua permanência na interventoria. Afirmou que não apenas o defendiam, mas sim as novas ideias que seriam realizadas aos poucos, sob a vigilância do povo:

“O Excelsior vibrante das massas estudantinas, ginasianos à frente, e do operariado, da legião de outubro e do comércio, da imprensa e do funcionalismo, dos marítimos, e dos agricultores, e o Excelsior resplendente da mulher, entoadado, como um *DIES IRAE* luminoso, por Erothides Vital, flor de amazonismo ardente, valem por um balsão de honra e glória. Não se tratava de um nome, posto à margem por imperiosas, irremissíveis circunstâncias, mas de aspirações e ideias novas, realizadas aos poucos, sob fiscalização e apoio de todos. (...) o povo confia em suas grandes forças ocultas e resolveu intervir nos problemas político-administrativos. Tudo isso é um programa de ação e confiança.”²⁶⁰

Em 1935, as ideias em torno de que o Amazonas deveria ser governado pelos e para os amazonenses estavam se fortalecendo e já estavam em conversas entre populares e disputas de políticos que viviam em Manaus. Em 28 de março daquele ano, o prefeito da capital amazonense, em publicação feita no *Jornal do Comércio*, defendeu a ideia de construir um monumento que representasse o seringueiro²⁶¹ e que fosse posto em praça pública para que todos soubessem que o Amazonas foi desbravado por gentes de outros estados federativos e que, portanto, a ideia do “Amazonas para os amazonenses natos” era uma afronta ao esforço dos filhos de outras terras que viviam nele:

“O sr. Prefeito municipal, em publicação feita no “Jornal do Comércio” de sexta-feira última, levanta a ideia, altamente louvável de erigir-se em uma de nossas praças, como homenagem tardia, embora, um monumento do seringueiro(...). Merece nosso aplauso franco, sincero, tanto mais por partir da ideia de um amazonense autêntico, e numa época em que a demagogia amazonense empenha-se em consagrar a doutrina – O Amazonas para os amazonenses natos.
(...)o sr. Lima Castro, que tão dignamente reconhece e proclama que o esforço dos filhos de outros Estados e de outras terras tem sido, e continuará a ser útil ao desbravamento e ao progresso da Terra Cabocla, ao contrário da doutrina professada e preconizada pelos demagogos das esquinas e mesas de botequins. Apoiamos irrestritamente a ideia levantada pelo sr. prefeito municipal.”²⁶²

Na Assembleia Constituinte do Amazonas de 1935, também, houve polêmicas envolvendo os ideais “glebaristas”. Na sessão presidida por João Baptista Verçosa, assumindo a presidência da Assembleia de forma interina, foi congratulado pelo colega Vivaldo Lima que expressou sua alegria “por ver um amazonense assumindo a cadeira da presidência”, embora

²⁶⁰MAIA, Álvaro. **Em torno do caso do Amazonas**. 1931. op. cit.; p.13 e 14.

²⁶¹Esta foi uma sugestão não levada adiante, contudo foi instituído anos depois, em 30 de abril de 1943, o dia do seringueiro, sob decreto nº 1.017. THURY, Admar. **Relatório Retrospectivo das atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão** e do Serviço de Fomento Agrícola, durante os nove anos da Administração do Dr. Álvaro Maia, apresentado ao Snr. Secretário Geral do Estado pelo diretor Admar Thury. Secretaria geral do estado do Amazonas. Diretoria do Serviço de Fomento Agrícola. 1935-1944, p.04.

²⁶²TRIBUNA POPULAR. Manaus, 01 de abril de 1935, p.01.

transitoriamente. Por expressar sua satisfação regionalista, em sessões posteriores foi acusado de ser “glebarista”.²⁶³

Na sessão seguinte, alguns deputados solicitaram que Vivaldo Lima explicasse a sua satisfação regionalista ao demonstrar regozijo por estar na presidência de forma interina um amazonense. Afirmaram que em Assembleias anteriores outros amazonenses já haviam preenchido aquele cargo. Vivaldo Lima declarou que o seu requerimento versava, apenas, em torno da personalidade do vice-presidente que, pela primeira vez, tivera a oportunidade de presidir os trabalhos daquele momento, explicando a situação.²⁶⁴

Nos anos 30, a palavra “gleba”²⁶⁵ que significava e ainda significa terra cultivável, já havia ganhado o sufixo “ismo”, que permitiu sua transformação no substantivo “glebarismo”, sufixo que permite a formação de palavras que expressem “maneira de pensar; doutrina que alguém segue; seitas”.²⁶⁶ E por que não ideologias²⁶⁷ e/ou culturas políticas? Já se fazia presente naqueles anos, também, o substantivo “glebário”, transmitindo a ideia de agente²⁶⁸ político pertencente ao “glebarismo”.

Em julho de 1935, na reunião que instalou o Partido Popular Amazonense (PPA),²⁶⁹ uma nova agremiação política do Amazonas, Álvaro Maia discursou para os que ali se faziam presentes, trazendo à tona aquilo que já estava ganhando corpo de cultura política. Discursou sobre o que seria o movimento, afirmando que ninguém deturparia o significado daquela ideia que os tornava iguais, todos os que lutavam pelo Amazonas, os nacionais e os estrangeiros. Os que percorriam os rios e desbravavam as selvas e que projetavam um Brasil maior, falou sobre a imensidão territorial e a necessidade de povoar, dizendo que “glebarismo” era a “reação” contra “politiqueiros” e todos aqueles que viessem impedir que ações de governo dessem sequência ao que a gleba amazonense necessitava:

²⁶³TRIBUNA POPULAR. Manaus, 29 de abril de 1935. P.06.

²⁶⁴TRIBUNA POPULAR. Manaus, 06 de maio de 1935., p.04.

²⁶⁵“*Gleba f.; Torrão. Solo cultivável. Terreno. Terreno, que contém mineral. Terreno feudal. (Lat. gleba); Glebário m.; Jur. Des. Possuidor de gleba.*” FIGUEIREDO, Candido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueiredo de 1913** op. cit.; p.958.

²⁶⁶Exemplos válidos seriam, talvez, “comunismo, parlamentarismo, absolutismo, presidencialismo, liberalismo”. BECHARA, Evanildo, 1928- **Moderna gramática portuguesa** / Evanildo Bechara. – 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p.301.

²⁶⁷CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia** / Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos); RUDÉ, George. **Ideologia e Protesto Popular** / George Rudé. Tradução de Waltensir Dutra. Zahar Editora; Rio de Janeiro, 1982.

²⁶⁸BECHARA, Evanildo, 1928- **Moderna gramática portuguesa**, op. cit.; p.299.

²⁶⁹TRIBUNA POPULAR. Manaus, 18 de julho de 1935, p.01.

“Glebarismo é reação às aventuras de politiquinhos, é a defesa da arrecadação, o cuidado na distribuição da despesa.

Glebarismo é espalhar escolas, semear postos rurais, amparar o homem da selva, o Hercules – ensolarado que ergue, rebentando os músculos em esforços não compreendidos, a grandeza amazônica para melhor fastígio da grandeza do Brasil.

Glebarismo é manter a autonomia do Estado, nesta hora em que devemos ver as tremendas responsabilidades que pesam sobre nós – a organização judiciária, a organização administrativa, a organização econômica.”²⁷⁰

Álvaro Maia, durante o governo constitucional, enfrentou forte oposição de antigos aliados, como o do já senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello e do deputado federal Alfredo Augusto Ribeiro Junior eleitos indiretamente para representar o Amazonas no Parlamento Federal.²⁷¹ O primeiro acusou o governador amazonense de tendências comunistas.²⁷² Em agosto de 1935, um telegrama assinado por apoiadores de Álvaro Maia, chamados de “glebários” foi enviado ao deputado Ribeiro Junior repudiando toda e qualquer estratégia política que tentasse manchar o nome do governador, afirmavam que os “glebários” não combatiam pessoas que vieram de outros estados da federação para o Amazonas, fazendo dela sua terra natal, evidenciando o debate político polarizado que o “glebarismo” trouxera para vida política do Amazonas:

“Os “glebários” e o sr. Ribeiro Junior

Manaus, 24 (União) – Assinado por centenas de amazonenses foi expedido um longo telegrama ao deputado Ribeiro Junior, do qual extraímos estes trechos principais: “(...) Os “glebários” amazonenses não combatem os filhos dos outros Estados aqui radicados, muitos deles trabalhando esforçadamente pelo engrandecimento do Estado, tanto assim que, na Assembleia e nas prefeituras de diversos municípios, são encontrados esses compatriotas. Eles são contrários a novas incursões de aventureiros políticos e mercenários, que procuram, deturpando fatos, enxovalhar o nome impoluto de Álvaro Maia, criando embaraços ao seu governo inteligente, operoso e honrado.” Outros despachos, no mesmo sentido, têm sido expedidos ao deputado Ribeiro Junior. (D’s A Nação, do Rio, de 25/07/1935)”²⁷³

Em edições posteriores do *Tribuna Popular*, os editores do jornal fizeram o esforço de definir o que era o movimento denominado de “glebarismo”, sempre na tentativa de integrar os forasteiros que assentaram moradias contribuindo para o tão custoso progresso amazonense. O

²⁷⁰TRIBUNA POPULAR. Manaus, 18 de julho de 1935, p.04.

²⁷¹PIO, Amaury Oliveira Junior. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas / Amaury Oliveira Junior Pio. Dissertação apresentada à UFAM, 2015, p.77.

²⁷²TRIBUNA POPULAR. Manaus, 12 de agosto de 1935, p.01. “(...) no final do mês de julho, foi recorrente ler no Tribuna Popular defesas ao governador. As defesas foram necessárias, pois no Rio de Janeiro o senador Leopoldo Tavares de Cunha Mello estava a acusando de ‘comunista’”. ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intencional”**: A.N.L, A.I.B. e a cultura política anticomunista no Estado do Amazonas (1935-1937). Dissertação de Mestrado – PPGH-UFAM, orientado por César Queirós, 2019, p.113.

²⁷³TRIBUNA POPULAR. Manaus, 05 de agosto de 1935, p.01.

definiam como um movimento que veio agitar “a alma de patriota dos caboclos nascidos” no Amazonas e o “civismo dos que conosco vivem, em completa comunhão (...), integrados na família amazonense”:

“Glebarismo

Glebarismo, entre nós, é o despertar de nosso amor pelo Amazonas, Amazonas que é o pedaço do Brasil, portanto, é doutrinar brasilidade. (...) Glebarismo é admitir a concorrência dos filhos da terra amazonense e de quantos aqui vivem, aqui constituíram família, aqui viram nascer os seus filhos, aqui têm bens, aqui pretendem morrer e fizeram de nossa terra o seu berço adotivo. (...) Glebarismo é reabilitar o nome do Amazonas, pelo trabalho e pelo patriotismo de quantos aqui vivem, perante o país, fazendo com que os nossos compatriotas se convençam de que, realmente, queremos, engrandecendo o nosso Estado, cooperar na grandeza do Brasil. Glebarismo, diz bem Álvaro Maia: É reação às aventuras de politíqueiros, é a defesa da arrecadação, o cuidado na distribuição da despesa. (...) Esse é o Glebarismo que, para a glória do Amazonas e para o orgulho do Brasil, pregamos no Mundo Verde!”²⁷⁴

O *Tribuna Popular*, como jornal governista, tentava em suas edições evidenciar que Álvaro Maia estava sofrendo ataques de políticos que movidos por interesses próprios não permitiam ser tocados pelo “sentimento sublime de amar à Pátria mais do que à própria vida”, fazendo referência ao senador Cunha Mello e deputado federal Ribeiro Junior. Em entrevista concedida pelo governador ao jornal, ao ser perguntado sobre o “glebarismo”, afirmou que ao discursar na Constituinte, esforçou-se em demonstrar o abandono do Amazonas pelo Estado brasileiro, havendo a necessidade de amparar aqueles que necessitavam de ajuda, haja vista que não foi possível naquele momento lançar um programa de migração e povoamento e falou que em épocas anteriores o Amazonas “era um Eldorado de aventureiros”, sendo o “glebarismo” digno de incentivar na luta contra exploradores que nada acrescentavam ao Amazonas:

“Antigamente, quando não havia população, isto aqui era um Eldorado de aventureiros, não desses que rasgaram as florestas, semeando-as de barracões e povoados, mas de zangões que iludiram o povo, sugando-lhe o trabalho. Contra esses, levantou-se um clamor geral. Alguns indivíduos, deturpando a ideia, irmanaram-se aos exploradores e babujam o vocabulário em defendê-los, ora, o Amazonas, com 1.800.000 quilômetros quadrados e 500.000 habitantes, necessita de um formidável contingente humano. Glebarismo, portanto, é uma credencial de honra e vergonha – proteção às energias, sãs, venham de onde vierem, e repúdio à malandragem e à politíqueice.”²⁷⁵

Num comício improvisado e realizado em agosto de 1935, o *Tribuna Popular* relatou a existência expressiva do apoio popular que Álvaro Maia possuía na cidade de Manaus, inclusive da classe trabalhadora urbana, o jornal enfatizou como todos “o aplaudiram delirantemente”

²⁷⁴TRIBUNA POPULAR. Manaus, 12 de agosto de 1935, p.01.

²⁷⁵TRIBUNA POPULAR. Manaus, 12 de agosto de 1935, p.01 e 04.

quando Álvaro Maia falou sobre “glebarismo”, ensinando²⁷⁶ a todos sobre “a necessidade de defender a nossa terra do avanço de politíqueiros, de homens que só se lembram do Amazonas, às vésperas dos pleitos.”²⁷⁷ Eram comuns publicações de cartas abertas, poemas²⁷⁸ ou textos em apoio ao governador no *Tribuna Popular*, supostamente, escritos por leitores e enviados ao jornal, condenando aqueles que se voltaram contra ele.

Um leitor, em setembro de 1935, identificando-se como “um operário”, afirmou com indignação que Álvaro Maia foi condenado como regionalista, por ser um “glebário”, ou seja, alguém que amava sua terra e perguntou do porquê de não condenarem “os paulistas, os mineiros, os gaúchos” que eram tão regionalistas e defensores de seus interesses quanto Álvaro Maia era em relação ao Amazonas, respondendo que não os condenavam por medo de contrariarem estados poderosos:

“Álvaro Maia

(...)

Condenam-te por seres regionalista, por seres glebário. É crime ser amigo de sua terra e de seus conterrâneos, e daqueles que aqui vivem há vinte e trinta anos, que aqui constituíram famílias, têm filhos amazonenses e aqui adquirem propriedades? São estes os amazonenses, e não aqueles que aqui ganham fortuna e vão desfrutá-la em outras terras.

Por que não condenam os paulistas, os mineiros, os gaúchos, que são bairristas e não admitem que filhos de outras terras do mesmo Brasil dominem? Porque são Estados poderosos, e temem melindrá-los.

Confia, portanto, Álvaro Maia, em teus verdadeiros amigos, que eles estão ao teu lado e tudo farão para que sejas vitorioso nesta campanha política!

Um operário.”²⁷⁹

Porém, nem todos viam com bons olhos o “glebarismo”, além da oposição política que possuía dos cargos no Parlamento Federal, Paulo Eleuthério Filho em texto publicado na revista *Cabocla*, em novembro de 1935, teceu algumas críticas do uso político do sentimento que ele

²⁷⁶O jornal utilizou o termo “doutrinando”, aqui interpreto como uma forma de veiculação de suas ideias para aqueles que não tinham acesso à cultura letrada dos jornais, mas o que sabemos até aqui, foi que estas ideias não permaneciam no mundo das letras, elas ultrapassavam a elite e circulavam por entre populares através da oralização, da qual devemos nos atentar para uma análise das “*relações entre textualidade e oralidade*”. CHARTIER, Roger. **Textos, impressos, leituras**. In: ____ A história cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo; 2ª edição. DIFEL: Difusão editorial, Lisboa, 2002, p.124 e 125. A historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro no primeiro capítulo de sua tese, *Oralidade e letramento no Amazonas (1850-1880)*, nos deu o indicativo para uma maior percepção dessa relação entre a imprensa e a baixa escolaridade, mais a tradição oral, no Amazonas da segunda metade do século XIX. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Oralidade e letramento no Amazonas (1850-1880)**. In: ____ Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920) / Maria Luiza Ugarte Pinheiro. 3ª ed. – Manaus: EDUA, 2015, p.51.

²⁷⁷TRIBUNA POPULAR. Manaus, 26 de agosto de 1935, p.01.

²⁷⁸“‘Ao dr. Álvaro Maia / Prossegues em tua calma até o cal- / vario... / Sempre sereno como andou Jesus. / Este povo te quer, grande glebário; / Ajuda-te a levar a grande cruz!... (..).’ Alfredo Alves Pereira.” **Tribuna Popular**. Manaus, 14 de outubro de 1935, p.04.

²⁷⁹TRIBUNA POPULAR. Manaus, 02 de setembro de 1935, p.01.

denominava de “nativista”. Revelou que naqueles anos formava-se uma elite intelectual, guiados pelos antigos mestres e que estavam se especializando em estudos amazônicos, deixando para trás a “literatice” que custou caro à região que teve inúmeras representações difundidas sobre o que seria esta terra. Afirmando que o “glebarismo” tinha certa tendência de excluir os outros, talvez, um tanto extremado, ressaltou as diferenças existentes entre esta região e o restante do território brasileiro, bem como lembrou que o único movimento “nativista” e revolucionário que veio das massas foi o que ocorreu em 1835, a Cabanagem:

“A economia, a sociedade amazonense, têm uma estrutura toda especial, *diferente* da do resto do Brasil. Ali é o açúcar, o café; aqui é a borracha. Lá o mar, cá o rio... Daí os pruridos glebaristas, que deflagraram tumultuosos no movimento revolucionário de 1835, a Cabanagem, o único derivado verdadeiramente das aspirações das massas inquietas e desordenadas.”²⁸⁰

A historiadora Magda Ricci afirmou que foi durante as décadas de 20 e 30 que os cabanos ganharam outros sentidos, deixando interpretações de outrora para tornarem-se “‘patriotas’, conceito entendido como cidadãos adeptos da ‘causa brasileira.’”²⁸¹ Nestes anos, a Cabanagem foi retomada como uma “revolta a partir do campo das contradições estabelecidas entre metrópole e colônia, enfatizando (...) o caráter nativista do movimento”.²⁸² Segundo o historiador Luís Balkar, estas novas interpretações estavam assentadas num nacionalismo que se fazia presente na produção historiográfica dos *Institutos Históricos e Geográficos* espalhados pelo Brasil.²⁸³ Por conseguinte, as ideias que moviam “glebarismo” estavam a todo vapor, Álvaro Maia acreditava que somente aqueles que eram amazonenses ou que tivessem amor pela terra é que seriam dignos de assumir cargos públicos que requeriam grande responsabilidade, acreditava que estes trabalhariam intensamente para o progresso do Amazonas, diferente de todos aqueles que um dia aqui estiveram e no primeiro momento de crise não hesitaram em abandonar a gleba. Movido por estes ideais que, em 1935, nomeou Deoclydes Carvalho Leal para chefiar a repartição de saúde pública do Amazonas, “amazonense e médico” formado na capital federal, especializou-se na Alemanha, portanto, possuindo os requisitos necessários para assumir o cargo.²⁸⁴

²⁸⁰REVISTA CABOCLA. Manaus, novembro de 1935, p.10 e 11.

²⁸¹RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840.** Dossiê, 22-Tempo; 2006, Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/10370/1/Artigo_CabanagemCidadaniaIdentidade.pdf, p.08.

²⁸²PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **A revolta popular revisitada.**, op. cit.; p.228.

²⁸³PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **A revolta popular revisitada.**, op. cit.; p.228.

²⁸⁴Matéria publicada no *Jornal do Brasil* em 22/10/35 e republicada no jornal *Tribuna Popular*. “A assistência à saúde no Amazonas, Como o governador Álvaro Maia procura solucionar o grande problema”. TRIBUNA POPULAR. Manaus, 11 de novembro de 1935, p.03.

Foi nesse contexto que Carlos Mesquita professor catedrático de Inglês por concurso realizado em outubro de 1920 e, que por ato de nº 6 do governador, foi nomeado diretor do *Ginásio Amazonense Pedro II*, em fevereiro de 1935, cargo que exerceu até 1936.²⁸⁵ Os acontecimentos que mais influenciaram Carlos Mesquita foram as experiências de ter estudado na Inglaterra, possivelmente, contribuindo na construção de sua identidade ao perceber-se amazonense em terras estranhas e o fato de ter sido preso por ter aceitado a direção do *Ginásio Amazonense Pedro II* no chamado “governo revolucionário de 24” o que lhe custou a liberdade. São fatores constitutivos da identidade regional de Carlos Mesquita que escrevia crônicas para jornais de Manaus, tido como “homem de imprensa”,²⁸⁶ coletou e as publicou no livro denominado de *Glebarismo*. O jornal *Tribuna Popular* assim noticiou a publicação de Carlos Mesquita:

“Glebarismo”

De Carlos Mesquita

(...) *que reuniu em brochura de cento e poucas páginas, um punhado de suas publicações esparsas nos jornais e revistas locais, sobre assuntos vários, todos, entretanto, de oportuna divulgação, e lhes deu o nome de “Glebarismo”.*

Como bem declara o autor, são crônicas escritas sobre a perna, sem a preocupação de forma, mas, o estilo franco que caracteriza ao educador amazonense, que à frente do nosso estabelecimento de ensino secundário tem prestado serviço de relevância, tanto à mocidade como à sua terra, não é motivo para fazer descer o mérito de seu livro, que é preciso notar, não peca pela forma. E é justamente nessas publicações, em que o escritor envolve mais a alma do que a preocupação da forma, que se pode avaliar o seu valor.²⁸⁷

Glebarismo, um livro no qual foram compiladas diversas crônicas escritas em momentos diferentes, sem datação e sem informação dos meios nos quais foram publicadas, das percepções do autor sobre fatos cotidianos da cidade de Manaus, do Amazonas ou sobre as pessoas que aqui habitavam e que contribuíram para o chamado progresso econômico e civilizacional do estado amazonense. No prefácio de *Glebarismo*, Carlos Mesquita disse:

²⁸⁵ Além de *Glebarismo*, a tese denominada *Da preposição* com a qual concorreu ao concurso à cadeira de inglês, escreveu: ‘*O hospício Eduardo Ribeiro e o Leprosário de Paricatuba*’, ‘*Quem não deve não teme*’, ‘*Contribuamos para o leprosário*’, ‘*A cidade da dor*’. BITTENCOURT, Agnello. **Carlos Mesquita** / Agnello Bitterncourt. In: _____ Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado. Rio de Janeiro, Conquista, 1973; p.154-156.

²⁸⁶ “*Carlos Mesquita – (...) fundou e dirigiu a revista Amazônida, (...). Carlos Mesquita tem algo dos boêmios de Murger. É um espírito despido de vaidade, filantropo profundamente desinteressado. Amigo das letras, está sempre pronto a prestar serviços intelectuais. Pertence à falange revolucionária de 1924, que experimentou as amarguras da prisão e às incertezas e agras surpresas de um processo, aderindo às forças de terra e mar na deposição do governo Rego Monteiro e ao movimento insurrecional de São Paulo.*” JOBIM, Anísio. **A intelectualidade no Extremo Norte**: Contribuições para a História da Literatura no Amazonas. Livraria Clássica. J. J. da Câmara; Manaus-AM, 1934, p.101 e 102.

²⁸⁷ TRIBUNA POPULAR. Manaus, 02 de dezembro de 1935, p.01.

“Nada que se encontra neste volume é novo; são crônicas escritas (...) e divulgadas nas colunas dos jornais e revistas barés. Reunindo-as em livro não tive a menor preocupação com a forma, somente pensei no estilo franco que caracteriza.
Carlos Mesquita.”²⁸⁸

No livro, há crônicas das mais diversas situações do cotidiano da região, do cômico à crítica de governos, da exaltação de personalidades públicas à denúncias de práticas consideradas deploráveis frente ao ideal de civilização tão almejado pela elite amazonense, além das crônicas de memórias que nos permitem entrever um passado que foi reelaborado a partir de um presente político que lhe foi favorável permitindo que o autor externasse suas percepções a partir da escrita. Ao lermos algumas das crônicas notamos um ressentimento do autor por aqueles que enriqueceram com a economia exportadora da borracha e no processo de decadência desta, os que tiveram a oportunidade de partir, não titubearam e deixaram a região. Há também um ressentimento quanto ao governo federal,²⁸⁹ além de um posicionamento que defendia a superação de uma economia exportadora da borracha:

“Chegou, Saltou. Fez dinheiro, ficou rico e danou-se a escrever que isto era o fim do mundo, o inferno verde, u’a maloca, era o diabo, enfim. Depois, que aqui se fizeram, que aqui deixaram as calças de fundilhos remendados que vestiam a chegar, quando já ricos, foram para a capital da República proclamar que do Amazonas só querem a distância, que isto não é terra para civilizado viver, etc.”²⁹⁰
(...)
“Devemos tirar o pensamento da borracha, uma vez por todas: o tempo da borracha já passou! Devemos abandonar qualquer esperança de auxílio do Governo Federal: ainda não nos foi paga a indenização do Acre, desse Acre que é nosso, e que venderam, deram e emprestaram, sem ao menos pensar no interesse do Amazonas!”²⁹¹

Mas o que seria *Glebarismo* para o autor que escreveu o livro? Talvez, para Carlos Mesquita, professor de língua e literatura inglesa, que se serviu do substantivo “glebarismo” para intitular o seu compilado de crônicas, o fez conscientemente, para ter usos políticos. A sua finalidade fica evidente ao lermos o livro de crônicas, tentando definir quem era o amazonense, contrapondo-o ao estrangeiro e, até mesmo, ao brasileiro, não de uma forma patente, mas

²⁸⁸MESQUITA, Carlos. **Glebarismo**, 1935. op. cit.; p.05.

²⁸⁹Esta situação foi evidenciada por alguns autores que estudaram e/ou estudam a década de 1930. Luís Francisco Munaro, em um artigo, disse que: “*Apesar destas lutas, a região teria sido relegada a um plano secundário. Quer dizer, cogitou-se mesmo, ao longo da década de 1930, tornar o Amazonas um território federal, a exemplo do que acontecia com o Acre*”. MUNARO, Luís Francisco. **Terra das letras mortas: a questão regional na Imprensa Amazônica (1930-1935)** / Luís Francisco Munaro. Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo integrante do V Encontro Regional Norte de História da Mídia, v. 7; n° 2-UFAC; 2018, p.07.

²⁹⁰MESQUITA, Carlos. **Glebarismo**, 1935; op. cit.; p.21.

²⁹¹MESQUITA, Carlos. **Glebarismo**, 1935; op. cit.; p.54.

definindo a identidade, diferenciando-a do outro e ao mesmo tempo integrando-o ao que Carlos Mesquita concebia que deveria ser o amazonense daquele tempo:

“Amazonense não é somente o homem nascido no Amazonas!

É também, o brasileiro que aqui trabalha, que aqui constituiu família, que aqui vive; é, também, o estrangeiro – qualquer que seja a sua nacionalidade – que veio para o nosso Estado nos trazendo, uns, o capital dinheiro, outros, o capital-trabalho, o capital-atividade, base fundamental de todo progresso.

Amazonenses somos todos nós que labutamos de sol a sol, que nos alegamos e que nos entristecemos juntos, quando nos é provocada a alegria ou quando nos é imposta a tristeza; amazonenses são todos esses (...) *que lutam* heroica e tremenda contra as forças da natureza, perdidos pelo vasto interior amazônico, longe da civilização, esquecidos dos poderes da República; (...) amazonenses são todos aqueles que empregam o melhor de suas forças e a maior parte dos seus anos de vida, a trabalhar pelo alevantamento desta maravilhosa gleba.”²⁹²

Isto é muito revelador se pensarmos que no processo de constituição das identidades, elas se depararão com as diferenças, Kathryn Woodward observou que “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença”, afirmando que esta marcação “ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social”, sendo a identidade completamente dependente da diferença para que exista como tal.²⁹³ Era costumeiro que muitos desses “homens de imprensa” apresentassem esse sentimento exacerbado em relação ao outro, o paulista, o brasileiro, o governo federal em oposição aos amazonenses, aos “glebários”. Esta era uma percepção na qual se viam diferentes, menores, não fazendo parte como gostariam de fazer da nacionalidade brasileira, mas, sempre desejando sua integração.²⁹⁴

O jornal *Tribuna Popular*,²⁹⁵ pertencente ao já *Partido Popular do Amazonas*, em dezembro de 1935, ao finalizar a descrição do livro de Carlos Mesquita, afirmou que aqueles que lessem *Glebarismo* com o mesmo entusiasmo com que foi escrito pelo autor, certamente,

²⁹²MESQUITA, Carlos. **Glebarismo**, 1935; op. cit.; p.07.

²⁹³WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: ____ *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais* / Stuart Hall e Kathryn Woodward. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva; 15ª ed.; Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2014, p.40 e 42.

²⁹⁴MURANO, Luís Francisco. **Notas introdutórias**. In: ____ *Rios de palavras: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921)* [recurso eletrônico] / Luís Francisco Munaro (Org.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017, p.12; MURANO, Luís Francisco. **Rios e jornais: a dispersão da palavra impressa no interior do Amazonas**. In: ____ *Rios de palavras: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921)* [recurso eletrônico] / Luís Francisco Munaro (Org.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017; MURANO, Luís Francisco. **Nem inferno, nem paraíso: esfera pública e a construção de um conceito de Amazônia (1930-1937)**. Revista observatório, ISS nº 2447-4266; Vol. 5, nº 4, julho-setembro.; 2009, p.412-437.

²⁹⁵Amaury Pio em sua dissertação de mestrado analisou o Jornal *Tribuna Popular*, disse que: “(...) o *Tribuna Popular*, ao longo de suas 116 edições, designa preocupação com a ampliação das bases eleitorais em um período marcado pelo aprofundamento do processo de urbanização, além de promover a discussão de uma identidade “trabalhista”, conforme inclusa no próprio nome do Partido”. PIO, Amaury Oliveira Junior. **O trabalhismo no Amazonas**; op. cit.; p.88.

sentiriam o mesmo ardor e admiração pela gleba que o autor teve ao escrever, finalizando com aplausos “glebários” oferecidos a Carlos Mesquita,²⁹⁶ cuja leitura foi apropriada de diversas formas por alguns partícipes da elite intelectual amazonense.²⁹⁷

A revista *Cabocla* também divulgou o livro do já popular Carlos Mesquita, apresentando-o como um “glebário”, educador, filantropo, que reunira trabalhos publicados na imprensa manauara, em *Glebarismo*, composto de “crônicas simples, de um tempo em que Mesquita aparecia diariamente nos jornais desta capital, invariavelmente defendendo os interesses locais”, constituindo num esforço diário:

“(…)em defesa do Amazonas, uma forma de ser do “glebarismo”, tornando-se esta palavra na acepção de amor à terra, que lhe deu o povo, “o maior clássico” (...), mais áspero do que os aventureiros a quem combate por mercadejarem a nossa luta com a natureza como barbaria(...). Sempre nesse caráter defensivo é que o autor de *Glebarismo* analisa com acidez as coisas e os acontecimentos locais.”²⁹⁸

No mesmo número e edição foi publicada uma carta de opinião endereçada ao editor-chefe de *Cabocla*, Genesino Braga, escrita por Arthur Reis, tecendo críticas ao livro *Glebarismo*, que havia tido uma boa receptividade por parte do público leitor manauara, na qual discutia a falta de qualidade sociológica ou de qualquer outra área do conhecimento humano inexistente no livro, afirmando ser “glebarismo” tese de uso político-partidário por parte do grupo governista, solicitava uma posição da revista quanto ao “conto de vigário”, ou seja, a tentativa de burlar os leitores com a falsa sensação que tiveram ao usar o título *Glebarismo* que sugeria ter escrito algo além de uma compilação de crônicas:

“Genesino,
Você leu, como eu li, o livro que o Carlos Mesquita acaba de publicar – “Glebarismo”. Você gostou? Parece-me que sim. Percebi essa atitude na conversa que tivemos achando a obra de *fond en comble*²⁹⁹ (...). Porque entendo que o Mesquita nos passou um conto de vigário. Desses legitimíssimos. Anunciamos um livro sobre o glebarismo, tese da moda, bandeira de grupo político, etc. E o que vimos foi um punhado de crônicas, bem lançadas, é certo, de quem é realmente um homem, de imprensa, mas onde nem de leve se percebe o sentido do título. Conto de vigário, não concordas?
(...). Bem que nos podia ter dado uma coisa de sensação, passando em revista razões de ordem econômica, social, política, geográfica, humana e histórica que definissem o glebarismo e lhe justificassem e assegurassem os fundamentos. Há tanto material, tanto motivo, a espera de quem se disponha a examiná-los e aproveitá-los!

²⁹⁶TRIBUNA POPULAR. Manaus, 02 de dezembro de 1935, p.01.

²⁹⁷“A leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou de fazedores de livros: ela é uma “caça furtiva”, no dizer de Michel de Certeau”. CHARTIER, Roger. **Textos, impressos, leituras**. op. cit.; p.123.

²⁹⁸REVISTA CABOCLA. Manaus, janeiro de 1936, p.06.

²⁹⁹Possíveis traduções para a expressão *fond en comble*: “de alto a baixo”, “de cima a baixo” ou “do avesso”. Disponível em: <https://context.reverso.net/traducao/frances-portugues/de+fond+en+comble>.

(...)

Que ótimas, saborosas páginas não nos dariam! Que capítulos de sociologia não levaríamos para o grande panorama social do Brasil!

Todas as injustiças que sofremos deveriam desfilar. Os nossos homens-símbolos, os nossos protestos contra as violências de que fomos vítimas, o drama da nossa integração ao Brasil, os colapsos econômicos que nos tem desarticulado, os nossos especialíssimos aspectos fisiográficos, todo, enfim, um mundo de temas que fisionomam a nossa evolução e são vários, sem símile nas outras províncias brasileiras, viriam arrolados e interpretados. Todos.

O Mesquita, no seu “Glebarismo”, foi feliz num trecho – aquele em que traça o tipo amazônida, abrangendo nele os homens de cá e de fora, de outros Estados, do estrangeiro mesmo, mas que aqui construíram um lar, aqui levantaram uma forja conosco desbravaram a terra, conquistaram-na e fizeram-na brasileira.

Foi com a impressão de que ia encontrar esses quadros, que me lancei ao “Glebarismo”. Decepcionei-me. (...) Por que não levanta, pelas colunas de CABOCLA, um brado para que nos deem um livro assim, a fim de que o próprio Mesquita nos cumpra o que prometeu? Seu colega, SIER RUHTRA”³⁰⁰

O editor-chefe de *Cabocla* dedicou-se em responder Arthur Reis, publicando em fevereiro de 1936, uma síntese do que seria o “glebarismo” para aquela geração. Definição mais que apropriada para compreendermos esta cultura política construída no debate e na necessidade de se estudar ideais que se transmutaram num movimento que teve usos por grupos político-partidários, tendo receptividade de populares, inspirando a construção de projetos político-econômicos que foram postos em prática a partir de ações de governos, ainda, na década de 1930.

“Glebarismo” era entendido como um fenômeno sociológico, conseqüente de fatores históricos que marcaram a formação sócio-política do Amazonas. Genesino Braga afirmou que ninguém o havia inventado, porém, que no aspecto político não havia surgido, ainda, a definição de uma diretriz que guiaria o povo a sua grande finalidade, portanto, sendo necessário que se fizesse. Contudo, a diretriz estava posta entre eles, em meio à elite, apesar de sabermos que Genesino se referia à construção de “algo” que direcionasse uma explosão de movimentos populares.

Na síntese, o autor esforçou-se em definir os motivos da razão de ser do “glebarismo” no seu aspecto sociológico. Dissertou afirmando que o movimento teve suas origens na luta pela posse da terra, “o homem contra o homem; o homem contra a natureza; o homem contra si próprio”, no processo de conquista do território que naquele momento, compreendia o Amazonas, narrando momentos de injustiça, esquecimentos e desprezo vividos em outrora. Afirmou que quanto ao

³⁰⁰ Arthur Reis, o futuro historiador do Amazonas. O próprio Mário Ypiranga já havia rabiscado no final da página o nome do colega. REVISTA CABOCLA. Manaus, janeiro de 1936, p.12.

“movimento cabano ninguém, em sã consciência, poderá negar, (...) *foi* uma explosão glebária contra a opressão terrível que era lei sobre os locais”, ressaltou que “glebarismo” não era um movimento “nativista”, pois não queria a separação do Brasil, queria sua integração, mas com defesa dos interesses regionais, defesa de sua gente. O que mais procuravam era a visibilidade e o respeito político que não possuíam diante dos demais estados brasileiros, tentavam através de “glebarismo” suscitar sentimentos regionais naqueles que deveriam fixar-se ao solo, aqueles que seriam a finalidade das futuras ações de governos:

“Sobre essa sequência de fatores históricos, a tortura cansada de tantos opróbios que as gerações vêm transmitindo umas às outras, no decorrer de quase três séculos, (...). É o GLABARISMO, que se distancia do NATIVISMO, porque ele colabora na grandeza da pátria com a cooperação em geral e tem a elevada beleza do REGIONALISMO porque procura a grandeza da região. No sentido regionalista, o GLEBARISMO tem sobejamente justificada a sua razão de ser, porque todo regionalismo é útil e produtivo. Amando o pedaço de terra em que nasceu ou a que se radicou definitivamente pelos laços do coração, é que o homem pode melhor colaborar (...). Emigrando, opera-se a desagregação, porque o quinhão de energia passou a influir em outro setor. O homem precisa ter o seu interesse atraído à terra, ligado por todos os laços à terra, para que viva, produza e morra na terra. Animado de ideal regionalista, sentindo o seu esforço compreendido no panorama que o envolve, com o aproveitamento de suas possibilidades, pode o homem realizar o ideal de GLEBARISMO, que são, em síntese, a defesa da terra e do povo e a suprema reação contra o prolongamento da corrente de sofrimento que pesava nos ímpetos expansionistas das gerações passadas.”³⁰¹

“Glebarismo” naquele momento, segundo Genesino Braga, estava envolto de uma nuvem que o tornava incompreensível ao primeiro contato, ressaltou os motivos que o desencadeou e que estavam no passado de conquista, de guerras contra os povos originários, de desbravamento e de colonização do território, afirmou que “o solo amazonense *estava* encharcado de sangue heroico”, como bem ouvia-se no ar “um gemido perdido da angústia avoenga” e que o “glebarismo” de seu tempo o utilizaria como “hino de esplendor e de alegria” que inspiraria a geração seguinte a realizar “pela consciência e pela ação das coletividades sociais e políticas do Amazonas” a grandeza da gleba amazonense.³⁰²

³⁰¹REVISTA CABOCLA. Manaus, fevereiro de 1936, s.n.p.

³⁰²Serge Berstein afirmou que muitas culturas políticas possuem um substrato filosófico, usado pela elite culta que “*se referem diretamente às obras fundadoras, na massa da sociedade essas mesmas ideias penetram sob forma de uma vulgata que exprime, a partir de posições concretas, os princípios de cada uma das culturas políticas.*” Enfatizou, também, que “*(...) uma cultura política compreende uma série de referências históricas (...) encontra no passado uma provisão quase inesgotável de dados-chave, textos seminais, fatos simbólicos e galerias de grandes personagens que são apresentados como modelos a seus fiéis (...). Portanto, basta buscar no passado valores normativos capazes de mobilizar energias e de transformá-las em armas para o presente. Se as raízes filosóficas e as referências históricas desempenham papel importante nos fundamentos das culturas políticas, é evidente que estas se inscrevem no presente e que as grades de leitura que elas propõem conduzem a aspirações concretas.*” BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**; op. cit.; p.29-46, p.33 e 34.

Álvaro Maia afirmaria algo parecido, em 1937, ao se referir a matança de garças e a destruição das florestas, dizendo que naquele momento o tipo de economia que destruíra a gleba para extrair suas riquezas era um problema a ser resolvido, “quando duas ou três gerações de nativos acendem esperanças de maior apego ao solo, e quando sucessivas missões científicas vêm estudar o imenso vale, ainda a matança e a destruição constituem a força nérvica de nossa economia.”³⁰³

“Glebarismo” fez parte do conjunto de fenômenos políticos que expressavam a construção de identidade regional. A elite política e intelectual amazonense dos anos 30 buscavam uma justificção para a constituição desta identidade, evocando no passado “origens e mitologias”³⁰⁴ que a legitimassem por referência a um suposto passado de dores e glórias, que pudesse validá-la,³⁰⁵ sendo esse passado, muitas vezes, reelaborado. Contudo, “glebarismo” foi muito mais revelador sobre os anseios dessa elite do que a busca pelo alinhamento com a realidade que foi representada nesse passado.

Passado transmitido em processos formativos e escritos jornalísticos, além das experiências de vida de memórias recentes que dispunham e que foram transmitidas através de instituições como o *Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, *Ginásio Amazonense Pedro II* e a própria *Associação Comercial do Amazonas* em que transitavam esses indivíduos.³⁰⁶ O *Ginásio Amazonense Pedro II*, foi uma dessas instituições, no qual ocorria a elaboração e transmissão de ideias dos professores e, ao mesmo tempo, espaço de apropriação pelas gerações de estudantes que se formaram naquele ambiente. Serge Berstein expôs sobre os vetores pelos quais passam a integração dessa cultura política, sendo a escola, o liceu e outras instituições que transmitem, às vezes, de maneira indireta, as “referências admitidas pelo corpo social na sua maioria e que apoiam ou contradizem a contribuição *familiar*. Vêm depois as influências adquiridas em diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viver.”³⁰⁷ Um dos elementos que ajuda na compreensão da cultura política é o decurso da formação intelectual, as primeiras aprendizagens,

³⁰³ A SELVA. Manaus, setembro de 1937, p.01 e 02.

³⁰⁴ WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. op. cit.; p.24.

³⁰⁵ WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. op. cit.; p.28.

³⁰⁶ Os chamados espaços de socialização. MURANO, Luís Francisco. **Nem inferno, nem paraíso**; op. cit.; p.427; “O processo de difusão de uma cultura política(...). É provável que isso se dê através dos canais numerosos e difusos da socialização política. A família, o sistema de ensino(...), espaços de sociabilidade, os grupos ou associações e as mídias vão aos poucos inculcando temáticas, modelos, argumentações, criando assim um clima cultural que prepara para aceitar como natural a recepção de uma mensagem de conteúdo político.” BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. op. cit.; p.39.

³⁰⁷ BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. op. cit.; p.356.

“(...) reforçada pela confrontação destas com os acontecimentos surgidos durante a existência humana, continua a aumentar em poder de convicção e no papel de chave da leitura do real (...) fenômeno profundamente interiorizado(...). A partir de então, e para o resto da sua existência, é à medida dessa cultura política e dessa experiência de juventude que considerará os acontecimentos políticos.”³⁰⁸

A elite intelectual do Amazonas ao interpretar e representar a realidade amazonense em textos escritos, livros e discursos³⁰⁹ que foram divulgados pela imprensa amazonense, além dos comícios políticos partidários que atraíam populares, apelou para adesão de valores patrióticos,³¹⁰ disseminando muitos desses ideais que tiveram receptividade de diferentes formas, sendo apropriadas,³¹¹ a ponto de também serem usadas politicamente.³¹² O “glebarismo” teve um motivo presente de ser, a crise, e culpava todos os que não amavam a terra o suficiente para nela ficar e fazer com que superassem a recessão. O amor à terra inspirou projetos políticos futuros para o Amazonas, que somente aqueles que amassem o solo suficientemente, segundo a essência de “glebarismo”, é que seriam capazes de colocá-los em prática.

O povoamento do Amazonas nas Constituintes Federal, Estadual e Constituições

Cunha Mello e as discussões em torno do *Decreto de Reajustamento Econômico na Constituinte Federal*

Quatro foram os representantes escolhidos para compor a bancada amazonense na Constituinte de 1933-34 que deveriam discutir, defender e corrigir os artigos do anteprojeto da futura Constituição de 1934. Três dos deputados da bancada amazonense foram eleitos pela

³⁰⁸BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. op. cit.; p.360.

³⁰⁹Tomemos o cuidado de não cometer o erro de achar que essas representações correspondam, de fato, a realidade daqueles indivíduos, pensemos como Chartier asseverou que estas são “*representações impostas por aqueles que tiveram o poder de classificar e de nomear*”. CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In:___ À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude / Roger Chartier, trd. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002, p.73.

³¹⁰Um dos aspectos constitutivos das culturas políticas é a “*adesão a valores (moral, honra, patriotismo)*.” MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política**; op. cit.; p.29.

³¹¹Apropriação como definido por Chartier, “*dos usos e das interpretações, relacionadas às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem*”. CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. op. cit.; p.68.

³¹²“(...) *vista de dentro, a função da cultura política é ainda mais decisiva (...) ela que constitui a base do pertencimento político. É ela que leva o cidadão a se identificar quase instintivamente a um grupo, a compreender facilmente seu discurso, a adotar sua ótica de análise, a partilhar de seus objetivos e esperanças (...) a cultura política leva a uma verdadeira comunhão criadora de profundas solidariedades.*” BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. op. cit.; p.44.

União Cívica Amazonense (UCA) e um pela *Aliança Trabalhista-Libera*.³¹³ Porém, os discursos de dois deles interessam mais aos nossos objetivos, Leopoldo Tavares da Cunha Mello (UCA) e Álvaro Botelho Maia da *União Cívica Amazonense*.

Os dois tiveram papéis importantes nas discussões de pautas de interesses socioeconômicos da região, concernentes à agricultura e ao povoamento do Amazonas. Os dois, em diferentes momentos foram acusados por alguns dos constituintes de serem regionalistas ou de colocarem os problemas do Amazonas à frente dos interesses da Nação. Esta era a tônica de deputados que defendiam as políticas que favoreciam seus estados e acusavam os que não eram favorecidos de serem regionalistas, ou seja, os que porventura tivessem a audácia de acusarem os representantes dos estados mais poderosos de favoritismo pelo poder público. Pois, para os constituintes dos estados hegemônicos, defender interesses econômicos de seus estados era defender a Nação, quanto aos outros eram apenas regionalistas.

Leopoldo Tavares da Cunha Mello, pernambucano, nascido em 1891, filho de desembargador magistrado no Amazonas, tivera outros membros de sua família em postos importantes na sociedade brasileira. Tornou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1909, posteriormente, trabalhando e assumindo cargos públicos no Amazonas.³¹⁴ Em fins da década de 1920, foi opositor do governo de Ephigênio de Salles e um dos fundadores do *Partido Socialista do Amazonas*, aderindo *a posteriori* à *União Cívica Nacional* (UCN), que tinha como proposta de governo o incentivo da imigração e do povoamento da Amazônia com trabalhadores nacionais, conseguindo ser eleito como um dos deputados a compor a bancada amazonense na Constituinte de 1933-34.³¹⁵

Na 17ª sessão da Constituinte, em 5 de dezembro de 1933, Vasco Toledo, deputado classista paraibano, discursou contra a “*Lei do Reajustamento Econômico* (Decreto nº 23.533, de 1º de dezembro de 1933)”,³¹⁶ que “reduzia em 50% as dívidas dos fazendeiros e pecuaristas, contraídas

³¹³ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 1. Disponível em: <http://bd.camaraatiro.gov.br>, p.43.

³¹⁴ BITTENCOURT, Agnello. **Cunha Mello** / Agnello Bitterncourt. op. cit.; p.180 e 181; KELLER, Vilma. Verbete: MELO, Leopoldo Tavares da Cunha. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/melo-leopoldo-tavares-da-cunha>.

³¹⁵ COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. (Tese) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2001, p.136.

³¹⁶ **Anos de Incerteza (1930-1937): Política Econômica.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais/PoliticaEconomic>.

antes de 1930”.³¹⁷ Os fazendeiros paulistas do café foram os “beneficiários dos recursos provenientes do *Reajustamento Econômico*”, os cafeicultores afirmavam que São Paulo tinha uma “relevante contribuição (...) ao produto nacional e o fato de que a cafeicultura ainda *figurava* entre as principais atividades produtivas do país”,³¹⁸ argumentos que davam base a necessidade do decreto e explicava de algum modo o privilégio paulista.

O deputado Vasco de Toledo acreditava que o *Decreto de Reajustamento Econômico* mataria a economia brasileira, alegando que a lei só privilegiaria ao que ele denominou de “plutocracia bancária”, defendendo sua revisão ou até mesmo revogação. Foi interrompido por Osvaldo Aranha que a defendia, afirmando que a lei reajustaria “a vida nacional, por uma redistribuição de seus ônus, de seus prejuízos, atribuindo à coletividade esse sacrifício”.

Cunha Mello retrucou dizendo que beneficiaria apenas dois ou três estados do Brasil, deixando o Norte abandonado, enfatizando que protegeria somente a agricultura de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Sua posição contrária teve apoio parcial, de alguns dos representantes dos estados que não seriam contemplados pelo decreto. Cunha Mello defendia a expansão dos benefícios aos demais estados, aos demais latifundiários do país, afirmava que o decreto era infeliz por proteger uma minoria de brasileiros, ou seja, agricultores que já tiveram crédito e aos bancos que emprestaram, defendendo que a agricultura do Brasil não era somente a de São Paulo, havendo outras que precisavam ser protegidas.³¹⁹

O debate em torno do *Decreto de Reajustamento Econômico* continuou com a explicação de Osvaldo Aranha, afirmando que a lavoura existente em São Paulo era dispersa e fácil, sendo no Norte pouco produtiva, enquanto no Rio Grande do Sul havia apenas criação de gado. As formas existentes de lavoura, foram analisadas pelo governo, levando em consideração o que era a agricultura na sua expressão, isto é, tudo aquilo que se produzia e extraía da terra, ressaltando que estes foram os critérios para que os cafeicultores de São Paulo fossem beneficiados com o decreto, apesar das críticas em contrário.

Osvaldo Aranha afirmou que no momento da elaboração do decreto era impossível pensar em leis sociais de proteção aos homens do campo, saneamento, criação de escolas e de

³¹⁷SILVA, Iliane Jesuína da. **Estado e agricultura no primeiro governo de Vargas (1930-1945)** / Iliane Jesuína da Silva. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação do Instituto de Economia-UNICAMP, orientado por Pedro Paulo Zahluth Bastos; Campinas, 2010; p.101.

³¹⁸SILVA, Iliane Jesuína da. **Estado e agricultura no primeiro governo de Vargas (1930-1945)**, op. cit.; p.102.

³¹⁹ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 2. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>, p.84, 85 e 86.

assistência aos lavradores, dizendo que tudo isso não podia ser atendido, porque as prioridades estavam sobre as dívidas dos latifundiários que deveriam ser sanadas.³²⁰ Finalizou afirmando que o governo mostrava interesse pela lavoura brasileira, sendo que o *Decreto de Reajustamento Econômico* era o primeiro passo para normalização da vida rural e que ali, naquela Assembleia tinham que debater para a reabilitação e incorporação do trabalhador rural à vida social brasileira, que era um “jeca”, senão um pária, em suas palavras.³²¹

Na 19ª sessão, de 7 de dezembro de 1933, o deputado Valdemar Falcão, constituinte pelo Ceará, fez um discurso em defesa do *Decreto de Reajustamento Econômico*, em contrapartida as opiniões de Vasco de Toledo e Cunha Mello. Afirmou que no anteprojeto constitucional havia preceitos que possibilitariam a criação de legislações em torno da justiça social e de reparação econômica, sendo uma necessidade de se pôr em prática o decreto que ocasionou as discussões.³²² O deputado foi interrompido diversas vezes com comentários de Cunha Mello que discordava do discurso em favor do decreto, reafirmando que só beneficiaria a classe agrícola paulista, os latifundiários que já haviam gozado de favores dos bancos e dos poderes públicos. Desta forma, para desqualificar os comentários de Cunha Mello, Valdemar Falcão o acusou de ser regionalista em detrimento dos interesses nacionais:

“VALDEMAR FALCÃO - O digno representante do Amazonas não é feliz, quando, mercê da sua crítica precipitada, faz com que se exacerbe o regionalismo o procura despertar, ao invés de uma discussão serena, em torno de um assunto que diz respeito à economia nacional, um ambiente de exaltação, que lhe é em absoluto inconveniente.

CUNHA MELO - Não se trata de representantes do Amazonas, mas do país. Estou falando por diversas zonas, inclusive o próprio Estado de V. Ex.

(...)

VALDEMAR FALCÃO – (...) Lamento, Sr. Presidente, que se queira trazer para aqui o regionalismo, em torno de problema que interessa profundamente à economia nacional, no seu todo, na sua homogeneidade. Lastimo que S. Ex. fazendo as suas considerações, não as baseie nos sentimentos de patriotismo, nos interesses superiores da nacionalidade.”³²³

Cunha Mello ao defender os interesses do Amazonas, afirmava que estes também eram interesses nacionais. Contra-argumentou citando como os governos olhavam para a questão das secas no Nordeste brasileiro, problema tão bem conhecido pelo deputado orador, Valdemar Falcão, afirmando que este era um dos problemas compartilhado por todo o Brasil. Cunha Mello

³²⁰ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.2, op. cit.; p.86.

³²¹ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.2, op. cit.; p.89.

³²² ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.2, op. cit.; p.131, 132 e 133.

³²³ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.2, op. cit.; p.133 e 134.

defendia a agricultura “desprotegida” do Brasil, ou seja, defendia os latifundiários nortistas que ainda não haviam obtido favores de bancos e do poder público.³²⁴

Álvaro Maia e os discursos em torno da fixação de trabalhadores ao solo na Constituinte Federal e a Constituição Brasileira de 1934

Durante os discursos era comum que uns acusassem outros de estarem trazendo à tona os sentimentos regionalistas para o debate, numa clara tentativa de desqualificação de apertes de deputados que traziam questões que eram peculiares de suas respectivas regiões. Álvaro Maia sabia dos perigos de pronunciar um discurso em favor do Amazonas e da possibilidade de ser condenado como regionalista. Sentimentos, ao que parece, deplorável para muitos dos deputados presentes na Constituinte. E, talvez, por ter presenciado as acusações que Cunha Mello sofrera ao defender suas ideias, foi que tomou consciência da possibilidade de ter pouquíssima adesão de seus colegas constituintes quando seus discursos fossem proferidos, desta maneira os organizou de forma para que isto fosse evitado.

Os projetos de ocupação da Amazônia, seja por mecanismos que impossibilitassem o esvaziamento da selva impedindo a mobilidade de trabalhadores extratores, seja por meios de planos que incentivassem a imigração de trabalhadores brasileiros que deveriam ser fixados ao solo, culminando no projeto de colonização do considerado imenso território amazonense e “demograficamente vazio” tiveram pautas e discursos memoráveis na Constituinte Federal de 1933-34, tal como o proferido por Álvaro Maia, que muito além de fazer uma defesa dos seringueiros e da economia exportadora da borracha, advogou pela manutenção do artigo 128 do anteprojeto da Constituição vindoura que versava sobre o processo de colonização e fixação de trabalhadores ao solo.

Inicialmente foram discutidas, por grupos de trabalho, emendas que seriam enviadas à comissão que construiu o anteprojeto. O parágrafo 10 do artigo nº 127 versava sobre o dever que a União teria em organizar e custear tanto um serviço de defesa contra as secas no Nordeste como outro serviço de colonização e exploração econômica da Amazônia, enfatizando que trabalhadores nacionais teriam prioridade no processo de colonização.

A inserção deste parágrafo ao artigo foi justificada a partir da proposição de que a Amazônia compreendia um vasto e opulento território abandonado pelos poderes públicos

³²⁴ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.2, op. cit.; p.134 e 135.

nacionais. Sendo os nordestinos, “vítimas das secas”, quem realizaram o processo de ocupação do território, merecendo “maior amparo por parte dos governos que permitiram a decadência da Amazônia, aberta e revelada economicamente ao mundo pela energia e espírito de iniciativa de todos os brasileiros.” Diziam que a Amazônia havia sido desígnio de capitais da *Empresa Ford* e ponto de chegada de imigrantes japoneses, além de objeto de pesquisa de missões científicas norte-americanas, propósito de estrangeiros. Falavam do desenvolvimento econômico da Amazônia de outrora, mas a falta de organização e de previdência a levaram ao estado de abandono, como se já não pertencesse à própria União. Citavam Humbolt e James Bryce que ao visitarem a Amazônia, professaram que a região tinha grande potencial e “que, cedo ou tarde, a civilização do globo deveria concentrar-se ali”. Portanto, tornava-se necessário que o governo federal elaborasse projetos de grandes proporções, para ser executado em longo prazo, procurando desenvolver a economia na Amazônia.³²⁵

Álvaro Maia foi pela primeira vez à tribuna em nome do *Partido Socialista* e do *Clube 3 de Outubro* do Amazonas, pediu desculpas aos colegas constituintes pelo silêncio até aquele momento, pois estudava as emendas que continham no anteprojeto que contemplavam de alguma forma a Amazônia, encontrando no título XII, *Da ordem econômica e social*, mais exatamente no artigo 128 que versava sobre a política rural que visava fixar trabalhadores nos campos, bem como o estabelecimento de um plano geral de colonização e aproveitamento das terras públicas, dando preferência aos trabalhadores nacionais quanto a sua ocupação.³²⁶

O orador sintetizou questões em torno das populações florestais do Amazonas, de modo que as defendessem como problemas da Nação brasileira. O constituinte amazonense fez emergir várias questões e problemas peculiares à região, defendeu a imigração e colonização do Amazonas com trabalhadores nacionais ao invés de gastos exorbitantes com estrangeiros, justificou afirmando que os nacionais eram fortes e apresentou alguns testemunhos em favor desta ideia, ressaltando que a falta era por parte do Estado quanto à assistência dessas populações.³²⁷

³²⁵ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 4. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>, p.210 e 211.

³²⁶ POLETTI, Ronaldo. 1934 / Ronaldo Poletti. — 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. — (Coleção Constituições brasileiras; v.3), p.89.

³²⁷ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 7. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>, p.103.

O constituinte evidenciou o alto índice de mortalidade infantil na região, afirmando que nela “se nasce, se morre, mas não se vive”.³²⁸ Especulou que se não houvesse ajuda dos poderes públicos, muitos deles seriam cooptados pelo “perigo vermelho”³²⁹ que lhes prometia liberdade e que ninguém poderia “impedir a influência daquelas doutrinas, que *prometia* descravizar o homem rural”.³³⁰

Revelou as verdadeiras intenções e práticas das intituladas expedições científicas e os acusou de destruição, matança de animais e contrabando. “‘A terra de ninguém e de todos’, a ‘casa da mãe Joana’, onde os excursionistas destruíam garçais a tiros para contrabandear as penas, sob pretextos de pesquisas naturalistas”.³³¹ No primeiro discurso Álvaro Maia apresentou questões dos povos indígenas, defendeu sua incorporação à sociedade brasileira, como trabalhadores, pela catequese e ensino ao invés de “‘trucidar’ o índio”.³³² Falou das fronteiras desguarnecidas, com a presença de alguns fortes e pouquíssimos soldados, em que a presença dos seringueiros e de populações indígenas já incorporadas à sociedade se fazia importante para manutenção das fronteiras.³³³

Álvaro Maia, em seu primeiro discurso, foi poucas vezes interrompido pelos seus colegas constituintes, que os ouviam com certa admiração, provavelmente, explicado pelo pouco conhecimento ou pelo imaginário que carregavam quanto à realidade amazônica. O ponto aglutinador do discurso que estimulou a adesão dos deputados constituintes para a necessidade de povoar o Amazonas com trabalhadores nacionais foi a exposição de notícias sobre a ideia de pagar as dívidas externas do Estado brasileiro com a venda da parte setentrional do Amazonas aos Estados Unidos da América, ideia do sociólogo Tristão da Cunha,³³⁴ rechaçada por Antóvilla Vieira. Álvaro Maia reiterou:

“E eu direi que, se num momento de angústia geral, fosse necessário vender o Amazonas setentrional aos Estados Unidos, e não nos atendessem, ou fôssemos vencidos em nossos protestos, pediríamos que vendessem o Estado inteiro, porque, pela evolução que ninguém pode deter, ou sofismar, realizaríamos mais cedo o sonho de Humboldt, quando batizou aquela região como sendo a reserva da civilização, e correspondido às próprias palavras do Sr. Getúlio Vargas, quando, há pouco tempo, em Belém, disse que o vale não era mais o sonho do Eldorado, mas que dali, em breve

³²⁸ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.7, op. cit.; p.105 e 106.

³²⁹ Antes de ser acusado de comunista pelo futuro senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello, Álvaro Maia foi um dos exploradores da chamada “indústria do anticomunismo” tão rentável para aquisição de capital político, ganhando adesões de seus colegas constituintes aos seus discursos. ABREU, Davi Monteiro. Uma “**pretensa intentona**”: op. cit.; p.106-117.

³³⁰ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.7, op. cit.; p.101 e 102.

³³¹ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.7, op. cit.; p.105 e 106.

³³² ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.7, op. cit.; p.108.

³³³ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.7, op. cit.; p.110.

³³⁴ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.7, op. cit.; p.112.

prazo, desceriam, pelas artérias fluviais, todas as reservas da agricultura e da indústria para abarrotar os mercados do mundo.”³³⁵

Neste momento, alguns dos deputados presentes se manifestaram em favor do orador. Leandro Pinheiro, constituinte pelo Pará afirmou que não apenas os amazonenses protestariam, mas todos os que habitassem a Amazônia; Daniel de Carvalho, deputado por Minas Gerais ressaltou que o Brasil inteiro protestaria e que não havia dinheiro em toda a América do Norte que comprasse um pedaço do Amazonas; recebeu, também, os apoios de Kerginaldo Cavalcanti, constituinte pelo Rio Grande do Norte e Figueiredo Rodrigues deputado pelo Ceará.³³⁶ Saiu da tribuna aplaudido e vivamente cumprimentado pelos colegas constituintes.³³⁷

Voltou num outro momento à tribuna para explicar sobre a importância das missões salesianas no processo de “pacificação” através da catequese de populações indígenas, em concomitância com a colonização da região. O discurso anterior havia repercutido na imprensa carioca. Desta vez, Álvaro Maia citou um artigo publicado no *Diário Carioca*, que havia estampado algumas palavras sobre o discurso, elogiando o trabalho das missões religiosas nas fronteiras da Amazônia, na qual sua permanência era prova de que a região não estava, totalmente, abandonada. O constituinte afirmou que “o prolongamento do território, a conquista das terras que hoje formam o Amazonas, é devida, em parte, ao trabalho das Missões.”³³⁸

O *Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas* (IHGA) se fazia representando por Álvaro Maia na Constituinte que apresentou uma emenda no plenário sob nº 1.193, inicialmente para ser discutido, aprovado e constado no anteprojeto constitucional, relativa às terras indígenas, justificando sua necessidade a partir do histórico de leis desde o Império à República que sempre lhes foram desfavoráveis. Contudo, o texto não fora aprovado, fazendo-se necessário a correção de sua redação. A bancada amazonense, aceitando as sugestões, reapresentou a mesma emenda, que tomou o nº 664, sendo publicada no *Diário da Assembleia*.

Com apoio de trechos de discursos trazidos à tribuna, mais a colaboração do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (IHGSP), Álvaro Maia defendeu que tivesse algum dispositivo na Constituição que propiciasse uma nova legislação quanto ao item relativo às terras indígenas. Traçou um histórico tanto da situação dos povos indígenas quanto de leis que tentaram resolver as problemáticas que se punham aos governantes.

³³⁵ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.7, op. cit.; p.113.

³³⁶ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.7, op. cit.; p.113.

³³⁷ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.7, op. cit.; p.115.

³³⁸ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.7, op. cit.; p.561 e 562.

Fez um discurso que colocava muitas dessas populações como primitivas em oposição ao ideal de civilização, fazendo-se necessário sua incorporação à sociedade brasileira e “às fileiras dos trabalhadores nacionais”,³³⁹ negando-lhes suas escolhas identitárias. Neste discurso, Álvaro Maia, sempre preocupado com a adesão de seus colegas às propostas que trazia, enfatizava que não se tratava de uma questão de “exclusivismo regional”, finalizou afirmando que a emenda da bancada amazonense representava uma gratidão para com os “selvagens” que foram desprezados pelos poderes públicos:

“**ALVARO MAIA** – (...) Ora, Sr. Presidente, a bancada amazonense, retornando ao seu ponto de vista, quanto à emenda em apreço, não se está prendendo a um ponto regionalista, porque exatamente no Amazonas existe a maior quantidade de ameríndios. Ela supõe interpretar o pensamento dos Srs. Constituintes e do Brasil inteiro...

CARLOS REIS - É pela formação de uma mentalidade cabocla, que seja inteiramente nova.

ÁLVARO MAIA - ... por que não é crível que não tenhamos, por um resquício de tradição e gratidão, palavras e atos em prol desse milhão de brasileiros, que temos o dever de atrair a civilização, verdadeiramente brasileiros, dos quais devemos ter imenso orgulho. São homens que se não escravizaram; foram vencidos, mas não se renderam, homens que, no sangue do Brasil novo, - e é provável mesmo que muitos de nós, Constituintes, tenhamos gotas desse sangue - instilaram gotas de rebeldia, que traçaram páginas memoráveis, em nossa história e que deram à língua portuguesa o ritmo adolescente e glorioso do Brasil. É por isso que a emenda da bancada amazonense representa uma gratidão para com esses selvagens desprezados. Penso, assim, que, vitoriosa essa emenda, teremos prestado a maior das homenagens ao Brasil do passado, para podermos ser dignos do Brasil do futuro.”³⁴⁰

Os discursos de Álvaro Maia foram aclamados pela imprensa carioca, foi considerado um “homem público todo voltado para a defesa de sua terra e sua gente” que desnudou a realidade do “extremo-norte” aos constituintes e ao país.³⁴¹ A imprensa carioca não economizou nos elogios ao constituinte amazonense tido como o discurso, até aquele momento, o mais interessante que tiveram, “ontem, tivemos uma dessas orações interessantíssimas, foi a do Sr. Álvaro Maia.”, sempre enfatizando que ele havia dado uma feição séria, madura e ilustrada sobre as questões da região, “estudou esse representante amazonense o problema da Amazônia. Apresentou larga cópia de documentação e mostrou ter um perfeito conhecimento da região, das suas necessidades e dos seus

³³⁹COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.152.

³⁴⁰ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE,1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 14. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>, p.395-403.

³⁴¹SERVIÇO DE PUBLICIDADE DO NÚCLEO TRÊS DE OUTUBRO E DO PARTIDO SOCIALISTA AMAZONENSE. **Panorama real do Amazonas**: A voz amazonense que se levanta em prol dos luminosos destinos do berço verde. – Discurso proferido na Assembleia Nacional Constituinte pelo doutor ALVARO MAIA, em sessão de 30 de janeiro de 1934. Typographia Phenix de Sergio Cardoso, Rua Joaquim Sarmiento, n.º12, Manaus, Amazonas, p.04 e 05.

costumes.”³⁴² *O Jornal* publicou um artigo intitulado de *Em Defesa Do Amazonas e dos Selvícolas*, afirmando que Álvaro Maia havia tratado dos problemas do Amazonas, como dos indígenas em face da legislação e do trabalhador dos seringais, finalizando que o constituinte leu “folhas do seu discurso, impressionando a Assembleia com a descrição dos quadros de miséria do Amazonas”.³⁴³ *O Diário Carioca* disse que foi “uma oração brilhante”, recebendo muitos aplausos ao concluir a sua oração. *O Correio da Manhã*, afirmou que o amazonense demorou mais de uma hora na tribuna e fez um discurso que descrevia com sabor literário a realidade amazônica. Já o jornal *O Paiz* comparou dois discursos, o de Roberto Simonsen, constituinte por São Paulo, e de Álvaro Maia, apresentando-os como dois polos opostos da realidade brasileira daqueles anos, afirmando que “se o discurso do Sr. Roberto Simonsen interessou, muito mais feriu o sentido dos que ouviram a oração do Sr. Álvaro Maia. Trouxe ele ao conhecimento da Assembleia coisas que, no conjunto dos seus membros, ela desconhece”, ressaltou que o deputado havia denunciado à Assembleia uma desolação, pontuando as questões das fronteiras e finalizou afirmando que aquele foi um dos melhores discursos que se ouviram na Constituinte:

“Esse, além dos outros, um dos aspectos mais chocantes do discurso do Sr. Álvaro Maia. Pois, então, os portugueses, com as imensas dificuldades dos tempos em que colonizaram o Brasil, demarcaram todos os pontos sensíveis da unidade nacional naquela região, artilharam-nos, guarneceram-nos, resistiram com eles, deram consistência ao tratado de Tordesilhas, e os brasileiros de hoje, cheios das facilidades da civilização, deixam que tudo isso se esbarronde?

(...)

Mas, não apenas sob esse aspecto, e sim também segundo outros prismas, absolutamente exatos, da ruína da Amazônia, o discurso do Sr. Álvaro Maia foi até agora um dos melhores que já se ouviram na Constituinte. – (O PAIZ, do Rio)”³⁴⁴

Os discursos de Álvaro Maia tinham certo caráter nacionalista, em algum momento se utilizou de exemplos com certa simpatia aos ideais dos Estados totalitários em ascensão e de repulsão às ideias comunistas,³⁴⁵ os seus discursos renderam-lhe uma notoriedade, a nível nacional,³⁴⁶ deu compleição física à necessidade dos futuros artigos que versavam sobre colonização e fixação do homem ao campo. A Constituição de 1934 dizia que competia à União

³⁴²SERVIÇO DE PUBLICIDADE DO NÚCLEO TRÊS DE OUTUBRO E DO PARTIDO SOCIALISTA AMAZONENSE. *Panorama real do Amazonas*, op. cit.; p.05.

³⁴³SERVIÇO DE PUBLICIDADE DO NÚCLEO TRÊS DE OUTUBRO E DO PARTIDO SOCIALISTA AMAZONENSE. *Panorama real do Amazonas*, op. cit.; p.07.

³⁴⁴SERVIÇO DE PUBLICIDADE DO NÚCLEO TRÊS DE OUTUBRO E DO PARTIDO SOCIALISTA AMAZONENSE. *Panorama real do Amazonas*, op. cit.; p.07, 08 e 09.

³⁴⁵ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V.7, op. cit.; p.109.

³⁴⁶Eloína dos Santos afirmou que a atuação de Álvaro Maia na Constituinte lhe deu respaldo para uma reaproximação de Getúlio Vargas, a difusão de seus discursos, talvez, corrobore para esta hipótese. SANTOS, Eloína Monteiro dos. *Uma Liderança Cabocla*. op. cit.; p.99.

promover a colonização,³⁴⁷ no título IV, *Da ordem econômica e social*, no parágrafo 4º do artigo 121 afirmava que o trabalho agrícola seria objeto de regulamentação especial, procurando “fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas.”³⁴⁸

A bancada amazonense teve um ganho quanto à questão das terras indígenas, apesar de terem apresentado uma emenda que foi exposta à comissão que escrevia o anteprojeto, não sendo aceita num primeiro momento para constar no mesmo, levando Álvaro Maia à tribuna para defendê-la perante os constituintes, posteriormente foi aprovada e constava na Constituição de 1934 os artigos que versavam sobre as terras dos povos indígenas. O artigo 5º dizia que competia privativamente à União legislar sobre a “incorporação dos silvícolas à comunhão nacional”,³⁴⁹ já no título IV, *Da ordem econômica e social*, no artigo 129, afirmava que seria “respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.”³⁵⁰ *A posteriori*, permaneceu na Constituição da ditadura estadonovista, no artigo 154 *Da ordem econômica*,³⁵¹ diferente ficou a questão da colonização do território que teve seus princípios e diretrizes fragmentadas em artigos que tratavam de questões rurais ou da distribuição e fixação de imigrantes pelo território brasileiro.³⁵²

A Constituinte Estadual e a Constituição do Amazonas de 1935

Maria das Graças Pinheiro da Costa, no capítulo IV de sua tese, analisou o estabelecimento da Assembleia Constituinte no Amazonas em 1935, que deveria atender às normas da recém promulgada Constituição de 1934. Os constituintes estaduais deveriam criar,

³⁴⁷POLETTI, Ronaldo. **1934**, op. cit.; p.99 e 100.

³⁴⁸POLETTI, Ronaldo. **1934**, op. cit.; p.134.

³⁴⁹POLETTI, Ronaldo. **1934**, op. cit.; p.97.

³⁵⁰POLETTI, Ronaldo. **1934**, op. cit.; p.136; Maria das Graças afirmou, a partir das conclusões da antropóloga Manuela Carneiro, que esta foi a primeira vez que a questão das terras indígenas foi introduzida numa Constituição brasileira, apesar de constituições anteriores reconhecerem o direito originário das populações indígenas às suas terras, lembrando o abismo existente entre a legislação e a prática. COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.153; CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios na Constituição**. Dossiê 30 anos da Constituição brasileira. Novos estudos. CEBRAP - vol.37, nº 3 - São Paulo]; set./dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000300429.

³⁵¹PORTO, Walter Costa. **1937** / Walter Costa Porto. — 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 120 p. — (Coleção Constituições brasileiras; v. 4), p.88.

³⁵²PORTO, Walter Costa. **1937**, op. cit.; p.87 e 88.

discutir e aprovar normas que organizassem e regessem o Estado amazonense, sempre limitados às diretrizes da Constituição Federal.³⁵³

A Assembleia Constituinte do Amazonas foi instalada às 14 horas do dia 2 de fevereiro de 1935, enquanto esteve vigente, teve como sede a *Biblioteca Pública* da cidade de Manaus.³⁵⁴ Dois dias depois de seu início elegeram Álvaro Maia como governador constitucional para um mandato de quatro anos; Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo Augusto da Matta, para um mandato de oito e quatro anos, respectivamente, no Senado Federal.³⁵⁵ Depois se formou uma comissão de onze deputados que possuía a finalidade de elaborar o projeto de Constituição que seria submetido para discussão na Constituinte Estadual.³⁵⁶ Por não haver um anteprojeto de Constituição Estadual³⁵⁷ pronto, a comissão dos onze teve o trabalho de construí-lo a partir de propostas vindas de uma parte da sociedade civil e política do Amazonas.³⁵⁸

O jornal *Tribuna Popular*, publicou duas dessas propostas, a de Bernardo Fortunato dos Santos e do deputado estadual Antônio de Vasconcelos, do *Partido Trabalhista Amazonense* e redator-chefe do jornal citado acima.³⁵⁹

No dia 8 de março de 1935, Antônio de Vasconcelos foi à tribuna expor à comissão do anteprojeto algumas sugestões relacionadas às terras devolutas, propondo artigos que proibiam a venda, concessão ou arrendamento das terras que contivessem castanhais, possibilitando que elas fossem livremente exploradas pelas populações desfavorecidas de fortuna, obrigadas ao pagamento da taxa de 10% sobre os produtos extraídos. Essas populações seriam obrigadas a habitá-las e cultivá-las, no todo ou em parte, dentro do prazo determinado. Caso ficasse provado que não houve cultivo, a terra se reverteria ao patrimônio estadual, com as benfeitorias porventura nela existentes, sem nenhuma indenização ao requerente, caso contrário, poderiam solicitar certidão da coletoria ou mesa de renda, comprovando a moradia habitual e cultivo

³⁵³COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.183.

³⁵⁴COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.185.

³⁵⁵Eleito por maioria de votos, 28 votos dos 30 disponíveis. COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.187.

³⁵⁶COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.192.

³⁵⁷COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.195.

³⁵⁸COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.197.

³⁵⁹COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.197 e 198.

efetivo do lote, fazendo novo requerimento ao governo, solicitando a respectiva medição, demarcação e, por conseguinte, adquirindo o título definitivo.

Antônio de Vasconcelos justificou sua proposta sobre as terras devolutas, enfatizando a necessidade da criação e promulgação de uma legislação que socorresse o trabalhador das selvas, vítima de extorsões, levando-os a abdicarem do solo. Enfatizou que era impossível o desenvolvimento de um sentimento de amor ao solo por parte dos trabalhadores florestais, visto que depois de arar um pedaço de terra e cultivar algumas árvores frutíferas, os donos legais das terras os expulsavam em nome da lei que prontamente atendia-lhes. Finalizou sua justificativa afirmando que cumpria o dever para com os mais humildes e desprotegidos:

“Existem, atualmente, arrendatários de castanhais que pagando 5% ao Estado, cobram ao caboclo indefeso 50%, do que resulta que o trabalhador, após a safra da castanha, ficou ainda pior do que estava, porque o fruto do seu trabalho foi insuficiente para cobrir as despesas de alimentação, durante esse período.

Encerrada a safra, volta ao labor diário da roça e da pesca, sempre mais descrente, mais desanimado.

Não tem, não pode ter amor ao solo.

Não pode ter amor ao solo, porque quando desbrava algumas braças de terras devolutas, substituindo a mata por cacauzeiros, laranjeiras, etc., o sítio é cobiçado pelo “coronel da cidade”, que demarca o terreno, expulsando, em nome da lei, o miserável trabalhador.”³⁶⁰

Contudo, as propostas sobre as terras devolutas não foram bem aceitas por alguns dos constituintes estaduais, segundo o próprio Antônio de Vasconcelos elas lhes renderam reprovações por parte de agrônomos e agrimensores. No dia 14 de março, recebeu um telegrama do agrimensor Francisco Couto Vale, residente em Manacapuru, dando os “pêsames pelas suas infelizes sugestões sobre terras apresentadas à Assembleia Legislativa”. Antônio de Vasconcelos ressaltou que possibilitar que as terras devolutas fossem gratuitamente dadas em pequenos lotes, para a agricultura e a pecuária, aos mais vulneráveis desagradou alguns dentro da Assembleia e outros fora dela.³⁶¹

As propostas, também, receberam adesões de parte da sociedade. Segundo o jornal *Tribuna Popular*, alguém havia escrito para o jornal em apoio ao deputado, afirmando que as sugestões apresentadas à Constituinte sobre as terras devolutas no Amazonas, era o que há muito tempo já deveria ter sido feito e que trariam grandes resultados para o estado amazonense. As sugestões amparariam o trabalhador das selvas, possibilitando que se tornassem agricultores,

³⁶⁰TRIBUNA POPULAR. Manaus, 11 de março de 1935, p.04.

³⁶¹TRIBUNA POPULAR. Manaus, 18 de março de 1935, p.04.

pois teriam a certeza de que não mais seriam expulsos das terras que cultivassem, finalizou dizendo que caso as sugestões apresentadas fossem aprovadas, Antônio de Vasconcelos teria “o seu nome gravado no coração rude, mas leal, do trabalhador das selvas.”³⁶²

Em abril de 1935, Bernardo Fortunato dos Santos escreveu ao *Tribuna Popular* sugerindo alguns pontos a serem discutidos pelos constituintes estaduais, com o intuito de incentivar o comércio e as classes laboriosas rumo ao progresso da gleba, a maior parte das sugestões se referia aos processos de extração de produtos florestais.

Sugeriu normas para que agricultassem as zonas ribeirinhas de Manaus, seus arredores, os obrigando a plantar, devendo ao governo distribuir gratuitamente sementes. Recomendava o desenvolvimento da indústria do óleo de produtos florestais; o plantio de árvores frutíferas, próprias e adaptáveis ao clima da região; o fomento de plantio da cana de açúcar em grande escala; desenvolvimento da indústria de fibras; mais a valorização dos produtos regionais, tornando-os conhecidos por meio de propagandas estimuladas pelo Estado; propunha a criação de escolas agrícolas, escolas veterinárias, organização de laboratórios de química aplicada para pesquisas de plantas silvestres, assim como a criação de museus para o estudo da fauna e flora amazônica; regularização da avicultura; solicitava que auxiliassem os agricultores, criadores e vendedores que se encaminhavam ao mercado de Manaus para negociar seus produtos, pois que no trajeto percorrido, alguns eram vítimas de açambarcadores, causando males e prejuízos aos lavradores; solicitava que as colônias de pescadores fossem beneficiadas, ensinando e possibilitando processos de criação de peixes em tanques de reprodução ou viveiros; pedia que criassem normas para uniformização ou regulamentação de métodos adequados à tiragem e à serragem de madeiras de lei, estudando as diversas espécies, evitando que fossem danificadas.³⁶³

Sugeriu o estudo sistemático para que fosse posto em prática a colonização nos altos rios, como em Japurá, Juruá, Iça, Purus, Madeira, Aripuanã, sempre incentivando o desenvolvimento da agricultura, beneficiando os extratores e lavradores nas longínquas regiões. Finalizou afirmando que era necessário “instruir e educar os habitantes das regiões longínquas, nas próprias selvas, dando luz, pão, vestimenta, higiene, remédio, conforto, ensino profissional, tirando-lhes da

³⁶²TRIBUNA POPULAR. Manaus, 18 de março de 1935, p.04.

³⁶³TRIBUNA POPULAR. Manaus, 15 de abril de 1935, p.04; TRIBUNA POPULAR. Manaus, 22 de abril de 1935, p.02.

indolência”, e que desta maneira, com patriotismo e conduzido pelos dirigentes, é que teriam um Amazonas, ressurgido dos mortos.³⁶⁴

Maria das Graças Pinheiro da Costa ressaltou a função de Leopoldo Peres na Constituinte Estadual, que assinalava a importância dos trabalhadores florestais para o desenvolvimento econômico do Amazonas, defendia a valorização da identidade regional e os indivíduos do interior que eram constantemente expropriados pelos donos de seringais e castanhais.³⁶⁵ Leopoldo Peres, assim como outros constituintes, sabia da necessidade de proteção desses indivíduos para que pudessem fixá-los ao solo e desta maneira povoar o Amazonas.

Depois de finalizados os trabalhos da Assembleia Constituinte, a nova Carta Magna estadual da “Terra Cabocla” ou da “Gleba Verde”, como alcunhada, foi promulgada no dia 02 de junho de 1935,³⁶⁶ reafirmando a necessidade de fixação de trabalhadores ao solo amazonense. A nova constituição afirmava que competia ao Estado do Amazonas, concomitantemente à União, a promoção da colonização, sendo vedado ao estado e municípios “criar distinções entre brasileiros natos ou preferências em favor de uns contra outros Estados”,³⁶⁷ em clara alusão ao medo que tinham que sentimentos regionalistas fossem estimulados de forma patente pelo Estado amazonense.

O título IV, *Da ordem social e econômica*, continha dois artigos que versavam sobre a colonização do Amazonas, o artigo nº 140 que disponha sobre como o Estado amazonense consagraria particular interesse ao problema de sua colonização, possuindo “a finalidade de localizar, fixar, concentrar ou disseminar as populações nativas e ádvenas nas zonas do território amazonense, onde possam ser mais úteis às suas atividades.”³⁶⁸ O artigo nº 141 dizia que a imigração estrangeira seria objeto de fiscalização do governo, submetidos a inquéritos sobre a ação e a utilidade dos núcleos coloniais existentes no território amazonense, bem como o parágrafo segundo que versava sobre os brasileiros que pretendessem fazer assentamento no Amazonas que teriam a preferência aos ádvenas.³⁶⁹

Ainda no título IV, *Da ordem social e econômica*, o artigo nº 126 tratava do desenvolvimento das riquezas pública e privada. Para isto, o Estado incentivaria a agricultura, a

³⁶⁴TRIBUNA POPULAR. Manaus, 15 de abril de 1935, p.04; TRIBUNA POPULAR. Manaus, 22 de abril de 1935, p.02.

³⁶⁵COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.203 e 204.

³⁶⁶TRIBUNA POPULAR. Manaus, 03 de junho de 1935, p.01.

³⁶⁷CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, promulgada em 2 de junho de 1935, Manaus, Imprensa Pública, 1935, p.04.

³⁶⁸CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1935. op. cit.; p.47.

³⁶⁹CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1935. op. cit.; p.47.

pecuária e as indústrias com base no aproveitamento da floresta; construiria e manteria laboratório destinado às pesquisas com as florestas do Amazonas, criariam um fundo de financiamento; daria assistência técnica, econômica e financeira às iniciativas que visassem fundar ou aperfeiçoar as indústrias de exploração das riquezas naturais ou de agricultura.³⁷⁰

O título V, *Da educação e da cultura*, trazia em seu conjunto o artigo nº 152, versando sobre o dever do Estado em criar escolas primárias e normais rurais, podendo as últimas serem incorporadas às missões religiosas do interior que seriam organizadas adequando-as às respectivas zonas, onde construiriam casas que serviriam de residências dos professores e construiriam campos experimentais para os educandos.³⁷¹

O artigo nº 121 da Constituição do Amazonas de 1935, dizia que o Estado amazonense providenciaria, conjuntamente, à União e aos municípios, a localização dos “sem trabalho” em colônias agrícolas, estabelecimentos manufatureiros, empresas e obras favorecidas ou custeadas pelo Estado e pelos municípios,³⁷² correspondendo ao fato, de que os trabalhadores vistos pelos poderes públicos como “desocupados” seriam cooptados, pelo Estado, para o trabalho em uma das esferas acima citadas.

No título IV, *Da ordem social e econômica*, o artigo nº 142 expressava que o governo decretaria leis de assistência social e econômica aos trabalhadores florestais do Amazonas, “proporcionando-lhes um regime de colonização”. O nº 143 assegurava o direito de posse aos brasileiros que fizessem ocupação regular, habitação ou plantassem em terras devolutas, por tempo nunca inferior a cinco anos, isto, enquanto o Amazonas não atingisse a meta estipulada de contingente populacional superior a cinco milhões de habitantes. Dizia, ainda, que seriam regulamentadas as condições necessárias para a expedição de títulos definitivos das terras que fossem ocupadas. O artigo nº 145 dizia que o Estado amazonense cederia à União as terras necessárias para utilização em colônias agrícolas.³⁷³ Desta forma, a Constituição Federal de 1934 deu respaldos aos deputados para criarem e promulgarem uma Constituição Estadual que possibilitasse diretrizes de fixação de trabalhadores ao solo e colonização do território amazonense.

³⁷⁰CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1935. op. cit.; p.44 e 45.

³⁷¹CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1935. op. cit.; p.48 e 49.

³⁷²CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1935. op. cit.; p.42 e 43.

³⁷³CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1935. op. cit.; p.47.

Este capítulo, talvez, nos forneça um vislumbre do “paradoxo do ato político, que é, ao mesmo tempo, o fato de um indivíduo que age e o de um grupo inteiro que compartilha a mesma visão de mundo.”³⁷⁴ Serge Berstein nos lembrou que “não há cultura coerente que não compreenda precisamente uma representação da sociedade ideal de acordo com sua imagem da sociedade e do lugar que nela ocupa o indivíduo”. O que foi exposto no capítulo ajuda na compreensão de que entre o Amazonas idealizado e representado nos discursos e as realidades postas, existia um fosso gigantesco, e foi na tentativa de transpô-lo que projetaram ações políticas postas em prática nos anos 30 e empreendidas pelos possuidores da cultura política “glebarista”.³⁷⁵

³⁷⁴BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. op. cit.; p.41.

³⁷⁵BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. op. cit.; p.35.

CAPÍTULO III

AS AÇÕES DE GOVERNOS PARA FIXAR TRABALHADORES

EXTRATORES NO AMAZONAS DOS ANOS 30

“Com a borracha em ascensão de preços, brilha a flama da civilização em todos os recantos da hinterlândia gomífera; com o declínio do valor da matéria elástica, amesquinham-se esses ímpetos civilizadores e a terra, meses antes conquistada e possuída com entusiasmo e volúpia, retorna ao abandono e à barbaria primitivos, num autêntico processo de revirginização.”³⁷⁶

Os governantes do Amazonas nos anos 30 construíram políticas com o intuito de resolver problemas decorrentes da crise que se instalou após a queda da economia exportadora da borracha. Infortúnios mais que conhecidos pela elite político-econômica amazonense que frequentemente citavam em relatórios técnicos: o esvaziamento dos seringais que implicava a interrupção do povoamento e na falta de trabalhadores no interior; o fluxo contínuo dos chamados “sem trabalho”³⁷⁷ que em sua maioria eram ex-extratores do látex e de outros produtos florestais que saíam do interior e ocupavam espaços em Manaus; mais a diminuição drástica na arrecadação de impostos sobre produtos extraídos da floresta para exportação, principal fonte da receita do Estado amazonense.

Nos dois primeiros governos dos anos 30, o provisório e o constitucional,³⁷⁸ os governantes do Amazonas, expuseram em documentos oficiais, angústias quanto à estagnação

³⁷⁶FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha**: problema brasileiro. Inquérito sobre a atual posição da borracha amazônica e proposição de medidas para sua valorização. Manaus, 1938; p.03.

³⁷⁷A classificação criada de “sem trabalho” referia-se a homens e mulheres que se encontravam desempregados, segundo os documentos, literalmente sem trabalho ou desempregados, possivelmente, alguns deles, ex-trabalhadores que estiveram ligados à economia extratora do látex e que estavam em trânsito pelo Amazonas buscando melhorias de vida. Alfredo Wagner Berno de Almeida no texto *Antropologia dos Archivos da Amazônia* analisou, a partir, do aparato conceitual de Foucault, as classificações e esquemas interpretativos sobre a Amazônia que são aceitos e transmitidos por intérpretes e estudiosos das diversas áreas de conhecimento. Portanto, classificar esses homens e mulheres como “sem trabalho” pode ter facilitado o processo de recrutamento de força de trabalho para os trabalhos de extração de produtos da floresta que seriam exportados que tanto a elite econômica amazonense solicitava. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia** / Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008, p.7-14.

³⁷⁸Segundo Ângela Maria de Castro Gomes os anos que compreendem 1930 e 1937 são ricos em *exemplos de continuidade e descontinuidade políticas*. Segundo a autora, este período é marcado pela instabilidade política. Logo após o golpe de 1930, tido como revolucionário, levando ao poder Getúlio Vargas, cujo primeiro governo tinha um caráter transitório para um Estado constitucional democrático, denominado de ‘Governo Provisório’, foi caracterizado pelos enfrentamentos entre os tenentes e elite oligárquica. Nestes primeiros anos, houve mobilização por aqueles que queriam o retorno da constitucionalização do Estado, culminando na chamada “Revolução Constitucionalista de 1932” em São Paulo tendo adesão da região amazônica, como demonstrou Walter Pinto de Oliveira em sua dissertação de mestrado *Memórias de uma revolta esquecida: O baixo-Amazonas na Revolução*

econômica, considerada consequência da ineficácia do processo civilizador³⁷⁹ que tinha como pressuposto fixar trabalhadores a terra, tido como sem êxito, pois homens e mulheres, antes vinculados à extração do látex da *Hevea brasiliensis*, deixavam o interior do Amazonas migrando para Manaus e, posteriormente, embarcando e enviados para seus possíveis lugares de origem, uma prova incontestável, para a elite, na falha do processo de ocupação do imenso território.

Houve a urgente necessidade de fixar trabalhadores florestais ao solo, pondo em execução alguns atos de Estado,³⁸⁰ que já vinham sendo postos em prática em governos anteriores a década de 1930, como: a construção e manutenção de campos experimentais com cultivo de plantas silvestres rentáveis para a economia exportadora e, conseqüentemente, para o Estado; a construção de escolas de “emergência” e agrícola; além de assistência e discussão sobre a concessão de terras aos trabalhadores florestais que ficaram no interior do Amazonas, cujo encargo maior consistia em tornarem-se potenciais agricultores. Pois, somente com a agricultura é que seria possível ao Amazonas almejar o *status* de civilização.

Constitucionalista de 1932, demonstrando que havia forças políticas a favor da constitucionalização por todo o país. A campanha pela constitucionalização pressionou o governo para a instauração da Constituinte, sendo os anos de 1933 e 1934 caracterizados, segundo Ângela Maria de Castro Gomes, como anos de transição dum Estado de Força para um Estado de Direito. O início dos trabalhos da Assembleia Constituinte ocorreu em 15 de novembro de 1933, cuja função era *elaborar uma nova constituição, julgar os atos do Governo Provisório e eleger o presidente constitucional do país. (...) O Governo Constitucional sancionado pela promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934 tem curta duração, caindo em novembro de 1937 com o golpe do Estado Novo*. Portanto, estes são os anos que compreendem esta pesquisa, anos que abarcam os governos Provisório e Constitucional, tendo como marcos os dois golpes de Estado, o de 1930 e o de 1937. GOMES, Ângela Maria de Castro. **Regionalismo e centralização política:** partidos e constituinte nos anos 30/ Coordenação Ângela de Castro Gomes, [et al]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501f. Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>, p.23-39.

³⁷⁹ Apesar de compreendemos que o processo civilizador das sociedades ocidentais analisado por Nobert Elias seja completamente diferenciado do que analisamos aqui e na compreensão da teoria elaborada pelo autor dos processos civilizadores, pensamos que os planos e políticas gestadas pela elite político-econômica amazonense demonstrava um desejo de alcançar, denominado por eles, o ‘grau’ de civilização das sociedades europeias. O que é comumente verificado nas fontes analisadas, a comparação de ações consideradas inadequadas da população que residia no Amazonas com àquelas que eram tidas como exemplar, as europeias. Portanto, analisamos tais políticas como um desejo da elite amazonense de querer civilizar. ELIAS, Nobert. **O processo civilizador:** Formação do Estado e Civilização / Nobert Elias. Tradução da versão inglesa, Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro, Jorge Hazar Ed., 1993, 2 v.

³⁸⁰ Pierre Bourdieu refletiu sobre questões relacionadas ao Estado, inclusive sobre os atos que são promulgados e postos em prática pelos agentes dotados de autoridade simbólica da máquina administrativa que o compõe: “*São atos autorizados, dotados de uma autoridade que, gradualmente, por uma série de delegações em cadeia, remete a um último: o Estado. (...) têm em comum ser ações feitas por agentes dotados de autoridade simbólica, e seguidas de efeito. Essa autoridade simbólica, pouco a pouco, remete a uma espécie de comunidade ilusória, de consenso último. (...) existem diferentes dimensões próprias a esses atos de Estado: a ideia de oficial, de público e de universal.*” BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **Sobre o Estado:** cursos no Collège de France (1989-1992) / Pierre Bourdieu; edição estabelecida por Patrick Champagne [et al.]; tradução Rosa Freire d’Aguiar – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.40 e 41.

Quanto ao corpo documental analisado, temos os documentos oficiais do executivo amazonense que foram elaborados pelos interventores federais e governadores, contendo sínteses e representações dos aspectos sociais, econômicos e políticos do Amazonas entre os anos aqui estudados. Os documentos, em sua maioria, escritos pelos agentes do executivo do Estado, a partir de outros documentos e relatórios dos departamentos da máquina administrativa estadual e dos prefeitos dos municípios e das vilas do interior amazonense. Portanto, são documentos que possibilitaram visualizar um padrão discursivo, apesar de serem escritos por diferentes agentes, o padrão discursivo é parecido ao existente na imprensa manauara dos anos 30. Nasthya Pereira argumentou, em dissertação de mestrado, que este tipo de documentação “possui um caráter serial que a inscreve num contexto de longa duração”, nos quais os governantes construíram um tipo de representação da realidade, portando-se, em muitas ocasiões, como críticos testemunhais de questões socioeconômicas do Amazonas.³⁸¹

Os campos experimentais de cultivo da indústria extrativa e agricultura

As políticas de fixação estavam coadunadas com as demandas da elite regional³⁸² que tinham interesses em reestabelecer o controle da extração do látex, haja vista, que a empresa mercantil³⁸³ vinculada à produção da borracha para exportação estava em processo de

³⁸¹Nasthya Cristina Garcia Pereira em dissertação de mestrado analisou um conjunto documental elaborado pelo executivo amazonense no período imperial que foi de suma importância para compreendermos os documentos aqui analisados. PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. **Relações Homem-Natureza: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)** / Nasthya Cristina Garcia Pereira. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFAM; Manaus, 2008, 144f, p.18-48.

³⁸²Eloína Monteiro dos Santos em sua tese de doutorado, defendida nos anos de 1990 na Universidade de São Paulo-USP, denominada de *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*, apresentou a trajetória deste político amazonense, o principal interventor federal de Getúlio Vargas, que esteve alinhado aos interesses da elite comercial do Amazonas, a historiadora afirmou logo na apresentação do livro, fruto da tese, que: Álvaro Maia (1893-1969) “(...) cresceu, consolidou e enfraqueceu à sombra das “classes conservadoras amazonenses”, integradas por comerciantes, especialmente exportadores e “comerciantes aviadores”, cujos interesses estavam vinculados à extração e à comercialização da borracha.” SANTOS, Eloína Monteiro. **Uma Liderança Cabocla**, op. cit.; p.13.

³⁸³Muitos autores que tratam da expansão da economia exportadora da borracha dialogam com o conceito de capital mercantil, portanto, trazemos um trecho da definição do conceito que consta no Dicionário de Pensamento Marxista: “(...) Marx, porém, foi bastante claro ao dizer que o capital mercantil “(...) é incapaz de, por si mesmo, promover e explicar a transição de um modo de produção a outro” e que “tal sistema representa, em toda parte, um obstáculo para o verdadeiro modo capitalista de produção (...)” (*O Capital*, III, cap. XX). Segundo Marx, nessa fase, o capital mercantil não só não controla o processo de produção, como “tende antes a preservá-lo como uma precondição”, (*ibidem*). Seguindo essa linha de argumentação, certos autores afirmaram que o subdesenvolvimento dos países hoje atrasados reflete o efeito debilitador da ação do capital mercantil sobre tais países durante o período do colonialismo europeu (1500-1850). Afirma-se, especificamente, que esse capital aliou-se aos elementos mais reacionários das classes dominantes pré-capitalistas locais, aumentando seu poder e bloqueando o aparecimento de relações capitalistas de produção (Kay, 1976; Dore e Weeks, 1979). Essa argumentação relaciona-se de perto

decadência. Esta foi uma premissa importante que deu base às ações políticas postas em prática nos anos 30, o pequeno produtor independente não interessava aos integrantes da elite político-econômica, o que os interessava era a expansão com investimentos estrangeiros das grandes propriedades de extração de produtos florestais e de agricultura que mantinham trabalhadores extratores sob seu comando.

No ano de 1926, o *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio* publicou o relatório da comissão brasileira que foi composta para participar de uma Missão oficial dos Estados Unidos da América com intuito de estudar solos, cultivos e as áreas com seringueiras e outros produtos de grande potencial a ser exportados. O interesse norte-americano em incentivar a plantação da *Hevea brasiliensis* em solo amazônico surgiu depois que o Estado inglês criou o *Plano Stevenson*.

Mas o que foi o *Plano Stevenson*? O Plano surgiu a partir de vários fatores e influenciou de certa forma algumas das ações postas em prática no Amazonas de 1930. Francisco de Assis Costa ressaltou que a ascensão norte-americana no sistema capitalista mundial, motivou de certo modo a elaboração do *Plano Stevenson* pelo Estado inglês.³⁸⁴

Por volta da segunda metade da década de 1910 a borracha cultivada se expandiu e dominou a produção mundial. As maiores plantações de borracha estavam em colônias inglesas, no Sudeste Asiático.³⁸⁵ Nos anos de 1920, Winston Churchill, Secretário de Estado das colônias inglesas, nomeou uma comissão sob a liderança de James Stevenson com o objetivo de estudar a possibilidade de valorização da borracha cultivada nas colônias.³⁸⁶ Dos estudos realizados resultaram o Plano³⁸⁷ que

como o debate sobre a natureza do IMPERIALISMO. Embora a expressão “capitalismo mercantil” seja encontrada com frequência, é uma denominação um tanto inexata. Como dissemos acima, o capital mercantil está, por definição, divorciado da esfera de produção, e todo o modo de produção é definido pelas relações sociais segundo as quais as produções se organizam. Portanto, o capital mercantil não pode determinar a natureza fundamental da sociedade; ele antes se superpõe às sociedades, cujo caráter essencial é determinado independentemente dele. O capitalismo não é, portanto, um sistema econômico e social definido, mas antes um mecanismo de controle da troca de produtos por dinheiro.” BOTTOMORE, Tom. **Capital Mercantil** / Tom Bottomore In: ___ Dicionário de Pensamento Marxista. Organizado por Tom Bottomore, Laurence Harris, V. G. Kiernan, Ralph Miliband. Editora Zahar; Rio de Janeiro; Ed. Digital de 2011; p.89 e 90.

³⁸⁴COSTA, Francisco de Assis. **A conjuntura internacional da borracha:** necessidades crescentes dos Estados Unidos, semimonopólio inglês e Plano Stevenson. In: Grande Capital e Agricultura na Amazônia: A experiência Ford no Tapajós / Francisco de Assis Costa. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. 2ª ed. Belém-PA; 2012; p.36.

³⁸⁵COSTA, Francisco de Assis. **A conjuntura internacional da borracha**, op. cit.; p.37.

³⁸⁶COSTA, Francisco de Assis. **A conjuntura internacional da borracha**, op. cit.; p.38.

³⁸⁷COSTA, Francisco de Assis. **A conjuntura internacional da borracha**, op. cit.; p.39.

“(…)propunha agir sobre o preço internacional do produto pela redução absoluta da oferta ou pela manutenção ou ampliação dessa oferta a preços crescentes resultantes das taxações progressivas, ou ainda, pela conjugação das duas coisas. Para qualquer dos casos, o pressuposto era de uma demanda pelo produto relativamente inelástica: uma redução na oferta provocaria uma elevação mais que proporcional no preço ou uma elevação nos preços produziria uma queda menos proporcional na quantidade demandada. Assim sendo, tanto em uma como em outra situação, a receita total se ampliaria para os países exportadores em detrimento dos países importadores, os quais teriam incrementados seus dispêndios para aquisição de uma quantidade menor do produto.”³⁸⁸

Houve contestações em relação à intervenção inglesa no mercado mundial da borracha. Em 1923, foi realizada uma conferência em Washington, com industriais e com o governo norte-americano, que queria “tornar público os aspectos negativos do plano, desenvolver ideias para combatê-lo e avaliar as possibilidades de ‘estabelecer a cultura da borracha sob *seu* controle”. Desta conferência surgiu uma proposta de incentivo do governo estadunidense “para investigar e relatar as possibilidades de desenvolver plantações de borracha nas Filipinas e América Latina”.³⁸⁹

Para tanto foi enviado, em 1923, um grupo de especialistas sob a chefia de W. L. Schurz, adido comercial da *Embaixada Norte Americana* no Rio de Janeiro que entraram em contato com o *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio* brasileiro, bem como com os governos estaduais do Pará e do Amazonas, mais as *Associações Comerciais* dos respectivos estados. O governo do Amazonas e os representantes da Associação Comercial estiveram presentes junto ao itinerário realizado pela Missão Norte-Americana que percorreram os diversos rios da Amazônia³⁹⁰ para observação e escrita do relatório.³⁹¹

No relatório há uma descrição detalhada da viagem, os trabalhos executados e algumas conclusões formuladas pelos técnicos. Está dividido em 5 partes, porém duas delas nos interessam nesta análise, a 1ª que trata sobre o itinerário e observações locais e a 4ª que relata

³⁸⁸COSTA, Francisco de Assis. **A conjuntura internacional da borracha**, op. cit.; p.39.

³⁸⁹COSTA, Francisco de Assis. **A conjuntura internacional da borracha**, op. cit.; p.41.

³⁹⁰“A Missão percorreu: I) - Bolívia, compreendendo norte e noroeste; II) - Território do Acre, especialmente a parte oriental; III) - Rio Madeira, abrangendo o Amazonas e noroeste de Mato Grosso; IV) - Alto Amazonas, parte sul, isto é, bacia dos rios Purus, Juruá, Javari; V) - Alto Amazonas, parte norte, compreendendo rios Branco, Negro, Japurá e Iça; VI) - Repúblicas do Peru, Equador e Colômbia, interessando apenas a zona amazônica; VII) - Baixo Amazonas, parte norte, relativos aos rios Urubu, Uatuman, Yamundá, Trombetas, Curuá, Parú e Jary; VIII) - Baixo Amazonas, parte sul, isto é, região de Maués, rios Tapajós, Xingu e Tocantins; IX) - Belém do Pará, e Bragança, Costa, Marajó, ilhas, delta amazônico, Macapá, etc.” RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Serviço de informações), 1926, p.33.

³⁹¹RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.34.

sobre a exploração da borracha e outros produtos.³⁹² O relatório possibilita o vislumbre de diversas informações sobre o interior amazonense, informações sobre a população e a qualidade do trabalhador, condições de vida, sistema de remuneração, saúde e estado sanitário, vegetação e produtos florestais, custo e preparo das terras, agricultura principal, além de outras informações técnicas sobre o solo, a vegetação e o clima.

Em 3 de agosto de 1923, a Missão Norte-Americana iniciou os preparativos para a viagem.³⁹³ Na noite de 15 para 16 de agosto daquele ano, o vapor “Andirá” deixou o porto de Belém, levando a bordo os técnicos norte-americanos e a comissão composta por brasileiros, iniciando o itinerário que terminaria em junho de 1924.³⁹⁴ O vapor “Andirá” levava a bordo além dos membros da Missão Norte-Americana e da comissão brasileira, o Coronel Arthur Ferreira, delegado da Associação Comercial do Amazonas (ACA), a esposa de W. L. Schurz e mais o filho.³⁹⁵

Ao adentrar as fronteiras do estado amazonense foram recebidos por membros da elite político-econômica do Amazonas: Samuel Uchôa, diretor do departamento de profilaxia do Amazonas; Vicente Reis, diretor do *Jornal do Comércio* de Manaus; coronel V. Meirelles, inspetor da alfândega; comendador J. G. Araújo, comerciante e auxiliar da Missão Norte-Americana; mais Araújo Lima, Milton Diniz e o comandante Bahia Pablo Novoa. O vapor “Andirá” aportou em Manaus às 9 horas do dia 21 de agosto de 1923 e seus passageiros foram instalados na pensão *Excelsior* auxiliados sempre por membros da ACA.³⁹⁶

Os primeiros terrenos e estabelecimentos visitados nos arrabaldes de Manaus pela Missão foram o seringal Miry, Campo Experimental de Cachoeira Grande e o Centro Agrícola “Centenário”. A Missão visitou o seringal Miry que tinha uma pequena plantação da *Hevea brasiliensis*, vistoriaram o seringal por cerca de 2 horas, extraíram amostras para estudos das variedades botânicas de seringueiras.

³⁹²RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.31.

³⁹³RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.36.

³⁹⁴RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.31.

³⁹⁵RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.40 e 41.

³⁹⁶RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.50, 51 e 52.

O seringal experimental estava localizado no *Boulevard Amazonas*, ao sair da cidade, nos arrabaldes de Manaus. Fora criado pelo “Club da Seringueira”, sociedade fundada pelo comendador José Claudio de Mesquita e tinha intuito de defender os interesses da economia gomífera.³⁹⁷ José Claudio de Mesquita já era falecido naquele momento, contudo fora ele quem dirigiu “os trabalhos de plantio e restauração de seringueiras adultas, estragadas, cortes e colheitas do látex”.

O seringal Miry era acessível por linhas de bondes elétricos e servia como um seringal modelo para demonstração de métodos de plantio, conservação e extração do látex da seringueira.³⁹⁸ O campo experimental de Seringal Miry tornou-se um espaço para que o Estado amazonense propagandeasse sobre os benefícios do cultivo da *Hevea brasiliensis* para a economia exportadora da borracha, é considerado o campo experimental pioneiro “na plantação sistematizada de seringueiras” e “responsável pela expansão dos campos experimentais” no Amazonas.³⁹⁹ Anos depois, o governo estadual criaria sob decreto, em 19 de abril de 1943, a escola de seringueiros *José Claudio de Mesquita* que funcionaria no antigo Seringal Miry e teria a finalidade de ministrar conhecimentos práticos e racionais de corte das seringueiras e do preparo da borracha. O seringal seria entregue ao *Serviço de Fomento Agrícola* pela Prefeitura de Manaus e teria uma modesta instalação, cercado de arame farpado e moirões de acariquara.⁴⁰⁰

³⁹⁷O “Club da Seringueira” surgiu a partir da década de 20 com a “*intenção de promover, em meio às críticas de que seria irrealizável, a ideia de que plantar seringueira, a exemplo da plantação asiática, era uma das saídas mais viáveis da crise econômica e o triunfo do Amazonas no cenário nacional e internacional. (...) o Seringal “Miry”, criado no início de 1914, pelo comendador José Claudio Mesquita, emérito defensor da borracha e incentivador de estudos científicos sobre a seringueira. (...) O comendador morre em 1923, o campo experimental fica sob responsabilidade da Associação Comercial do Amazonas, cujo dever era conservá-lo e nele incentivar os estudos científicos em prol do desenvolvimento e aperfeiçoamento da borracha ... no Amazonas.*” BRAGA, Camila Ferreira. **Economia, Ciência e Imagem do Amazonas: Articulações e Propaganda em Tempos de Crise Econômica (1920-1930)** / Camila Ferreira Braga. Dissertação de Mestrado, 2015, p.87 e 90.

³⁹⁸RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.53.

³⁹⁹BRAGA, Camila Ferreira. **Economia, Ciência e Imagem do Amazonas**, op. cit.; p.91.

⁴⁰⁰“*Recebido em maio de 1942...A escola dos seringueiros fez, também, experiências com o látex de “murupita” ou “tapurú”, obtendo ótimos resultados, como do relatório especial enviado em Exmo. Snr. Interventor Federal; bem como preparou 125 “soldados da borracha”, que seguiram para o interior encaminhados pela SAVA; tendo ainda feito recenseamento das seringueiras dos logradouros públicos de Manaus.*”THURY, Admar. **Relatório Retrospectivo das atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão** e do Serviço de Fomento Agrícola, durante os nove anos da Administração do Dr. Álvaro Maia, apresentado ao Snr. Secretário Geral do Estado pelo diretor Admar Thury. Secretaria geral do estado do Amazonas. Diretoria do Serviço de Fomento Agrícola. 1935-1944, p.10 e 11.

Outra propriedade visitada pelos técnicos da Missão, em 1923, foi o campo experimental de Cachoeira Grande que pertencia à *Sociedade Amazonense de Agricultura (SAA)*, que segundo Angelino Belivaqua, secretário geral da SAA, foi fundada em 1909.

O campo experimental de Cachoeira Grande estava situado no norte da cidade, à margem da linha dos bondes do bairro de Flores, distante cerca de um quilômetro do perímetro urbano de Manaus. Ele dispunha de uma área de 6 km² com 18 hectares cultivados com plantas forrageiras, árvores frutíferas, seringueiras e outras essências florestais, era banhado por dois igarapés que se reuniam numa barragem e represavam água suficiente, para acionar motores hidráulicos que o irrigavam. Nos arredores do campo experimental havia casas, arados manuais e de tração animal, destinados ao serviço próprio do campo e ao empréstimo aos agricultores da área.⁴⁰¹

No dia 27 de agosto de 1923, a Missão saiu de Manaus em direção ao Centro Agrícola “Centenário”, instalado pelo governo federal à margem esquerda do rio Solimões, no local denominado de lago do Caldeirão. Segundo o relatório o Centro Agrícola “Centenário” havia sido fundado em 1921 pela *comissão protetora dos flagelados* e reorganizado em fevereiro de 1923 pelo *serviço do povoamento do solo*. Havia diversas edificações de madeira à beira do rio que abrigavam o almoxarifado, a administração, uma farmácia, uma capela católica e uma escola no alto de uma colina que tinha 26 metros acima da superfície das águas do rio. Nos arredores do Centro Agrícola havia oficinas de carpintaria e serraria, além de uma usina elétrica.⁴⁰²

Dias depois a Missão Norte-Americana partiria rumo ao rio Madeira, onde foram visualizadas inúmeras propriedades com seringais e castanhais em pleno funcionamento, com contingentes expressivos de trabalhadores extratores imobilizados, além de plantações de seringueiras e outros produtos agricultáveis. O relatório não faz menção a pequenos produtores independentes e isto não quer dizer que eles não estivessem no interior amazonense, apenas reafirma que a Missão Norte-Americana junto ao *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio* brasileiro tinham apenas o interesse em visitar e vislumbrar as possibilidades de investimento junto as grandes propriedades com seringais e castanhais ativos. A Missão visitou outros campos experimentais situados no Território do Acre e em outras localidades, sempre em

⁴⁰¹RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.54 e 55.

⁴⁰²RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.57.

companhia de representantes da *Associação Comercial do Amazonas* que cooperou e facilitou com os trabalhos dos técnicos a serviço dos Estados Unidos da América.⁴⁰³

No início de 1930, havia um pessimismo quanto à situação econômica do Amazonas, consideração derivada do abalo ocasionado pela Grande Depressão,⁴⁰⁴ com a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, levando Dorval Porto, o então governador do Amazonas a conjecturar que a década de 1930 seria marcada pelo ápice da crise pela qual o Amazonas passava.⁴⁰⁵

Em 1930, Dorval Porto apresentou perante a Assembleia Legislativa os considerados progressos do Campo Experimental situado à margem esquerda do paraná da Eva⁴⁰⁶ que possuía na área de várzea e em terra firme, respectivamente, cerca de 9 hectares e de 250 hectares de terras. Usavam-se no campo técnicas de plantio em dois tipos de solos, os argilosos e as chamadas terras pretas, que segundo as observaes a seringueira plantada em terra firme havia apresentado maior desenvolvimento, já os experimentos com o guaran verificou-se uma maior adaptação com a terra firme argilosa.

O Campo Experimental de Paraná da Eva surgiu em fins dos anos 20, sob o decreto n 29 de 18 de maio de 1926, com intuito de utilizar “métodos científicos com relação  organização e execução de agricultura” no Amazonas.⁴⁰⁷ Naquele campo foram feitos testes com variadas plantas, porém quatro das mais exportadas foram, preferencialmente, testadas a mando do governo estadual:⁴⁰⁸ a seringueira, a castanheira, o guaranazeiro e o cacauieiro.

⁴⁰³RELATRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. op. cit.; p.220.

⁴⁰⁴Eric Hobsbawm no livro *Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)* afirmou que *as consequências da crise econômica no mundo não europeu e não ocidental, (...), foram patentemente impressionantes. (...) entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la.* HOBBSAWM, Eric J. **Rumo ao abismo econômico** / Eric J. Hobsbawm. In:___ *Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.90-112.

⁴⁰⁵PORTO, Dorval. **Mensagem apresentada  Assembleia Legislativa do Amazonas**, pelo Presidente Dorval Porto, ao instalar-se a 2 sessão ordinária da 14 legislatura. Manaus; Imprensa Pública; 1930, p.75 e 76.

⁴⁰⁶Segundo o relatório da Comissão incumbida de rever os limites dos municípios e dos distritos administrativos e judiciários do Amazonas em cumprimento do Decreto-lei federal, n 311 de 2 de março de 1938, paraná da Eva localizava-se nas proximidades de Itacoatiara: (...) *O rio Amazonas, desde a foz do rio Preto da Eva, na margem esquerda (paraná da Eva), até a confluência do furo do Boto, na margem direita, ficando a ilha da Eva para o município de Itacoatiara.* ESTADO DO AMAZONAS: Seus limites e sua divisão territorial. Diretoria Regional de Geografia do Amazonas. Manaus, 25 de novembro de 1938, p.119.

⁴⁰⁷BRAGA, Camila Ferreira. **Economia, Ciência e Imagem do Amazonas**, op. cit.; p.90 e 91.

⁴⁰⁸PORTO, Dorval. **Mensagem**, 1930, op. cit.; p.31, 32 e 33.

Para que o Campo Experimental de Paraná da Eva pudesse ter maior utilidade para o chamado progresso amazonense, uma escola rural foi transferida, em fevereiro de 1930, por decreto⁴⁰⁹ do governo amazonense, para junto do Campo Experimental à boca do paraná da Eva, localizado entre Manaus e Itacoatiara, no qual crianças, possivelmente, tenham sido ensinadas dentro de uma proposta de ensino agrícola.

O governo deposto pelo golpe de Estado em 1930⁴¹⁰ ao falar perante a Assembleia Legislativa sobre os problemas amazonenses, enfatizou que o progresso econômico da região viria pelo cultivo racional de plantas nativas dos próprios municípios e pela explorao das ocultas possibilidades econmicas da floresta que ainda estavam por serem descobertas.

Em exposio feita em 1931, lvvaro Maia ao assumir a interventoria federal do governo provisório, afirmou ter encontrado o Campo Experimental de Paraná da Eva e edifícios públicos abandonados, como o Sanatório Ephigênio de Salles, no qual o agrônomo Leônidas Oliveira havia organizado as plantao es de:

“(...) 20.000 ps de café, em simetria, feijões e macaxeira. Se esse cafezal prosperar, uma vez que foi plantado ao sol, por experiência, será o bastante para o fornecimento aos orfanatos e casas de caridade do Estado. O Campo Experimental acha-se sob inspeo de oficiais da ex-Força Polcial, com plantao es em crescimento, devidamente roadas.”⁴¹¹

As plantao es são foram possíveis, naquele momento, por causa das verbas destinadas a resolver a questão dos chamados “sem trabalho”, pessoas consideradas desocupadas pelo Estado, que se situavam em Manaus⁴¹² e no interior amazonense.

Antônio Rogério Coimbra, substituto de lvvaro Maia, assumiu a Interventoria do Amazonas em agosto de 1931, criando o *Serviço Provisório de Socorro e Localizao dos “sem*

⁴⁰⁹O questionamento que fazemos aqui  se essas crianças foram tomadas, também, como trabalhadores nos campos experimentais. PORTO, Dorval. **Mensagem**, 1930, op. cit.; p.41.

⁴¹⁰Pelas pesquisas e leituras feitas  unânime quanto a certeza do golpe de Estado realizado em 1930 pelo grupo opositor ao que ganhou as eleio es naquele ano, o que se questiona  o caráter revolucionário dos acontecimentos que desencadeou o golpe e do grupo que, posteriormente, assumiu o poder. Portanto, enfatizaremos no golpe que levou ao poder determinado grupo político, sem realizao de grandes mudanças estruturais na sociedade brasileira, sendo criada, com a ênfase de que houve uma “revoluo em 1930”, *uma memória histórica do vencedor da luta política*. DECCA, Edgar de. **1930 o silêncio dos vencidos: memória, história e revoluo** / Edgar de Decca. Editora Brasiliense. 6 ed. 2004, 209f., p.75.

⁴¹¹MAIA, lvvaro. **Exposio lida pelo Dr. lvvaro Maia**, interventor federal, ao povo amazonense, a 5 de julho, no Alcazar. Diário Oficial, Manaus, quinta-feira, 9 de julho de 1931, p. 13.

⁴¹²MAIA, lvvaro. **Exposio**, 1931; op. cit.; p.13.

trabalho” que tinha como finalidade amparar pessoas consideradas desocupadas, além de trabalhadores extratores e agrícolas.⁴¹³

Foram localizados e fundados dez núcleos agrícolas: em Benjamin Constant, Lábrea, Porto Velho⁴¹⁴, Barcelos e Paraná da Eva, estes escolhidos por técnicos; e em Manacapuru, Coari, Tefé, João Pessoa e Borba, fundados como núcleos pelos prefeitos municipais nomeados pelo interventor. Os núcleos foram fixados nas cercanias dos municípios, segundo o relatório, favorecidos de meios fáceis de comunicação e transporte, além de nascentes de água, condições para o desenvolvimento de agricultura.

Os serviços de desbravamento do solo iniciaram-se em setembro de 1931, principalmente, nos núcleos recém fundados que requeriam o trabalho de corte e derrubada das árvores, para o qual foram distribuídos: 480 terçados, 198 foices, 464 machados, 484 enxadas, 334 enxadecos, afora outras ferramentas. Do mês da criação do serviço até fevereiro de 1932 os trabalhadores derrubaram cerca de 218 hectares de floresta, plantaram cerca de 199 hectares, construíram 39 casas e eram pagos em diárias.⁴¹⁵ Um ponto a ser realçado é quanto o trabalho de derrubada de árvores era considerado extremamente exaustivo. Em 1936, a Usina que bombeava água para Manaus ficou com estoque reduzido de lenhas que alimentavam as máquinas, consequência da falta de homens para o trabalho de corte de madeira em áreas florestais nos arredores de Manaus, pois estes abandonavam o cargo que consideravam “pesadíssimo”, procurando outras ocupações mais brandas e com melhor remuneração.⁴¹⁶

Além de localizar os “sem trabalho” o *Serviço Provisório de Socorro e Localização* tinha o objetivo de localizar famílias que desenvolviam agricultura, sendo encontradas: 23 famílias em Coari, 11 em Barcelos, 6 em Benjamin Constant e 11 em Porto Velho. Para as quais foram

⁴¹³COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório apresentado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Getúlio Vargas**, Chefe do Governo Provisório da República, pelo Interventor Federal no Amazonas, capitão-tenente Antônio Rogério Coimbra. Manaus; Imprensa Pública; 1932, p.20.

⁴¹⁴De acordo com os registros históricos, na década de 1930, tanto Boa Vista do Rio Branco quanto Porto Velho, atualmente, as respectivas capitais dos estados federativos de Roraima e Rondônia, eram cidades que pertenciam ao Estado do Amazonas. Os territórios que as compreendiam ainda não haviam sido desanexados ou separados do Amazonas.

⁴¹⁵COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.20, 21, 22 e 23.

⁴¹⁶MAIA, Álvaro. **Mensagem do governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa**, na abertura da sessão ordinária, em 3 de maio de 1937; Estado do Amazonas; Imprensa Pública; Manaus, 1937, p.122.

distribuídos materiais, sementes e cerca de 700 sacas de café⁴¹⁷ por intermédio dos prefeitos municipais.

O núcleo de Coari foi considerado um dos que apresentava melhor desempenho, no qual foi aberto um campo para agricultura, com área de 120.000 metros quadrados, protegido por uma cerca de arame farpado de 2.500 metros.⁴¹⁸ Além de Coari, o núcleo de Tefé também foi apontado com bom desempenho, no qual foram plantadas as culturas descritas abaixo:

Cultivo nos núcleos de Coari e Tefé		
Nº	Coari Nº de covas	Tefé Nº de covas
1	105.550 de mandioca	83.000 de mandioca
2	42.000 de arroz	1.500 de arroz
3	7.200 de mamona	2.500 de mamona
4	285 de café	930 de café
5	92 de cacau	600 de cacau
6	965 de fruteiras	4.200 de fruteiras
7	5.980 pés de ananás	1.000 pés de ananás
8	6.400 de algodão	-
9	300 de seringueiras	-
10	403 de castanheiras	-
11	10.000 de cana de açúcar	-
12	-	5.000 de feijão
13	-	5.000 de milho

(COIMBRA, 1932:22)

Em fevereiro de 1932, Manaus recebeu a visita do já ex-delegado do Norte, Juarez Távora,⁴¹⁹ que teve acesso a um resumo sobre a situação econômica do Amazonas através do interventor Rogério Coimbra, no qual enfatizava os cortes de verbas para o *Serviço de Agricultura e Núcleos Agrícolas*, aprovado pelo governo anterior ao golpe, priorizando a oferta

⁴¹⁷O Serviço de localização recebeu do governo federal essas sacas para distribuir entre a população amazonense. COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.20, 21, 22 e 23.

⁴¹⁸COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.19.

⁴¹⁹A Delegacia Militar do Norte foi criada oficialmente em 12 de dezembro de 1930 e teve o capitão Juarez Távora como seu primeiro e único Delegado Militar que representava os Estados do Norte junto ao Governo Federal, segundo Raimundo Hélio Lopes em sua tese, denominada de *Um Vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32*, afirmou que (...) *A Delegacia, além de procurar atender às questões políticas e administrativas de cada um dos estados, também foi promotora de uma política mais global para o Norte definida pela defesa dos interesses da região, em apoio ao Governo Provisório*. Juarez Távora pedirá o desligamento do cargo que ocupava, em 22 de dezembro de 1931, através de uma carta enviada a Getúlio Vargas onde comunicou os motivos pelos quais estava deixando o cargo de Delegado do Norte. Porém, ao que tudo indica em viagem ao Amazonas, em 1932, ainda veio e foi reconhecido como Delegado do Norte, apesar do pedido de renúncia. Vale ressaltar, também, que o Norte, na década de 1930, compreendia os Estados que iam do território do Acre a Bahia. LOPES, Raimundo Hélio. **Um Vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32** / Raimundo Hélio Lopes. Tese de doutorado – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Orientadora: Ângela Maria de Castro Gomes. 2014, 315f., p.73-120, 164-198.

de passagens para os que deixavam o interior amazonense em direção aos estados federativos do Nordeste brasileiro, despovoando o Amazonas⁴²⁰ e intensificando o estado de crise.

A prefeitura de Manaus em conjunto com o governo estadual, concedeu incentivos ao desenvolvimento da agricultura em seus arrabaldes. Ainda no governo de Coimbra foi criado o *Serviço de Assistência à Agricultura* por meio do qual foi promovida, pelos agricultores e lavradores, a plantação das seguintes culturas consideradas de colheita permanente:

Culturas De Colheita Permanente		
Nº	Tipo	Quantidade
1	cacaueiros	300.000
2	castanheiras	50.000
3	guaranazeiros	25.000
4	cafeeiros	200.000
5	seringueiras	100.000
6	andirobeiras	100.000
7	abacaxizeiros	500.000

(COIMBRA, 1932:37)

Nelson de Mello, substituto do interventor Rogério Coimbra, em olhar retrospectivo, afirmou que a ambição dos governos diante da expansão econômica com a exportação da borracha, sem preocupação com o futuro, não incentivou a plantação racional da indústria extrativa. O não incentivo à plantação da indústria extrativa, mais a desanexação e transformação em Território do Acre, pelo governo federal, de extensa e produtora faixa de terra, somado com os resultados das plantações do Oriente, colocou os maiores produtores de borracha em uma crise que perdurava décadas.⁴²¹

Em Codajás, entre os anos de 1933 e 1934, sob o governo do prefeito Raymundo Rodrigues das Neves, foi construída uma estrada de rodagem com setecentos metros de extensão por dois e meio de largura, ligando a vila a um dos centros agrícolas, além de pequenos consertos no prédio agrícola do município.⁴²² O que demonstra uma continuidade de políticas voltadas para a expansão de agricultura no Amazonas.

No governo de Nelson de Mello foi criado o *Aprendizado Agrícola do Paredão* com intuito de adaptar-se, oportunamente, à *Diretoria de agricultura, indústria e comércio*, no qual deveria ser ministrado ensinamentos práticos aos filhos de agricultores do interior. Em Manaus,

⁴²⁰COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.52,53 e 54.

⁴²¹MELLO, Nelson de. **Relatório apresentado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Getúlio Vargas**, Presidente da República, pelo Interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Mello. Outubro de 1933 a dezembro de 1934. Manaus-AM; Imprensa Pública; 1935, p.01.

⁴²²MELLO, Nelson de. **Relatório**, 1935; op. cit.; p.48.

sob a direção de Erico da Rocha Nobre, egresso da Escola Agronômica de Piracicaba, foi montado um laboratório de química agrícola, para o estudo de plantas comerciais, classificação e padronização dos produtos exportados pelo Amazonas.⁴²³

Com o fim das interventorias, Álvaro Maia assumiu o governo constitucional do Amazonas em 1935. Em mensagem à Assembleia Legislativa,⁴²⁴ falou que na vila de Fonte Boa, naquele mesmo ano, ocorreu a desobstrução de 120.000 m² de terras destinadas à indústria pastoril e o arranjo de uma cerca de arame farpado circulando o perímetro urbano da vila, separando-as das terras destinadas à agricultura. Foram disponibilizados formicidas para a destruição de formigas saúvas, consideradas inimigas da agricultura, que ameaçavam as terras preparadas para o cultivo de variadas espécies de cereais em Fonte Boa.⁴²⁵

Em Canutama, o prefeito Francisco de Araújo, igualmente, reclamava dos efeitos que as formigas saúvas causavam às plantações da vila, adquirindo um extintor de saúvas que ajudou os lavradores a terem uma boa safra de farinha, cuja produção foi de 800 a 1.000 alqueires de farinha em 1935. Outra forma para fomentar a agricultura em Canutama foi a obtenção, pela prefeitura, de um engenho de tração animal que deveria auxiliar na produção de farinha, além de solicitar que pusessem um portão de “madeira de lei” na entrada da cerca que separava as terras agrícolas das terras pastoris, demonstrando que por volta de 1935 havia agricultura no interior.⁴²⁶

O governo constitucional amazonense louvava a iniciativa privada que instalara pelo território várias usinas de beneficiamento de castanha.⁴²⁷ Álvaro Maia afirmava que a *Associação Comercial do Amazonas (ACA)*⁴²⁸ era a principal colaboradora da administração

⁴²³MELLO, Nelson de. **Relatório**, 1935; op. cit.; p.51 e 52.

⁴²⁴MAIA, Álvaro. **Mensagem do governador Álvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa**, na abertura da sessão ordinária, em 3 de maio de 1936; Estado do Amazonas, 1936; p.05.

⁴²⁵MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936; op. cit.; p.159.

⁴²⁶MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936; op. cit.; p.159.

⁴²⁷MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936; op. cit.; p.211 e 212. Em 1931 Álvaro Maia saudou J. G Araújo (...), *pelas fábricas, bastando citar-se beneficiamento da castanha, de J. G. Araújo & Cia. Ltda., em que trabalham perto de 500 moças, (...)*. MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.12.

⁴²⁸Alexandre Nogueira Avelino em sua dissertação de mestrado, denominada de *O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: A revista da Associação Comercial e as Representações acerca do Trabalho no Amazonas (1908 - 1919)*, traçou a historicidade da Associação Comercial do Amazonas – ACA – e analisou o patronato associado a esta Instituição, fundada em 1871, cuja finalidade era representar, frente ao Poder Público, as diversas categorias patronais, levando as demandas da elite comercial ao Estado gerando políticas socioeconômicas. AVELINO, Alexandre Nogueira. **O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: A revista da Associação Comercial e as Representações acerca do Trabalho no Amazonas (1908-1919)** / Alexandre Nogueira Avelino. Orientador: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História. [s.n.], 2008, 161f.

pública amazonense,⁴²⁹ exaltando-a, afirmando que prestou assistência à produção agrícola e nativa e apontando a plantação de arroz no Amazonas como uma vitória empreendida pela ACA que proporcionava uma expectativa ao abandono da importação anual de cerca de mil e duzentos contos de réis com arroz.⁴³⁰

A *Sociedade Amazonense de Agricultura* (SAA) mantinha diálogo com a ACA, fornecendo a *Seção de Assistência à Agricultura* mudas que seriam distribuídas no interior. Em 1935, foram distribuídas cerca de cinquenta mil e quarenta mudas. No dia 11 de outubro de 1935 a diretoria da ACA endereçou ao governador constitucional, Álvaro Maia, um ofício que solicitava investimentos para que houvesse o aparelhamento da *Sociedade Amazonense de Agricultura* por parte do Estado o que incentivaria o desenvolvimento da agricultura no Amazonas,

“Manaus, 11 de outubro de 1935.

Exmo. Sr. Dr. Álvaro Maia, governador do Estado.

(...)

Isto posto, voltamos novamente a ocupar-nos do assunto, solicitando a V. Excia. a determinação das providências legais, no sentido de ser atribuída àquela sociedade uma dotação anual de 36:000\$00, para que essa entidade continue a prestar ao Estado, de maneira mais decisiva, sua valiosa colaboração, cuja importância, para o desenvolvimento econômico do Amazonas com base na arboricultura, torna-se desnecessário acentuar.

(...)

Augusto Cezar Fernandes,

Presidente

Mário de Oliveira Adrião,

Secretário”⁴³¹

O governo estadual atendeu às solicitações da ACA, pondo a *Sociedade Amazonense de Agricultura* no orçamento estadual de 1936, com um auxílio de 10:000\$000 e não de 36:000\$00 como a associação solicitara.

Usinas de beneficiamento foram montadas em cooperação com os poderes públicos em Manicoré e Parintins, cujo funcionamento vinha desde 1934, com montagem das maquinarias e distribuição de sementes. Em 1934, as usinas produziram cerca de 36.980 quilos e, em 1936,

⁴²⁹MAIA, Álvaro. 1936, op. cit.; p.204. Eloína dos Santos, no livro *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maria*, analisou a trajetória de Álvaro Botelho Maia, interventor e governador constitucional, oriundo da elite local, esteve sempre próximo do que Eloína Monteiro dos Santos denominou de “classes conservadoras amazonenses”, *cujos interesses estavam vinculados à extração e à comercialização da borracha*. SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**: op. cit.; p.xiii.

⁴³⁰MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.203 e 204.

⁴³¹RELATÓRIO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. Ano Social de 1935. Manaus, Brasil, p.33 e 34.

145.228 quilos. Especulavam que para o ano de 1937 produziria cerca de 300 toneladas. Para que houvesse a possibilidade de exportação em massa, o governador⁴³² enfatizou que a ação do governo era primordial:

“(...) *assistir* aos trabalhadores dos nossos campos, de maneira a que não lhes fuja o estímulo e o desejo dessa realização com o descaminho dos frutos de seu penoso trabalho. Evitará o governo esse desencorajamento, preconizando e promovendo a organização de uma cooperativa, ou contribuindo, se puder, para seu aparelhamento mecânico, certo de que, somente por essa forma, compensará o esforço do agricultor amazonense, que tão decididamente correspondeu ao seu apelo, quando foi necessário libertar o Estado do êxodo de mais de 1.500 contos de réis anuais para compra de arroz.”⁴³³

Álvaro Maia citou, em documentos oficiais, a atuação dos religiosos beneditinos que elaboraram um plano de educação agrícola básica na *Prelazia de Boa Vista de Rio Branco*, direcionado aos órfãos desprotegidos e filhos de agricultores que seriam ensinados em campos experimentais de plantações de algodão.⁴³⁴

Entre os anos de 1935 e 1936, o timbó, cipó trepador encontrado na região amazônica,⁴³⁵ obteve uma expansão em sua exportação, diferente da farinha, do feijão, do tabaco que segundo o governador obtiveram diminuição, não suprimindo o consumo interno do Amazonas.⁴³⁶ Álvaro Maia exemplificou com o caso do Pará, em que o governo de José Malcher sancionou uma lei, em 11 de janeiro de 1937, proibindo a exportação do timbó em bruto ou em raiz, o que obrigaria o extrator ao replantio na mesma proporção da extração feita, sob fiscalização do Estado, com isso solicitava um melhor planejamento quanto à expansão de plantio do timbó no Amazonas, sendo ela, uma nova fonte de renda e de trabalho.⁴³⁷

A *Empresa de Plantação-Limitada*, instalada no Amazonas entre os anos de 1930 e 1931, realizou a plantação de castanheiras e de outras plantas na zona do Aleixo, onde desmatou mais de duzentos hectares de floresta, plantando cerca de 11.000 castanheiras, já em pleno desenvolvimento em 1937. Exemplo que acabou despertando o interesse de empresários

⁴³²Creio ser a partir do Governo Constitucional de 1935 que a autoridade máxima do executivo amazonense começou a ser chamada de governador, pois os documentos oficiais do período, trazem à tona esta denominação. MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.298.

⁴³³MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.336 e 337.

⁴³⁵Segundo alguns estudos o timbó pode ser tóxico a alguns animais de sangue frio, utilizado por algumas etnias indígenas no processo de pesca. TAPIRAPÉ, Xawap'io. LEÃO, Marcelo Franco. **A importância da pesca com timbó para o povo indígena Apyãwa (Tapirapé) de Mato Grosso / Xawap'io Tapirapé e Marcelo Franco Leão.** Destaques Acadêmicos, Lajeado, v. 9, n. 3, p. 155-197, 2017. ISSN 2176-3070, p.158.

⁴³⁶MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.329.

⁴³⁷MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.335.

paulistas na plantação da *Hevea brasiliensis* que firmaram um contrato com o Estado para plantação de castanha e borracha, envolvendo 242 hectares de terras.⁴³⁸

Os relatórios citavam estudiosos da economia amazônica, dando tom de credibilidade em seus planos quanto a sobrevivência da *Hevea brasiliensis*, falava-se sobre a necessidade de organização dos “seringais-fazendas” ou “seringais-agricultados”, nos quais deveriam cultivar alimentos de primeira necessidade pelas e para as populações que neles habitassem.

O governador amazonense afirmou que pela zona rural de Manaus, Curarí e outros paranás, muitos homens rumavam para os castanhais e balatais, atividades do período de chuva na Amazônia. Porém, no início do verão, época propícia para plantação, os trabalhadores ainda se encontravam na floresta, deixando as derrubadas e “limpas” dos campos a cargo de mulheres e crianças, resultando no que ele considerava como pouca produção agrícola nos arredores de Manaus.⁴³⁹ Questionavam-se:

“(…) E como isso impediria o tão temido ‘nomadismo’ dos extratores, se os lucros com a extração de produtos eram maiores que com a da plantação sistemática? A incorporação do braço ameríndio ao trabalho organizado atenuaria as dificuldades – incorporação com todas as garantias proporcionadas ao operário sindicalizado.”⁴⁴⁰

Afirmavam que os longos períodos ociosos entre as safras não ajudavam no tão sonhado progresso amazonense, ao invés do ócio, deveria haver uma sequência de trabalho nas safras da borracha e da castanha com exploração de outros produtos como: a celulose, o timbó, a mineração, as essências, as plantas oleaginosas e a agricultura, esta última era apontada como um caminho viável para os classificados “sem trabalho”.⁴⁴¹

Em 1932, foi aprovado o ato n.º 1.682, pelo interventor federal, Rogério Coimbra, que tinha o intuito de incentivar a propaganda dos produtos explorados pela *Associação Comercial do Amazonas* tendo em 1936 cerca de 316:201\$700, importância distribuída:

“(…)em assistência à agricultura, móveis e utensílios, serviço de propaganda, usina técnico-agrícola, para beneficiamento de cereais e auxílio à pequena lavoura, restando-lhe ainda saldo para formação do patrimônio destinado à construção do prédio para sede da Associação e Museu Comercial (...) sempre atendida, de mostruários dos nossos produtos para escolas, exposições e feiras de amostras.”⁴⁴²

⁴³⁸MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.333 e 334.

⁴³⁹MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.335 e 336.

⁴⁴⁰MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.336.

⁴⁴¹MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.348 e 349.

⁴⁴²MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.376.

Com início da ditadura estadonovista,⁴⁴³ em fins 1937,⁴⁴⁴ no interior amazonense as usinas de essência de pau rosa que foram fiscalizadas pelo governo, mantinham escolas com professores nomeados pela *Diretoria Estadual de Cultura* e faziam o replantio da árvore nas áreas descampadas ou dentro das selvas. No final do ano de 1937, alguns seringais plantados, em fase de exploração, produziam o suficiente para as próprias despesas. E a expectativa era que os castanhais semeados nas redondezas de Manaus produzissem as primeiras safras ainda naquele ano.⁴⁴⁵

A plantação da juta, em 1937, foi considerada vitoriosa no Baixo-Amazonas. Segundo os relatórios da interventoria, as primeiras plantações em Parintins pelos japoneses datavam de 1930 e após sete anos de experiência, surgiram resultados positivos, atingindo 10 toneladas de produção e sendo posta no mercado de Belém. Em julho de 1937, a *Escola Agrônômica de Manaus* enviou uma caravana de estudantes a Parintins,⁴⁴⁶ onde foram realizadas observações para elaboração de um estudo feito por Admar Thury sobre a juta amazonense.⁴⁴⁷

Ainda em fins de 1937, na ditadura de Getúlio Vargas, na região de fronteira, entre Tabatinga e Letícia,⁴⁴⁸ esboçava-se um núcleo considerado de promissora colonização, para o qual o governo federal cedeu lotes de terras para cultivo de produtos agrícolas: como o arroz, o feijão e a cana. Naquela região de fronteira, produziam-se em larga escala a rapadura, de consumo entre os colombianos, sendo praticadas a horticultura e a pomicultura, mais uma

⁴⁴³Aqui trago à tona a denominação ‘ditadura estadonovista’ apanhado do capítulo 7, intitulado de *Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política* escrito por Maria Antonieta P. Leopoldi, do livro *Repensando o Estado Novo*, organizado por Dulce Pandolfi, para enfatizar o caráter autoritário do regime instaurado após o golpe de Estado de 1937. LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política** / Maria Antonieta P. Leopoldi. In: ____ *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345f., p. 115-133.

⁴⁴⁴MAIA, Álvaro. **Exposição ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas**, Presidente da República por Álvaro Maia, interventor federal. Manaus/Amazonas, 1938, p.5.

⁴⁴⁵MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1938, op. cit.; p.82.

⁴⁴⁶MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1938, op. cit.; p.86 e 87.

⁴⁴⁷Filho da família tradicional Thury, de Codajás, nasceu em Belém do Pará em 1898, morrendo no Rio de Janeiro em 1966, formou-se em agronomia pela Escola de Manaus, realizando estudos publicados sobre a juta, entre ele, estavam: *A Juta Brasileira; Memorial sobre a Cultura da Juta entre os japoneses de Parintins* e *a Juta amazonense e os problemas econômicos da Amazônia*. BITTENCOURT, Agnello. **Admar Thury** / Agnello Bittencourt. In: ____ *Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973; p. 26 e 27.

⁴⁴⁸Letícia é uma cidade colombiana que faz fronteira com a cidade de Tabatinga-AM numa intersecção fronteiriça entre Brasil-Colômbia-Peru na Região do Alto Solimões-Amazonas. EUSÉBIO, Emerson Flávio. **Fronteira e horizontalidade na Amazônia**: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia) / Emerson Flávio Eusébio. Orientador: María Mónica Arroyo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. [s.n.], 2011, 168f., p. 15.

pequena pecuária. Álvaro Maia instalou ali uma escola primária que contava, em fins de 1937, com mais de quarenta crianças matriculadas.⁴⁴⁹

O que podemos auferir até aqui é que os documentos oficiais demonstram que havia agricultura pelo interior amazonense, realizado por famílias e grandes propriedades espalhadas por todo o Amazonas, apesar da produção não ser em larga escala que pudesse resultar em exportação avolumada, acarretando em receita vantajosa para o Estado. É inegável que este tipo de agricultura, muitas vezes classificada de agricultura de subsistência, existia no Amazonas nos anos aqui pesquisados, o que talvez não existisse era uma agricultura que pudesse substituir os valores que a economia exportadora da borracha concedera ao Estado em período anterior.

Em relação ao cultivo racional de plantas silvestres da Amazônia, tão rentáveis para a elite econômica e os cofres públicos, foi uma política que vinha sendo discutida desde início do século XX, tendo como marco o *I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola*⁴⁵⁰ que ocorreu entre 22 e 27 de fevereiro de 1910 na cidade de Manaus, no qual foram esboçados planos que “estancariam” a crise que se anunciava, após o aparecimento no mercado mundial da borracha oriental plantada.⁴⁵¹

Eloína dos Santos atestou, a partir dos Anais do Congresso de 1910, que os representantes presentes no evento discutiram e decidiram que deveria haver incentivo a plantação da seringueira. Pois, além de “assegurar melhor a riqueza extrativa da borracha”, a plantação possibilitaria a fixação de trabalhadores ao solo, tendo como consequência “natural” a expansão de agricultura na Amazônia.⁴⁵² Portanto, tais ações já vinham sendo gestadas pela elite político-econômica amazonense e foram intensificadas nos anos 30 e tinham o intuito de assegurar o monopólio de plantas silvestres que pudessem substituir a borracha em número de exportação, sendo a agricultura posta como atividade secundária, porém necessária, pois ela fixaria os trabalhadores extratores ao solo.

⁴⁴⁹MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1938, op. cit.; p. 98 e 99.

⁴⁵⁰Após, o I ‘Congresso Comercial, Industrial e Agrícola’, houve vários outros no decorrer no início do século XX, alguns em defesa da economia extrativa da borracha, como aponta e analisa Alexandre Avelino em sua dissertação. AVELINO, Alexandre Nogueira. **O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho**: op. cit.; p.157.

⁴⁵¹Antônio Loureiro afirmou que a crise da economia exportadora da borracha iniciou em 1907 com a entrada no mercado mundial das primeiras grandes quantidades de borracha produzida nas colônias orientais inglesas. LOUREIRO, Antônio. **A euforia e a crise de 1910** / Antônio Loureiro. In: ____ A grande crise 2ª ed., Manaus: Editora Valer, 2008, 338f., p.73-83.

⁴⁵²SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**: op. cit.; p.14 e 15.

Os planos de incentivo para o cultivo da indústria extrativa e agricultura

Em 1932, os cultivos racionais de plantas silvestres e agricultura em larga escala faziam parte de um plano econômico com intuito de desenvolver o trabalho agrícola com fundação de cooperativas que oportunizasse uma economia local mais independente.⁴⁵³ Esta proposta do governo de Coimbra foi denominada de *Plano de soerguimento e expansão econômica do Amazonas*, sendo elaborado por Sócrates Bomfim, tido como estudioso de economia da região, apresentou os motivos que levaram o Amazonas à crise e apontou os caminhos para que o Estado a superasse.⁴⁵⁴

Um desses caminhos seria o desenvolvimento de cooperativas agrícolas, mas não nos moldes em que se apresentavam no Amazonas que eram consideradas inúteis por apresentar um pequeno número de associados, cuja ação era limitada aos mercados do país, que colocavam os produtos do agricultor nacional aos mesmos preços que os produtos do agricultor isolado, representando para este último, um pesado ônus.

Foram apresentados quatro pontos⁴⁵⁵ que possibilitariam a correção dos defeitos que as cooperativas vigentes no Amazonas possuíam.⁴⁵⁶ O modelo elaborado teria que minimizar alguns dos obstáculos que implicavam a julgada estagnação agrícola existente no estado. Previa a concentração da população em núcleos localizados pelo interior amazonense como, apenas, uma das etapas do plano a serem cumpridas. Os principais obstáculos a serem superados pela reformulação das cooperativas eram sete,⁴⁵⁷ sendo elas:

Obstáculos a serem superados para o desenvolvimento de agricultura no Amazonas	
1	A precariedade da agricultura manual, de insignificante rendimento, que é um perpétuo motivo de desalento para o agricultor e dessa forma um convite a que procure atividades remuneradas;
2	A falta de capital para a aparelhagem mecânica necessária à elevação de rendimento do trabalho: a falta de operários hábeis que ensinem o manejo das máquinas e de pessoas habilitadas que demonstrem suas vantagens e deem ensinamentos úteis sobre assuntos agrícolas;
3	As distâncias a que ficam de Manaus, muitos dos municípios do estado, o que, elevando os fretes, torna improdutiva a cultura de espécies de pequeno valor por unidade de peso;
4	A impossibilidade de financiar a produção durante os trabalhos culturais que vão até à colheita e, em seguida a esta, até à venda dos produtos;
5	A falta que sente o agricultor de terras que sejam de sua propriedade;

⁴⁵³COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.36,37 e 38.

⁴⁵⁴COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.71.

⁴⁵⁵COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.80.

⁴⁵⁶'1º Conjuguar a ação cooperativa na produção, distribuição e consumo de seus associados; 2º Estender o movimento de vendas da cooperativa aos mercados externos; 3º Conseguir gerências idôneas e 4º Regularizar severamente a ordem de colocação dos produtos com os quais a cooperativa trabalhe.' COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.80.

⁴⁵⁷COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.81 e 82.

6	A tendência baixista da praça de Manaus, que automaticamente desvaloriza os produtos desde que cheguem em certa abundância;
7	Influência do período áureo da borracha que faz com que os trabalhadores, acostumados ao rendimento elevado de sua extração, desprezem os rendimentos menos consideráveis e tenham pouco amor ao trabalho sedentário.

(COIMBRA, 1932:81)

O documento elaborado por Sócrates Bomfim foi dividido em três partes, a primeira denominada de *Exposição dos motivos* para que o plano fosse efetivado; a segunda parte intitulada de *Indústrias regionais*, na qual, foram expostos os aspectos industriais e comerciais das plantas cujos produtos eram os mais exportados do Amazonas, bem como os que tinham grande potencial de comercialização e de exportação em massa, como a castanha, a borracha, o guaraná, as madeiras, as fibras e a chamada indústria de pesca; enquanto, na terceira parte, o documento revelava o *Plano de defesa e expansão econômica do Estado* no qual priorizava a fundação de cooperativas que facilitariam a organização dos trabalhadores considerados, segundo o relatório, destituídos de qualquer cultura que possibilitasse sua organização, sendo necessário, ajuda do Estado. As cooperativas possibilitariam a efetivação de instruções educativas nos núcleos, apontada como tarefa de difícil realização enquanto os indivíduos estivessem isolados e esparsos. As cooperativas pretendiam organizar as indústrias já existentes, concentrando a população que estivesse dispersa e desempregada pelo interior amazonense.⁴⁵⁸

Uma das seções pensadas no plano foi a *seção técnica* que teria a incumbência de praticar estudos de caráter científico e que deveria conter um laboratório e um campo experimental dirigido por técnicos que pesquisassem plantas regionais com intuito de melhorá-las, para que pudessem ter maior rendimento. O laboratório e o campo experimental deveriam ser abertos aos pesquisadores que pretendessem estudar as plantas nativas.⁴⁵⁹

As cooperativas deveriam ser de dois tipos: cooperativas de indústrias já organizadas e cooperativas dos núcleos de concentração. O primeiro tipo de cooperativa deveria reorganizar indústrias que classificadas em estado embrionário necessitariam de um olhar técnico para que pudessem desenvolver suas capacidades ao máximo. Essas indústrias eram de três tipos: a da castanha, a do guaraná e a da pesca.⁴⁶⁰ O segundo tipo de cooperativa, a de núcleos de concentração, foi pensada na ideia de que a população do Amazonas se encontrava dispersa

⁴⁵⁸ COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.131 e 132.

⁴⁵⁹ COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.133.

⁴⁶⁰ COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.137, 139.

impedindo a aplicação da divisão do trabalho que, por sua vez, impossibilitava a expansão do cultivo organizado.

O Estado teria o dever de concentrar a população em núcleos, feita gradativamente, dentro dos recursos disponíveis, planejando a localização dos núcleos e utilizando como critério a natureza das terras, a facilidade das comunicações e as plantas que neles deveriam ser desenvolvidas. Depois que os núcleos fossem organizados, os lotes de terras seriam cedidos pelo Estado a título gratuito que seriam distribuídos entre colonos cooptados por propaganda estatal. Concomitante a fixação dos colonos, deveria ocorrer o desenvolvimento das cooperativas, até que as plantações atingissem grandes proporções e fizessem efeito na economia amazonense. Quando a economia exportadora de produtos de plantação racional estivesse efetivada, a partir de então, deveria ser reduzido o auxílio do Estado ao mínimo possível.

Enquanto a autonomia não chegasse, tudo seria organizado por técnicos da máquina administrativa que deveria disponibilizar maquinismo necessário ao trabalho de uso coletivo. Juntamente aos núcleos de concentração deveria ter uma escola e um posto de profilaxia.⁴⁶¹

Em 26 de maio de 1934, no governo de Nelson de Mello, foi criada pelo ato n° 3.624 a *Diretoria de agricultura, indústria e comércio* cujas finalidades era de orientar e superintender os trabalhos agrícolas no território e o ensino agrícola; fomentar a cultura e a industrialização de plantas exportáveis; realizar a assistência à lavoura, além de fomentar em larga escala a cultura de plantas industriais, por meio de campos de cooperação.⁴⁶² Percebe-se ao ler os objetivos da *Diretoria*, criada na interventoria de Nelson de Mello, que existia uma necessidade da presença do Estado quanto às questões sobre cultivo de plantas da indústria extrativa e a difusão do conhecimento técnico sobre agricultura, para o qual o ensino agrícola tornou-se ação de governo, exemplificado na criação do *Aprendizado Agrícola do Paredão* em 1934.

Em 22 de março de 1937 foram chamados representantes estaduais para discutirem um acordo com o *Ministério da Agricultura*, o Amazonas foi representado pelo Senador Cunha Mello,⁴⁶³ um dos grandes defensores da agricultura realizada por grandes proprietários de terras,

⁴⁶¹COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p. 137e 138.

⁴⁶²MELLO, Nelson de. **Relatório**, 1935, op. cit.; p.51 e 52.

⁴⁶³Leopoldo Tavares da Cunha Mello, natural de Pernambuco, nascido em 10 de dezembro de 1891 e falecido em 18 de janeiro de 1962. Formou-se em Direito, trabalhando no Ministério Público em Manaus e se casando com D. Esther Leão da Cunha Mello. Participou da Constituinte de 1933-1934, chegando ao Senado Federal no Governo Constitucional de Getúlio Vargas. Na ditadura estadonovista foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União. BITTENCOURT, Agnello. **Cunha Mello** / Agnello Bittencourt. Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado. Rio de Janeiro, Conquista, 1973, p. 180-182.

pois havia tido uma importante participação na Constituinte de 1933-34 quanto ao assunto a ser tratado. Após a discussão de um plano de incentivo à agricultura, foi assinado um acordo com o ministro Odilon Braga, autorizado pela lei estadual de n.º 106, de 9 de setembro de 1937, que continha 18 pontos⁴⁶⁴ para o desenvolvimento de agricultura e cultivo de plantas da indústria extrativa no Amazonas.

Os dois primeiros pontos são de interesse para esta pesquisa, o primeiro dizia que os serviços de fomento de produção vegetal passariam a ser dirigidos e executados pelo *Ministério da Agricultura: o Serviço Federal* – cuja inspetoria agrícola teria uma sede em Manaus – e os *Serviços Estaduais* – chamados de serviços agrícolas. O segundo falava sobre as medidas necessárias para o aperfeiçoamento das práticas agrícolas e industriais, sendo seis os itens:

“Divulgação falada e escrita dos melhores meios de utilizar a fertilidade dos solos, pelo seu cultivo sistemático; Propaganda do emprego racional das máquinas agrícolas e da aplicação de fertilizantes; Distribuição de sementes escolhidas aos agricultores e sua multiplicação nos meios apropriados ao seu cultivo; Formação de *stocks* de máquinas agrícolas e material de defesa vegetal, para venda de agricultores; Instalação de campos de cooperação com os agricultores em suas propriedades;”⁴⁶⁵

Todos os trabalhos deveriam ser executados pelo *Ministério da Agricultura* e por seus órgãos competentes. O pacto requeria, ainda, regulamentação e cujo modelo deveria conter a diminuição da presença do Estado que daria incentivo para que cada cidade ou vila priorizasse suas riquezas naturais, especializando-se em suas respectivas áreas de produção.

Em fins de 1937, na ditadura estadonovista, o técnico Raimundo Ferreira Montenegro do *Ministério da Agricultura*, construiu um programa⁴⁶⁶ de incentivo a agricultura que foi submetido à opinião do governo estadual que daria continuidade ao plano aprovado, no governo constitucional, entre o Amazonas e o *Ministério da Agricultura*.

O plano abrangia a manutenção de campos experimentais nos municípios, com os quais o técnico Raimundo Ferreira Montenegro entrou em contato com os seus respectivos prefeitos para instalação de campos em Humaitá, localizada no rio Madeira, e Carauari, no rio Juruá. O objetivo do plano era fomentar o cultivo de produtos de primeira necessidade, mais o incremento de novas plantas para exportação e a racionalização de indústrias silvestres como: seringueiras e castanheiras. Além do aproveitamento de espaços de floresta com plantação de espécimes apropriados às terras desbravadas, como: o cacau, o puxuri, a andiroba, o louro rosa, a

⁴⁶⁴MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.351, 352, 353, 354, 355 e 356.

⁴⁶⁵MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.;352.

⁴⁶⁶MAIA, Álvaro. *Exposição*, 1938, op. cit.; p.48 e 49.

seringueira, o cumaru, além de outros. Dez eram os pontos a serem implementados que estão descritos abaixo:

Programa do Ministério da Agricultura de incentivo a agricultura no Amazonas	
1º	A difusão da prática agrícola por meios mecânicos, inclusive a da adubação e incorporação dos adubos e corretivos, transplante, embalagem e desinfecção de mudas;
2º	Preparação de trabalhadores rurais especializados no preparo das terras, processos de enxertias, labores hortícolas e outros;
3º	Experimentação, aclimação e produção de sementes e mudas, para distribuição gratuita e venda;
4º	Assistência técnica aos lavradores;
5º	Estatística das áreas e espécies cultivadas e exploradas nas indústrias agrícola e extrativa;
6º	Cadastro das propriedades agrícolas e centros extrativos;
7º	Defesa da produção e facilidade quanto à circulação dos produtos;
8º	Combate à saúva;
9º	A formação de cooperativas de produção, consumo e crédito;
10º	Articulação dos elementos regionais para a intensificação do interesse pelo fomento da produção agrícola; cabendo ao Ministério o custeio do pessoal técnico e de um número fixo de trabalhadores necessários, material agrário, sementes, adubos corretivos, tração, etc.; e às Prefeituras as áreas de 10 hectares, a construção de abrigos, cercas, depósitos, número igual de trabalhadores, etc., bem como a legislação necessária, além do concurso geral e especial de todo o seu elemento oficial, para o bom termo do nosso empreendimento, num concurso íntimo de boa vontade e integração nos objetivos gerais.

(MAIA, 1938:48 e 49)

Para que houvesse continuidade nas políticas de cultivo racional de plantas da indústria extrativa e agricultura, Álvaro Maia já como interventor estadonovista, em fins de 1937, pediu a formulação de um plano pelo *Ministério da Agricultura* que ficaria sob orientação da *Inspetoria em Manaus*, solicitava maiores verbas para ajudar o Amazonas a vencer a crise instalada há mais de vinte anos.⁴⁶⁷

Em 1938, Cosme Ferreira Filho publicou um estudo sobre a questão da borracha, defendendo que este era um problema brasileiro, pedia que houvesse produção de alimentos nos seringais para fins de aproveitamento local, bem como estímulo à agricultura e à pecuária, solicitava a fundação de hospitais regionais que pudessem diminuir a mortalidade e que evitassem o “êxodo” dos extratores, além de alfabetização e educação profissional das populações rurais.⁴⁶⁸ Cosme Ferreira Filho reafirmava que a atividade agrícola civilizava, disciplinava e higienizava as regiões, diferente da exploração florestal que apenas fundava acampamentos e que por determinado momento prosperaram e se desenvolveram, porém com a crise entraram em declínio forçando o abandono do território. Esta era a premissa que justificava

⁴⁶⁷MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1938, op. cit.; p.82.

⁴⁶⁸FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha**, op. cit.; p.07.

os esforços para que o Estado investisse no desenvolvimento do cultivo da seringueira em toda a Amazônia.⁴⁶⁹

O cultivo organizaria os seringais, civilizaria o interior amazonense, transformando os acampamentos, “inóspitos e selvagens”, e que o colocaria em novo ritmo de prosperidade.⁴⁷⁰ Cosme Ferreira Filho dizia que era de suma importância que elaborassem um plano de auxílio à educação agrícola para as massas, “pela imprensa, por meio de folhetos, pelo rádio e por meio das escolas.”⁴⁷¹

O autor solicitava que houvesse a obrigatoriedade da plantação de seringueiras, nos seringais nativos, em volume correspondente ao número de árvores exploradas;⁴⁷² mais instalações de campos experimentais para cultura da seringueira; envio de turmas de estudantes de agronomia que se especializariam juntos aos campos experimentais da *Companhia Ford do Brasil*.⁴⁷³ Compartilhava da ideia que a exploração florestal era uma atividade “desordenada e ‘nômade’”, que não civilizava nem construía’, afirmando que o sistema vigente de exploração da *Hevea brasiliensis* desfavorecia os trabalhadores extratores, negando-lhes a prosperidade e que a cultura sistemática traria “ordem, disciplina, conforto e rendimento”.⁴⁷⁴ Finalizou o inquérito sobre a borracha afirmando que sua exploração integrava a Amazônia, pois que todas as fontes de produção eram secundárias e só existiam em função da borracha:

“A própria exploração dos castanhais surgiu como um derivativo às atividades seringalistas mal compensadas e bem recentemente passou a constituir ocupação autônoma, embora acentuadamente nômade, isto é, sem o poder de fixação das populações, que só a indústria da goma elástica logrou oferecer.”⁴⁷⁵

Um ponto em comum nos planos apresentados foi a ênfase de que havia a necessidade de difusão dos conhecimentos técnicos sobre agricultura entre os trabalhadores que estivessem no interior amazonense e entre gerações que seriam os agricultores de amanhã. Demonstrando que para os agentes do Estado havia uma necessidade de transformar extratores em potenciais agricultores, sempre com destaque para a plantação de produtos da indústria extrativa. O único plano que enfatizou a influência do chamado período áureo da borracha como problemático para

⁴⁶⁹FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha**, op. cit.; p.09.

⁴⁷⁰FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha**, op. cit.; p.15.

⁴⁷¹FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha**, op. cit.; p.26.

⁴⁷²FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha**, op. cit.; p.37.

⁴⁷³FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha**, op. cit.; p.38.

⁴⁷⁴FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha**, op. cit.; p.43.

⁴⁷⁵FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha**, op. cit.; p.45.

o desenvolvimento de agricultura no Amazonas,⁴⁷⁶ foi o plano de Coimbra, que por sua vez culpava os trabalhadores florestais pela extração de produtos que eram exportados e não o sistema criado que imobilizou a força de trabalho extratora. Afirmou que “os trabalhadores, acostumados ao rendimento elevado de sua extração, desprezavam os (...) menos consideráveis” como, por exemplo, a agricultura que possibilitaria sua sedentarização.

Igualmente era a interpretação econômica de Cosme Ferreira Filho que fez questão em acentuar que a exploração de produtos florestais nos moldes do produtor independente era atrasada, portanto sua transformação em extrator-agricultor vinculado às grandes propriedades seringueiras era necessária para o tão desejado progresso amazonense. Desconsideraram a questão de distribuição de terras para o cultivo de plantações quando culparam os extratores por não optar pela agricultura ao invés de extração de produtos florestais, questão cara ao Amazonas da primeira metade do século XX, como será demonstrado abaixo.

As “escolas de emergência” e o Aprendizado agrícola do Paredão

As “escolas de emergência”

Álvaro Maia e os demais governantes acreditavam que o cultivo sistematizado da seringueira ergueria o Amazonas, a agricultura de outros produtos era uma possibilidade secundária de superação da crise, pois era a indústria extrativa que fornecia os lucros para aqueles que a exploravam e a exportavam gerando uma das maiores fontes de receita do Estado amazonense. Os agentes estatais presumiam que haveria uma transição natural e evolutiva da extração de produtos florestais para a agricultura.⁴⁷⁷

Alguns produtos florestais possuíam tempos diferenciados de colheita, ocasionando a concentração de trabalhadores extratores, por determinado tempo, numa delimitada localidade para a extração do produto escolhido. Após a finalização da safra, os extratores se deslocavam para outro local com a finalidade de colher outros produtos. Em consequência desta

⁴⁷⁶ João Pacheco de Oliveira enfatiza que com a ascensão da economia exportadora da borracha houve um processo de imobilização da força de trabalho, causando o isolamento do trabalhador que tinha que extrair o máximo de látex das seringueiras, já que o monopólio do látex na Amazônia ocasionou muita demanda pela borracha, ocorrendo o abandono da agricultura sistematizada. OLIVEIRA, João Pacheco de. **A conquista do Vale Amazônico: Fronteira, Mercado Internacional e Modalidades de Trabalho Compulsório** / João Pacheco de Oliveira. In: ____ O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016; p.136-145.

⁴⁷⁷ MAIA, Álvaro. **Relatório sobre A situação econômico-financeira do Estado do Amazonas apresentado ao Dr. Getúlio Vargas**, Chefe do Governo Provisório da República pelo Snr. Álvaro Maia, Interventor Federal. À margem do orçamento de 1931. Manaus; Imprensa Pública; 1930, p.23

peculiaridade, os trabalhadores extratores eram denominados de “nômades” nos documentos oficiais, interrompendo a continuidade da escolarização de crianças no interior amazonense. Por tais motivos, Álvaro Maia criou as “escolas de emergência” que tinha o intuito de alfabetizar⁴⁷⁸ crianças, filhas e filhos dos trabalhadores extratores:

“(…) devido ao nomadismo da nossa população rural, há aglomeração de crianças em determinado lugar, faltando em outro. Às vezes, moram quarenta e cinquenta à margem de um lago: um ano seguinte, o mesmo lago não apresenta essa população infantil, porque os moradores se mudaram. Onde não há núcleos certos, não deve haver escolas fixas. Sob esse pensamento, e atendendo as finanças estaduais, criei as escolas de emergência, em número de 18, que vão prestando grandes serviços à instrução.”⁴⁷⁹

Rogério Coimbra compactuava com a opinião de Álvaro Maia quanto aos extratores e considerava o Amazonas um lugar de dificuldade para a difusão do ensino,⁴⁸⁰ afirmou que devido às extrações dos produtos florestais, havia deslocamento de trabalhadores extratores, concomitantemente, as crianças eram levadas para ajudar na extração dos produtos, ocasionando baixos números de matrícula e de frequência escolar:

“(…) a população da planície, cedendo às contingências do *struggle for life*⁴⁸¹, leva a vida nômade que condiciona a sua subsistência à exploração florestal, locomovendo-se na hinterlândia, conforme as épocas e promessas das safras, internando-se nos castanhais e seringais, conduzindo os pais aos filhos, a fim de ajudá-los na colheita e na extração. Esse nomadismo das gentes do interior amazônico influi consideravelmente na oscilação da matrícula e da frequência escolar, que varia entre 35 e 40%, coeficiente que vai decrescendo à medida que a população se radica ao solo por novos hábitos econômicos de viver.”⁴⁸²

As “escolas de emergência” eram ocupadas com instrutores de ensino que se diziam capazes de desempenhar a tarefa que eram aprovados pela *Diretoria de Instrução Pública*. Em 1934, foram criadas 266 “escolas de emergência”, apesar das duras críticas do interventor Nelson de Mello às escolas, afirmando que elas não obtinham os resultados esperados, por vários motivos, considerando os professores como inaptos às suas funções:

“(…) não teve os resultados que eram de esperar. E por múltiplos motivos. A inabilitação provada dos professores que, simultaneamente tinham urgência de ser alfabetizados, tais os atestados de incompetência que deixaram ver, como os ofícios e as atas de exames, enviados à Diretoria da Instrução Pública, no encerramento do ano escolar; o local impróprio para o funcionamento das escolas, escolhido sem uma sindicância prévia de

⁴⁷⁸MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1936, op. cit.; p.73.

⁴⁷⁹MAIA, Álvaro. *Exposição*, 1931, op. cit.; p.03.

⁴⁸⁰COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. *Relatório*, 1932, op. cit.; p.10.

⁴⁸¹Expressão que traduzida para a língua portuguesa significa “luta pela vida” ou “luta pela sobrevivência”. Disponível em: <https://context.reverso.net/traducao/ingles-portugues/struggle+for+life>.

⁴⁸²COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. *Relatório*, 1932, op. cit.; p.10.

suas condições de salubridade e população, contribuindo para a diminuição de sua frequência, reduzidíssima e quase nula, a ponto de, em muitas delas, não ter havido exame no período regulamentar; e, sobretudo, a ausência de casas, em não poucas dessas localidades, onde a escola fosse instalada, compelindo o professor, para logo, a merecer os favores de um locatário menos intolerante, que se imiscuía ostensivamente na ordem interna da escola então criada, apesar de cobrar por bom preço a dependência da casa que alugava.”⁴⁸³

Nelson de Mello enfatizou que se o Estado quisesse obter bons resultados com as “escolas de emergência”, dever-se-ia corrigir o mais rápido possível tais defeitos. Álvaro Maia, em 1935, ressaltou que os professores nomeados deveriam ser pessoas residentes na região da escola, pois eles estariam acostumados ao meio, à habitação e à alimentação, o que diminuiria as despesas com passagens e outros gastos.⁴⁸⁴

Durante o governo constitucional de Álvaro Maia foram mantidas algumas “escolas de emergência” e criadas outras, como em Barreirinha,⁴⁸⁵ além de ter baixado um decreto, em 12 de abril de 1935, com crédito no valor de 243:000\$000 para a manutenção de cerca de 180 “escolas de emergência” instaladas no interior do Amazonas.⁴⁸⁶

Em 1936, foram mantidas 198 “escolas de emergência”.⁴⁸⁷ Porém, as verbas destinadas às escolas foram reduzidas, de 243:000\$000 em 1936, para 148:000\$00 em 1937 o que manteve apenas 100 escolas. Álvaro Maia solicitou à Assembleia Legislativa o aumento das verbas destinadas para manutenção de cerca de 200 a 250 escolas, pois o aumento de verbas possibilitaria que a população que vivia no interior amazonense fosse minimamente atendida.⁴⁸⁸

O governador amazonense asseverava que ao aumentarem as verbas, não deveriam fixar o número exato de escolas, pois essas eram abertas ou fechadas, localizadas ou transferidas, de acordo com a mobilidade dos agrupamentos humanos. A intenção era que com a fixação dos habitantes ao solo, as “escolas de emergência” tornar-se-iam escolas rurais.⁴⁸⁹

A educação rural era uma das soluções para tal problemática existente, através dela que o Estado vislumbraria a possibilidade de educar e evitar a mobilidade dos trabalhadores extratores em longo prazo, com as futuras gerações, fixando-as no interior amazonense.⁴⁹⁰ Maria das

⁴⁸³MELLO, Nelson de. **Relatório**, 1935, op. cit.; p.30 e 31.

⁴⁸⁴MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.73.

⁴⁸⁵MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.44 e 156.

⁴⁸⁶MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.42, 221 e 222.

⁴⁸⁷MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.226.

⁴⁸⁸MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.225.

⁴⁸⁹MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.222.

⁴⁹⁰COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.101.

Graças Pinheiro da Costa em tese de doutorado afirmou que seria a partir do governo provisório que seria dado um impulso, através da educação rural, na tentativa de solucionar a problemática da agricultura no Amazonas.

O governo anunciou a inauguração para o ano de 1937 da primeira escola normal rural do interior, em Porto Velho, construída pela missão salesiana. Contudo, o governo solicitou que as professoras contratadas tivessem suas origens no interior ou que tivessem uma “tendência ruralista”:

“Aí, futuras professoras, com “tendência ruralista”, acostumadas à vida dos seringais, serão naturalmente indicadas para tais funções. O governo luta para conseguir a permanência de normalistas de Manaus nas vilas, nos povoados, nos lagos de pesca.”⁴⁹¹

Em 1937, o governador amazonense afirmou que as “escolas de emergência” não haviam resolvido as dificuldades do Amazonas, eram dirigidas por leigos que residiam no local, sem cursos na Escola-Normal, necessitando dum programa rápido e prático em que fossem aplicados no intuito de transformar os seringais em seringais-escolas.⁴⁹²

Em 1935, Álvaro Maia havia solicitado a construção de pavilhões escolares no interior, para que servissem de salas de aula e moradia para as professoras, pois estas eram quem pagavam o aluguel de residências para que pudessem morar, adaptando-as também como salas de aula. Porém, se os pavilhões fossem construídos, as “escolas de emergência” perderiam sua função, por isso era solicitado que fossem instalados em locais com população já fixada ao solo.⁴⁹³ Em fevereiro de 1937, o problema de habitação para as professoras rurais ainda era uma questão a ser resolvida.⁴⁹⁴

Havia “escolas de emergência” e rurais, nas quais as crianças eram alfabetizadas, em dupla fila nos barrancos e ribanceiras, além disso, essas escolas tinham flexibilidade nos horários e estavam sob aprovação das juntas de inspeção e do *Departamento de Educação e Cultura*.⁴⁹⁵ Algumas das crianças caminhavam quilômetros para chegarem ao local das aulas, outras remavam:

“(…) horas contra as correntezas embanzeiradas. Têm mãos fortes, afeitas às labutas agrícolas e extrativas.
(…)

⁴⁹¹MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.217 e 218.

⁴⁹²MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.217.

⁴⁹³MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.74.

⁴⁹⁴MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.218.

⁴⁹⁵MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.220.

Durante a sementeira, muitos menores são os auxiliares dos pais nos roçados, ou nas salgais, se é safra de pesca. No primeiro caso, o trabalho ocupa as primeiras horas da manhã; no segundo, as últimas horas da tarde. Justa se afigura a combinação do horário à atividade local em escolas florestais, em que se harmonizam a alfabetização e a aprendizagem profissional.”⁴⁹⁶

Foi pontuado no relatório do professor Temístocles Gadelha, diretor geral do *Departamento de Educação e Cultura* do estado amazonense, que foi enviado ao governador constitucional, que deveria ser ministrado assuntos que viessem ter uma função prática na vida dos alunos do interior e foi enfatizada, outra vez, a falta de especialização das professoras que pediam transferência para a cidade na primeira oportunidade que tinham:

“(…) Aos estudantes não são ministrados assuntos de higiene rural, sociologia rural, em que os mesmos sejam interessados nos problemas criados pela vida social do campo, enfim, as atividades rurais que incentivem o gosto do professor pela vida da roça. No ensino, os conhecimentos ministrados são os mesmos para os estudantes das escolas dos centros urbanos. (...) As nossas professoras normalistas, sem a especialização técnica e para quem a vida no campo nenhum interesse lhes desperta, recusam, em geral, o exercício das escolas rurais. (...) Pois bem, as nossas normalistas (...) partem (...) em direção à Diretoria Geral do Departamento de Educação e Cultura, cheias de entusiasmo para solicitar – a nomeação de professores substitutas nos grupos da Capital.”⁴⁹⁷

Álvaro Maia, em 1937, disse que era necessária a alfabetização da população nos seringais e castanhais, apesar dos trabalhadores estarem migrando para as cidades e os povoados. Afirmou que os pavilhões de madeira para o funcionamento das salas de aula, em fins de 1937, começavam a ser construídos em locais onde havia se fixado trabalhadores ao solo:

“As dificuldades são insuperáveis nos lagos de pesca, nos beiradões de população disseminada e movediça, onde as crianças têm de vencer distâncias a pé ou em canoas. Nas zonas propriamente agrícolas das farinhaças, os meninos auxiliam os pais nas primeiras horas: facultei a liberdade de horário para a tarde, conforme as condições locais. (...) Os professores itinerantes, movimentando-se com as escolas de emergência, enfrentam falta de casas para escolas. Nos lugares de nucleamentos mais densos, onde os habitantes se fixaram, o governo vai construindo pavilhões de madeira, compreendendo salão para as aulas e compartimentos adequados à residência do professor. Em outros, tem recebido a coadjuvação dos professores moradores.”⁴⁹⁸

As “escolas de emergência” foram escolas itinerantes criadas na primeira interventoria de Álvaro Maia, em 1931, tinham por função acompanhar os grupos de indivíduos que transitavam pelo interior amazonense em busca de novas safras de produtos florestais. Esta ação dos governos interventoriais e constitucional do Amazonas nos anos de 1930 tinha por objetivo resolver uma problemática cara ao Estado, o analfabetismo, que implicava segundo os

⁴⁹⁶MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.220 e 221.

⁴⁹⁷MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.228.

⁴⁹⁸MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1938, op. cit.; p.19 e 20.

documentos oficiais numa vida “nômade” e “errante” sem instrução alguma, sendo o dever do Estado amparar os filhos dos extratores de produtos florestais que eram potenciais agricultores. Para isto, planos de ensino foram adaptados para que o gosto pelo interior se fortificasse e impregnassem os espíritos dos filhos dos extratores com “amor a terra” o que implicaria na sua fixação ao solo amazonense.

O número de “escolas de emergência” ao longo das interventórias aumentou de 18 em 1931 para 266 escolas em 1934, decrescendo com a volta da Assembleia Legislativa no governo constitucional, 180 escolas em 1935 e 198 em 1936, constatando certa falta de compromisso político dos deputados estaduais com a educação ao diminuírem as verbas destinadas à alfabetização de crianças. O que implicou no pedido do governador para que aprovassem verbas que mantivessem cerca de 200 a 250 “escolas de emergência”, em 1937. Isto era um imperativo da necessidade de mantê-las, dado que a economia do Amazonas era pautada na extração de produtos florestais e de sua exportação.

O Aprendizado agrícola do Paredão

Em 1922, Samuel Uchôa solicitou que queimassem os barracões da “Linha do Tiro”, onde ficavam os doentes com mal de *Hansen*, removendo-os para o Umirisal,⁴⁹⁹ local em que foram instalados temporariamente, apesar da localidade ser considerada inadequada por ficar próxima ao lugar que abastecia Manaus com água. O prédio do Umirisal foi usado como leprosário até a construção de um mais apropriado.⁵⁰⁰

Em 1929, foi construído o leprosário do Paredão, localizado às margens do Rio Negro, para onde deveriam ser transferidos os doentes do Umirisal. O *Jornal do Comércio*, em janeiro e em fevereiro de 1930, chegou a questionar os porquês do não funcionamento do leprosário do Paredão, satirizando a inauguração e o abandono do prédio:

“Uma por dia

- Alô! Alô! Ligue para o leprosário do Paredão... Hein? Como diz? Não está funcionando? Que história é esta? Não foi inaugurado, há mais de um mês? Estou vendo

⁴⁹⁹CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário**: políticas de combate à lepra em Manaus (1921- 1942) / Adriana Brito Barata Cabral. Orientador: Hideraldo Lima da Costa Dissertação (Mestrado em História), Manaus: [s.n.], 2010, p.90.

⁵⁰⁰Segundo Adriana Cabral: *Com o crescimento da cidade e do número de doentes, a população que morava próxima ficou apreensiva pressionando os poderes públicos para remoção dos doentes, tornando-se necessário a construção de um leprosário com local adequado(...)*. CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário**, op. cit.; p.91.

que é igual a ponte atrás da Usina... Sim! Sim! Compreendo: foi apenas inaugurada a placa! Está bem!⁵⁰¹

Uma por dia

- O leprosário do Paredão já está cheio de capim.

- De capim e de cupim.

- De Cupim?

- Sim.

- De onde veio esse cupim?

- Do ano passado...⁵⁰²

Todavia, a instalação do leprosário no lugar do Paredão foi considerada inadequada pelo médico Alchilles Lisbôa,⁵⁰³ pois o local era passagem obrigatória de vendedores de peixes, cereais e frutas⁵⁰⁴ e se ligava a Cachoeirinha, considerado um populoso bairro⁵⁰⁵ de Manaus nos anos 30.

O *Jornal do Comércio*, em fevereiro de 1930, noticiou que devido a um temporal, uma família de agricultores de Janauacá, de onde saíra, com destino a Manaus, sofrera um naufrágio em frente a enseada do Paredão. Manoel Eusébio trazia em sua canoa sua esposa, Maria de Jesus, Lourenço Tavares e seus filhos, Alice e Oscar, além de frutas, galinhas e farinha que deveriam ser postos à venda no mercado público de Manaus. Sofreram o naufrágio devido ao temporal, ocasionando a perda da canoa, dos produtos e de sua filha, a menor Alice, cujo cadáver nunca foi encontrado.⁵⁰⁶ O Mercado Público de Manaus recebia agricultores do entorno da cidade que chegavam em canoas lotadas dos mais diversos frutos e produtos.

Ramayana Chavalier, em crônica literária intitulada de *A festa do mercado*, publicada na revista *A Selva*, possibilitou um vislumbre da relação destas famílias com suas canoas e da diversidade de suas produções agrícolas. Afirmava que vinham de “de longe, léguas e léguas d’água, ao arrojo dos músculos, ao léu dos descartos matutos, ao sabor da paisagem escancarada como um grito, vencendo a corrente”, chegavam de Terra Nova, trazendo porcos, papagaios, galinhas e ovos, vinham do Careiro cansados, transportando pescados, “ainda palpitantes de guelra viva,

⁵⁰¹JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 11 de janeiro de 1930, p.01.

⁵⁰²JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 20 de fevereiro de 1930, p.01.

⁵⁰³RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. **De leprosário a bairro**: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus-AM) / Maria de Nazaré de Souza Ribeiro; orientador: Júlio César Suzuki – São Paulo, 2011; p.70.

⁵⁰⁴MAIA, Álvaro Botelho. **Exposição**, 1931, op. cit.; p. 7. O *Jornal do Comércio*, em 6 de fevereiro de 1930, noticiou um acidente ocorrido na enseada do Paredão, onde um agricultor de Janauacá, Manoel Eusébio, perdera sua filha no acidente, a menor Alice, consequência de uma tempestade que ocasionou o naufrágio da canoa carregada de frutas, galinhas e farinha que seriam vendidas em Manaus. O que prova que o lugar do Paredão era passagem dos pequenos agricultores que se dirigiam para Manaus em busca de mercado consumidor. JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 6 de fevereiro de 1930, p.01.

⁵⁰⁵MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.127.

⁵⁰⁶JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 6 de fevereiro de 1930, p.01.

resfolegando”, encaminhavam-se também agricultores de Xiborena, de Manaquiri, de Puraquequara, de Cambixe, da costa do Rebojão e de Janauacá que traziam a cachaça:

“aos garrafões, barata, pura, transparente, para cobrir, da umidade das noites, o corpo dos que dormem ao léu, e do calor do dia a pele dos que não têm sombras, nem palácios (...) *servindo* para tudo e *acompanhando*, por toda a parte, os remadores audazes da minha terra.”⁵⁰⁷

Por estes motivos que o lugar do Paredão não foi utilizado para o devido fim, localizado à foz do Rio Negro, próximo de sítios e de terrenos por onde, possivelmente, se prolongaria a cidade.

O primeiro governo interventorial de Álvaro Maia readaptou o prédio onde funcionara um presídio, no lugar denominado de Paricatuba.⁵⁰⁸ Localidade considerada conveniente⁵⁰⁹ para funcionamento do futuro leprosário, distante o suficiente de Manaus.⁵¹⁰ O lugar para onde foram transferidos os doentes de Umirizal foi denominado de “Leprosário Belisário Penna”, inaugurado em 14 de junho de 1931, localizado em Paricatuba, cujo mobiliário do prédio fora transportado do lugar do Paredão, o lugar considerado inadequado.⁵¹¹

Rogério Coimbra em seu relatório ressaltou que o Estado possuía a margem esquerda do Rio Negro, a nove quilômetros de Manaus, a “Vila Belisário Pena” que outrora era destinado à leprosaria, que agora, ali poderia ser instalado um Patronato Agrícola. A vila à qual o interventor se referia era o local do Paredão, que tinha este nome quando fora inaugurado como um leprosário, porém, não funcionou na prática, sendo o nome transportado juntamente ao mobiliário que fora levado ao leprosário localizado em Paricatuba.⁵¹²

Álvaro Maia afirmou, em 1931, que o Paredão estava limpo e que possuía roças com grandes terrenos.⁵¹³ O relatório de 1932 afirmava que a vila do local do Paredão continha:

“(...) ao todo 26 casas em estilo de *bungalows* modernos, cobertos de telha e forrados, providos de telas milimétricas, proteção contra entrada de mosquitos, nas portas e janelas, com 42 habitações e capacidade para 350 moradores.”⁵¹⁴

⁵⁰⁷A SELVA, setembro de 1937, p.04.

⁵⁰⁸MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.07.

⁵⁰⁹RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. **De leprosário a bairro**: op. cit.; p.70.

⁵¹⁰CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário**: op. cit.; p.118.

⁵¹¹MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.07.

⁵¹²COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.55.

⁵¹³COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.13.

⁵¹⁴COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.55.

Rogério Coimbra chegou a cogitar a utilização da vila do local do Paredão para outros fins. Um memorial escrito pelo agrônomo Roberval Nogueira Cardoso⁵¹⁵ propunha a utilização da vila como um aprendizado agrícola para filhos de agricultores ou filhos de famílias pobres:

“(…) no qual oferecia três orçamentos para o internamento de 50, 100 e 150 alunos, mediante as despesas de, respectivamente, Rs. 275:000\$000, 387:000\$000 e 492:400\$000, assunto que não permite resolver à precaríssima situação do Tesouro do Estado.”⁵¹⁶

Em 1934, o governo interventorial de Nelson de Mello aproveitou o prédio construído na vila do Paredão, que se destinaria ao leprosário, instalando o *Aprendizado Agrícola do Paredão*.⁵¹⁷ O Aprendizado que dispunha de instalações para o ensinamento de técnicas agrícolas para os filhos de agricultores do interior deveria adaptar-se à *Diretoria de agricultura, indústria e comércio*,⁵¹⁸ que foi extinguida no governo constitucional e criada uma seção de agricultura, subordinada à *Diretoria dos Serviços Técnicos*.⁵¹⁹

A vila do Paredão, em 1935, começava a ter uma estrutura de bairro com criação de subdelegacia de polícia⁵²⁰ e posto de saúde,⁵²¹ além da criação de duas escolas primárias, em 1936, uma escola rural na qual se matricularam os filhos de funcionários e de trabalhadores, bem como uma “escola de emergência”, destinada às crianças recolhidas pelo Juizado de Menores.⁵²² O Aprendizado possuía:

“(…) uma estação sericícola, auxiliada pela Prefeitura de Manaus, contendo um parque de experimentação de 24.000 amoreiras, criada pelo decreto nº 30, de 16 de abril de 1935, sob a orientação técnica do Dr. Nogueira de Carvalho e aproveitadas as experiências iniciais do Dr. Maximino Corrêa, o introdutor do bicho da seda no Amazonas. (…). Casas magníficas, água, luz, esgoto, oficinas, maquinarias agrícolas, pequeno aviário, campos etc.”⁵²³

O Aprendizado mantinha 30 alunos, em 1935, originários dos municípios do Amazonas, além dos meninos enviados pelo Juizado de Menores. Este criado em setembro de 1935, e

⁵¹⁵COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.55.

⁵¹⁶COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.55.

⁵¹⁷MELLO, Nelson de. Relatório, 1935, op. cit.; p.7; PESSOA, Alba Barbosa. **Pequenos construtores da nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945)** / Alba Barbosa Pessoa. Tese de doutorado defendida na UFPA, 285 f.: il. color, 2018, p.202.

⁵¹⁸MELLO, Nelson de. **Relatório**, 1935, op. cit.; p.52.

⁵¹⁹MAIA, Álvaro Botelho. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.42.

⁵²⁰MAIA, Álvaro Botelho. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.42.

⁵²¹MAIA, Álvaro Botelho. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.64.

⁵²²MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.284.

⁵²³MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.108-109 e 117.

dirigido por André Vidal de Araújo,⁵²⁴ era o departamento que amparava crianças em situação de rua, internando-as em escolas profissionais ou agrícolas, com o objetivo, segundo os documentos, de futuramente “não dar trabalho” à justiça.⁵²⁵ Eram recolhidas ao *Aprendizado Agrícola do Paredão* crianças consideradas desocupadas⁵²⁶ e até dezembro de 1936, o juizado enviou ao Aprendizado 108 menores, segundo os relatórios.⁵²⁷

A seção de agricultura, dirigida por Admar Thury, cujo local físico localizava-se no *Aprendizado Agrícola do Paredão*, foi considerada de baixo rendimento pelo Estado. Em 1935, o governador nomeou uma comissão composta por Antônio Monteiro de Souza, André Vidal de Araújo, Ramayana de Chevalier e Admar Thury para organizar, dentro da verba orçamentária, o plano de reforma do *Aprendizado Agrícola do Paredão* para internação de cerca de 150 alunos.⁵²⁸

Álvaro Maia disse que a reforma do Aprendizado fora solicitada para que os menores abandonados pudessem ser incorporados adequadamente ao local, haja vista que havia a necessidade de transformá-lo num ambiente com elementos de um reformatório, contendo um campo agrícola para realização dos trabalhos correcionais. O Aprendizado tinha a pretensão de tornar-se um reformatório modelo, com finalidade de reeducar menores contraventores ou de “difícil educação”. A educação eugênica estava prevista na Constituição de 1934 e deveria estimular o desenvolvimento de atividades de higiene social,⁵²⁹ para que os agentes estatais pudessem chegar ao objetivo, convidaram o “euferenista” Ramayana de Chevalier, especialista em higiene mental, para que esboçasse o plano de reforma:

“Como centro agrícola e como centro familiar, tal casa de educação, procuraria fazer a reintegração do menor no meio social. Para isso, como o assunto requer conhecimentos especiais, procurar-se-iam pessoas que se dedicassem ao estudo dos jogos, da pediatria, da pedagogia, da psiquiatria, das psicologias infantil e juvenil. (...) Todos esses motivos

⁵²⁴Em tese de doutorado, Alba Barbosa Pessoa, traçou a trajetória e as influências que formaram o pensamento social e que tiveram peso nas práticas jurídicas de André Vidal de Araújo no Amazonas, principalmente, no que concerne ao Juizado de Menores de Manaus, do qual foi o primeiro juiz. PESSOA, Alba Barbosa. **Pequenos construtores da nação**: op. cit.; p.228-244.

⁵²⁵MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.15.

⁵²⁶MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.115 e 121.

⁵²⁷MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.45 e 47.

⁵²⁸MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.36.

⁵²⁹COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)**. op. cit.; p.108.

foram vistos por mim, e, naturalmente, melhor seriam aplicados por quem deveria assumir a direção do Reformatório.”⁵³⁰

O diretor do *Aprendizado Agrícola do Paredão*, o agrônomo Admar Thury, em 1936, relatou os empecilhos para o desenvolvimento de agricultura, falando sobre os processos de trabalho realizados pelos menores⁵³¹ dentro do Aprendizado:

“(…) o rendimento sem emprego de adubos é muito pequeno, não temos podido desenvolver os trabalhos agrícolas como desejaríamos e como deveríamos. Daí termos desviado nossa melhor atenção para a “cultura hortícola”, procurando intensificá-la, com o intuito de colocar o excesso de produção no Mercado Público, como aliás já vemos fazendo. (...) Todos os trabalhos agrícolas no Aprendizado, apesar de seu pouco desenvolvimento, obedeceram a uma orientação técnica e estão classificados nos seguintes capítulos: Desbravamento do solo; Mobilização do solo; Plantação e colheita e Produção Agrícola. No primeiro enquadrámos todos os trabalhos do roteamento, isto é, do desbravamento propriamente dito e da normalização do solo, começando pela “broca” e terminando pela “irrigação”, considerando esta como uma operação de instalação e não de cultura propriamente dita. No segundo enfeixamos todas aquelas operações do melhoramento do solo, quer no preparativo para as culturas, quer em função delas. No terceiro agrupamos as circunstâncias da plantação e da colheita para cada cultura. E finalmente no quarto, descrevemos o volume e o valor da produção, cujo total de 2:108\$100 foi recolhido à Fazenda Pública.”⁵³²

Admar Thury, em 1936, descreveu o plano de criação de treze estações de monta, instalação de uma casa de farinha e a necessidade de adquirir máquinas de beneficiamento de arroz, de milho e de café, além de explicar a necessidade de construir canteiros de alvenaria para os serviços de horta, tendo já construído alguns.⁵³³

Álvaro Maia, em 1936, reclamava da falta de verbas que suprissem os gastos com o *Aprendizado Agrícola do Paredão* que deveria “ser moldado *dentro dos* dispositivos federais de ensino e obedecendo à padronização nacional”. Em setembro de 1936, em sua ida ao Rio de Janeiro, solicitou ao ministro da agricultura, Odilon Braga, verbas para instalação de uma escola técnica, aproveitando o *Aprendizado Agrícola do Paredão* que para ensinaria crianças “desprotegidas”, uma alternativa para atrair verbas federais. Afirmou que o Aprendizado era um patrimônio de cerca de dois mil contos, podendo ser adaptado para uma escola-média de agricultura, beneficiando uma zona imensa, em prol dos trabalhadores agroflorestais e da produção no

⁵³⁰COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). *O Direito à Educação no Amazonas (1933- 1935)*. op. cit.; p.117 e 118.

⁵³¹Alba Pessoa argumenta em tese de doutorado que *o cotidiano dos internos dessa escola correccional estava voltado para as atividades laborais*. PESSOA, Alba Barbosa. **Pequenos construtores da nação**: op. cit.; p.208.

⁵³²MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.282, 283 e 284.

⁵³³MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.285.

extremo-norte, onde se formariam inúmeros alunos que seriam espalhados pelo interior amazonense levando a “renovação dos processos agrícolas”.⁵³⁴

Nos dois primeiros meses de 1937, foram internados 16 menores no *Aprendizado Agrícola do Paredão* que foram enviados pelo juiz André Vidal de Araújo.⁵³⁵ O governo de Álvaro Maia sancionou uma lei, em 1936, denominada de *Assistência Social* que previa renda para manutenção dos alunos matriculados pelo Juizado de Menores na *Escola de Aprendizizes Artífices do Amazonas* e no *Aprendizado Agrícola do Paredão*.⁵³⁶ Em fins de 1937, o Juizado continuava a enviar crianças para o *Aprendizado*⁵³⁷ que fora transformado em reformatório com orientação ao ensino agrícola, no qual foram fundadas cinco estações de monta, estando previstas mais duas, sendo o patrimônio do *Aprendizado* avaliado, no início da ditadura estadonovista, num total de 1.341:152\$400.⁵³⁸

Os trabalhos praticados no interior do *Aprendizado Agrícola do Paredão* foram classificados em três grandes etapas: o desbravamento do solo, a mobilização do solo, bem como a plantação e a colheita. O desbravamento do solo compreendia a broca, a derrubada, o rebaixo, a queima, o encoivramento, o destoramento e a extinção de saúva. Quanto à mobilização do solo era praticada a roçagem, a capina, a aração, a rolagem, a adubação, a drenagem e a irrigação.⁵³⁹ Já os serviços de plantação e de colheita compreendia a plantação de várias espécies como:

“...abacateiros, abieiros, abricozeiros, amoreiras, araticunzeiros, araçazeiros, açazeiros, atearas, azeitoneiras doces, bananeiras, biribazeiros, castanheiras do Pará, castanheiras sapucaia, cajazeiras, cafeeiros, cacaeiros, cajueiros, cidreiras, coqueiros, cupuaçuzeiros, fruta-pão, fruta-do-conde, jenipapeiros, goiabeiras, grape-fruit, graviroleiras, ingazeiras, jaqueiras, laranjeiras, limeiras, limoeiros, mangueiras, mamoeiros, Miranda Leão, pitombeiras, pitangueiras, pupunheiras, sapotizeiros, seringueiras, sorveiras, tangerineiras e timbozeiros, num total de 1.859 árvores ou arbustos... Além dessas plantações, deixamos em viveiros as seguintes mudas para distribuição: 2.228 seringueiras, 546 ingazeiras, 462 cacauerios, 128 andirobeiras, 116 mamoeiros, 51 goiabeiras, 51 beribazeiros e 50 mangueiras. Da plantação anual queremos destacar apenas as de mandioca e hortaliças. Durante seis anos, com a verba limitadíssima de trabalhadores e do trabalho pouco produtivo dos menores, o *Aprendizado* plantou 128.793 covas de mandioca, que produziram 77.235 quilos de

⁵³⁴MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.297.

⁵³⁵MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.284 e 388.

⁵³⁶Lei nº 88 sancionada de 25 de julho de 1936. MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.64.

⁵³⁷MAIA, Álvaro. *Exposição*, 1938, op. cit.; p.13.

⁵³⁸MAIA, Álvaro. *Exposição*, 1938, op. cit.; p.25 e 26.

⁵³⁹THURY, Admar. *Aprendizado Agrícola Do Paredão*. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Álvaro Maia, D. D. Interventor Federal no Estado do Amazonas, pelo Diretor do *Aprendizado Agrícola do Paredão*, agrônomo Admar Thury. Manaus-Amazonas, março de 1938, p.03 e 04.

raízes, que renderam 26.712 litros de farinha, ou seja, mais de 533 alqueires! ... as verduras e legumes *eram colocadas à venda* no Mercado Público.⁵⁴⁰

Em 9 de setembro de 1937, quando o ministro de Agricultura Odilon Braga esteve em Manaus afirmou que teve uma ótima impressão do estabelecimento, disse que a União lucraria com o *Aprendizado Agrícola do Paredão* transformado em *Patronato Agrícola Federal*.⁵⁴¹ Em 19 de outubro de 1937, o decreto de nº 219 possibilitou que o poder executivo amazonense cedesse ao governo federal o *Aprendizado Agrícola do Paredão*.⁵⁴²

O ensino agrícola representava nos anos 30 um fator que determinaria o futuro civilizacional do Amazonas e estava em todos os planos de governos dos interventores e do governador constitucional, Álvaro Maia, sendo o *Aprendizado Agrícola do Paredão* a efetivação de tal ideal. O *Aprendizado* ensinava e corrigia aqueles que deveriam tornar-se agricultores, difundindo os ensinamentos técnicos de cultivo de plantas silvestres amazônicas e de agricultura pelo Amazonas.

Os agentes do Estado utilizaram do *Aprendizado Agrícola do Paredão* e da prática de cultivar a terra, respectivamente, como lugar e forma de disciplinar menores, em sua maioria, filhos da população mais pobre de Manaus que trabalharam em todas atividades dentro do *Aprendizado*, como bem demonstrou Alba Barbosa Pessoa, em tese de doutoramento.⁵⁴³ Trabalhos considerados exaustivos por muitos e que segundo o diretor do *Aprendizado*, Admar Thury, no final de 1937, eram todos realizados pelos próprios alunos ali matriculados.⁵⁴⁴

Assistência aos trabalhadores extratores e aos agricultores

Em 1930 Álvaro Maia afirmou que jamais houvera amparo do Estado aos extratores, considerados desbravadores da floresta e que sempre estiveram sozinhos, ressaltando que faltou auxílio, bem como a falta de cooperativismo nas relações comerciais.⁵⁴⁵

⁵⁴⁰THURY, Admar. **Relatório Retrospectivo das atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão**, 1935-1944; op. cit.; p.05 e 06.

⁵⁴¹THURY, Admar. **Relatório Retrospectivo das atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão**, 1935-1944; op. cit.; p.06 e 07.

⁵⁴²THURY, Admar. **Relatório Retrospectivo das atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão**, 1935-1944; op. cit.; p.03.

⁵⁴³PESSOA, Alba Barbosa. **Pequenos construtores da nação**: op. cit.; p.201-211.

⁵⁴⁴O desbravamento do solo, a mobilização do solo, a plantação e a colheita, sendo estas as fases dos trabalhos realizados, atingindo uma plantação de cerca de 212.402 metros quadrados, tendo sido coletado cerca de 30.801,5 quilos de produtos, numa superfície de 252.868 metros quadrados em fins de 1937. MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1938, op. cit.; p.25 e 26.

⁵⁴⁵MAIA, Álvaro. **Relatório**, 1930, op. cit.; p.15.

A princípio, a ação de Álvaro Maia como interventor federal do Amazonas em relação aos “sem trabalho” era de localizá-los pelo interior e dar passagens para regressarem aos seus estados de origem ou reencaminhá-los para os seringais e castanhais. A denominação “sem trabalho” foi uma classificação realizada pelos agentes estatais em relação aos trabalhadores que obtiveram sua mobilidade com a crise da economia exportadora da borracha e estavam, em grande número, na cidade de Manaus ou aqueles que aparentemente estavam desempregados:

“(…) O progresso, a paz, a tranquilidade dependem do amparo da admirável onda anônima, que nunca teve direito, nunca teve auxílio, apesar de, lutando e morrendo sobre os campos, no interior das fábricas, no desvão das florestas, contribuiu para a grandeza de nossa raça. (...) Sob esse critério, irei procurando localizar os sem trabalho, em terrenos do município de Manaus, que servirá de padrão às demais municipalidades, ou encaminhando-os para os seringais e castanhais do interior.”⁵⁴⁶

Álvaro Maia reclamava que as mais bem localizadas propriedades com terras abundantes, nos arredores de Manaus, eram entregues às pessoas que não as cultivavam, portanto, a tarefa de localizar e fixar os “sem trabalho” tornava-se difícil, pois para:

“(…) semear um hectare de milho ou abacaxi, na Estrada Campos Salles, o agricultor tem de varar a floresta, em quilômetros, para encontrar terrenos devolutos, com que se limitam aquelas posses inúteis tiradas à riqueza agrícola. Torna-se necessário taxar esses terrenos. Só pelo amanho da terra, pela proteção ao trabalhador rural, poderá modificar-se a vida.
(…) o poder público tem por um dos objetivos principais o auxílio ao seringueiro que verdadeiramente trabalha, ao extrator de castanha que verdadeiramente luta, ao agricultor que verdadeiramente sofre, ao proletário que verdadeiramente contribui para a grandeza nacional.”⁵⁴⁷

Álvaro Maia falou sobre os conflitos em torno de terras que ocorriam no Amazonas, estabelecendo pelo ato nº 528, em maio de 1931, o novo cargo de *comissário de terras*, encarregado de regularizar as demandas existentes no Estado.⁵⁴⁸ O agrônomo Leônidas de Oliveira foi nomeado para ocupar o cargo que tinha o objetivo de verificar os conflitos entre posseiros e os proprietários de terras, cuja função do *comissário* era de salvaguardar os direitos dos posseiros, pois que havia profundas injustiças praticadas contra estes que lavravam o solo por anos:

“(…)levantando uma barreira entre os exploradores e aqueles pobres homens, que firmaram direito por 30 anos de posse, quase sempre desrespeitados em outras épocas. Há profundas, revoltantes injustiças nessas questões – demarcantes inescrupulosos, falta de verificação, de respeito aos protestos dos pequenos, sob a manobra dos politiquieiros

⁵⁴⁶MAIA, Álvaro. **Relatório**, 1930, op. cit.; p.28 e 29.

⁵⁴⁷MAIA, Álvaro. **Relatório**, 1930, op. cit.; p.29 e 30.

⁵⁴⁸MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.02.

e dos usurpadores. Possesiros houve, residentes em Coary, Urubú, Canumã, que remaram dias e dias em busca da autoridade.”⁵⁴⁹

Descrevia uma situação de calamidade pública ao falar sobre os extratores do interior do Amazonas, dizia que havia “seringueiros sem roupas, sem alimentação, sem medicamentos”, e solicitava ajuda do governo federal para auxiliar os extratores, lembrando que era o tempo diferenciado das safras dos diferentes produtos florestais que amenizava a situação dos trabalhadores:

“(…) Não dispõem de mercadorias, essenciais à alimentação, e os navios, que heroicamente põem em contato os pontos afastados com a praça, vão suspendendo as suas viagens (...). Tenho fé nos governantes da República, certo que virá o auxílio ao produtor (...). Deve-se à safra da castanha o relativo desafogo de março até junho.”⁵⁵⁰

O prognóstico feito por Álvaro Maia em 1931, caso a ajuda do governo federal não chegasse, era extremamente pessimista. Elaborou um discurso permeado de opiniões concebidas a partir de uma generalização a respeito dos trabalhadores extratores, tidos como homens que necessitavam de ajuda do Estado para que não se entregassem a uma realidade compreendida pela elite letrada como primitiva, visto que havia o trânsito dos trabalhadores pelo Amazonas em busca de novos espaços que lhes oportunizassem um melhor modo de viver.

Podemos vislumbrar nas entrelinhas que o problema maior, para o Estado, não era a situação fragilizada do extrator que possivelmente vivera circunstâncias piores quando sua força de trabalho estivera imobilizada, mas a possível paralisação da indústria extrativa, principal fonte de receita do Estado que enriquecera homens em tempos áureos, usando de justificativas que seriam expostas na tribuna da Constituinte de 1933-34:

“Se não houver auxílio ao produtor, teremos as consequências seguintes: ou os seringueiros se entregarão a uma existência primitiva, ou procurarão os núcleos mais próximos às cidades. Em alguns rios, situação que se agravará com as suspensões das viagens dos pequenos navios, obrigados a desarmar pelo fim da safra da castanha, teremos este problema a resolver: de um lado, a paralisação da indústria extrativa: de outro, estes homens aglomerados à espera de alimento. O essencial seria aproveitá-los nas barracas em que se encontram. Conseguindo-se, embora transitoriamente, um preço que amparasse a safra de borracha, seria um auxílio de seis meses apenas, podendo ser suspenso em dezembro com o início da castanha. Prejuízo formidável seria abandonar esse povo, lançar ao abandono regiões já civilizadas, abrir ao estrangeiro as fronteiras já delimitadas pelo o esforço de homens, que, em mais de um momento, se transformaram em soldados, assegurando as lindes da nacionalidade.”⁵⁵¹

⁵⁴⁹MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.09.

⁵⁵⁰MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.11.

⁵⁵¹MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.11.

Álvaro Maia enumerou os fatores que ocasionavam o trânsito de extratores pelo Amazonas que enchiam a cidade de Manaus, tornando-se os classificados “sem trabalho”. O interventor federal concedeu passagens de 3ª classe para pessoas consideradas “desocupadas” e que constituíam preocupação para a ordem social de Manaus, das quais alguns partiram para os seus lugares de origem, os estados nordestinos,⁵⁵² e outros foram reenviados para os seringais ou os castanhais do interior:

“(…) desorganização dos serviços do velho regime, extinção da força policial, dispensa de funcionários, desvalorização do preço dos gêneros exportados, ocasionando o abandono do interior – encheram Manaus de desocupados. Muitos queriam voltar para os seus lares, outros pretendiam colocar-se nos rios centrais; no sentido de impedir o despovoamento e, por outro lado, de encaminhar os desocupados, que poderiam constituir elementos perturbadores da ordem, consignei no orçamento uma verba de 60:000\$000 anuais, acrescida do auxílio de mais 60:000\$000, em parcelas mensais de 5:000\$000, da prefeitura de Manaus, e com essas importâncias forneci passagens de 3ª classe àqueles indivíduos. Facilitei assim o preenchimento de claros em seringais e castanhais; liberei a cidade de grandes números de desocupados, principalmente, dos que, possuindo haveres em outros estados, não queriam aqui permanecer.”⁵⁵³

Não sabemos como ocorriam o aliciamento e cooptação por parte dos agentes estatais de indivíduos desempregados estabelecidos na cidade de Manaus e reenviados aos seringais e castanhais do interior amazonense. Contudo, cabe aqui um adendo, Davi Abreu em dissertação denominada de “*Uma Pretensa Intentona*” analisou a cópia de um recurso criminal, expedido pela Corte Suprema no dia 7 de agosto de 1936, disponível no *Arquivo Judiciário do Tribunal do Justiça do Amazonas*. Este documento trouxe à tona informações que foram analisadas pelo autor dentro de um aparato teórico-metodológico concernente ao seu objeto de pesquisa, o depoimento de um dos acusados de conjurar para subverter a ordem pública nos possibilitou vislumbrar o funcionamento desta rede de aliciamento e cooptação de trabalhadores. No depoimento de defesa do soldado do 27º *Batalhão de Caçadores*, Antônio Laredo Reis, relatou que possuía um tipo de sociedade de embarcações que procuravam por indivíduos desempregados no intuito de localizá-los e enviá-los para os municípios do interior, afirmando “que através dessa sociedade procurava fazer política, mandando *homens* (...) para muitos municípios do Amazonas.”⁵⁵⁴ Esta informação nos levou a considerar que existia nos anos de 1930 uma rede de aliciamento e

⁵⁵²Rogério Coimbra citou em seu relatório que com o “despovoamento” dos seus seringais, foram ofertadas passagens para o Nordeste aos trabalhadores extratores. COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.53.

⁵⁵³MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.13.

⁵⁵⁴Grifo nosso. ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**; op. cit.; p.99 e 100.

cooptação de pessoas que foram reinseridas em seringais e castanhais e tiveram suas forças de trabalho imobilizadas, na qual se fazia política e se ganhava dinheiro.

Entre anos de 1930 e 1937, verificou-se que existia uma verba estadual destinada aos “sem trabalho”,⁵⁵⁵ sendo usada também na compra de ferramentas que foram fornecidas para os trabalhadores que permaneceram no interior.⁵⁵⁶ O *serviço provisório de socorros e localização dos “sem trabalho”*, criado em agosto de 1931, tinha a finalidade de assistir os trabalhadores extratores e rurais que se encontravam “desocupados” pelo Amazonas.⁵⁵⁷ O governo concedeu aos trabalhadores instrumentos para o trabalho de desbravamento do solo, totalizando desde a criação do *serviço* até março de 1932, 215:240\$560.⁵⁵⁸

As verbas destinadas para auxiliar os “sem trabalho”, no governo constitucional, foram redirecionadas para o *socorro público* que deveria amparar “operários sem trabalho que regressavam aos seus lares, estudantes sem posses para as respectivas passagens, extratores desejosos de emprego no interior e enfermos sem hospitalização.”⁵⁵⁹

Criado provavelmente no governo constitucional, o *Banco Popular de Manaus* tinha o intuito de assistir as populações rurais, recebendo um depósito do Estado de cerca de duzentos e cinquenta contos de réis (250:000\$000).⁵⁶⁰

Em 1936, as verbas destinadas ao *socorro público*, além de serem usadas para ajudar “soldados, guardas-civis e operários desvalidos” que necessitavam de hospitalização, eram usadas para compra de passagens para que os trabalhadores retornassem aos seringais, “ou a doentes e imigrantes que regressem aos seus estados natais”.⁵⁶¹ Evidenciando que ao longo dos anos, as passagens para aqueles que quisessem retornar aos seus respectivos estados federativos de nascimento eram concedidas, apenas, para os que estivessem doentes. Segundo o governador do Amazonas:

“O governo não se esqueceu de ajudar a população pauperizada por outras modalidades – reparo de barracas destruídas pelas invernações, localização no interior e em terras de aforamento, facilitação de ferramentas agrícolas, ligação de água para viúvas desamparadas, auxílio de médico e remédio, remessas de ambulância.”⁵⁶²

⁵⁵⁵MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.08 e 10.

⁵⁵⁶MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.12.

⁵⁵⁷MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.20.

⁵⁵⁸COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.20 e 22.

⁵⁵⁹MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.128.

⁵⁶⁰MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.210 e 228.

⁵⁶¹MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.386.

⁵⁶²MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.389.

Álvaro Maia dizia que a assistência social deveria estender-se aos seringais e castanhais, projetando uma possível discussão para criação de um *Instituto de Amparo Social* e do futuro *Congresso das Municipalidades*.⁵⁶³

Em fins de 1937, com a ditadura estadonovista, a verba destinada ao *socorro público* foi mantida com as mesmas finalidades de amparar os “mais necessitados” e o Estado continuava a enviar os “sem trabalho” para o interior amazonense:

“No que concerne propriamente a providências de amparo social, o Estado, mesmo na fase mais aguda das suas crises financeiras, jamais eliminou dos orçamentos a verba de “Socorros Públicos”, embora a restringisse algumas vezes por circunstâncias prementes. Passagens a estudantes pobres, a doentes, hospitalização de necessitados, de funcionários de parques vencimentos, e auxílios pecuniários a desamparados, transporte de trabalhadores para o interior, estão há muito tempo entre os deveres impreteríveis do governo; e ainda recentemente fez ele construir em bairro sadio da cidade um grupo de 16 casas, que distribuiu, por sorteio, a viúvas desprovidas de recursos.”⁵⁶⁴

José Ribamar Bessa Freire, coordenador de um anteprojeto de pesquisa sobre *A História político-administrativa da agricultura no Estado do Amazonas* que fora publicado em 1978, desenvolveu uma grande síntese sobre as políticas agrícolas dos governantes, indo do período da Amazônia colonial ao estado do Amazonas republicano, do qual podemos tomar alguns de seus questionamentos e preocupações sobre o tema estudado na pesquisa. O autor citado afirmou que havia uma contradição dos desejos e planos elaborados pelos governantes com as práticas efetivas da elite político-econômica imperial e republicana, afirmou que foram criados planos, cujas medidas deviam incentivar a agricultura, com distribuição de sementes, facilitação de créditos, concessão de terras e ferramentas de trabalho, além do fomento da imigração e colonização para o Amazonas. Medidas que se confrontavam com um setor extrativo vigoroso e uma agricultura considerada “decadente” que impossibilitou de manter a população que no Amazonas residia, enfrentando crises de fome, como a de 1880, em pleno apogeu da economia exportadora da borracha e a de 1919-1921, na crise.⁵⁶⁵

Evidenciou-se, deste modo, que medidas de assistência àqueles que lavravam a terra, como distribuição de sementes e ferramentas, estavam em planos de políticas agrícolas formulados anteriores à década de 1930, apesar dos motivos e contextos diferenciados, o intuito

⁵⁶³MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.392.

⁵⁶⁴MAIA, Álvaro. *Exposição*, 1938, op. cit.; p.66.

⁵⁶⁵FREIRE, José R. Bessa. *Anteprojeto de pesquisa sobre a História político-administrativa da agricultura no Estado do Amazonas* / Coordenador: José R. Bessa Freire. Fundação Getúlio Vargas / EIAP; Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola; Programa de História Geral da Agricultura Brasileira; subprograma de fontes. PLEFANN-AM, Manaus, 1978, p.10.

era de superar a crise e de alcançar o progresso, através do processo de fixação de trabalhadores ao solo, junto às grandes propriedades. Indicando que nos anos 30, com a plena decadência da economia exportadora da borracha, houve a necessidade de políticas que incentivasse o cultivo sistematizado de plantas silvestres para a denominada indústria extrativa e o desenvolvimento de agricultura no Amazonas que deveria ser secundária, bem como as verbas destinadas à assistência de trabalhadores extratores e agricultores também foram utilizadas junto ao sistema de cooptação e imobilização da força de trabalho que estava desempregada na cidade de Manaus.

As concessões de terras devolutas com castanhais

“As grandes castanheiras silvestres, floridas e majestosas, elevando-se sobre o conjunto verde das florestas amazônicas, inscreveram na sua história algumas páginas heroicas. Elas foram nestes últimos anos, quando se acentuou a crise entristecedora da borracha, um refúgio simbólico de esperanças, as árvores salvadoras da vida, no ambiente angustiado das nossas maiores vicissitudes. **A agonia das castanheiras** de Huascar de Figueiredo”⁵⁶⁶

Em 1921, o engenheiro Lourival Muniz da *seção de terras e obras públicas* sugeria que o legislativo amazonense reformasse o processo de demarcação de terras com castanhais. Haja vista que a definição do termo – castanhal – no sentido empregado pela lei, proibia de certa forma sua venda. Consideravam como castanhal todo trecho de terra onde existissem grupos de castanheiras e ponderavam que havia inúmeros pequenos grupos de castanheiras por todo o território amazonense, sem valor apreciável, implicando no fato de que quase todas as terras estavam dentro da disposição proibitiva, os impedindo que as vendessem. O governo estadual afirmava que a castanha era um dos produtos de sua receita e que não convinha ao Estado opor embaraços à exploração de castanhais. Argumentava que os castanhais como possibilidade de renda dos mais vulneráveis não era motivo para que o Estado dificultasse a venda de terras com castanhais e o arrendamento não impediria que os extratores fizessem contratos com os donos das terras.⁵⁶⁷

O relatório de Lourival Muniz afirmava que a justificativa da proibição da venda dos castanhais era que “essa medida legislativa resultou, sem dúvida, do preconceito de que os castanhais são *conforto do povo*”. Diziam que esse tipo de exploração não trazia benefício para a riqueza

⁵⁶⁶REVISTA CABOCLA, Manaus, fevereiro de 1936, sem número de página.

⁵⁶⁷MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem Lida Perante a Assembleia Legislativa**, na abertura da terceira sessão ordinária da décima legislatura, pelo exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, governador do estado, a 10 de julho de 1921, p.135 e 136.

pública e que os castanhais deveriam “ser entregues a uma exploração ampla, porque dos seus produtos, extraídos os impostos, o Estado tira um grande auxílio para as suas despesas.”⁵⁶⁸

Com a crise da economia exportadora da borracha houve um aumento de concessões de terras devolutas que possuíam castanhais, eram terras pertencentes ao Estado que estavam, em tese, desocupadas. Nos quatro primeiros meses de 1930, no governo de Dorval Porto, foi registrado 98 petições de concessão de terras, das quais 82 foram deferidas, com a expedição de 30 títulos definitivos, rendendo ao Estado cerca de 6:352\$607 com a venda de terras, e 1:715\$000 de emolumentos⁵⁶⁹ que eram ganhos eventuais além dos rendimentos habituais com as vendas.⁵⁷⁰

O governo amazonense, em 1930, mantinha uma propaganda política de colonização e ocupação de território que compreendia o Amazonas, afirmando haver terras disponíveis para serem ocupadas às margens dos vales do rio Urubu, Andirá, Uaicurapá, onde seriam disponíveis cerca de 30 quilômetros de frente sobre 3 quilômetros de fundos de terras pretas, cujo clima era considerado excelente para os possíveis colonos que viessem ali se instalar.⁵⁷¹

Em 29 de julho de 1930, o governo de Dorval Porto fez contrato com as empresas *The Amazon Corporation*, *Canadian-Amazon Company Limited* e *American-Brasilian Exploration Corporation*, concedendo-lhes o direito de exploração do subsolo e retirada de minerais de carvão de pedra, óleos e outros produtos minerais. As empresas depositaram no tesouro estadual, como garantia contratual, a importância de 300:000\$000, para que pudessem iniciar os trabalhos. Rogério Coimbra em 1932 pedia os ajustamentos necessários para que estas empresas pudessem cumprir seus objetivos com as explorações, para as quais os trabalhadores nacionais seriam disponibilizados.⁵⁷²

Dorval Porto esboçou um plano de concessão de terras a pequenos proprietários, pois concedendo-as, o governo os incentivaria a cultivar e a fixar-se ao solo, demarcando e medindo os limites das propriedades que viessem ser concedidas aos ocupantes de terras devolutas, tendo como condição o cultivo de plantas silvestres e agricultura:

“Exemplo prático (...) da eficiência produtiva da pequena propriedade, aí o teríeis nos vales do Careiro e do Cambixe, cuja prosperidade é, simultaneamente, consolação e

⁵⁶⁸MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem**, 1921; op. cit.; p.136 e 137.

⁵⁶⁹PORTO, Dorval. **Mensagem**, 1930, op. cit.; p.33.

⁵⁷⁰FIGUEIREDO, Candido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueiredo de 1913** / Candido Figueiredo. Projeto Gutenberg E-book; Biblioteca Nacional de Portugal; p.699.

⁵⁷¹PORTO, Dorval. **Mensagem**, 1930, op. cit.; p.61 e 62.

⁵⁷²COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.56.

incentivo. (...) o governo vos sugeriria a elaboração de lei que lhe permitisse conceder títulos definitivos aos atuais ocupantes de terras devolutas, ou a quem as viesse ocupar (...). Penso que a concessão deve ser em usufruto (...). Parece-me ainda que os lotes a conceder deverão medir, no máximo, 500 metros de frente sobre 1.000 metros, também no máximo, de fundos. (...) desde que satisfaça a condição primordial dos ocupantes terem plantado e cultivado no terreno a conceder: a. ou seringueiras, de primeira qualidade, até 2.000 pés; b. ou castanheiras, até 500 pés; c. ou cacauzeiros, até 1.500 pés; ou guaranazeiros, até 1.000 pés.”⁵⁷³

Com o golpe de Estado que colocou Getúlio Vargas no poder, o interventor amazonense denunciou a prática de cessão de imensas porções de terras para pessoas que tinham relações com membros do antigo governo, enfatizou a cobiça pelas terras com castanheiras⁵⁷⁴ que eram palco de conflitos que foram ao longo dos anos ocultados pelo Estado:

“Vulgaríssima era, do Amazonas, a concessão de latifúndios, abrangendo rios, imensos como países, a indivíduos que não os exploravam nem tinham meios para esse fim.
(...)
O patrimônio territorial sofria cortes absurdos, era dividido em concessões vastas como países, com que os governantes obsequiavam os seus fâmulos, desrespeitando posses seculares, incendiando benfeitorias, varrendo famílias inteiras a metralha. Quando se inicia o fabrico da castanha, o território amazonense transmuda-se em palco de ambições e, pela má distribuição das posses, surgem conflitos entre velhos moradores e novos proprietários, que o poder público tem de abafar.”⁵⁷⁵

Havia uma preocupação por parte do governo, de como eram adquiridas as terras com castanhais, haja vista que a preferência pela extração impedia o desenvolvimento da agricultura, segundo os discursos, já que eram cedidas áreas imensas com castanheiras para os exploradores, muitas vezes, apenas para retirada dos produtos e sem que houvessem trabalhado o solo para o desenvolvimento de agricultura.

Em 27 de dezembro de 1930, o interventor Álvaro Maia suspendeu a concessão de terras com castanhais nativos e instituiu uma espécie de arrendamento com duração de um ano, sendo que o arrendatário deveria pagar inicialmente ao Estado um valor de 10% sobre o produto extraído que depois seria reduzido para 5%. Foram expedidos 227 títulos de arrendamentos no

⁵⁷³PORTO, Dorval. **Mensagem**, 1930, op. cit.: p.60 e 61.

⁵⁷⁴Davi Avelino Leal em sua tese de doutoramento analisou os conflitos em torno de terras de castanhais e seringais na área que compreende o Rio Madeira em fins do século XIX e início do século XX. As terras com castanhais chegaram a ser bastante cobiçadas com o agudo processo de crise da economia ligada à exportação da borracha. LEAL, Davi Avelino. **Castanhais e seringais e os sistemas de honra e herança** / Davi Avelino Leal. In: _____ Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932) / Davi Avelino Leal. Tese (Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida. Manaus: UFAM, 2013, p.75-82; 234, 235.

⁵⁷⁵MAIA, Álvaro. **Relatório**, 1930, op. cit.: p.09,14 e 15.

início do governo provisório.⁵⁷⁶ O interventor anulou 26 concessões de terras por terem vencido o tempo de exploração, vinte e cinco no interior e uma em Manaus.⁵⁷⁷

Nas vastíssimas terras concedidas com seringueiras e balateiras, havia espaços de floresta que não tinham sido transformados em terras agricultáveis, onde até mesmo ouriços de castanhas deixaram de serem colhidos, por pertencerem aos grandes proprietários, pois muitos extratores eram proibidos de entrarem e coletarem nas terras se eles não pagassem ao dono legal uma tarifa:

“(…) ninguém tinha o direito de penetrar em tais lugares. Quando muito, um ao outro latifundiário colocava um preposto à embocadura de um rio com o fim de cobrar percentagem sobre os produtos colhidos pelos trabalhadores da selva. Tentavam também vender as concessões a terceiros, sem que tivessem feito a menor benfeitoria.”⁵⁷⁸

O cargo de *comissário de terras* foi criado com intuito de resolver os conflitos existentes em torno de terras ricas com produtos florestais exportáveis.⁵⁷⁹ No início do governo interventorial foi permitido à ocupação das terras devolutas por pessoas que se propusessem a cultivá-las, para as quais o governo expediria um título por empréstimo que valeria enquanto as terras estivessem ocupadas.⁵⁸⁰

Em outubro de 1931, Rogério Coimbra pelo ato nº 1.040 regulou a concessão de terras do Estado destinadas à exploração da indústria extrativa da castanha, as quais só poderiam ser concedidas por intermédio de arrendamento com o prazo máximo de 10 anos, e no mínimo de 5 anos, sendo obrigatório que o arrendatário plantasse e cultivasse castanheiras e, caso cumprissem todas as obrigações vigentes, o título definitivo poderia ser concedido.⁵⁸¹

O interventor Rogério Coimbra enfatizou a instável situação no processo de ocupação de terras concedidas pelo Estado, haja vista que os proprietários não cumpriam com as obrigações a que ficavam submetidos ao receberem os títulos definitivos das terras:

“(…)além de que, outras muitas, adquiridas com a declaração de se destinarem à precária ou à agricultura, ou foram, unicamente, para a indústria extrativa da castanha ou da *hevea*.

(…)

Os proprietários de castanhais limitam, em geral, os horizontes de suas iniciativas práticas ao trabalho da colheita na época das safras, que lhes proporcionam rendas

⁵⁷⁶MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.05.

⁵⁷⁷MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.09.

⁵⁷⁸MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.09.

⁵⁷⁹MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.02 e 09.

⁵⁸⁰MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.05.

⁵⁸¹COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.06 e 19.

fartamente compensadoras ao custeio da colheita, sem enriquecerem a gleba com a cultura intensiva desta ou de outra espécie vegetal.”⁵⁸²

A questão das grandes propriedades com seringais e castanhais amazônicos foi tema de debate na Constituinte de 1933-34. Luiz Martins da Silva, deputado classista pelo Pará,⁵⁸³ foi à tribuna defender a emenda que não foi aceita para constar no anteprojeto, na qual versava sobre a divisão dos grandes latifúndios do Brasil em pequenos lotes de terras que deveriam ser cedidos aos pequenos agricultores ou aos trabalhadores que as requeressem, justificou a emenda afirmando que a estrutura econômica do país era agrícola. Contudo, ocorria o chamado “êxodo” da população interiorana que fugia para as cidades, avolumando o número dos “sem trabalho”, ou seja, de desempregados que ficavam à mercê dos labores mais humildes. Aconselhava que fixassem o trabalhador ao solo, facilitando o acesso a terra e, desta forma, evitariam possíveis “perturbações” nas grandes cidades.

Explicou os motivos pelos quais os trabalhadores migravam, a existência de vastíssimas áreas de terras e que na Amazônia existiam “verdadeiros senhores feudais às margens dos seus grandes rios”,⁵⁸⁴ impedindo que trabalhadores cultivassem e tivessem “um direito mais sólido e estável” sobre o solo. Afirmou que o governo interventorial de Magalhães Barata, interventor do Pará, havia derrubado cerca de 5.291.738 hectares de terras concedidas a grandes proprietários em governos anteriores ao golpe de Estado de 1930,⁵⁸⁵ citou nomes de concessionários e os números em hectares dos lotes. O deputado paraense denunciou José Júlio de Andrade dono de grandes castanhais e seringais nas terras paraenses:

“Um mundo de terras desconhecidas, rios inteiros, (...) sertões que foram os maiores sorvedouros de vidas humanas do meu Estado, onde desapareceram centenas de

⁵⁸²COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.18 e 19.

⁵⁸³Depois de 1930 “*tornou-se, em 1932, chefe do Departamento de Negócios Municipais durante a interventoria de Joaquim Magalhães Cardoso Barata (1930-1935). No pleito de julho de 1933 elegeu-se deputado classista, como representante dos empregados do livro e jornal, à Assembléia Nacional Constituinte.*” **Verbetes**: SILVA, Luiz Martins e. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-martins-e-silva>. Foi um dos fundadores do Partido Social Democrata do Pará em 22 de junho de 1937, CRUZ. Ernesto. **História do Pará**. Coleção Amazônica, série José Veríssimo, Universidade do Pará, vol. 2; Departamento de Imprensa Nacional, 1963, p.557.

⁵⁸⁴ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 12. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>, p.471.

⁵⁸⁵Aldair José Dias Carneiro, em tese de doutorado intitulada de *Os castanhais do sudeste do Pará: cotidianos e discursos (1930-1964)*, afirmou que o interventor Magalhães Barata anulou arrendamentos de terras com castanhais, no sudeste do Pará, que foram concedidas a latifundiários em governos anteriores a dita “revolução de 1930”. CARNEIRO, Aldair José Dias. **Os castanhais do sudeste do Pará: cotidianos e discursos (1930-1964)**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, Orientador: Prof. Dr. Karl Heinz Arenz, Belém-PA, 2018, p.162.

gerações heroicas de nordestinos, criminosamente negociados nas capitais do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; por agentes dos grandes proprietários seringalistas e castanheiros da Amazônia.”⁵⁸⁶

O constituinte afirmou que foi testemunha ocular de como se escravizavam trabalhadores extratores num dos afluentes do Rio Jarí, no “feudo do coronel da Guarda Nacional, José Júlio de Andrade”,⁵⁸⁷ do qual fugiam trabalhadores nordestinos pelas terras de Maracá. Afirmou que ajudou a libertar muitos indivíduos que os procuravam, pois “é que se havia espalhado, entre os infelizes desses sertões, que eu não entregava qualquer fugitivo, em busca de liberdade, aos gerentes dos castanhais zéjulianos”,⁵⁸⁸ deu-lhes meios de fuga e recursos materiais para regressarem à terra natal, os que não conseguiam o intento sofriam castigos corporais, afirmou que viu “homens, mulheres e crianças famintas, doentias e esfarrapadas, caminharem dias seguidos pela mata virgem, deixando, às vezes no caminho, mortos os seus próprios filhos, em busca da liberdade.”⁵⁸⁹ Denunciou que havia uma rede que ajudava no processo de imobilização da força de trabalho desses indivíduos, na qual participavam autoridades municipais, “uma polícia política maldita, a serviço desses mandões”,⁵⁹⁰ que prendiam em plena cidade os indivíduos para devolvê-los ao cativeiro desses sertões de onde nunca mais saíam, disse que se reportava apenas às grande propriedades do Pará, pois as conhecia pessoalmente. O deputado paraense apelou aos colegas constituintes que reavaliassem e debatessem a emenda que era “uma grande justiça à essa gente rural.”⁵⁹¹

Álvaro Maia, em 1936, considerava o Amazonas uma terra em processo de ocupação, que sofria com questões que não correspondia ao momento em que este processo se encontrava, o imenso território esperava para ser ocupado. Havia disputas por terras bem localizadas que outrora foram lavradas por pequenos produtores que não possuíam títulos definitivos, mas que habitavam o lugar:

“Território imenso, aparentemente uniforme na cobertura das selvas, mas desarticulado em terras firmes de castanhais, labirintos de lagos, tratos aluviônicos para a agropecuária, o Amazonas começa a sofrer, muito antes de uma população proporcional à superfície, os abalos próprios às regiões novas, em que se procede a distribuição do solo.

⁵⁸⁶ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V. 12. op. cit.; p.472.

⁵⁸⁷ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V. 12. op. cit.; p.472. Barbara Weinstein afirmou que a firma paraense Andrade, Queirós & Cia. fundada por José Júlio de Andrade foi um tirânico dono de seringais que controlava o comércio da borracha no município de Almeirim. WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia.**, op. cit.; p.36.

⁵⁸⁸ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V. 12. op. cit.; p.472.

⁵⁸⁹ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V. 12. op. cit.; p.472.

⁵⁹⁰ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V. 12. op. cit.; p.473.

⁵⁹¹ ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. V. 12. op. cit.; p.473.

Impera o interesse dos lotes próximos às capitais, às cidades, aos portos de escala nos rios navegáveis, e depois, muitas vezes, requerimentos de lotes que envolvem posses antigas, valorizadas pelo suor do desbravador rude, cujos antepassados lavraram o sinal da conquista nas árvores frutíferas, nos seringais plantados, nos roçados abertos. Há necessidade de implacável fiscalização a esses atentados à pequena propriedade por uma lei clara e beneficiadora, que, subvencionando direitos atuais, evite graves dissensões futuras.”⁵⁹²

Jatyr Pucú de Aguiar, diretor da *seção de terras* do governo constitucional no Amazonas, afirmou que as vendas de terras devolutas estiveram suspensas até 20 de março de 1935, restabelecidas por ato do governo de Álvaro Maia em 1936. Foi suspenso o arrendamento de castanhais em terras devolutas para que àqueles que arrendaram pudessem definitivamente adquirir seus títulos.⁵⁹³ Havia algum dispositivo legal, segundo o relatório, que proibia que alguém adquirisse mais de cem milhões de metros quadrados de terras, o que impossibilitou que a maioria dos arrendatários que solicitavam títulos definitivos os obtivessem. Jatyr Pucú de Aguiar solicitava ao governador a expedição dos títulos aos arrendatários para que pudessem continuar com a exploração das terras como donos efetivos.⁵⁹⁴

Em 1935, a castanha já era considerada o produto mais exportado do Amazonas, a *Associação Comercial do Amazonas* propagandeava a castanha como o “produto de riqueza amazonense”, solicitando amostras de 8 mil ouriços de castanhas que foram fornecidas as empresas *Booth & Co. (London) Ltda.*, para os serviços de propaganda dos Comitês *Brasil Nut Advertising Committer* em Londres e *Brasil Nut Fund* em Nova York para que as exibissem em vitrines das casas de frutas dos principais centros consumidores europeus e norte-americanos.⁵⁹⁵

O crescimento no número de castanhas exportadas implicava em demandas de concessão de terras com castanhais. Álvaro Maia enfatizou, em 1936, que um dos problemas a serem resolvidos era a venda e concessão de terras no Amazonas, haja vista as consideradas injustiças praticadas contra os pequenos proprietários.⁵⁹⁶

Em julho de 1936, o governo restituiu ao Estado cerca de 1.025.000 hectares de terras que foram concedidas a José Figueiredo Saboia de Albuquerque, Germano Paulo Franck e Kosaku Ohichi, por entrarem os contratos em caducidade. Verificou-se que os arrendatários não

⁵⁹²MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1936, op. cit.; p.104.

⁵⁹³A mudança feita no governo de Álvaro Maia na regularização de compra e arrendamento de terras, previa uma renda mínima, conforme os cálculos, de 104:000\$000. MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1936, op. cit.; p.222.

⁵⁹⁴MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1936, op. cit.; p.104 e 105.

⁵⁹⁵RELATÓRIO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. 1935, op. cit.; p.31 e 32.

⁵⁹⁶MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.57.

cumpriram com o que assinaram nos seus respectivos contratos. Permitindo que entrevíssemos os conflitos que existiam entre os grandes proprietários e àqueles que habitavam o solo:

“(…) a Intervenção Federal, que restituiu ao patrimônio estadual intensas faixas de terras, abrangendo rios inteiros, feitas graciosamente a concessionários que não dispunham de capitais para necessária exploração. Assinavam, no Contencioso Fiscal, contratos que não poderiam cumprir – núcleos coloniais, transporte gratuito de imigrantes, aberturas de estradas carroçáveis, estradas de ferro, navegação a vapor, escolas primárias, fábricas, moinhos e oficinas. Disfarçava-se, às vezes, a concessão com a “exploração da flora e solo”, durante o prazo de 30 até 90 anos. Fácil é deduzir que obtinha o latifúndio, com o prejuízo de antigos posseiros, para fonte de negociações com empresas estrangeiras.”⁵⁹⁷

A concessão de grandes lotes de terras no Amazonas ocasionava a expulsão pelos grandes proprietários de seringais e castanhais dos pequenos proprietários e de suas famílias que habitavam o solo por várias gerações. Álvaro Maia solicitou à Assembleia Legislativa que revisasse a legislação que regulava as terras no território amazonense:

“O Regulamento de terras está a exigir, nesse particular, disposições de rigoroso cuidado. Indivíduos afoitos, desapiedados da honestidade e do suor alheio, requerem numerosos lotes para a indústria extrativa, ou para o amanhã agrícola. Os pobres e velhos ocupantes, que pouco sabem das leis, não protestam às vezes, porque têm conhecimento da invasão quando o agrimensor lhes bate à porta da barraca. Outro ponto vulnerado do Regulamento é o que restringe ao requerente o número de lotes. O espírito da lei é a distribuição racional das terras. Burla-se com o requerimento de lotes para diversos da mesma família, notadamente menores.”⁵⁹⁸

Em 1936, o chefe da *seção de terras*, o agrônomo Jatir Pucú de Aguiar afirmou ser importante a defesa dos pequenos proprietários que firmaram direitos ao solo por 30 anos de intenso trabalho. Reformulando seu discurso já que em anos anteriores pedira que fossem dados os títulos definitivos de grandes proprietários. O agrônomo disse que depois de concedidas as terras, os pequenos produtores eram expulsos ou transformavam-se em empregados dos donos dos seringais e castanhais, quando expulsos desciam os rios e se instalavam nos arredores das vilas e cidades, ocasionando o denominado inchaço urbano com os “sem trabalho” e no desaparecimento das roças pelo interior amazonense:

“(…) São roças que desaparecem, capoeiras de que se reflorestam, exploradores que se retraíram, crianças que abandonaram a especialização regional do trabalho, em manifesto prejuízo às atividades produtivas que mananciam as rendas públicas. Cada núcleo amazônico é uma grande escola profissional, em que os operários se aperfeiçoam às necessidades da região, ensinados pelas forças naturais. (...) Importa em crime não assegurar a esses heróis a posse ao trato lavrado – herança única, herança de suor aos

⁵⁹⁷MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.128 e 129.

⁵⁹⁸MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.128 e 129.

descendentes, que não parasitam os orçamentos, antes os enchem de húmus revigorador.”⁵⁹⁹

O conflito em torno das terras com castanhais era mais evidente durante a safra da castanha. Em 1936, a *diretoria de ordem pública* contabilizou dez homicídios no Amazonas, três em Manaus e sete no interior, decorrentes de conflitos em torno das terras com castanhais.⁶⁰⁰

O governador constitucional disse que, por causa do povoamento, no início da expansão da empresa mercantil de exploração do látex era compreensível a concessão de grandes lotes de terras, porém com a crise da economia exportadora da borracha, sem o devido auxílio dos governos, trabalhadores antes vinculados à economia de extração do látex se juntaram aos núcleos existentes ou conquistaram a floresta iniciando um processo de ocupação do solo:

“Vencida essa primeira arrancada, já se não justifica, entretanto, o loteamento a granel,⁶⁰¹ sem uma verificação técnica e consciente. Não basta requerer que tais terrenos se destinem à exploração extrativa, ou à indústria pastoril ou à agricultura: é necessário que se prove a asserção. O governo tem de ressaltar as quedas d’água, os pontos estratégicos, os trechos destinados a autovias. As indenizações às áreas em que se encontram Porto Velho, Boca do Acre e Rio Branco (Acre), explicam este ponto de vista, acautelador de interesses gerais. (...) Impõe-se o levantamento da estatística de terras distribuídas: ver-se-á que, por esse processo, os lotes se confinam em verdadeiros latifúndios, com prejuízo, e até expulsão, dos exploradores nativos.”⁶⁰²

Álvaro Maia pedia a Assembleia Legislativa que discutissem, revisassem e, posteriormente, inserissem alguns parágrafos à Lei nº153 de 9 de dezembro de 1936 que tratava das concessões de grandes propriedades:

“Art. 1º - Nenhuma concessão de terras, destinada à colonização de imigrantes estrangeiros, será feita a qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, sem audiência prévia do Poder Executivo, que colherá preliminarmente os necessários elementos informativos das respectivas autoridades civis e militares, federais e estaduais, para perfeita elucidação da Assembleia Legislativa.
Art. 2º - Colhidos os elementos informativos a que se refere o artigo anterior, o Governador do Estado os apreciará, emitindo sua opinião e enviando-os, por meio de Mensagem à Assembleia, para deliberar, afinal, respeitadas as restrições constitucionais.
Art. 3º - Sempre que seja requerida a compra de terras devolutas do Estado deverá o requerente fazer expressa declaração de que as não destina à colonização de estrangeiros.”⁶⁰³

⁵⁹⁹MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.134 e 135.

⁶⁰⁰Não consegui traçar os lugares exatos onde ocorreram os homicídios, trago apenas, a informação contida na mensagem de governo. MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.157.

⁶⁰¹Loteamento em granel era uma expressão, comumente usada, para dizer que as terras eram loteadas em grande quantidade.

⁶⁰²MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.129 e 130.

⁶⁰³MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.130 e 131.

Em fins do ano de 1936 e início de 1937 foram expedidos 116 títulos definitivos de concessão de terras, sendo 104 até dezembro de 1936, e 12 nos dois primeiros meses de 1937. A área vendida atingiu a 1.600.694.441 m² em 1936 e lavraram-se 23 contratos de arrendamento. Álvaro Maia solicitava que os técnicos estatais, em recenseamentos futuros do Amazonas, coletassem informações sobre:

“(…) a distribuição das terras, terras demarcadas e terras devolutas, a fim de legislar com acerto e conceder prazo para legalização de títulos aos velhos posseiros, aos desbravadores que veredaram as florestas para ganho do latifúndio posterior.”⁶⁰⁴

Os conflitos em torno das terras com castanhais abrangiam as populações indígenas que não só lutavam contra os extratores como, também, contra os grandes proprietários de seringais e castanhais, lutavam com intuito de proteger as terras em objeção à exploração econômica dos castanhais pelos grandes proprietários. O *Jornal do Comércio*, em 2 de abril de 1937, noticiou o “esclarecimento” do que foi chamado de ataque dos índios *Jamamadys* no lugar chamado de Grajahú, no Igarapé Preto, distrito de Canutama, matando uma família qualificada de “civilizada” pelo jornal. Ao longo do relato, o jornal permite entrever que, talvez, a etnia *Jamamadys* guerreava contra os exploradores para proteger suas terras:

“A fúria dos índios da tribo Jamamadys

(…) O fato agora está perfeitamente esclarecido. Por um ofício que o dr. chefe de polícia recebeu do capitão Afonso Galvão, delegado de polícia de Canutama, ficou-se a saber o seguinte:

Em fins de janeiro os índios Domingos, Luiz, Ricardina e Nazareth, pertencentes à tribo dos Jamamadys, mataram barbaramente os civilizados Bento Ribeiro, sua mulher e quatro filhos do casal, tendo escapado à sanha sanguinária dos selvícolas, a menor Iva, de nove anos de idade, a qual os criminosos carregaram para a aldeia deles. (...) Os Jamamadys são ao todo vinte e oito, dos quais apenas doze homens, pois o resto compõe-se de mulheres e crianças. Esses selvícolas, usando dos sinais de guerra, têm ameaçado os moradores que se acham residindo em pontos próximos da maloca e por isso muitos dos que ali habitam vão abandonando as suas barracas. No Igarapé Preto abundam os castanhais, pertencentes a diversos proprietários, mas estes não podem fazer a colheita, devido aos índios, que não deixam apanhar um só hectolitro.”⁶⁰⁵

Álvaro Maia, em fins de 1937, iniciou um processo de fiscalização quanto à concessão de terras, disse que assegurava os direitos de antigos posseiros, impedindo as concessões de grandes propriedades. A *seção de terras* policiava petições que tentavam fraudar as concessões, pois muitos que requeriam terras já as tinham, solicitando concessões em nomes de parentes, para exploração predatória de produtos florestais com trabalho dos pequenos produtores:

⁶⁰⁴MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.134.

⁶⁰⁵JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 2 de abril de 1937, p.01.

“Para conseguir esse objetivo, a Seção de Terras polícia as petições de impetrantes que, no intuito de fraudar a lei, loteiam os terrenos com os castanhais entre filhos, parentes e empregados. Não os ouve o intuito de lavrar o solo, mas a febre alucinada de deter áreas imensas, para ficarem trancadas à exploração de pequenos trabalhadores. São, quase sempre, intermediários que residem nas cidades e entregam a guarda dos lotes a feitores, que não executam um programa de industrialização e defesa de propriedade. Limitam-se a cobrar percentagens sobre reservas florestais que não plantaram, sobre terras que não beneficiaram, explorando o extrator, o agricultor que realmente estão fixados ao solo. A fiscalização desses requerimentos exige certa demora na tramitação pelos órgãos de informação.”⁶⁰⁶

Álvaro Maia no *livro para termos de arrendamentos de castanhais*, da *Diretoria dos Serviços Técnicos do Estado* amazonense da *seção de terras* registrou 144 contratos de arrendamentos de terras devolutas com castanhais entre 1932 e 1942, das quais muitos provavelmente foram fraudados. Neste período foram arrendados a área de 2.286.536,435 m² de terras devolutas por todo o Amazonas, equivalendo a cerca de 228.653,6435 hectares de terras com castanhais nos arredores das cidades e vilas de: Barreirinha, Barcelos, Borba, Canutama, Coari, Codajás, Fonte Boa, Itacoatiara, Manacapuru, Manicoré, Maués, Moura e Tefé.⁶⁰⁷

Entre os dias 6 e 19 de agosto de 1932, Henrique Lima, um comerciante que residia em Manaus, arrendou terras devolutas com castanhais localizadas em Tefé para si e para os filhos menores de idade René Barbosa Lima e Ruy Barbosa Lima. Ao todo foram nove lotes de terras, todos próximos um do outro, somando o total duma área de 208.149,640 m² de terras com castanhais para a família explorar e usufruir.⁶⁰⁸

Outro caso semelhante de possível fraude foi o do comerciante de Manaus, Manoel de Souza Amado e sua esposa dona Maria Christina Mavignier Amado, esta última compareceu a *Diretoria dos Serviços Técnicos* em 23 de janeiro de 1933 para arrendar o castanhal denominado de *assahytuba* situado em Moura; seu marido registrou termo no dia 2 de fevereiro de 1933, para arrendar terras em Barcelos, retornando em 30 de agosto de 1933 para arrendar outro em Moura. Entre os dias 18 e 27 de novembro de 1933 voltaram à *Diretoria* para arrendar 5 lotes de terras, todos em Moura; Manoel de Souza Amado voltou à *Diretoria* nos dias 15 e 16 de maio de 1934, desta vez, como representante de Alexandre da Silva Lindoso, arrendando dois lotes de terras com castanhais, também, em Moura. A esposa retornou à *Diretoria* autorizada pelo marido, em 28 de outubro de 1935, para arrendar mais 3 lotes de terras devolutas com castanhais em Moura;

⁶⁰⁶MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1938, op. cit.; p.42.

⁶⁰⁷LIVRO PARA TERMOS DE ARRENDAMENTOS DE CASTANHAIS. *Diretoria dos Serviços Técnicos do Estado do Amazonas, seção de terras*. Manaus, 1932-1942.

⁶⁰⁸Termos 10 a 18. LIVRO PARA TERMOS DE ARRENDAMENTOS DE CASTANHAIS.1932-1942, op. cit. s.n.p.

ele retornou em 15 de julho de 1936 para arrendar mais um; ela voltou, em 23 de dezembro de 1936, arrendando mais outro; e, em 30 de dezembro daquele ano, arrendou o último em seu nome. Entre esses anos aqui estudados, no total, o casal arrendou uma área de cerca de 262.066,231 m² de terras devolutas em sua maior parte em Moura, não contabilizando aqui as supostas terras de Alexandre da Silva Lindoso.⁶⁰⁹

Visualizemos também o caso notório da firma *J. A. Leite & Companhia* que representou junto à *Diretoria*, os cidadãos José Candido da Silva, Salvador Alecassis e irmãos, Francisco Magaldi, José Feliciano Michelis Filho, Benjamin Negreiros da Fonseca, Raimundo Gomes de Albuquerque e Isaac Pinto, que arrendou terras em sua maior parte situadas em Maués.⁶¹⁰

O *livro para termos de arrendamentos de castanhais* mostra os outros casos, possivelmente, fraudulentos de arrendamento de terras devolutas com castanhais ocorridos entre os anos de 1932 a 1942. Os anos de 1932 e 1933 foram os que mais houveram arrendamento de terras com castanhais, num total de 88 termos assinados, havendo uma diminuição nos anos posteriores de terras arrendadas, com estagnação por volta de maio de 1938, não havendo nenhum arrendamento em 1939, retornando em 1941 para rever alguns termos e em 1942 para arrendar.

A explicação para haver uma paralisação nos arrendamentos de terras com castanhais no ano de 1939, talvez, seja explicada pelo fato de ter ocorrido discussões e ter sido elaborada uma comissão para escrever um anteprojeto de lei de terras no Amazonas. Em 7 de setembro de 1939, o *Jornal do Comércio* publicou em suas folhas o anteprojeto da lei de terras, elaborado por uma comissão constituída por Lucano Antoní, representante do *Sindicato dos Agrônomos*; Admar Thury, diretor do *Aprendizado Agrícola do Paredão*; Jorge Andrade, assistente técnico da *Diretoria Geral da Fazenda*; Antônio de Matos Grangeiro, perito da *Fazenda do Estado*; e Aristóteles Bomfim, representante da *Associação Comercial do Amazonas*. A comissão solicitava por meio do jornal que proprietários, comerciantes, agrônomos e outros interessados enviassem sugestões, num prazo de 15 dias, sobre o assunto para que desta forma pudessem discuti-lo.

⁶⁰⁹Termos 34, 41, 63, 82-86, 97, 98, 101-103, 114, 124, 133. LIVRO PARA TERMOS DE ARRENDAMENTOS DE CASTANHAIS.1932-1942, op. cit. s.n.p.

⁶¹⁰Termos 33, 36, 39, 40, 70, 77 e 96. LIVRO PARA TERMOS DE ARRENDAMENTOS DE CASTANHAIS.1932-1942, op. cit. s.n.p.

O anteprojeto de 1939 trouxe em seu bojo 16 capítulos, sendo o capítulo VI o que falava sobre a *concessão, arrendamento e venda de terras devolutas*. O artigo 29 do anteprojeto versava que somente poderiam ser vendidas terras devolutas para indústria agrícola ou pastoril e as destinadas à construção nas zonas urbana e suburbana, devendo os adquirentes de terras para agricultura e pecuária iniciar o cultivo das mesmas dentro de seis meses contados da data da expedição do título provisório. Logo abaixo, o artigo 37 dizia que as terras para exploração de castanha, borracha, balata ou outros produtos silvestres só poderiam ser concedidas mediante arrendamento na forma estabelecida no regulamento de concessão de terras devolutas. Já o artigo 44 enfatizava que não poderiam requerer terras devolutas “por si ou interposta pessoa, ainda quando legítimo representante legal, os menores e os incapazes, bem como a mulher casada, embora assistida pelo marido.”⁶¹¹ O anteprojeto que propunha uma nova lei de terras vinha numa tentativa clara de impedir que fraudadores e grandes proprietários de seringais e castanhais concedessem milhões de metros quadrados de terras devolutas com castanhais nativos, a nova lei obrigaria o arrendatário, ao menos em tese, a cultivar as terras concedidas sob penalização de anulação de todo ou em parte do processo de arrendamento.

As terras com castanhais nos anos 30 foram o palco de conflitos entre trabalhadores extratores autônomos, grandes proprietários de seringais e castanhais e as populações indígenas. Havia todo um discurso que enfatizava a necessidade de prender os trabalhadores extratores de produtos florestais ao solo através da difusão de técnicas de agricultura, ferramentas e sementes. Contudo, o aumento no número de castanhas exportadas no decorrer da década de 1930 fez com que houvesse uma corrida para obtenção de grandes lotes de terras com castanheiras por exploradores comerciais dos frutos produzidos pela árvore amazônica o que ocasionou a expulsão de produtores autônomos e numa guerra com algumas das etnias indígenas que habitavam o território, ocasionando mortes e a ocultação de dados pelo Estado do Amazonas sobre os conflitos em torno de terras devolutas ricas em produtos florestais exportáveis.

O Estado discutiu de certo modo a necessidade de haver uma distribuição de pequenos lotes entre os trabalhadores extratores que estavam em mobilidade pelo interior amazonense, porém verificamos que a elite comercial que explorava os produtos florestais tinha a preferência na manutenção, com financiamento do Estado, do sistema de imobilização da força de trabalho de indivíduos que deveriam ficar vinculados às grandes propriedades com seringais e castanhais.

⁶¹¹JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, p.03, 04, e 05.

Povoar, fixar e civilizar: o plano de colonização da Amazônia

“Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. A coragem empreendedora e a resistência do homem brasileiro já se revelaram admiravelmente, nas ‘entradas e bandeiras do ouro negro e da castanha’, que consumiram tantas vidas preciosas. Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico.”⁶¹²

Assim falou Getúlio Vargas no discurso que proferiu em Manaus no ano de 1940, discurso elaborado a partir das realidades representadas da população que vivia no interior amazonense, a ideia de “vazio demográfico”, mais os medos e anseios sobre a crise exportadora da borracha e o futuro da Amazônia que foram demandados pela elite político-econômica amazonense ao Estado brasileiro em anos anteriores, veja como estas ideias foram postas em relatórios de governos e reelaboradas por Getúlio Vargas, chegando nesta síntese.

Em 1930, utilizando-se dos dados do recenseamento publicado em 1920 sobre o número populacional e da superfície territorial do Amazonas, Dorval Porto enfatizou o “vazio demográfico” existente no que compreendia o território amazonense naquela década, afirmando que a imigração de outrora, com a crise, transformou-se em emigração de trabalhadores.⁶¹³ Implicando em demandas para o Estado que deveria criar medidas que viessem conceder pequenas propriedades aos trabalhadores extratores que habitavam as terras:

“(…) Recorra-se, portanto, às medidas indiretas, – corretivo a emigração, incentivo a imigração, – com facilitar-se aos colonos e a quantos, nativos, ou não, já habitem o solo amazonense, a aquisição de pequenas propriedades rurais, ou a garantia, em forma regular, da sua estabilidade nas regiões, onde, já localizados, como simples ocupantes, vem exercitando atividade na lavoura, ou na indústria extrativa. Legitimando-lhes as ocupações do solo em pequenas áreas, teríeis organizado, de verdade, a pequena propriedade, elemento eficaz de propulsão econômica e de fixação do homem à terra (...).”⁶¹⁴

Álvaro Maia, em 1930, enfatizou que a população amazonense sempre viveu só e ia desaparecendo com a crise da economia exportadora da borracha, desamparada pelo governo federal. Afirmava que o interior não progredia, estava sem higiene, sem justiça, sem liberdade e

⁶¹²VARGAS, Getúlio. **Discurso do Rio Amazonas**. In: ____ Revista Brasileira de Geografia. Abril-junho de 1942. Discurso proferido em Manaus no dia 10/10/1940; p.03-06, p.04.

⁶¹³PORTO, Dorval. **Mensagem**, 1930, op. cit.; p.59.

⁶¹⁴PORTO, Dorval. **Mensagem**, 1930, op. cit.; p.59 e 60.

que era a grande vítima da crise e o maior contribuinte de receita do Estado amazonense com os seus seringais e castanhais.⁶¹⁵

O interventor amazonense culpava a geração que enriquecera no período expansionista da economia ligada à exportação da borracha que usufruíam dias tranquilos, segundo ele, deixando um fardo para as gerações seguintes que lutavam para permanecer e viver na terra.⁶¹⁶

Os trabalhos do governo tentavam evitar o denominado “êxodo”⁶¹⁷ das populações que trabalhavam no interior, consideradas por Álvaro Maia, como “verdadeiras sentinelas” do Amazonas. Haja vista, que o “despovoamento” dos seringais significava deixar as fronteiras do país em risco iminente, além de ignorar o tempo e o dinheiro gasto com o seu povoamento. Maia pedia amparo aos trabalhadores extratores, enfatizando que esta era, antes de tudo, uma questão econômica:

“O despovoamento dos seringais acarretaria maiores prejuízos à nação, desguarnecendo-lhes as fronteiras. Esse admirável sedimento brasileiro, distribuído no sangue de milhares de seringueiros, representa a energia para caldear as levas migratórias, que, mais dia ou menos dia, buscarem o Amazonas.

É esse um dos mais sérios problemas, e pode fixá-lo quem não ignora o esforço, as somas inauditas gastas com o povoamento; repovoá-lo novamente será o trabalho e sacrifício de muitas gerações; conservar essa população, por amparo ao seu trabalho, é uma questão comercial e um dever de patriotismo.”⁶¹⁸

Em 1931, nas vilas e cidades amazonenses, os trabalhadores extratores e rurais estavam em mobilidade na busca de acesso aos produtos de subsistência.⁶¹⁹ Álvaro Maia pintou uma imagem de paralisação completa dos serviços e do comércio amazonense, solicitou incentivo à agricultura, sem que menosprezassem a extração dos produtos florestais:

“Atualmente, toda ela, compreendendo mais de quatrocentos mil almas,⁶²⁰ luta para manter-se ao solo. Mas os seringais se despovoam, as “estradas” voltam ao abandono,

⁶¹⁵MAIA, Álvaro. **Relatório**, 1930, op. cit.; p.15.

⁶¹⁶MAIA, Álvaro. **Relatório**, 1930, op. cit.; p.21.

⁶¹⁷“Êxodo dos extratores”, “êxodo dos seringais” são termos usados nos documentos oficiais, uma categoria explicativa usada pelos governantes nos anos de 1930 e que foi reproduzida pelos historiadores e memorialistas. MAIA, Álvaro Botelho. 1931, op. cit.; p. 10; Rogério Coimbra, também, denominava de “êxodo” a mobilidade dos trabalhadores extratores do Amazonas. COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.20.

⁶¹⁸MAIA, Álvaro. **Relatório**, 1930, op. cit.; p.21 e 22.

⁶¹⁹MAIA, Álvaro. **Relatório**, 1930, op. cit.; p.31.

⁶²⁰Não sabemos ao certo de onde Álvaro Maia retirou tais números, com relação à demografia amazonense, sabemos que ocorreu um recenseamento em 1920, o 4º Censo geral da população brasileira e o 1º agroindustrial. E estava previsto um recenseamento para 1930, segundo a Constituição de 1891. Porém, segundo Antônio Carlos Simões Florido, em *Breve histórico dos Censos Agropecuários*, afirmou que (...) *independentemente do estabelecido, por motivo de ordem política e institucional, que redundou na Revolução de 1930, com a consequente queda do Governo, fechamento do Congresso Nacional e instalação de um Governo provisório, determinaram o adiamento dessa pesquisa e o seu posterior cancelamento, do que resultou um efetivo atraso, para o País, na consolidação da metodologia de levantamento de dados econômicos.* FLORIDO, Antônio Carlos Simões. **Breve histórico dos**

porque os comerciantes aviadores, na maior parte, não dispõem de recursos para provisionar os altos rios, acessíveis somente no inverno. As casas comerciais fecham-se, os bancos retraem-se, as flotilhas de navegação acham-se paralisadas, à margem dos rios; há um retrocesso de muitos anos...A indústria da borracha ainda não desapareceu de vez, porque, nos seringais, há uma pequena produção (...). Necessariamente, a agricultura levantará o Amazonas, mas o aconselhável é não desprezar a indústria extrativa, que fornece os elementos de nossa vida e permitirá uma transição natural.⁶²¹

Segundo os interventores, era necessário o incentivo à agricultura para impedir o “despovoamento” dos seringais, para que assim pudesse ressurgir o interior amazonense, cujas vilas e cidades estavam desaparecendo com a crise da economia exportadora da borracha.⁶²² Os prefeitos mantinham incentivos à agricultura e falavam com entusiasmo sobre o ressurgimento do interior, porque antes tudo se produzira, porém, pouco auxílio eles receberam do governo federal e daqueles que com a crise partiram enriquecidos da região.⁶²³ Aqui o discurso foi reformulado, colocando o golpe de Estado de 1930, denominado e cravado pela posteridade como “revolução”, como divisor de águas quanto às questões concernentes aos extratores, e realmente foi, mas não como faziam questão de expor.

Em 1931, ao solicitar ajuda do governo federal, o interventor afirmou que se ela não fosse atendida, os extratores se entregariam a uma existência “nômade”, transitando à procura de núcleos mais próximos, deixando os seringais e castanhais do interior amazonense, o que ocasionava no seu esvaziamento, portanto, a paralisação da indústria extrativa do Amazonas.⁶²⁴

Ainda, em 1931, Álvaro Maia a pedido da *Associação Comercial do Amazonas* (ACA) enviou o chefe de polícia do Amazonas Francisco Távora, irmão de Juarez Távora, ao Rio de Janeiro para levar a questão do “despovoamento” do interior amazonense ao conhecimento do chefe do governo provisório, Getúlio Vargas.⁶²⁵ Ao utilizar da estratégia política do envio de informações sobre a situação considerada “calamitosa” da região por meio do irmão do Delegado do Norte, Álvaro Maia pretendia que as questões fossem entregues ao governante máximo do

Censos Agropecuários / Antônio Carlos Simões Florido. Gerente do Censo Agropecuário (no IBGE), Engenheiro Agrônomo (UFRRJ), p.01-33. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/historicocensosagropecuarios.pdf>; Em 1934, foi realizado um recenseamento demográfico da cidade de Manaus pela *Diretoria de Saúde Pública*, a mando do governo interventorial amazonense de Nelson de Mello. MELLO, Nelson de. **Relatório**, 1935, op. cit.; p.63-66.

⁶²¹MAIA, Álvaro. **Relatório**, 1930, op. cit.; p.22 e 23.

⁶²²MAIA, Álvaro. **Relatório**, 1930, op. cit.; p.31.

⁶²³MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.08.

⁶²⁴MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.11.

⁶²⁵MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, op. cit.; p.11.

executivo e consideradas de urgente resolução em face das frustradas solicitações em anos anteriores.

Em entrevista⁶²⁶ publicada no *Diário de Pernambuco* em 27 de junho de 1931, Getúlio Vargas expressou como enxergava os problemas da Amazônia e qual era o plano que iria resolvê-los: o da colonização da Amazônia. O plano foi elaborado a partir das demandas da elite político-econômica dos estados federativos da Amazônia que tinham o objetivo de fixar o trabalhador ao solo, através de concessão de terras e assistência aos trabalhadores. O plano de colonização também estivera presente no programa da coligação oposicionista, *Aliança Liberal*,⁶²⁷ que perdera as eleições em 1º de março de 1930 para Júlio Prestes e Vital Soares:

“O Acre e o Amazonas, disse ele, estão atravessando um período agudo de crise, devido a depreciação do preço da borracha. (...) A crise veio agravar tal estado de coisas, provocando os distúrbios locais entre os trabalhadores, que reivindicavam certas prerrogativas dos seringueiros.

Os governos do Amazonas e Acre apelaram para o Governo Federal, apesar da escassez de recursos com que também lutam, encontrou ocasião asada para organizar um plano de colonização da Amazônia, fixando o trabalhador ao solo, pela concessão de terras, e fornecendo-lhe máquinas agrárias, sementes e víveres para as primeiras necessidades.

De acordo com este plano executado por intermédio do Ministério do Trabalho, de combinação com os governos daquelas duas regiões, já estão sendo enviados recursos, que começam a trazer a tranquilidade e a esperança para ambas e desse modo tem o governo a oportunidade de dar execução a um dos pontos do programa da Aliança Liberal que era a colonização da Amazônia.”⁶²⁸

⁶²⁶ Na entrevista, Getúlio Vargas denominou os seringalistas ou donos de seringais de ‘seringueiros’ e os extratores do látex de ‘trabalhadores’.

⁶²⁷ Constava na plataforma de Getúlio Vargas, candidato à Presidência da República pela Aliança Liberal em 1930, sua proposta de ação governamental concernente à Amazônia, intitulada de ‘*Colonização da Amazônia*’, dizia que (...) *Outra consequência da sistematização e desenvolvimento dos serviços nacionais de instrução, educação e saneamento será o estudo metódico das possibilidades de colonização da Amazônia. Este é, sem dúvida, um dos mais graves e complexos problemas da atualidade brasileira. Da sua, da nossa posição, que tão relevante foi, nos mercados mundiais da borracha. Não terá, porém, encarado o assunto sob os seus aspectos práticos quem julgar possível ao Brasil influir vigorosamente nas transações universais do ‘caotchouc’ antes de sanear e povoar as zonas produtoras. Uma das muitas dificuldades em que tropeçamos, agora, na Amazônia, é a escassez de braços. Urge encaminhar para ali correntes imigratórias. Mas isso, afinal será um crime, que comprometerá o êxito da obra e os nossos foros de povo civilizado, se, preliminarmente, não procedermos ao saneamento da região, se esta não for convenientemente preparada para receber o elemento alienígena. Para aí devemos começar, tanto mais quanto, assim, conseguiremos melhorar, desde logo, as condições de milhares de patrícios nossos, a cuja energia e espírito de sacrifícios tanto deve ao país.* AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo. **Revolução de 1930 e Governo Provisório** / Roberto Amaral e Paulo Bonavides. 3º ed. – Brasília: Senado Federal, Conselho editorial; 2002; 10v. Volume IV, p.76 e 93. Ao analisar os discursos de Getúlio Vargas, Emiliana Vargas em dissertação demonstrou que na Plataforma do candidato da Aliança Liberal constava (...) *o estudo metódico das possibilidades da colonização da Amazônia.* VARGAS, Emiliana. **Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 e 1940** / Emiliana Vargas. Dissertação (Mestra em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Prof. Dr. Maria Del Carmo Cortizo. Florianópolis: UFSC, 2007, 105f., p.220 e 221.

⁶²⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1931, p.04; MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1931, p.12.

Rogério Coimbra, em novembro de 1931, solicitou ao ministro do trabalho Lindolfo Collor verbas para a *profilaxia rural do serviço de saneamento* para o interior do Amazonas, considerada como uma necessidade essencial para seu povoamento e deu ênfase na dificuldade de pôr em prática tais políticas no imenso território que tinha o Amazonas, bem como a dispersa população, ressaltando a necessidade de promover o povoamento sistemático, através de uma *Inspetoria de Povoamento*.⁶²⁹ Coimbra considerava que o saneamento básico do interior era um problema a ser resolvido, por ser fundamental para o progresso da região e fixação de homens e mulheres ao solo:

“Sanear é povoar, e sem saneamento não pode o Amazonas progredir, lutando, ademais, com a propalada insalubridade do seu clima, que, longe de ser hostil, é benéfico.

(...)

Sem o saneamento e o povoamento, difícil e precária será qualquer iniciativa de colonização agrícola.”⁶³⁰

A *Associação Comercial do Amazonas*, em 1940, solicitava que houvesse uma descentralização dos serviços de assistência sanitária, mantidos em Manaus, dizia que o encaminhamento de parte dos médicos do serviço para as diferentes localidades do interior contribuiria para a redução do abandono do interior amazonense, lugar onde se mais reclamava a sua permanência.⁶³¹

Sócrates Bomfim falou, no *plano de soerguimento e expansão econômica do Amazonas*, que a dispersão da população, consequência da indústria mercantil extrativa e exportadora da borracha, era considerada um problema de fundamental resolução pelo Estado, pois a dispersão dos trabalhadores no imenso território impedia que qualquer esforço civilizador se concretizasse, sendo necessário concentrar a população:

“(...) nem a educação, nem a profilaxia sanitária, nem o policiamento, nem, em geral, qualquer esforço civilizador era possível tentar. Para fazer tal, seria necessário primeiro concentrá-la. Concentrá-la, porém, era matar a indústria da borracha, da qual vivia o Estado, Manaus inteira e próprio pensador que pensasse nisso.”⁶³²

Sócrates Bomfim traçou um histórico do processo de ocupação do território amazonense no período da expansão da economia exportadora da borracha, cujo sistema de trabalho ocasionou o que ele chamou de processo de “descivilização” dos migrantes, considerados “sem cultura”, conseqüentemente sendo impossível a fixação dos trabalhadores ao solo:

⁶²⁹COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.49, 50 e 51.

⁶³⁰COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.54, 55 e 56.

⁶³¹ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. **Problemas da Amazônia**;1940, op. cit.; p.15.

⁶³²COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.76 e 77.

“Onde a encontraram, fixaram-se, quase sempre a distâncias imensas de Manaus, (...) Descoberto o seringal, dispersaram-se pelas estradas de *seringueiras*, onde isolados do convívio humano na parte maior do ano, sem freios de nenhuma ordem e num regime de absoluta licença de costumes, lentamente se descivilizaram.”⁶³³

Os governantes acreditavam que a dispersão da população impedia a aplicação da divisão do trabalho, impossibilitando a expansão de plantação organizada, sendo necessário primeiramente a concentração da população em núcleos.⁶³⁴ Álvaro Maia, no governo constitucional, falava em favor da valorização dos trabalhadores extratores que estavam no interior, pois eles eram remanescentes da colonização de outrora, dos tempos áureos, e era dever do poder público pensar políticas para ampará-los e fixá-los, parecidas com as políticas que amparavam os trabalhadores das cidades:

“(…) Ao trabalhador florestal, ao lutador de lagos e paranás devem caber especiais cuidados, iguais ou superiores aos dispensados nas cidades, em que a proteção é ampla, partindo do poder público e da assistência privada. Há doentes, mas não há desocupados nos seringais, castanhais, roçados de agricultura, campos de criação; todos labutam, mulheres e homens, contribuindo para a riqueza pública. (...) pedem apenas escolas e postos de saúde, nas raras ocasiões em que pedem alguma cousa.”⁶³⁵

A proteção foi solicitada para que pudessem estancar o “despovoamento” do interior, necessitando de providências nas áreas da saúde, instrução e transporte, pois que muitos dos antigos seringais, segundo o governo, tinham suas “estradas” tomadas pela floresta. O governador constitucional enfatizou, em sua mensagem à Assembleia Legislativa, a promessa que fora feita por Getúlio Vargas no pós-golpe de Estado em 1930, depois que tomou o poder da junta governativa provisória, de que em seu governo o Estado brasileiro iria:

“Promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade.”(‘De 1929 a 1934’, Getúlio Vargas, pag.46).”⁶³⁶

Fica evidente que as ações dos governos para fixar trabalhadores ao solo faziam parte de uma política gestada pela elite político-econômica amazonense que foi demandada ao governo federal e posta em prática nos governos interventoriais e constitucional nos anos de 1930. Com intuito de amenizar ou superar o estado de crise que o Amazonas enfrentava com o declínio da economia ligada à exportação da borracha.

⁶³³COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.100 e 101.

⁶³⁴COIMBRA, Antônio Rogério Coimbra. **Relatório**, 1932, op. cit.; p.138.

⁶³⁵MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.45.

⁶³⁶MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.147.

No governo constitucional, Álvaro Maia voltou a afirmar que Getúlio Vargas, em setembro de 1935, projetava um futuro para Amazônia que constituía numa colonização do território amazônico:

“Apraz-me imaginar o que será esta vastidão, onde se estendem as terras fertilizadas pela bacia do Amazonas, sem rival em superfície e volume no mapa do mundo, quando nela estiver fixada a inteligência e a atividade de cem milhões de brasileiros. A primeira impressão que se experimenta é de deslumbramento e espanto. A Amazônia ressurgirá. A era do ouro prometida surgirá – fruto de riqueza, amadurecimento pelo trabalho. E, pela caudal impetuosa, onde Orellana combateu as Amazonas, descerão os tesouros da agricultura e da indústria, para abastecer os mercados do mundo’.

Em estudo anterior, no manifesto da Aliança Liberal e em outras orações, justifica essa previsão, deduzida de observações socioeconômicas:

‘Outra consequência lógica da sistematização e desenvolvimento dos serviços nacionais de instrução, educação e saneamento será o estudo metódico das possibilidades de colonização da Amazônia. Uma das muitas dificuldades em que tropeçamos, agora, na Amazônia, é escassez de braços. Urge encaminhar para ali correntes imigratórias.’⁶³⁷

O governador, ao falar sobre a ocupação da Amazônia, representou os ideais de progresso e civilização, sempre o comparando aos países considerados avançados do hemisfério norte. Algumas vezes, considerava o Amazonas como uma terra em sua infância, cujos problemas eram tidos normais, haja vista sua recente ocupação proporcionada pela iniciativa privada com a expansão da economia ligada à exportação da borracha. Outras vezes o considerava como uma terra virgem à espera de povoamento e de trabalhadores para cultivá-la.

Percebe-se nos discursos de Álvaro Maia uma consciência histórica teleológica ligada ao progresso das sociedades ditas civilizadas, pedindo aos deputados que olhassem para o futuro, que trabalhassem em prol das próximas gerações, pois seria nesse futuro que eles seriam lembrados:

“(…)Ora, o Amazonas é uma terra virgem que precisa de cultivo, de povoamento, de braços e capitais. Precisa atrair. Precisa assimilar e ser assimilada. Corresponde a um dever de seus homens conscientes sentir profundamente, sentir com entusiasmo, o que há de verdadeiro, o que há de produtivo, nesse trabalho de difusão da capacidade de nosso solo. Iniciativa que requer, sobretudo, a coragem de olhar para a frente, o desprendimento de saber antecipadamente que os seus frutos outros os colherão, o governo encontra exatamente nesse aspecto a sua feição mais bela e mais digna.”⁶³⁸

O governador com um discurso fortemente regionalista falava contra o aventureirismo estrangeiro e as imitações de prestígio, para os quais o verdadeiro Amazonas não deveria subordinar-se. Afirmava que os trabalhadores extratores retomavam as “estradas” e os “centros” que foram abandonados, possivelmente, cooptados pelas ações do Estado que concediam

⁶³⁷MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.281 e 282.

⁶³⁸MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1936, op. cit.; p.136 e 137.

passagens para que retornassem ao interior, além da ampla utilização de trabalho indígena pelos grandes proprietários de seringais e castanhais:

“(…) levas de seringueiros reinvestem as “estradas” e “centros” em abandono; exploram-se castanhais novos, até mediante braços indígenas, outrora rebeldes; comerciantes progressistas nacionais e estrangeiros investem lucros em usinas de beneficiamento.”⁶³⁹

A propagação da radiodifusão era considerada uma aliada do governo no processo civilizatório dos trabalhadores interioranos, era tida como algo que educava em massa, abrangendo os “iletrados”.⁶⁴⁰ Em 1937, houve instalações de rádio, em Barreirinha, Urucará, Silves, Urucurituba, Moura, Barcelos, Caruarí e Canutama. A radiodifusão tinha o ideal, metafórico, de levar os trabalhadores interioranos para fora dos seringais e castanhais e foi projetada como uma vigilante e instrutora dos trabalhadores que teriam disponíveis notícias nacionais, internacionais, além de informações sobre a cotação da borracha e dos preços de gêneros de primeira necessidade:

“A radiodifusão será outro benefício incalculável, o abraço entre a capital e os seringais, que passarão a ter aviso diário das cotações, da transformação dos impostos, dos preços dos gêneros negociados às cegas, sem base segura, e dos acontecimentos do país e do estrangeiro. Nos seringais afastados sem ligações radiográficas, a transação era feita, não raras vezes, ao arbítrio de atravessadores inescrupulosos, que rapinavam o esforço do extrator. A radiodifusão será uma sentinela de todos os dias, alertando e instruindo o sertão, liberto de vendas fantásticas que eram verdadeiros mandatos de escravatura.”⁶⁴¹

Saber se na prática a radiodifusão serviu de fato aos extratores, neste primeiro momento, é quase impossível de verificar. O que sabemos é que serviu aos proprietários de terras. Em entrevista concedida ao jornal *A Tarde* e publicada em fevereiro de 1937, o comerciante de Barcelos, o sr. Albino Pereira da Silva, em visita a Manaus, opinou sobre o *projeto Carvalho Leal* que instalaria em seu município estações de rádio. Relatou que o rádio era imprescindível para o comércio de Barcelos, pois que pela falta do rádio, em 1936, tivera um prejuízo de 50 contos de réis, com a venda precipitada de castanhas, “se houvesse rádio, no município, não teria sofrido esse grande prejuízo no meu comércio”.⁶⁴²

⁶³⁹MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1936, op. cit.; p.281.

⁶⁴⁰MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.132.

⁶⁴¹MAIA, Álvaro. *Mensagem*, 1937, op. cit.; p.347 e 348.

⁶⁴²A TARDE. Manaus, 19 de fevereiro de 1930, p.02.

O governador, em 1937, dizia que o Amazonas ainda atravessava “um ciclo de nomadismo extrativo-industrial”,⁶⁴³ havendo a necessidade de estabelecer linhas demarcatórias na propriedade do pequeno produtor, caso contrário “o lucro pertenceria aparentemente aos mais audazes e mais fortes.”⁶⁴⁴ O governador constitucional sempre que podia enfatizava que os extratores de seu tempo eram remanescentes dos exploradores de outrora, bem como o que lhes faltara fora assistência por parte do Estado, insinuando que, talvez, a inexistência de assistência tenha contribuído para o não “nucleamento” de espaços do território amazonense:

“A exploração da Amazônia é, nas linhas gerais, uma conquista brasileira(...) Faltou, sim, a proteção ao operário de coragem serena, que, seringueirando anos seguidos, levou sua atividade à Bolívia pelo Purus e Madeira, ao Peru pelo Solimões e Javari, à Colômbia pelo Putumaio e Caquetá, à Venezuela pelo Negro e Rio Branco. Faltou, sim, assistência a esse explorador tenaz, tão tenaz como o bandeirante, - porque ficou. À míngua de assistência não ensejou desculpas para o desânimo e a fuga. Adentrou-se pelas terras bravias, invadiu-as até os desvãos perdidos, marginou-as até as cabeceiras confundidas com bamburrais. A população rarefeita disseminou-se, ao invés de tentar unir-se para socializar-se e defender-se; disseminou-se para melhor vencer e guardar a terra.”⁶⁴⁵

O governador relatou sobre questões relacionadas ao problema de espaço que abundava no Amazonas que necessitava de trabalhadores nacionais que fossem fixados ao solo. Considerou que o progresso ocasionara o aumento demográfico dos países europeus, motivando as emigrações que ocorreram em fins do século XIX e início do século XX em direção às “novas terras” que habitariam no “novo mundo”.

É possível notar, em uma de suas reflexões, a consciência histórica teleológica e angústia de Álvaro Maia no que diz respeito ao “estágio” em que se encontrava o Amazonas, comparando-o às regiões ocupadas Brasil afora. Esta consciência estava ligada ao pensamento histórico onde as “leis sociais” determinavam o caminhar civilizacional, apesar disto, Álvaro Maia enlevasse ao perceber que a evolução citada não seria conveniente ao Amazonas, pois não justificaria a espera dum processo de mudança “natural” das grandes propriedades em possíveis

⁶⁴³A noção de ciclo econômico ligado à economia extrativa e exportadora da borracha foi analisado por João Pacheco de Oliveira que afirmou que (...) *tal noção funciona como mecanismo de filtragem e incorporação de fatos a uma forma predefinida, excluindo sistematicamente de consideração aqueles fenômenos que pudessem refutar ou relativizar seu valor heurístico. (...) pouca atenção é dada aos outros fenômenos que ocorriam na Amazônia contemporaneamente ao “ciclo da borracha” e à relação que mantinham com esse processo.* OLIVEIRA, João Pacheco de. **A conquista do Vale Amazônico**: op. cit.; p.117-160.

Eloína Monteiro dos Santos afirmou que (...) *O extrativismo para Álvaro Maia, apesar de ser considerado uma “profissão destrutiva”, era visto como natural às sociedades em “desbravamento”.* SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Cabocla**: op. cit.; p.60.

⁶⁴⁴MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.156.

⁶⁴⁵MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.345 e 346.

idades, haja vista que no Amazonas os grandes seringais e castanhais eram um entrave no processo de fixação de trabalhadores ao solo:

“Em relação a esse crescente desejo de civilização que se manifesta na psicologia dos povos destinados a civilizar-se, o maior dos problemas, como nas terras que alcançaram grau elevadíssimo de progresso, é o espaço. Por evidente que se mostre ao espírito dos sociólogos o infortúnio advindo da plenitude demográfica, que produz a asfixia coletiva, a falta de ar da vida, a verdade é que os povos caminham, dentro do tempo, para a antítese social das emigrações.

Marcha gloriosa de um extremo para outro, de um mal para outro, que ninguém evita. Ainda que o homem de Estado, por profundas meditações, compreenda a necessidade póstera de terra que a civilização traz ao homem, esse não seria o argumento para impedir a evolução e justificar a eternidade dos latifúndios incultos e enfermiços.

As nossas distâncias precisam de povo e o dever dos governos é ir ao encontro da patente aspiração de cultura que caracteriza a nossa gente, em sadio influxo nacionalista. Muitos serão os pontos de partida para atingir essa meta.”⁶⁴⁶

Em fins de 1937, na ditadura estadonovista, afirmou que o interior amazônico estava em veemente processo de fixação dos trabalhadores ao solo, onde “o rádio, a navegação, o desmatamento das margens agricultadas e a saúde” se faziam, naquele momento, presentes para os seringalistas e os extratores que continuavam a abrir varadouros pelo interior amazonense.⁶⁴⁷

O interventor do Amazonas iniciava a ditadura estadonovista com a continuação na tentativa de povoamento do território com trabalhadores nacionais fixando-os ao solo. Afirmava que o drama dos primeiros desbravadores entre o homem e o solo acabava ali, com início do chamado “Estado Novo”, enfatizando que a questão existia em todas as consideradas regiões que estavam em constituição. Afirmou que havia uma “coordenação de propósitos e atividades pela solução dos problemas da Amazônia, a que não escapa o povoamento dos sertões *com* ‘braços nordestinos’.”⁶⁴⁸

O memorial escrito pela *Associação Comercial do Amazonas* sob direção de Cosme Ferreira Filho e entregue a Getúlio Vargas, em 1940, dissertava sobre o “problema da Amazônia” em função do homem. Diziam que o problema a ser resolvido no Amazonas “era o do homem que o habita e não o da terra por ele ocupada”, não importando que o território permanecesse relativamente despovoado, pois este era um reservatório para “as gerações futuras”. A elite político-econômica desejava de certo modo elevar o padrão de vida dos trabalhadores para que houvesse aumento na produtividade. Desta forma, os ocupantes da Amazônia teriam as condições de “civilizar-se”:

⁶⁴⁶MAIA, Álvaro. **Mensagem**, 1937, op. cit.; p.357 e 358.

⁶⁴⁷MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1938, op. cit.; p.82.

⁶⁴⁸MAIA, Álvaro. **Exposição**, 1938, op. cit.; p.83 e 84.

“É para os operários dos seringais e dos castanhais, e de quantas outras atividades se processam no seio da floresta, que conclamamos as vistas dos poderes públicos, pedindo para os mesmos vigilância educacional e sanitária, regimes de colonização e cooperativismo, orientação técnica nos seus labores florestais, de sorte que a sua capacidade de produção se eleve, o seu trabalho se valorize e a sua existência se nobilite, integrando-os na comunhão pátria como fatores vivos de sua grandeza. São eles os maiores construtores da riqueza da Planície, contribuindo com as parcelas principais para a formação da receita pública, essa mesma receita que aformoseia e ilumina cidades, cujos limites lhes são inacessíveis, como os dos povoados e vilarejos do interior, onde a civilização apenas bruxuleia.”⁶⁴⁹

Para que houvesse a possibilidade de civilizar, a colonização em moldes diferenciados se faria necessário. Era basilar povoar e fixar. Diziam que colonizar implicava “reunir em colônias, elementos humanos empenhados em determinado objetivo econômico”, colonizar não mais significava a dispersão de migrantes sobre determinado território. Para a Amazônia dos anos seguintes, colonizar seria deslocar pessoas que não produzissem em determinados lugares para produzirem em outras localidades, o que implicava em cooptar trabalhadores desempregados nos centros urbanos com financiamento estatal, como demonstrado nesta dissertação, que seriam reinseridos nas grandes propriedades com seringais e castanhais por meio do sistema de imobilização de pessoas que estava vigente no Amazonas da primeira metade do século XX:

“Assim, o deslocamento dos braços inativos e mal aproveitados dos arredores de Manaus, ou de zonas de escassa produção silvestre, no curso do rio Solimões, para os ricos seringais do alto Juruá ou do alto Purús, seria um movimento colonizador digno de todos os aplausos, desde que conduzindo através de um regime de segurança econômica e de assistência sanitária, conforme preconizamos.”⁶⁵⁰

Diziam mais, que colonizar seria instalar no vasto território amazônico núcleos de brasileiros daqui ou de outros pontos do país. Posto isto, para que se realizasse o esforço nacional de colonizar a Amazônia, solicitavam ajuda do governo federal que concedia passagens para que as famílias nordestinas pudessem se deslocar rumo ao interior amazônico.⁶⁵¹ Solicitavam planos de colonização dos poderes públicos federais para que a Amazônia pudesse “progredir” e almejar o *status* de civilização.

⁶⁴⁹ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. **Problemas da Amazônia**;1940, op. cit.; p.12 e 13.

⁶⁵⁰ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. **Problemas da Amazônia**;1940, op. cit.; p.19.

⁶⁵¹ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. **Problemas da Amazônia**;1940, op. cit.; p.19 e 20.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em fins do século XIX e início do século XX, o Amazonas vivenciou o denominado período “áureo” possibilitado pela economia de exportação da borracha. Contudo, para se chegar a essa *commoditie*, constituiu-se uma relação de produção baseada na imobilização da força de trabalho que extraía o látex da *Hevea brasiliensis*, a seringueira, que a custa de muita resistência sobreviveu e transformou-se de acordo com as possibilidades e dinâmicas históricas existentes.

Com a crise da economia de exportação da borracha e mais as adversidades relacionadas ao clima, às cheias dos rios, possibilitaram que trabalhadores e trabalhadoras extratoras de produtos florestais, antes vinculados às grandes propriedades seringalistas, pudessem transitar pelo território amazonense, indo em direção a Manaus e outros centros urbanos da Amazônia, posteriormente, se deslocando para os seus estados de nascimento.

Os fatos acima viabilizaram a construção discursiva que representava a realidade dos extratores do Amazonas que, por sua vez, influenciou na elaboração de políticas para efetivação de ações que possuíam o intuito de concretizar mudanças nesta mesma realidade. O discurso construído foi uma deformação do real, da mobilidade dos trabalhadores extratores, interpretado como “êxodo dos seringais” dentro da lógica da *economia política*, ocasionando o “despovoamento” do Amazonas e enfatizando em tom hiperbólico o “vazio demográfico” da região. Contudo na ordem da cultura política, o amor a terra da elite intelectual, esta relação telúrica, junto a necessidade de povoar o território amazonense foram mobilizadores e determinantes para que ações de governos com intuito de fixar trabalhadores extratores ao solo fossem postos em prática nos anos 30 por meio de uma rede, financiada pelo Estado, que imobilizava pessoas junto as grandes propriedades amazonenses.⁶⁵²

Os agentes públicos falavam sobre o processo de “êxodo” de extratores para Manaus e para outros locais, o que é contestável, a julgar pelas análises feitas a partir dos documentos que aqui foram postos, de que os trabalhadores extratores, principalmente aqueles do apogeu da economia exportadora da borracha, em sua maioria, não foram colonos efetivos⁶⁵³ e sim trabalhadores que tiveram sua força de trabalho imobilizada pelo sistema de endividamento, o

⁶⁵²BERSTEIN, Serge. *L'historien et la culture politique* / Serge Berstein. Vingtième Siècle. Revue d'Histoire ; Paris-France; Année 1992; p.67-77, p. 69.

⁶⁵³FREIRE, José R. Bessa., *Anteprojeto de pesquisa sobre a História político-administrativa da agricultura no Estado do Amazonas*. op. cit.; p.38.

que talvez explique a preferência da elite político-econômica pelos trabalhadores nacionais, pois eram mais rentáveis no processo de acumulação de capital. Os trabalhadores extratores do período “áureo”, portanto, não foram fixados ao solo, eram apenas residentes temporários, sem um pedaço de chão para se enraizar, que com a crise obtiveram sua mobilidade, transitando pelo território amazonense em busca de melhorias de vida nos anos de 1930.

A noção de “vazio demográfico” e o denominado “nomadismo” sempre estiveram presentes nas análises da chamada crise exportadora da borracha na Amazônia, cujas interpretações enfatizaram na “suposta pequenez do homem e de suas atividades face à exuberância do meio físico.”⁶⁵⁴ Bem como a ideia de fixar trabalhadores ao solo, com incentivos para agricultura, presente nos discursos políticos ocultou sua real intenção de pôr a agricultura de produtos não rentáveis dos pequenos produtores em segundo plano, estes por sua vez deveriam está associados às grandes propriedades, contribuindo para o custoso progresso amazonense, o que teria amenizado o estado de crise. Tais ideias culminariam nos planos de povoamento associado aos grandes seringais e castanhais, com número suficiente de trabalhadores cooptados com a ajuda do Estado.

Os governos interventoriais e constitucional do Amazonas da década de 1930 não mediram esforços para pôr em prática as demandas da elite econômica amazonense que solicitava ajuda do governo federal para que auxiliasse na superação da crise advinda com a queda da economia exportadora da borracha.

Apreende-se apoiado nas fontes jornalísticas e oficiais do executivo amazonense, mais os diversos relatórios analisados, que havia um programa de colonização da Amazônia anterior ao golpe de Estado que levou Getúlio Vargas ao poder, em 1930, que foi discutido e construído com base nos argumentos de que com a decadência da economia gomífera houvera o “despovoamento” do território agravando o estado de crise e o denominado “vazio demográfico” existente no Amazonas, desguarnecendo as fronteiras, pondo em perigo a manutenção do território brasileiro. Defendia-se a necessidade de incentivo, para que houvesse a migração de

⁶⁵⁴ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. op. cit.; p.33; O autor analisou as interpretações dos considerados patronos que produziram memórias da *História do Maranhão* e de como estudiosos sobre o tema repetiram através de citações, de obras consideradas clássicas, noções e esquemas que se cristalizaram como verdades históricas a respeito da chamada decadência da agricultura no Maranhão. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão** / Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

trabalhadores nacionais e de sua imediata fixação ao solo, com ações de governos que viessem auxiliá-los, para que cultivassem plantas silvestres, já que extrair produtos florestais era mais rentável aos bolsos da elite comercial e aos cofres públicos.

Todavia, numa leitura menos atenta, tais ações ofuscam as reais ambições da elite político-econômica que gostaria de ter à disposição um maior número de trabalhadores, além do controle da força de trabalho extratora na coleta de produtos florestais que seriam exportados em substituição da borracha, agraciando o Estado com novas fontes de receita.

Talvez este tenha sido o maior legado que Álvaro Maia e a elite político-econômica e intelectual amazonense dos anos 30 deixaram: o de dar base às discussões que construíram um dos maiores projetos políticos de Estado que o século XX brasileiro teria, o da colonização da Amazônia, a exemplo do que foi a criação do *Serviço Especial de Migração de Trabalhadores para a Amazônia* (SEMTA),⁶⁵⁵ posto em prática na ditadura estadonovista e, posteriormente, “nas discussões que resultaram no Art. 199 da Constituição Federal de 1946, que dispôs sobre a implantação de um programa de desenvolvimento para a Amazônia”,⁶⁵⁶ culminando na *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (SPVEA), órgão criado em 1953, com a função de pôr em execução o dispositivo constitucional.

⁶⁵⁵LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas.** / Frederico Alexandre de Oliveira Lima. Dissertação de mestrado em história-UFAM; Manaus, 2013, p.73.

⁶⁵⁶ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia.** op. cit.; p.26 e 27.

FONTES PESQUISADAS

DOCUMENTOS OFICIAIS

Biblioteca digital da Câmara dos Deputados:

ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 1. Disponível em: <http://bd.camaraatiro.gov.br>

ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 2. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>

ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 4. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>

ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 7. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>

ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 12. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>

ANNAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1933/1934. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, v. 14. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>

Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, Centro Cultural Povos da Amazônia:

MAIA, Álvaro. **Exposição lida pelo Dr. Álvaro Maia**, Interventor Federal, ao povo Amazonense, 5 de julho, no Alcazar. publicado no Diário Oficial; Manaus, 9 de julho de 1931.

MAIA, Álvaro. **Exposição ao Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas, D.D. Presidente da República**, por Álvaro Maia, Interventor Federal, relativo ao ano de 1937 e 1938; Manaus-AM, 1938.

FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha: problema brasileiro**. Inquérito sobre a atual posição da borracha amazônica e proposição de medidas para sua valorização. Biblioteca Instrutiva do Conselho Técnico de Economia e Finanças, Número II. Manaus, 1938.

PORTO, Dorval. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas pelo Presidente Dorval Porto**, ao instalar-se a 2º sessão ordinária da 14º Legislatura; Imprensa Pública; Manaus, 14 de julho de 1930.

MAIA, Álvaro. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas do Governador Álvaro Maia**, na abertura da sessão ordinária de 03 de maio de 1936; Manaus, 1936.

MAIA, Álvaro. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas do Governador Álvaro Maia**, na abertura da sessão ordinária de 03 de maio de 1937; Manaus, 1937.

RELATÓRIO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. **Ano Social de 1935**. Manaus, Brasil, 1935.

VARGAS, Getúlio. **Discurso do Rio Amazonas**. In: ____ Revista Brasileira de Geografia. Abril-junho de 1942. Discurso proferido em Manaus no dia 10/10/1940; p.03-06.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas:

MAIA, Álvaro. **Relatório sobre a situação econômica e financeira do estado do Amazonas**, apresentado ao Dr. Getúlio Vargas Chefe do Governo Provisório da República pelo Sr. Álvaro Maia, Interventor Federal, Imprensa Pública; Manaus, 1930.

COIMBRA, Antônio Rogério. **Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas Chefe do Governo Provisório da República pelo Interventor Federal no Amazonas**, Capitão-Tenente Antônio Rogério Coimbra; Imprensa Pública; Manaus, 1932.

MELLO, Nelson de. **Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas Presidente da República pelo Interventor Federal no Amazonas Capitão Nelson de Mello**, referente ao período de outubro de 1936 a dezembro de 1934; Imprensa Pública; Manaus, 1935.

MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem Lida Perante a Assembleia Legislativa**, na abertura da terceira sessão ordinária da décima legislatura, pelo exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, governador do estado, a 10 de julho de 1921.

MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa**, na abertura da segunda sessão ordinária da décima primeira legislatura, pelo exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, governador do estado, a 14 de julho de 1923.

PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa** na abertura da primeira sessão ordinária da nona legislatura pelo exm. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, Governador do Estado, a 10 de julho de 1916, Manaus-AM, 1916.

Arquivo Público do Estado do Amazonas:

APRENDIZADO AGRÍCOLA DO PAREDÃO. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Álvaro Maia**, D. D. Interventor Federal no Estado do Amazonas, pelo Diretor do Aprendizado Agrícola do Paredão, agrônomo Admar Thury. Manaus-Amazonas, março de 1938.

ESTADO DO AMAZONAS: Seus limites e sua divisão territorial. Diretoria Regional de Geografia do Amazonas. Manaus, 25 de novembro de 1938.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, promulgada em 2 de junho de 1935, Manaus, Imprensa Pública, 1935.

LIMITES MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS, organizado sob a orientação de Manuel Severiano Nunes, Raymundo Nicolau da Silva, Raymundo Paes de Andrade Oliveira. Manaus, 1936.

LIVRO PARA TERMOS DE ARRENDAMENTOS DE CASTANHAIS. Diretoria dos Serviços Técnicos do Estado do Amazonas, seção de terras. Manaus, 1932-1942.

THURY, Admar. **Relatório Retrospectivo das atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão** e do Serviço de Fomento Agrícola, durante os nove anos da Administração do Dr. Álvaro Maia, apresentado ao Snr. Secretário Geral do Estado pelo diretor Admar Thury. Secretaria geral do estado do Amazonas. Diretoria do Serviço de Fomento Agrícola. 1935-1944.

LIVROS E LIVRETOS

Acervo pessoal do Prof. Luís Pinheiro:

MESQUITA, Carlos. **Glebarismo** / Carlos Mesquita. Crônicas; Manaus-AM, 1935.

Arquivo Público do Estado do Amazonas:

MAIA, Álvaro. **Antes das férias:** (Preleção aos alunos do Ginásio Amazonense Pedro II, após o encerramento das aulas, a 14 de novembro de 1928). Livraria clássica; Manaus-AM; 1929.

Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, Centro Cultural Povos da Amazônia:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. **Problemas da Amazônia:** Memorial apresentado pela Associação Comercial do Amazonas ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, digno Presidente da República, por ocasião de sua visita à sede deste Instituto. Elaborado pela Secretaria Executiva da Associação Comercial sob a direção do Snr. Cosme Ferreira Filho. Manaus-Amazonas-Brasil. outubro de 1940.

FILHO, Cosme Ferreira. **A borracha:** problema brasileiro. Inquérito sobre a atual posição da borracha amazônica e proposição de medidas para sua valorização. Manaus, 1938.

MAIA, Álvaro. **Canção de fé e esperança.** Discurso pronunciado no Teatro Amazonas. Manaus, 1923.

MAIA, Álvaro. **Em torno do caso do Amazonas.** 1931.

RELATÓRIO DA COMISSÃO BRASILEIRA JUNTO A MISSÃO OFICIAL NORTE-AMERICANA DE ESTUDOS DO VALE DO AMAZONAS. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Serviço de informações), 1926.

SERVIÇO DE PUBLICIDADE DO NÚCLEO TRÊS DE OUTUBRO E DO PARTIDO SOCIALISTA AMAZONENSE. **Panorama real do Amazonas:** A voz amazonense que se levanta em prol dos luminosos destinos do berço verde. – Discurso proferido na Assembleia Nacional Constituinte pelo doutor Álvaro Maia, em sessão de 30 de janeiro de 1934. Typographia Phenix de Sergio Cardoso, Rua Joaquim Sarmiento, n.º12, Manaus, Amazonas.

Biblioteca digital da Câmara dos Deputados:

PLANE, Auguste. **A travers l'Amérique Équatoriale: L'Amazonie.** Deuxième édition, Librairie Plon, Paris, 1903; 286p.

PERIÓDICOS

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

JORNAL DO COMMÉRCIO

Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, Centro Cultural Povos da Amazônia:

A TARDE

CORREIO DO NORTE

JORNAL CORREIO DE MANAÓS

TRIBUNA POPULAR

REVISTAS

Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, Centro Cultural Povos da Amazônia:

A SELVA

REVISTA CABOCLA

REVISTA DO ESTUDANTE

VITÓRIA-RÉGIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**: A.N.L, A.I.B. e a cultura política anticomunista no Estado do Amazonas (1935-1937). / Davi Abreu. Dissertação de Mestrado – PPGH-UFAM, orientado por César Queirós; Manaus, 2019.

ALEIXO, Maria José Nunes Moreira de; SAMPAIO, Patrícia Melo. **“Gente sem crônica definitiva”**: negros e mulatos n’A Selva. In: __ O fim do silêncio: presença negra na Amazônia / Patrícia Melo Sampaio (Org.). Belém: Açai / CNPq, 2011, p.219-238.

ALMEIDA. Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão / Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia** / Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder**: A Propaganda Vargasista na Imprensa Amazonense (1937-1945) / Hosenildo Gato Alves. Dissertação de Mestrado – PPGH-UFAM, orientado por Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro; Manaus, 2009.

AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo. **Revolução de 1930 e Governo Provisório** / Roberto Amaral e Paulo Bonavides. 3º ed. – Brasília: Senado Federal, Conselho editorial; 2002; 10v. Volume IV.

Anos de Incerteza (1930-1937): Política Econômica. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/RelacoesInternacionais/PoliticaEconomica>.

ANGELI, Douglas Souza; Simões, Rodrigo Lemos. **A Nova História Política e a questão das fontes históricas** / Douglas Souza Angeli. Revista CIPPUS-UNILASALLE, ISSN: 2238-9032, v.1, n.º 2, nov. de 2012.

AVELINO, Alexandre Nogueira. **O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho**: A revista da Associação Comercial e as Representações acerca do Trabalho no Amazonas (1908-1919) / Alexandre Nogueira Avelino. Dissertação de Mestrado – PPGH-UFAM, orientado por Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro; Manaus, 2008.

BECHARA, Evanildo, 1928- **Moderna gramática portuguesa** / Evanildo Bechara. – 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENCHIMOL, Samuel. **Os “cearenses”**: Nordestinos na Amazônia. In: BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e Cultural.* / Samuel Benchimol. 3ª ed. – Manaus: Editora Valer, 2009.

BENTES, Dorinethe dos Santos. **Outras faces da História**: Manaus de 1910-1940 / Dorinethe dos Santos. Dissertação de Mestrado – PPGH-UFAM, orientado por Ricardo José Batista Nogueira; Manaus, 2008.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: ____ Rioux e Sirinelli (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa; 1998, p.349-363

_____. **Culturas políticas e historiografia**. In: ____ *Cultura política, memória e historiografia* / Orgs. Cecília Azevedo... [et al.] – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; p.29-46.

_____. **L'historien et la culture politique** / Serge Berstein. *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire* ; Paris-France; Année 1992; p.67-77.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias**: vultos do passado / Agnello Bittencourt. Rio de Janeiro, Conquista, 1973.

BRAGA, Camila Ferreira. **Economia, Ciência e Imagem do Amazonas**: Articulações e Propaganda em Tempos de Crise Econômica (1920-1930) / Camila Ferreira Braga. Dissertação de Mestrado – PPGH-UFAM, orientado por James Roberto da Silva; Manaus, 2015.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-1992) / Pierre Bourdieu; edição estabelecida por Patrick Champagne [et al.]; tradução Rosa Freire d'Aguiar – 1ª ed. –São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário**: políticas de combate à lepra em Manaus (1921- 1942) / Adriana Brito Barata Cabral. Dissertação de Mestrado – PPGH-UFAM, orientado por Hideraldo Lima da Costa Dissertação; Manaus, 2010.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso**: A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico / Antônio Alexandre Isídio Cardoso. Dissertação de Mestrado – PPGH-UFC, orientado por Eurípedes Antônio Funes; Fortaleza, 2011.

CARNEIRO, Aldair José Dias. **Os castanhais do sudeste do Pará**: cotidianos e discursos (1930-1964). Tese de Doutorado– PPGHIST-UFFPA, orientado por Karl Heinz Arenz; Belém, 2018.

CARONE, Edgar. **A República Nova (1930-1937)** / Edgar Carone. São Paulo, Difel, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Costumes Senhoriais**: escravidão ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império. / Sidney Chalhoub. In: AZEVEDO, Elciene. *et alli* (orgs) *Trabalhadores na cidade*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2009, p.23-62.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: ____ À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude / Roger Chartier, trd. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

_____. **Textos, impressos, leituras**. In: ____ A história cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo; 2ª edição. DIFEL: Difusão editorial, Lisboa, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia** / Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos).

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. **Notas de Pesquisa sobre Escravidão nos rios Madeira e Purus (1850-1889)**. Revista Canoa do Tempo. DOI: <https://doi.org/10.38047/rct.v11i01.5734>

COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933-1935)**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação-UFGM, orientado por Carlos Roberto Jamil Cury; Belo Horizonte, 2001.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Coleção Amazônica, série José Veríssimo, Universidade do Pará, vol. 2; Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa** / Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Projeto História, São Paulo, nº 35, p. 253-270, dez. de 2007.

CUNHA, Euclides da. **Amazônia: Terra sem História**. In: ____ CUNHA, Euclides da. Amazônia: Um paraíso perdido. / Euclides da Cunha. Organização: Tenório Telles. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios na Constituição**. Dossiê 30 anos da Constituição brasileira. Novos estudos. CEBRAP - vol.37, nº 3 - São Paulo]; set./dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000300429

DECCA, Edgar de. **1930 o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução** / Edgar de Decca. Editora Brasiliense. 6º ed. 2004, 209f.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos** / Tania Regina de Luca. In: ____ Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização** / Nobert Elias. Tradução da versão inglesa, Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro, Jorge Hazar Ed., 1993, 2 v.

EUSÉBIO, Emerson Flávio. **Fronteira e horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)** / Emerson Flávio Eusébio. Dissertação de Mestrado –

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana -USP, orientado por María Mónica Arroyo; São Paulo, 2011.

FARIAS, Elson. **A poesia na paisagem**. Revista da Academia Amazonense de Letras. Ano 100, nº 37. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2018; p.122-131, p. 123.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história / Boris Fausto. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo / Ricardo Rezende Figueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Por que Trabalho Escravo?** / Ricardo Rezende Figueira. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 38, p. 31-50,2000.

FIGUEIREDO, Candido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueiredo de 1913** / Candido Figueiredo. Projeto Gutenberg Ebook; Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível para pesquisa em: <http://dicionario-aberto.net>.

FLORIDO, Antônio Carlos Simões. **Breve histórico dos Censos Agropecuários** / Antônio Carlos Simões Florido. Gerente do Censo Agropecuário (no IBGE), Engenheiro Agrônomo (UFRRJ), p. 1-33. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/historicocensosagropecuarios.pdf>.

FREIRE, José R. Bessa. **Anteprojeto de pesquisa sobre a História político-administrativa da agricultura no Estado do Amazonas** / Coordenador: José R. Bessa Freire. Fundação Getúlio Vargas / EIAP; Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola; Programa de História Geral da Agricultura Brasileira; subprograma de fontes. PLEFANN-AM, Manaus, 1978.

FULLER, Cláudia Maria. **Os corpos de trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará -1838-1859** / Cláudia Maria Fuller. Revista Mundos do Trabalho, vol. 3, nº 6, julho-dezembro de 2011, p.52-66.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo** / Ângela Maria de Castro Gomes. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Burguesia e trabalho**: Política e legislação social no Brasil (1917-1937) / Ângela Maria de Castro Gomes. Série Contribuições em Ciências Sociais; 1º ed.; Editora Campus; Petrópolis-RJ, sem ano de publicação.

_____. **O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro**. In: ___ História e historiadores /Ângela de Castro Gomes. — Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996; 220p.

_____. **Regionalismo e centralização política**: partidos e constituinte nos anos 30 / Coordenação Ângela de Castro Gomes, [et al]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501f. Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

_____. **Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil:** tempo presente e usos do passado. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.32, nº 64, p. 167-184-2012.

_____. **Trabalho análogo a de escravo:** construindo um problema. História Oral, UFC, v.11, nº 1-2, p. 11-41, jan.-dez. 2008;

GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. **Histórias de Brancos:** memória, historiografia dos índios Manao do rio Negro (sécs. XVIII-XX) / Décio Marco Antônio de Alencar Guzmán. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História - UNICAMP, orientado por John Manuel Monteiro; Campinas, 1997.

HARRIS, Mark. **Presente ambivalente:** uma maneira amazônica de estar no tempo. In:____ Sociedades cacoclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. / Editado por Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves. – São Paulo: Annablume, 2006, p.81-108.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia:** Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna / Francisco Foot Hardman; São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Historiografia Amazonense em perspectiva / César Augusto B. Queirós (Orgs.); Manaus: Editora Valer, 2020.

HOBSBAWM, Eric J. **A agricultura, 1750-1850.** In: ____ Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Eric J. Hobsbawm, tradução de Doria Edson Magalhães Garschagen; revisão técnica de Francisco Rego Chaves Fernandes. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Rumo ao abismo econômico** / Eric J. Hobsbawm. In: ____ Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991); tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 90-112.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da Agricultura na Amazônia:** da era pré-colombiana ao terceiro milênio. / Alfredo Kingo Oyama Homma. – Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

JOBIM, Anísio. **A intelectualidade no Extremo Norte:** Contribuições para a História da Literatura no Amazonas. Livraria Clássica. J. J. da Câmara; Manaus-AM, 1934.

KELLER, Vilma. **Verbete:** MELO, Leopoldo Tavares da Cunha. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/melo-leopoldo-tavares-da-cunha>.

KOSELLECK, Reinhart. **História dos conceitos e história social.** In: ____ Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos / Reinhart Koselleck. Tradução do original alemão por Wilma Patrícia Maos, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução de César Benjamin. – Rio de Janeiro: contraponto. Ed. PUC-RJ, 2006, 368p.; p.97-118.

LACERDA, Franciane Gama. **Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses** / Franciane Gama Lacerda. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº51, 2006; p.197-225.

LEAL, Davi Avelino. **Castanhais e seringais e os sistemas de honra e herança** / Davi Avelino Leal. In: ____ Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932) / Davi Avelino Leal. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM, orientado por Alfredo Wagner Berno de Almeida; Manaus, 2013.

_____. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do rio Madeira (1880-1930)** / Davi Avelino Leal. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM, orientado por Hideraldo Lima da Costa; Manaus, 2007.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política** / Maria Antonieta P. Leopoldi. In: ____ Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345f., p. 115-133.

LINDEN, Marcel Van Der. **Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial** / Marcel Van Der Linden. Tradução: Alexandre Fortes. História, São Paulo, v.24, nº 2, p. 11-40, 2005.

_____. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho** / Marcel Van Der Linden. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico.** Novos Cadernos NAEA, vol. 2, nº 2 – dezembro de 1999, p.5-32.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas.** / Frederico Alexandre de Oliveira Lima. Dissertação de Mestrado – PPGH - UFAM, orientado por Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro; Manaus, 2013.

LINEBAUGH, Peter. **Todas as montanhas atlânticas estremeceram.** / Peter Linebaugh. State University of New York. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH; Editora Marco Zero, ano 3, nº 6, setembro de 1983; p.7-46.

LOPES, Raimundo Hélio. **Um Vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32** / Raimundo Hélio Lopes. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais – FGV, orientado por Ângela Maria de Castro Gomes; Rio de Janeiro, 2014.

LOUREIRO, Antônio. **A euforia e a crise de 1910** / Antônio Loureiro. In: ____ A grande crise 2ª ed., Manaus: Editora Valer, 2008, 338f.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política.** In: ____ Culturas Políticas na História: Novos Estudos / organização Rodrigo Patto Sá Motta. 2. Ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

MALERBA, Jurandir. **Teoria e história da historiografia.** In: ____ A história escrita: teoria e história da historiografia. Organizador Jurandir Malerba. – São Paulo: Contexto, 2006.

MARX, Karl. **Livro I: o processo de produção do capital.** In: ____ O Capital: crítica da economia política. / Karl Marx. Tradução de Rubens Enderle. Boitempo Editorial, 2013.

MCGRATH, David. **Parceiros no crime: O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional.** Novos cadernos NAEA, vol. 2, nº 2 – dezembro de 1999.

MURANO, Luís Francisco. **Nem inferno, nem paraíso: esfera pública e a construção de um conceito de Amazônia (1930-1937).** Revista observatório, ISS nº 2447-4266; Vol. 5, nº 4, julho-setembro.; 2009, p.412-437.

_____. **Notas introdutórias e Rios e jornais: a dispersão da palavra impressa no interior do Amazonas.** In: ____ Rios de palavras: a imprensa nas periferias da Amazônia (1821-1921) [recurso eletrônico] / Luís Francisco Munaro (Org.) – Porto Alegre, RS: Editora FI, 2017.

_____. **Terra das letras mortas: a questão regional na Imprensa Amazônica (1930-1935)** / Luís Francisco Munaro. Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo integrante do V Encontro Regional Norte de História da Mídia, v. 7; nº 2-UFAC; 2018.

NASCIMENTO, Alexsandro Ribeiro do Nascimento. **A Justiça quase perfeita: Discussões sobre os Juízes municipais na Comarca do Recife.** XXVII Simpósio de Nacional de História-ANPUH; Conhecimento histórico e diálogo social; Natal-RN; 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364954800_ARQUIVO_Ajusticaquaseperfeita-discussaosobreosjuizesmunicipaisnacomarcadoRecife-AlexsandroRibeiro.pdf.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A conquista do Vale Amazônico: Fronteira, Mercado Internacional e Modalidades de Trabalho Compulsório** / João Pacheco de Oliveira. In: ____ O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, Walter Pinto de. **Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo Amazonas na revolução constitucionalista de 1932** / Walter Pinto de Oliveira. Dissertação de Mestrado – PPGHIST – UFPA, orientado por Maria de Nazaré Sarges; Belém, 2012.

PANTOJA, Sílvia. **Verbetes:** COSTA, Fernando. Bibliografia Geral. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-de-sousa-costa>.

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. **Êxodo**: uma tradição paralela. In: ____ A invenção da migração. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. Coordenado por Moacir Gracindo Soares Palmeira. UFRJ: Museu Nacional, 1977.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYSZPAN, Mário. **Da revolução de 30 ao golpe de 37**: a depuração das elites / Dulce Chaves Pandolfi, Mário Grynszpan. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, 48p.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930**: as incertezas do regime. In: __ O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. - 6ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. **Relações Homem-Natureza**: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889) / Nasthya Cristina Garcia Pereira. Dissertação de Mestrado – PPGH -UFAM, orientada por James Roberto Silva; Manaus, 2008.

PESSOA, Alba Barbosa. **Pequenos construtores da nação**: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945) / Alba Barbosa Pessoa. Tese de Doutorado – PPGHIST – UFPA, orientada por Franciane Gama Lacerda; Belém, 2018.

Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais. Organizado e editado por Michael Grenfell ; tradução de Fábio Ribeiro. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PIO, Amaury Oliveira Junior; Filho, Eduardo Gomes da Silva. **Álvaro Botelho Maia**: um caboclo na política amazônica / Amaury Oliveira Pio Junior e Eduardo Gomes da Silva Filho. In: ____ Trajetórias Políticas na Amazônia Republicana. Organizado por Auxiliomar Silva Ugarte e César Augusto Bubolz Queirós. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 57-79.

_____. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas / Amaury Oliveira Junior Pio. Dissertação de Mestrado – PPGH-UFAM, orientado por César Queirós; Manaus, 2015.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **A revolta popular revisitada**: apontamentos para uma história e historiografia da Cabanagem. Revista Campo / Cidade. Projeto História – 19, São Paulo, novembro de 1999.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Oralidade e letramento no Amazonas (1850-1880)**. In: ____ Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920) / Maria Luiza Ugarte Pinheiro. 3ª ed. – Manaus: EDUA, 2015.

POLETTI, Ronaldo. **1934** / Ronaldo Poletti. — 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. — (Coleção Constituições brasileiras; v.3).

PORTO, Walter Costa. **1937** / Walter Costa Porto. — 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 120 p. — (Coleção Constituições brasileiras; v.4).

PRAIA, Benta Litaiff. **A crise da economia gumífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910-1930)** / Benta Litaiff Praia. Dissertação de Mestrado – PPGH-UFAM, orientado por Ricardo José Batista Nogueira; Manaus, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do poder e classificação social**. In: ____ Epistemologias do Sul / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. — (CES) ISBN 978-972, Biblioteca Nacional de Portugal, Editora Almedina, 2009.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro** / Arthur Cezar Ferreira Reis. 2ª ed. rev. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1977.

RENÉ, Rémond. **Por uma História Política** / [Direção de] René Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472f.

RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. **De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus-AM)** / Maria de Nazaré de Souza Ribeiro. Tese de Doutorado – Programa Pós-graduação em Geografia Humana – USP, orientada por Júlio César Suzuki; São Paulo, 2011.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. Dossiê, 22-Tempo; 2006, Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/10370/1/Artigo_CabanagemCidadaniaIdentidade.pdf

RICOEUR, Paul. **Perspectivas críticas: Objetividade e Subjetividade em História**. / Paul Ricoeur. In: RICOEUR, Paul. História e verdade. tradução de: F. A. Ribeiro. 1ª ed. brasileira; Editora Forense. Rio de Janeiro, 1968.

ROSA-OSMAN, Sônia Maciel da et al. **Morfologia da flor, fruto e plântula de Victoria amazônica (Poepp.) J.C. Sowerby (Nymphaeaceae)**. Acta Amazônica, Vol. 41(1) 2011: 21-28.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político** / Pierre Rosanvallon; tradução de Cristian Edward Cyril Lynch. São Paulo: 2010, 104f.

RUDÉ, George. **Ideologia e Protesto Popular** / George Rudé. Tradução de Waltensir Dutra. Zahar Editora; Rio de Janeiro, 1982.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus** / Eloína Monteiro dos Santos. 3ª edição revista – Manaus: Editora Valer, 2001.

_____. **Uma Liderança Cabocla** / Eloína Monteiro dos Santos. Manaus: Ed. Da Universidade do Amazonas, 1997. 170f.

SAYAD, Abdelmalek. **O que é um Imigrante?** / Sayad Abdelmalek. In: ____ A Imigração: ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Os institutos históricos e geográficos.** In: ____ O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Iliane Jesuína da. **Estado e agricultura no primeiro governo de Vargas (1930-1945)** / Iliane Jesuína da Silva. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação do Instituto de Economia-UNICAMP, orientado por Pedro Paulo Zahluth Bastos; Campinas, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. / Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Katheryn Woodward. 15ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura / Celina Souza. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STEINFELD, Robert J.; ENGERMAN, Stanley L. **Labor – Free or Coerced?** A historical reassessment of differences and similarities. In: BRASS, Tom *et alli* (orgs). *Free and unfree labour: the debate continues*. Organizado e editado por Tom Brass e Marcel Van Der Linden. Bern; Berlin; Frankfurt a. M; New York; Belin; Paris: Lang, 1997.

SWEENY, Robert. **Outras canções de liberdade:** Uma crítica de “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”. / Robert Sweeny. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH; vol. 8; nº 16, março a agosto de 1988; p.205-219.

SWIFT, Jonathan. **Parte I: Uma viagem a Lilipute, capítulo I.** In: ____ Viagens de Gulliver. Título original: Gulliver’s Travels / Jonathan Swift. Tradução, adaptação, apresentação e notas: Paulo Sérgio De Vasconcellos. 3.ª edição, corrigida; Editora SOL; São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva:** O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia / Carlos Corrêa Teixeira. Manaus: Editora Valer/Edua; 2009.

THOMPSON, E. P. **A economia moral da multidão inglesa no século XVIII.** In: ____ Costumes em comum / E. P. Thompson; revisão técnica de Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes – São Paulo: Companhia das letras, 1998; p.150-202.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Os trabalhadores rurais.** In: ____ A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão. E. P. Thompson; tradução de Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia:** natureza, homem e tempo. Coleção temas brasileiros, sob a direção de Arthur Cezar Ferreira Reis. Editora Conquista; Rio de Janeiro, 1960.

TAPIRAPÉ, Xawap'io. LEÃO, Marcelo Franco. **A importância da pesca com timbó para o povo indígena Apyãwa (Tapirapé) de Mato Grosso** / Xawap'io Tapirapé e Marcelo Franco Leão. Destaques Acadêmicos, Lajeado, v. 9, n. 3, p. 155-197, 2017. ISSN 2176-3070.

VARGAS, Emiliana. **Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 e 1940** / Emiliana Vargas. Dissertação de Mestrado – Programa Pós-graduação em Serviço Social -UFSC, orientado por Maria Del Carmo Cortizo; Florianópolis, 2007.

WEINSTEIN, Barbara. **Seringueiros e comerciantes**. In: ____ A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920 / Barbara Weinstein; tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. – São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.